

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**Intimidade e Vida Sexual:
Mudanças e Continuidades numa Perspectiva de Género e Geração**

Dulce Morgado de Brito Neves

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Orientadora:
Doutora Sofia Aboim
Investigadora Auxiliar do
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS.UL)

Maio, 2013



Departamento de Sociologia

**Intimidade e Vida Sexual:
Mudanças e Continuidades numa Perspectiva de Género e Geração**

Dulce Morgado de Brito Neves

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Júri:

Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro, Professora Auxiliar do ISCTE-IUL
Doutor Duarte Gonçalo Rei Vilar, Professor Associado da Universidade Lusíada de
Lisboa

Doutora Verónica Mafalda Nunes de Melo Policarpo, Professora Auxiliar da Faculdade
de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

Doutora Cláudia Casimiro Ferreira da Costa, Investigadora do CIES-IUL e Professora
Auxiliar Convidada do ISCSP

Doutor Pedro e Vasconcelos Coito, Professor Auxiliar do ISCTE-IUL

Doutora Sofia Isabel da Costa d'Aboim Inglez, Investigadora Auxiliar do Instituto de
Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Maio, 2013

Agradecimentos

Dedico as primeiras palavras de agradecimento à minha orientadora, a Doutora Sofia Aboim, cuja perseverança admiro muito para lá dos limites destas páginas. Agradeço-lhe cada uma das suas insistências, a sua disponibilidade e o seu apoio efectivo no acompanhamento e na revisão deste trabalho. Quero ainda agradecer-lhe a oportunidade que me proporcionou de colaborar, como bolsista de investigação, no projecto “Género e Gerações”, o qual viria a determinar em grande parte o rumo desta pesquisa de doutoramento.

Depois, quero agradecer aos homens e às mulheres que concederam as entrevistas biográficas para o projecto “Género e Gerações”, que aceitaram falar das suas vidas e da sua intimidade e que, no fundo, ofereceram a esta tese o que ela terá de mais valioso.

Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia que, através da atribuição de uma Bolsa de Doutoramento, possibilitou a realização desta pesquisa e me permitiu participar em conferências internacionais, apoiando o enriquecimento e a divulgação do meu trabalho. Estou também agradecida ao ICS-UL, pelo facto de ter acolhido, nos primeiros anos, a minha investigação proporcionando-me boas condições de trabalho e o contacto cercano com outros investigadores e com outras pesquisas. Neste sentido, cabe-me agradecer, em particular, à equipa de trabalho do Inquérito “Saúde e Sexualidade”, coordenado pelos Professores Doutores Manuel Villaverde Cabral e Pedro Moura Ferreira, pela generosa cedência de dados quantitativos que se revelaram de extrema importância para esta pesquisa.

Ainda no plano institucional, estou também profundamente agradecida ao CIES-IUL pelo acolhimento deste projecto de doutoramento no seu último ano e meio. Agradeço a esta instituição, na pessoa do seu Director, o Professor Fernando Luís Machado, a amabilidade demonstrada e a prontidão com que se disponibilizou a acolher a pesquisa numa fase já avançada do seu desenvolvimento.

Mas porque esta tese, mais do que um exercício académico, deixa uma marca profunda na minha vida, os agradecimentos que expresso ultrapassam a esfera da objectividade produtiva para, confortavelmente, se aninharem juntos daqueles que deram sentido ao meu quotidiano nestes últimos anos e me enriqueceram muito para além da minha condição de doutoranda.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus amigos e amigas. Em especial, à Marta, pela sua dedicação ímpar e pela confiança que sempre deposita em mim e no meu percurso. Ao Miguel, pela mestria das suas palavras e pelo ânimo que sempre me deu mesmo quando tudo parecia desmoronar. E também aos meus amigos de Salamanca, em particular, à Eider,

que me ajudou com a análise estatística da tese, e à Eva e ao Santiago, convertidos, nestes anos, numa verdadeira “família de acolhimento”.

À minha família, estou igualmente muito agradecida pelo interesse manifestado ao longo de todo este tempo, por terem celebrado com entusiasmo as minhas conquistas e servido de consolo nos dias menos bons. Agradeço, em especial, ao meu pai e à minha mãe, mulher de uma energia insuperável, por toda a confiança e pelo orgulho (algo desproporcionado) que me têm. E aos meus irmãos, cunhada e sobrinho, para quem as palavras me parecerão sempre escassas. Obrigada por esta avalanche de emoções que desafia léxicos. Uma palavra de agradecimento também à Virgínia que, por nunca desistir, tantas vezes me tem servido de exemplo.

E, finalmente, os maiores agradecimentos: à minha filha Alice, o projecto mais revolucionário da minha vida e fonte inesgotável de inspiração e amor. E ao Ícaro, a quem agradeço por tudo e muito para além deste doutoramento ou de qualquer outra coisa. Por estar comigo há tanto tempo, por ter vindo para ficar, e por me mostrar, todos os dias, que o *amor* é o melhor lugar do mundo. É a eles que dedico esta tese, sem a ilusão de pensar que algum dia a lerão.

Resumo

Esta tese tem como objectivo geral identificar mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de experienciar e dar sentido à vida íntima e sexual, seguindo uma perspectiva especialmente atenta ao género e à geração. Em particular, centramos a nossa análise no contexto das práticas e normas da heterossexualidade e do *ordinary sex*, reconhecendo o interesse analítico, o pluralismo e o carácter transformacional compreendidos na *heteronorma*.

Conciliando os níveis micro e macro, a pesquisa adopta uma estratégia metodológica múltipla, que combina a análise de 66 entrevistas biográficas aplicadas a linhagens familiares femininas e masculinas (Avôs/Pais/Filhos, Avós/Mães/Filhas) com o tratamento de dados quantitativos provenientes da aplicação de um inquérito a uma amostra representativa da população portuguesa.

A pesquisa assume a sexualidade como um fenómeno socialmente construído e, por isso, em constante diálogo com outras esferas da vida social. Guiada pelas gerações, a análise integra as mudanças ocorridas neste campo no quadro de transformações ocorridas na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas. Desta forma, investigam-se mudanças e continuidades na aproximação entre as trajectórias afectivas e sexuais de homens e mulheres, e investigam-se também as normas face ao género e à intimidade sexual, primeiro através da revisão crítica dos pressupostos da liberdade e da igualdade sexuais, e depois, através da análise das transmissões de normas face ao género e à sexualidade que, de umas gerações para outras, vão tendo lugar nas famílias.

Palavras-chave: Sexualidade, Mudança Social, Género, Gerações

Abstract

The aim of this doctoral dissertation is to identify, through a gender and generation based perspective, the changes that occurred in the meanings and forms of experiencing intimacy and sexual life over the past few decades. We focus our analysis particularly on the heterosexual context, recognizing the analytical interest, the pluralism and the transformational character of ordinary sex.

Based on a micro and macro approach, the research adopts a plural methodology, combining the analysis of 66 biographical interviews applied to male and female family lineages (Grandparents/Fathers/Sons, Grandmothers/Mothers/Daughters) with quantitative data from a survey applied to a representative sample of the Portuguese population.

The research deems sexuality as a social phenomenon, one that is intrinsically connected to other spheres of social life. While linked to generations, intimacy and sexuality fit into the broader transformations of Portuguese society over the last few decades. Thus, we investigate changes and continuities in the convergence between masculine and feminine sexual trajectories, and we also investigate sexual normativities, first, through a critical review of the more libertarian and egalitarian assumptions on intimate life, and then through the analysis of the normative transmissions that, from one generation to the other, take place in families with regard to gender and sexuality.

Key words: Sexuality, Social Change, Gender, Generations

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO I

SEXUALIDADE COMO DOMÍNIO DO SABER E DA INDIVIDUALIDADE: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA (HETERO) NORMA.....	5
---	----------

1.1 Sexualidade como domínio do saber científico.....	6
1.1.1 A Catalogação do comportamento sexual, a descoberta psicanalítica do inconsciente e as revelações dos <i>grandes relatórios</i>	6
1.1.2 Feminismos e Identidades: a sexualidade como bandeira	9
1.1.3 Foucault à Teoria <i>Queer</i>	11
1.2 O <i>mainstream</i> da sexualidade na sociologia: construção e individualidade	13
1.2.1 Construtivismo Social e <i>Scripts</i> Sexuais	13
1.2.2 Individualização e a <i>nova ordem do prazer</i>	16
1.3 A heterossexualidade como objecto	19

CAPÍTULO II

METODOLOGIA E MODELO DE ANÁLISE: COMBINAÇÃO E CUMULATIVIDADE NO ESTUDO DA INTIMIDADE	23
---	-----------

2.1 Geração: um conceito operativo e transversal à análise.....	25
2.2 A Pesquisa Intensiva: os dados de natureza qualitativa no centro da pesquisa.....	29
2.2.1 Os contextos regionais	29
2.2.2 A entrevista biográfica e a construção dos guiões	30
2.2.3 A amostra qualitativa: selecção e caracterização social dos entrevistados.....	32
2.3 A Pesquisa Extensiva: a função complementar dos dados quantitativos na pesquisa	36
2.3.1 O Inquérito “Saúde e Sexualidade”: breve apresentação metodológica.....	36
2.3.2 O uso e a função do inquérito “Saúde e Sexualidade”	37
2.4 Modelo de análise e construção do objecto.....	39

CAPÍTULO III

SEXUALIDADE E MUDANÇA SOCIAL EM PORTUGAL.....	41
--	-----------

3.1 A Sociedade Portuguesa em mudança: as grandes tendências.....	42
3.2 Família, Género e Conjugalidade na mira dos processos de mudança	47
3.3 Ambientes normativos e mudanças na sexualidade	50

3.3.1 A geração dos Avós: sexualidade como ameaça à ordem social.....	52
3.3.2 A geração dos Pais: contrastes e contradições num contexto de transição.....	56
3.3.3 A geração dos Filhos: o primado do individualismo na liberdade sexual	63
3.4 Notas Finais.....	67

CAPÍTULO IV

SEXUALIDADE EM TRÊS GERAÇÕES: BIOGRAFIAS E DISCURSOS NA

PRIMEIRA PESSOA..... 69

4.1 Quadros de iniciação sexual.....	70
4.1.1 O valor simbólico da virgindade.....	71
4.1.2 Calendários	78
4.1.3 Motivações e contextos relacionais	82
4.2 Intimidade e vida a dois: a importância da sexualidade e a formação do casal	91
4.2.1 Relacionamentos e escolha de parceiros.....	92
4.2.2 Parceiros ao longo da vida	101
4.2.3 Quotidiano conjugal e intimidade sexual.....	109
4.3 Notas Finais.....	130

CAPÍTULO V

REPRESENTAÇÕES DA SEXUALIDADE: UMA REVISÃO CRÍTICA DO IDEÁRIO DE LIBERTAÇÃO SEXUAL

133

5.1 Prazer em liberdade: um ideário em revisão	137
5.2 O Duplo padrão de género: continuidades que resistem à mudança.....	145
5.3 A persistência das discriminações com base na orientação sexual	152
5.4 Os limites da “Relação Pura”	161
5.5 Notas Finais.....	168

CAPÍTULO VI

GÉNERO E GENEALOGIA: TRANSMISSÕES E MUDANÇAS NAS LINHAGENS

FAMILIARES

171

6.1 Mudanças e Continuidades no Feminino	173
6.1.1 Da aspiração institucionalista ao hedonismo	174
6.1.2 Da dependência ao protagonismo feminino.....	182
6.1.3 Do experimentalismo improvável à soberania dos afectos.....	195
6.2 Mudanças e Continuidades no Masculino.....	207
6.2.1 Da masculinidade tradicional ao conjugalismo	208

6.2.2 Do conservadorismo de dupla moral ao conservadorismo purista	213
6.3 Notas Finais.....	222
CONCLUSÃO	229
BIBLIOGRAFIA.....	239
ANEXO A – Tabelas: Tratamento dos Dados Estatísticos.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

Páginas

Quadro 2.1 Distribuição da Amostra Qualitativa (“Gênero e Gerações”)	33
---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Páginas

Figura 2.1 Esquema de correspondência entre grupos geracionais da amostra qualitativa e grupos etários da amostra extensiva.....	28
---	----

Figura 2.2 Esquematização do modelo de análise	40
---	----

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos marcados por uma *sexualização da cultura* (e.g. Pinto *et al.*, 2010), a qual se traduz numa saturação de referências eróticas e sexuais na contemporaneidade (e.g. Beasley *et al.*, 2010; Pais, 2012). A intensificação da presença visual e discursiva da sexualidade e a banalização das imagens e das mensagens sobre o sexo e os usos do corpo levam-nos a crer que a sexualidade, longe de constituir um tabu, está na ordem do dia e serve de mote a uma exaltação mediática e sensacionalista.

Com efeito, também nesta pesquisa, a intimidade sexual está no centro das atenções. A mediatização da sexualidade na cultura popular é, em si mesmo, um bom ponto de partida para pensar a sexualidade enquanto fenómeno social historicamente construído e para, sobre ela, lançar uma análise crítica e reflexiva como aquela que as ciências sociais estão incumbidas de trazer à luz. Afinal, como bem refere Pais (1985:365), “se a sexualidade não fosse um fenómeno social, não valeria a pena arejar sobre ela uma curiosidade sociológica”.

Para melhor apuramento conceptual, em regra, o conceito de intimidade - produto de um longo processo de diferenciação social característico da modernidade (Giddens, 2001) – tende a pressupor uma ligação à esfera sexual. Embora a sexualidade nem sempre seja coexistente com o íntimo, nem a intimidade esteja sempre conotada ao sexual, é certo que as formas modernas de pensar a intimidade tendem a levantar questões significantes sobre pertenças, éticas e escolhas sexuais, reforçando os vínculos entre ambos conceitos (Weeks e Holland, 1996).

Nos estudos da sociologia, a sexualidade é comumente entendida como uma parte da paisagem social que se ocupa de conhecer e regular aquilo a que, em determinado contexto, poderá ser considerado como erótico (Jackson e Scott, 2010). Enquanto construção histórica inserida numa ordem social, a sexualidade não diz apenas respeito ao sexo (no sentido da distinção categórica e naturalizada entre homens e mulheres) nem às práticas e comportamentos sexuais, envolvendo, num sentido mais amplo, sentimentos, representações e relações que formam parte de nós e nos definem enquanto seres sexuais. Desta forma, “all discourses of sexuality are inherently discourses about something else” (Simon, 1996:xvii), e, por conseguinte, a compreensão sociológica das práticas e representações da sexualidade convida também ao desvendamento de significados culturais importantes, em particular no que se refere às relações de género nas sociedades (Weeks e Holland, 1996).

A presente tese tem como objectivo geral identificar mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de experienciar e dar sentido à vida íntima e sexual, seguindo uma

perspectiva especialmente atenta às pertenças sociais de género e de geração. Em particular, propomos centrar a nossa atenção no contexto das práticas e normas da heterossexualidade, contribuindo, assim, para a restituição do interesse analítico deste domínio da sexualidade e para o reconhecimento das transformações e da variedade compreendidas na *heteronorma*.

Como veremos, o estudo da sexualidade nas ciências sociais tem, ao longo do tempo, vindo a incidir sobre a crítica da heteronormatividade, privilegiando a análise de práticas e estilos de vida sexuais minoritários, em detrimento dos enquadramentos sexuais e afectivos mais convencionais (Jackson, 2008). Assim, recuperando a ideia de que os tempos de hoje são tempos altamente saturados de mensagens *sexualizantes*, o enfoque nos contextos da heterossexualidade parece ganhar redobrada importância, no sentido em que ela tende a ser “vociferously promoted in popular culture but largely ignored by scholars” (Beasley *et al.*, 2012: 3).

Adoptando uma estratégia metodológica múltipla – que combinará a análise de 66 entrevistas biográficas aplicadas a linhagens familiares femininas e masculinas com o tratamento de dados quantitativos provenientes da aplicação de um inquérito a uma amostra representativa da população portuguesa – procuraremos atender tanto aos sentidos mais gerais e macro-históricos da mudança social como aos aspectos mais individuais das histórias familiares e biográficas, no que à vida íntima e sexual diz respeito.

Em termos de estrutura, esta tese estará dividida em seis capítulos (para além da introdução e conclusão). O Capítulo 1 será dedicado a explorar duas vias fundamentais de conceptualização da sexualidade: por um lado, enquanto domínio do saber científico e, por outro, enquanto lócus dos processos de *individualização* nas sociedades ocidentais contemporâneas. Será ainda nesta secção de enquadramento conceptual da pesquisa que iremos reflectir sobre o estatuto concedido à *heterossexualidade* no quadro de diferentes abordagens da sexualidade, advogando, deste modo, pelo reconhecimento do interesse teórico do “ordinary sex” (Jackson, 2008), definido enquanto quadro de interações afectivas e sexuais que têm lugar no contexto dos relacionamentos heterossexuais e da *vida de todos os dias*.

A esta primeira secção seguir-se-á o Capítulo 2, de descrição dos pressupostos metodológicos que presidem à pesquisa. Aqui, vamos procurar não só definir os métodos e técnicas de recolha e tratamento da informação empírica, como explicitar outros aspectos de índole teórico-metodológica que nos ajudarão a definir o nosso objecto de estudo bem como o modelo de análise que orientará a pesquisa.

O Capítulo 3, por sua vez, irá estabelecer uma relação entre os tempos históricos e os ambientes normativos face ao género e à sexualidade. Mobilizando dados estatísticos e informação histórica sobre o país, mas também os testemunhos biográficos dos nossos entrevistados, vamos, mais concretamente, traçar um retrato das normas de género e sexuais dominantes nos diferentes momentos históricos e geracionais, integrando-as no quadro das transformações mais vastas que atravessam a sociedade portuguesa nas últimas décadas.

Posteriormente, no Capítulo 4, identificaremos mudanças e continuidades referentes à sexualidade vivida no contexto das relações a dois. Seguindo a lógica da sucessão geracional, analisaremos discursos na primeira pessoa recolhidos no âmbito das entrevistas, assim como alguns dados provenientes da aplicação do inquérito quantitativo. Desta forma, identificaremos diferenças e similitudes de género e geracionais, em questões relativas à iniciação sexual com parceiro/a e à construção da intimidade conjugal ao longo do tempo.

No Capítulo 5, por seu lado, vamos dirigir a atenção para o domínio das representações face à sexualidade. Nesta secção, procuraremos adoptar uma postura crítica face aos discursos que veiculam em diversas instâncias da sociedade, chamando a atenção para a pluralidade de atitudes e experiências face à sexualidade em coexistência, para a antinomia clássica que continua a existir entre discursos e práticas e, no fundo, para os limites que, apesar das inegáveis transformações das últimas décadas, continuam a impor-se e a obstar a transversalidade de uma vivência livre, igualitária e tolerante da sexualidade nos dias de hoje.

A terminar a análise, e antes de apresentarmos as conclusões da tese, o Capítulo 6 irá incidir sobre as socializações e as relações (inter-geracionais) que têm lugar nas famílias, analisando lógicas de transmissão de normas face ao género e à intimidade em diferentes linhagens familiares masculinas e femininas. Neste capítulo de cariz mais narrativo e biográfico, vamos chamar a atenção para os efeitos de outras pertenças sociais (para além do género e da geração) na mediação entre as mudanças sociais mais abrangentes e as biografias afectivas e sexuais dos indivíduos.

Como se depreende desta breve apresentação, os capítulos desta tese conservarão alguma autonomia conceptual entre si, mas, em conjunto, não perderão de vista o desafio de nos fazer reflectir sobre a diversidade e o carácter transformacional da sexualidade, e, em particular, dos enquadramentos normativos e biográficos da heterossexualidade. Nesse caminho, naturalmente que esperamos conseguir dar resposta a outras questões que, podendo ser integrantes da nossa problemática central, desde logo, se nos colocam. Concretamente, entre outras pistas e interrogações que esta pesquisa certamente abordará, esperamos com ela

contribuir para estabelecer uma relação entre os tempos históricos e os ambientes normativos face à sexualidade; comparar as trajectórias e normas de homens e mulheres de diferentes gerações, de forma a perceber o efeito do tempo social na aproximação (ou não) entre experiências e normatividades femininas e masculinas; atender à pluralidade inscrita nas representações dominantes da (hetero) sexualidade; ou ainda, contrapor os efeitos da pertença geracional aos de outras pertenças sociais na definição dos perfis normativos individuais face ao género à sexualidade. Estas são, de facto, algumas das questões que pretendemos retomar nas conclusões da tese, depois de percorridos os capítulos que aqui enunciámos.

I. SEXUALIDADE COMO DOMÍNIO DO SABER E DA INDIVIDUALIDADE: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA (HETERO)NORMA

Neste capítulo propomo-nos analisar duas vias essenciais de conceptualização da sexualidade: primeiro começaremos por reconstituir a história da sua institucionalização como domínio do saber científico (1.1), para depois nos centrarmos nos contributos da disciplina sociológica e no consequente entendimento da sexualidade na mira dos processos de individualização (1.2).

Ainda que o estudo da sexualidade em sociologia tenha uma história relativamente recente que remonta a meados do século passado (Jackson e Scott, 2010), já muito antes disso, outras disciplinas, em alternativa a uma ordem moral religiosa, se empenhavam em trilhar os caminhos da descoberta, interpretação e regulação da sexualidade humana. Como veremos, enquanto permaneceu no estricte domínio médico ou terapêutico, o estudo da sexualidade promoveu processos de *naturalização* e catalogação dos comportamentos, instigando definições dualistas como as de normal e desviante ou saudável e patológico (Weeks, 1995). Contudo, à medida que o tema foi sendo deslocado para outros domínios disciplinares e começou a ocupar a arena de importantes debates políticos, a sua dimensão social foi ganhando destaque e edificando uma perspectiva cada vez menos essencializadora e binária das identidades e condutas sexuais. Finalmente, com os contributos da sociologia, a sexualidade parece ter sido definitivamente convocada para o centro dos dilemas fundamentais da disciplina, em particular daqueles que se ocupam da relação fundamental entre indivíduo e sociedade e, neste sentido, dos processos de *individualização* na contemporaneidade.

Em suma, será destes processos que se ocupará o presente capítulo. Contudo, porque este trabalho se inscreve num objectivo mais amplo de redefinir o imaginário da heterossexualidade fora do cunho monolítico e normativo a que tradicionalmente surge associada (Jackson, 2008; Jackson e Scott, 2010; Beasley *et al.*, 2012), depois de percorridos os caminhos já anunciados, procuraremos ainda, e à guisa de conclusão, reflectir sobre o estatuto concedido à heterossexualidade no quadro das diferentes abordagens da sexualidade (1.3). De facto, como referem Beasley *et al.* (2012:3), “within scholarship and policy on sexuality, heterosexuality is rarely examined. When it is, it is typically characterized as monolithic and oppressive, yet boring and normative”. Sem olvidarmos a ordem de desigualdade e outros constrangimentos associados às representações e práticas da heterossexualidade, na nossa pesquisa procuraremos contrariar este desinvestimento analítico

no “*ordinary sex*” (Jackson, 2008), constituindo-o como objecto central da nossa análise, essencial ao entendimento dos processos de mudança social.

1.1 Sexualidade como domínio do saber científico

1.1.1 A catalogação do comportamento sexual, a descoberta psicanalítica do inconsciente e as revelações dos *grandes relatórios*

Se até quase ao século XIX a sexualidade havia permanecido no domínio exclusivo da ordem moral e religiosa e orientada por postulados teológicos que distinguiam o lícito do ilícito, com o advento da modernidade, este campo da vida dos indivíduos adquire, para várias instâncias do saber, uma importância estratégica, passando a estar sujeita a novos mecanismos de controlo e institucionalização (Gordon, 1980; Foucault, 1994)

Por um lado, a instituição dos recenseamentos periódicos da população por parte de diversos países do Ocidente (no final do século XVIII) veio contribuir para redefinir a importância dos dispositivos do parentesco, da aliança e da reprodução das populações, colocando a sexualidade na miríade dos discursos e da fiscalização institucional (Foucault, 1994, Vieira, 2009). Por outro, também as ciências exactas e em especial a medicina, empenhadas em submeter os mistérios do corpo e do sexo ao método científico, vieram abalar as concepções religiosas mais enraizadas, propondo, pela primeira vez, noções como as de dimorfismo sexual e fixando a sexualidade no domínio da biologia e do saber médico por excelência.

Desta forma, e numa altura em que também o pensamento liberal começava a fundar críticas aos princípios morais vitorianos, uma nova “ciência da sexualidade” ia emergindo. Primeiro, numa vertente sobretudo clínica, o início da sexologia ficou marcado por trabalhos pioneiros como os de Krafft-Ebing – autor daquele que é considerado o primeiro manual de sexualidade, *Psicopatia Sexual* (1886) ou Havelloc Ellis - autor (em coautoria com Addington Symonds) de *Inversão Sexual* (1896), um livro que trata o tema da homossexualidade e inaugura a crítica ao conceito de normalidade sexual (López e Fuertes, 1999). Mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, surgem também os primeiros estudos sobre técnicas para favorecer o prazer nas relações sexuais dos casais, entre eles o livro *Ideal Marriage: Its Physiology and Technique* (1926) do ginecologista holandês Theodoor van de Velde (1926) ou a obra *The Ideal Sex Life* de Rutgers (1937), ambos com grande difusão na altura.

No entanto, não podemos falar da emergência da sexologia sem destacar a influência dos paradigmas emergentes da psicologia no virar do século. Entre estes contributos, a obra

de Sigmund Freud, fundador da psicanálise, constitui uma incontornável referência. Em *Trois Essais sur la Theorie Sexuelle* (1987 [1905]), Freud vem reiterar a importância da sexualidade – e em particular das experiências localizadas na infância – para a vida psíquica dos indivíduos. Para o psicanalista, as identidades sexuais, longe de serem estáticas e definitivas, vão sendo moldadas ao longo do tempo por meio da “repressão” exercida pelas normas sociais sobre as pulsões sexuais inatas¹. Desta forma, a sexualidade é entendida como o resultado de uma intervenção psicológica, por forma a adequar a natureza humana (predisposta, segundo o autor, à perversão) a uma normalidade fixada socialmente: “Devant le fait, dès lors reconnu, que les pechants pervers étaient largement répandus, l’idée s’imposa à nous que la prédispositions aux perversions était la prédisposition originelle et universelle de la pulsion sexuelle humaine, á partir de laquelle le comportement sexuel normal se développait au cours de la maturations sous l’effet de modifications organique et d’inhibitions psychiques. Nous espérons dégager la prédisposition originelle dans l’enfance ; parmi les forces qui délimitent l’orientation de la pulsion sexuelle, nous avons mis en évidence la pudeur, le dégoût, la compassion et les constructions sociales de la morale et de l’autorité.” (Freud, 1987 [1905]:179-180). No fundo, ao mesmo tempo que se apuram as consequências de uma moral repressiva, a “descoberta freudiana” de um *self* contingente, constantemente assolado pelos desejos inconscientes e pelos limites da sua racionalidade, constitui um questionamento inaugural da individualidade sexual soberana. Desta forma, com Freud, começa a desafiar-se as ideias de unidade individual e - abrindo-se um caminho que se trilha até aos dias de hoje – assume-se, pela primeira vez, a natureza provisória das identidades sexuais.

Paralelamente – e num segmento disciplinar considerado, na altura, concorrente da psicanálise – haverá ainda que recordar as etnografias clássicas da antropologia, para perceber a atenção que, já nas primeiras décadas do século XX, mereciam as práticas sexuais de determinadas sociedades. E embora estas análises não reservassem à sexualidade um estatuto autónomo – no sentido em que a sexualidade era tomada enquanto parte de um conjunto de regras reguladoras da reprodução biológica e social dos grupos sociais – elas permitiram reforçar a relatividade das normas da sexualidade face à especificidade de cada contexto. Concretamente, em *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*, Malinowski (1973 [1927]) veio desafiar alguns pressupostos psicanalíticos sobre desenvolvimento psicosexual,

¹ Herdeiros deste legado, outros autores, como o psicanalista Wilhelm Reich (1973 [1932]) e toda a denominada “esquerda freudiana” (Lopez e Fuertes, 1999), continuam em décadas posteriores a postular a necessidade de uma revolução sexual como parte fundamental de uma revolução social.

argumentando pela não universalidade de conceitos como o de “complexo de Édipo”², desenvolvido por Freud (Connell, 2002). Por seu lado, também na obra *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, Margaret Mead (2001 [1935]) deu conta da variabilidade dos papéis sexuais nas diferentes sociedades e – ainda que os trabalhos da antropóloga tenham merecido, mais tarde, críticas por parte de algumas feministas (e.g. Friedan, 1971[1963])³ – veio afirmar a existência de organizações sociais com ordens alternativas às do patriarcado e da dominação masculina.

Foi, contudo, preciso esperar até meados do século XX para vermos a sexualidade abordada numa perspectiva de análise extensiva, inaugurando neste campo uma tradição querida às ciências sociais. Nas décadas de 1940 e 1950 Alfred Kinsey e a sua equipa (1975 [1948], 1970 [1953]) publicavam estudos sobre sexualidade masculina e feminina que vieram revolucionar o conhecimento no campo da sexologia e abalar profundamente as mentalidades da época. A partir da aplicação de entrevistas a uma amostra de 10 mil homens e mulheres americanos, os relatórios de Kinsey desvendaram uma realidade surpreendente e muito diversificada de comportamentos e ideários sexuais, desafiando as concepções de normalidade e desvio. Para exemplificar, aquela que ficou conhecida como “Escala de Kinsey” visou definir o comportamento sexual fugindo a uma catalogação binária e propondo um contínuo de seis graduações que iam desde “exclusivamente heterossexual” (1) ao “exclusivamente

² Como metáfora da tragédia mitológica de Sófocles *Édipo Rei*, Freud (1987 [1905]) desenvolveu o conceito de “complexo de Édipo” numa alusão ao processo de diferenciação sexual, experimentado na infância. Na perspectiva do autor, neste estágio do desenvolvimento psicosssexual, a criança é levada a identificar-se (e a rivalizar) com o progenitor do mesmo sexo, ao mesmo tempo que se distingue do progenitor do sexo oposto, constituindo-o como *objecto de desejo*. Assumido como uma experiência universal, fundamental para a organização da totalidade da vida psíquica dos indivíduos, o “complexo de Édipo” representa um conceito central da teoria psicanalista.

³ Apesar de reconhecer que o trabalho de Margaret Mead tem a virtude de demonstrar “a infinita variedade de padrões sexuais e a enorme plasticidade da natureza humana”, Friedan (1971 [1963]: 119) considera que a perspectiva da antropóloga é também difusa e paradoxal, incorrendo, algumas vezes, num elogio da mulher pela sua função biológica e sexual: “De vez em quando [Mead] parece esquecer seus conhecimentos antropológicos sobre a maleabilidade da personalidade humana e consultar dados antropológicos do ponto de vista freudiano — a biologia sexual tudo determina, anatomia é destino. Outras vezes parece argumentar em termos funcionais: embora o potencial da mulher seja tão grande e variado como o próprio e ilimitado potencial humano é melhor conservar as limitações biológicas sexuais determinadas pela cultura” (Friedan, 1971 [1963]: 120-121).

homossexual” (6)⁴. Para além da tónica na pluralidade das identidades sexuais, o trabalho de Kinsey foi inovador também por trazer à luz temas como a masturbação e o orgasmo feminino. Assim, não obstante terem sido, posteriormente, alvo de desconfianças face ao rigor metodológico de algumas conclusões apresentadas⁵, os estudos do autor conheceram um impacto sem precedentes e, recusando ortodoxia dominante da época, contribuíram significativamente para o desenvolvimento de uma perspectiva menos essencialista da sexualidade.

Nesta mesma linha de pesquisa associada ao contexto terapêutico, podemos destacar ainda o trabalho do casal Masters e Johnson (1976 [1966], 1984 [1970]) que, recorrendo inclusivamente à observação, em laboratório, da prática de relações heterossexuais, veio abrir novos campos de estudo ligados à fisiologia da resposta sexual, fixando o prazer como norma para o bom funcionamento sexual e para a realização do casal. E também o trabalho de Hite (1982 [1976]) que, estando já associado ao movimento feminista da década de 1970, veio incidir sobre a sexualidade das mulheres, desmistificar a questão do orgasmo feminino e denunciar o falocentrismo dominante nos estudos e nas representações da sexualidade.

1.1.2 Feminismos e Identidades: a sexualidade como bandeira

A partir da década de 1970, o estudo da sexualidade começou a ocupar também historiadores europeus e americanos e rapidamente trespassou fronteiras académicas, tornando-se o tema de diversas monografias e publicações académicas (Jiménez, 2002). Para isso terá contribuído de sobremaneira a emergência de um novo quadro societário e ideológico, no qual se destaca o papel dos movimentos sociais feministas e LGBT⁶, fenómenos como a dissociação entre a sexualidade e reprodução ou, mais tarde, também o surgimento da epidemia da Sida (e.g. Connell, 1987; Weeks, 1995; Plummer, 1996; Heilborn e Brandão, 1999; Beasley, 2005; Jackson e Scott, 2010).

Primeiro, os movimentos feministas – como contraproposta à ordem do patriarcado – vieram aportar um importante contributo à análise crítica da sexualidade. E de facto, como referem Jackson e Scott (2010:24), não é de estranhar que assim seja, “since the control of

⁴ Mais tarde, os seguidores do trabalho de Kinsey redefiniram esta escala, somando-lhe uma sétima posição, identificada de X e referente à opção de *Assexual*.

⁵ Para além das críticas de ordem científica (nomeadamente as avançadas pela American Statistical Association num relatório intitulado *Statistical problems of the Kinsey Report on Sexual Behavior in the Human Male* (1954)) o trabalho de Kinsey recebeu igualmente importantes críticas de ordem moral e ética por parte de grupos mais conservadores da sociedade americana (Jones, 1997).

⁶ Acrónimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Transgéneros.

women's sexuality has historically been linked to their social location as men's dependants and subordinates, as virginal daughters and chaste wives or as mistress and whores inhabiting the margins of respectable society". Desta forma, com a revitalização dos movimentos feministas americanos e europeus na década de 1970, a sexualidade – até aí entendida como um domínio da vida íntima e privada – é convocada para a arena política, passando a ser entendida como parte de uma ordem social discriminadora.

Numa fase inicial, enquanto argumentavam pela desnaturalização da sexualidade, as feministas foram denunciando o duplo padrão da moral sexual dominante e criticando os modelos de interação heterossexual, considerando-os representações masculinizadas, centradas no acto penetrativo como símbolo da subjugação das mulheres (Bozon, 2002; Beagle, 2005; Aboim, 2010; Jackson e Scott, 2010). Com efeito, longe de ser “natural” ou “normal”, a heterossexualidade passa, nos discursos feministas, a estar associada ao reforço dos paradigmas do patriarcado, sendo considerada instituição fundamental para a manutenção da dominação masculina (Rich, 1980).

Todavia, a relação entre os feminismos e a sexualidade não se desenvolveu de forma unidireccional. Se em muitas perspectivas como as de Catharine McKinnon (1979) e de Andrea Dworkin (1987) a sexualidade é, de facto, entendida como lócus por excelência da subordinação feminina, a partir da década de 1980 outras posturas dentro do feminismo foram sendo reforçadas. Em concreto, naquela que ficou conhecida por “feminist sex wars” (e.g. Jackson e Scott, 2010, Beasley *et al.*, 2012), autoras como Carol Vance (1980) ou Ellen Willis (1992) vieram defender uma posição mais libertária e positiva face sexualidade e ao prazer, entendendo a agência sexual feminina como reflexo de uma maior igualdade de género.

Seja como for, segundo Jiménez (2002), terá sido a crítica feminista da heterossexualidade a abrir caminho para outros movimentos emancipatórios e para o desenvolvimento dos estudos LGBT. Denunciando as consequências da ordem patriarcal não só sobre a historiografia das mulheres mas sobre outras categorias sexuais fora da heteronorma, o feminismo – na sua vertente intelectual e política – cruza-se com as reivindicações do movimento LGBT na luta pelos direitos das minorias sexuais e na denúncia de discriminações sociais.

Com efeito, no final da década de 1970, os estudos da sexualidade começam então a sofrer uma revisão metodológica e de paradigmas (Jiménez, 2002), assistindo-se a uma maior

autonomização analítica entre a teoria feminista e a sexualidade⁷. Por esta altura, com a divulgação dos trabalhos de Bullough (1976), Rowse (1977), Dover (1978), Goodich (1979) e Boswell (1987), o estudo da homossexualidade começa a consolidar-se como tema de excelência da produção académica sobre sexualidade⁸ em estreita relação com a intervenção política dos movimentos sociais. Desta forma, e como veremos mais adiante, este enfoque analítico sobre as categorias e estilos de vida à margem da heteronormatividade adquire um significado particular para a nossa análise na medida em que, para autores como Jackson (2008), ele é cúmplice da *sub-representação* da heterossexualidade nos estudos da sexualidade.

1.1.3 De Foucault à Teoria *Queer*

A partir da década de 1990 assiste-se a uma radicalização dos discursos sobre género e sexualidade (e.g. Jiménez, 2002, Beasley, 2005), onde adquire grande destaque o contributo do filósofo francês Michel Foucault (1994 [1976]).

Na célebre obra *A História da Sexualidade* (1994 [1976]), Foucault explora os caminhos através dos quais a modernidade tem produzido e regulado discursos sobre o sexo. Contrariando a ideia de que a repressão ideológica da sociedade representa um bloqueio na expressão sexual dos indivíduos, este autor enceta aquilo que ficou conhecido por “crítica da hipótese repressiva”, opondo-se a perspectivas - como a de Freud - profundamente imbricadas na ideia de repressão social e normativa como meio efectivo para o evitamento de comportamentos. Para Foucault, pelo contrário, a lei criada para *proibir* é a mesma que *cria*, *induz* ou *incentiva* a prática e, nessa linha argumentativa, o autor acaba por desvendar todo um aparato regulado e polimorfo que se desenvolve desde o século XVIII e que tem incitado as sociedades ocidentais à prolixidade sexual, ainda que sob condições muito rigorosas de controlo dos discursos. Nas palavras do autor, “a sociedade que se desenvolve no século

⁷ De referir que a história dos feminismos – a história da relação entre as suas várias correntes e a história da sua relação com outros movimentos próximos como o LGBT – não esteve livre de conflitos e disputas. Com efeito, também o processo de autonomização do estudo da sexualidade face às teorias feministas, longe de ser um facto irrefutável ou definitivo, é também ele um processo complexo, sempre em revisão e recheado de competições. Neste enquadramento, podemos destacar a perspectiva da antropóloga Gayle Rubin (1984, 2003), que reforça a necessidade do estudo da sexualidade não permanecer subordinado ao feminismo e reivindica um entendimento da sexualidade que seja independente do discurso sobre diferenças de género.

⁸ Naturalmente que a homossexualidade já havia sido constituída objecto das abordagens científicas e higienistas desde o século XIX, mas aqui referimo-nos a um centramento analítico diferente, associado à questão e às reivindicações das identidades sociais e das relações de poder na sociedade.

XVIII não opôs ao sexo uma recusa fundamental a reconhecê-lo; pelo contrário, pôs em acção todo um aparelho para produzir sobre ele discursos verdadeiros. Não só falou muito dele e obrigou cada um a falar dele, como pretendeu formular a sua verdade regulada. Como se suspeitasse nele de um segredo capital. Como se precisasse dessa produção de verdade. Como se lhe fosse essencial que o sexo fosse inscrito, não apenas numa economia do prazer, mas num regime ordenado de saber” (Foucault, 1994:73). Assim, numa *vontade de tudo saber*, a sexualidade surge, para Foucault, como o correlativo de uma prática discursiva que procura conciliar a confissão (grande arquivo dos prazeres sexuais) aos desígnios da cientificidade, e conhecer toda a verdade sobre o sexo, ao mesmo tempo que suspeita ser ele o infindável refúgio da nossa própria verdade. A explosão discursiva criada em torno do sexo caracteriza-se, segundo o autor, tanto pela proliferação dos discursos como por uma regulação estreitamente codificada: enquanto institucionalmente se incita ao saber e à análise, novos mecanismos normativos se vão aperfeiçoando e fixando a inteligibilidade do sexo numa economia de saber cada vez mais restritiva. Desta forma, os dispositivos de poder sobre a sexualidade não mais podem ser entendidos sob forma de censura ou repressão exteriores, reflectindo-se antes numa omnipresença ou numa saturação de relações de força que é interna ao sujeito, interna à sexualidade e condição primordial para a sua instituição como domínio de conhecimento.

Na esteira dos contributos de Foucault e da sua postura *desconstrucionista*⁹, a agenda teórica dos estudos de género e da sexualidade desloca-se progressivamente da análise das desigualdades entre categorias sociais (sejam de homens, mulheres, heterossexuais ou homossexuais) para o questionamento da rigidez associada às próprias categorias. Nesse contexto, começa a refutar-se, de forma mais incisiva, o essencialismo inerente à noção das identidades de género, em recusa também da lógica binária que separa a heterossexualidade da homossexualidade (Jiménez, 2002). Consequentemente, as políticas alicerçadas na identidade, que orientaram fortemente os movimentos feministas e os LGBT nas décadas anteriores, vêm nesta altura revelar fracturas e dissidências e em sua alternativa vão ganhando terreno as formulações teóricas de cariz pós-identitário, definidas como teorias *queer*.

Desde a sua formulação, as teorias *queer* têm procurado questionar as identidades aparentemente estáveis, de forma a perceber como estas se distanciam de um âmbito pré-delimitado e propondo uma reformulação dos processos de associação e diferenciação em

⁹ O *desconstrucionismo* corresponde a uma corrente filosófica que emergiu na década de 1960, tendo como um dos principais representantes e fundadores o filósofo francês Jacques Derrida.

torno da sexualidade. Apostando num deciframento da noção de identidade sexual, tais propostas reinterpretam, de maneira mais radical, os pressupostos da crítica homossexual, dinamitando o tradicional binómio de sexo/género (Jiménez, 2002).

Uma das teorias que mais activamente tem contribuído para a difusão do pensamento *queer* é a de Judith Butler (2008 [1990]). Na sua obra, esta filósofa americana vem desenvolver um paradigma que pretende acolher a diversidade das identidades, contra as dicotomias restritivas tradicionais. Neste caminho, Butler (2008 [1990]) propõe repensar as categorias de género fora da metafísica da substância, considerando que o género, ainda que incitado pelas práticas reguladoras da coerência, é sempre *performativamente* produzido. Nesta lógica *desconstrucionista*, considera-se que não existem identidades de género para além das expressões de género derivadas da performance, e, em consequência, o género deixa de ser concebido como uma elaboração cultural erguida sobre um corpo sexuado que é natural e previamente gerado, até porque o sexo é entendido, também ele, como um discurso socialmente construído para classificar os corpos de masculinos ou femininos.

Ao centrarmos o objecto desta pesquisa no campo do *ordinary sex* e ao assumirmos a diferenciação entre universos feminino e masculino como fundamental para a interpretação da mudança, a nossa abordagem distancia-se do domínio *queer*, nas suas aspirações mais *desconstrucionistas* e relativizadoras das categorias de pertença. Ainda assim, cremos que esta perspectiva e, de forma mais manifesta, o legado de Foucault podem constituir, em definitivo, contributos importantes para a nossa análise, sobretudo porquanto esta pretende ser atenta aos processos de subtilização dos mecanismos de poder, crítica na interpretação dos discursos e indagadora dos seus sentidos.

1.2 O *mainstream* da sexualidade na sociologia: construção e individualidade

1.2.1 Construtivismo Social e *Scripts* Sexuais

Sabemos que o contributo da sociologia para o estudo da sexualidade expressa, acima de tudo, uma tendência para a desnaturalização do comportamento sexual. Questionando as representações essencialistas (como as de “pulsão sexual”), as análises sociológicas vêm entender a sexualidade não como processo natural ou psicológico, mas enquanto fenómeno social e *desessencializado*, sublinhando a relatividade dos significados sexuais face aos contextos e ao tempo social onde estes se *constroem* (Bozon, 2002).

Para alguns autores (Plummer, 1996; Jackson e Scott, 2010) a emergência das abordagens sociológicas da sexualidade coincide temporalmente com a consagração na

disciplina, a partir da década de 1960, das teorias social-construtivistas¹⁰, as quais propõe um entendimento da realidade como construída socialmente a partir de significados subjectivos (Berger e Luckmann, 2004 [1966]).

Notavelmente, em *A construção social da realidade* – obra emblemática da emergência do construtivismo social - Berger e Luckmann (2004 [1966]: 61-62) chamavam já a atenção para a ductilidade da sexualidade humana. Tendo como base as “provas etnológicas” aportadas pelos estudos antropológicos, estes autores afirmavam a relatividade das configurações e condutas sexuais face aos contextos culturais: “Cada cultura tem uma configuração sexual distinta, com os seus padrões especializados de conduta social e os seus princípios ‘antropológicos’ na área sexual. A relatividade empírica dessas configurações, na sua imensa variedade e exuberante criatividade indicam que são produtos das próprias formações socioculturais do Homem mais do que uma natureza humana fixa em termos biológicos”.

Sob a égide do construtivismo (em especial do seu legado interaccionista) John Gagnon e a William Simon terão sido pioneiros no desenvolvimento da primeira grande teoria sobre a construção social da sexualidade. Foi ainda enquanto investigadores do Instituto Kinsey que estes sociólogos começaram a interessar-se pela base social da conduta sexual humana, tendo vindo a publicar, em 1973, *Sexual Conduct: the social sources of human sexuality*, uma obra incontornável da sociologia da sexualidade. Nela, Gagnon e Simon vão questionar deliberadamente os pressupostos naturalistas e biologicistas da sexualidade, argumentando que a conduta sexual humana é um produto socialmente derivado, sendo precisamente a sexualidade uma esfera da vida onde a prevalência da cultura sobre a biologia é mais evidente.

Consequentemente, a perspectiva destes autores destaca-se ao edificar uma crítica face aos pressupostos freudianos dominantes na sexologia do seu tempo (Plummer, 1996; Jackson e Scott, 2010): primeiro, porque recusa a noção de “pulsão sexual” e a ideia de sexualidade como produto da “repressão civilizacional” sobre a natureza; e depois, porque retira a ênfase atribuída pelas teorias psicanalistas à infância, propondo, em sua alternativa, um entendimento da sexualidade enquanto processo contínuo que é reflexiva e constantemente

¹⁰ Aquilo que se entende por construtivismo em sociologia deriva, por sua vez, da combinação de duas tradições teóricas distintas: por um lado, do interaccionismo simbólico americano (e.g. Mead, 1982 [1934]) e por outro da fenomenologia europeia, frequentemente associada ao trabalho de Alfred Schutz (1972 [1967]).

modificado ao longo da vida. Desta forma, em lugar de definir a sexualidade como uma esfera da vida regida por leis *excepcionais* e motivações do inconsciente, a teoria proposta por Gagnon e Simon vem situar a conduta sexual na *vida de todos os dias*, afirmando - à semelhança do que ocorre com qualquer outro campo das relações sociais - a sua dependência face padrões sociais e culturais mais amplos (Jackson e Scott, 2010).

Gagnon e Simon são ainda os autores da famosa teoria sobre os *sexual scripts*¹¹ (Gagnon e Simon, 2009 [1973]; Simon, 1996). Influenciados pelas perspectivas de Burke (1969 [1950]) e de Goffman (1973 [1959]), os sociólogos recorrem à metáfora dramaturgica para reforçar a ideia de que, tal como outra qualidade motivacional, o comportamento sexual parece incorporar uma sintaxe operacional derivada socialmente. Neste sentido, para os autores, a interacção sexual entre os indivíduos não é intrinsecamente significativa, apenas adquirindo significado quando assim é definida colectivamente. A ideia de um guião (*script*) para conceptualizar a produção de comportamentos permite pensar que, tal como noutras esferas da vida, na sexualidade, os cenários culturais são os que fornecem as narrativas requeridas para o desempenho dos papéis no contexto do envolvimento sexual, estabelecendo o encontro entre os padrões normativos da sexualidade (ao nível macro) e a “agência sexual” dos indivíduos (nível micro).

No entanto, sugerir a existência de esquemas cognitivos que orientam as acções individuais adaptando-a aos contextos, não significa entender os *scripts* como roteiros de acção rígidos e inamovíveis. Como refere Policarpo (2011b), em contextos sociais de maior individualização, os *scripts* tendem, de resto, a complexificar-se à medida que o grau de reflexividade dos autores aumenta e mais se questionam os resultados das acções. Por outro lado, a ideia de existência de guiões da conduta sexual tal e como é proposta por Gagnon e Simon não nega o lugar da improvisação e a possibilidade de ocorrência de imprevistos no decorrer das acções (Plummer, 1996). Embora a analogia com a encenação possa incorrer, inadvertidamente, na atribuição de uma característica determinista às acções, em rigor, ela não deve obstar a compreensão da variabilidade das condutas sexuais porque essa nunca foi a proposta dos seus autores (Gagnon e Simon, 2009 [1973]). Segundo Gagnon e Simon, na sociedade contemporânea, os indivíduos gozam de maior liberdade para construir os seus próprios guiões sexuais e as relações tornam-se progressivamente mais negociadas. Desta

¹¹ Embora esta teoria tenha sido pela primeira vez formulada pelos autores num artigo datado de 1969 (Simon, 1996), a perspectiva de *sexual scripting* (para referir comportamentos sexuais socialmente guiados) terá continuado a ocupar o trabalho desta dupla de sociólogos nas décadas seguintes, conhecendo adaptações e reformulações ao longo desse tempo.

forma, entendidos como “fluid improvisations involving ongoing processes of interpretation and negotiation” (Jakson e Scott, 2010:15), os *scripts* sexuais, tal como formulados pelos sociólogos, vêm já enfatizar a autonomia individual e a dimensão *negocial* dos relacionamentos sexuais, subsidiando o entendimento da intimidade no contexto dos processos de individualização na contemporaneidade.

1.2.2 Individualização e a nova ordem do prazer

Efectivamente, a sexualidade contemporânea parece ser produto do cruzamento de vários discursos públicos e académicos, sendo também um terreno tradicionalmente marcado por lutas científicas e sociais, seja pela reivindicação de uma maior igualdade de poder entre categorias sociais, seja em defesa de um *desmantelamento* identitário de aspirações pós-modernas.

No que à tradição sociológica diz respeito, acabámos de ver que a adopção da sexualidade nos discursos da disciplina vem instigar o movimento *construtivista* que afasta o comportamento sexual de qualquer explicação essencializadora, desvelando a relatividade das lógicas sociais inscritas nas práticas e disposições dos indivíduos. Por outro lado, importa perceber que o assumir da sexualidade enquanto artefacto socialmente construído constitui, porventura, o primeiro requisito para perceber como, afinal, este campo da vida dos indivíduos dialoga com outros processos da realidade social. Com efeito, aos sociólogos tem-lhes interessado, a par de reforçar a dimensão social da sexualidade, tratá-la no quadro das transformações da modernidade e, em particular, enquanto reflexo do processo de *individualização* das sociedades contemporâneas. E falar de *individualização* implica falar de um movimento histórico de crescente pluralização e autonomia relativa dos círculos sociais de pertença (Simmel, 1989 [1908]), que traduz a passagem da predominância dos valores colectivos (comunitaristas, familiares, etc.) para prevalência dos valores individuais centrados na autonomia e realização pessoais (Elias, 2004 [1984]).

Assim, é à luz de tais mudanças – no quadro de um novo equilíbrio entre os paradigmas da *individualidade* e as normas sociais¹² - que diversos sociólogos (e.g. Sennett, 1986; Weeks, 1995; Giddens 2001; Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Bozon, 2002; Kimmel, 2004) propõem entender a sexualidade, considerando-a uma “metáfora” das transformações mais amplas da modernidade tardia e “foco da sua expressão” (Giddens, 2001:127).

¹² No fundo, aquilo a que Norbert Elias (2004 [1984]) definiu de “equilíbrio Nós-Eu”.

Na perspectiva de Giddens (2001), a intimidade constitui-se como lugar por excelência da enunciação dos dilemas próprios do *self*. No sentido em que as trajectórias e representações da sexualidade parecem resultar da crescente valorização das escolhas individuais e do progressivo declínio da regulação social exterior sobre os comportamentos, este campo torna-se central na reflexão sociológica sobre a individualidade, recaindo sobre ela o ónus da ética moderna da realização pessoal. Desta forma, segundo vários autores (e.g. Beck e Beck-Gernsheim, 1995, Giddens, 2001, Kimmel, 2004), é enquanto espaço de emergência da subjectividade moderna que a intimidade e a sexualidade vêem o seu valor redobrado na contemporaneidade.

É ainda alicerçada na tese da *individualização* e na revisão dos pressupostos da relação entre indivíduo e sociedade que surge a perspectiva de Michel Bozon (2002). Também para o sociólogo francês, num contexto em que as trajectórias e as experiências sexuais se diversificam e pluralizam, elas tornam-se um importante fundamento da individualidade. Em consequência, o predomínio das normas pessoais sobre uma regulação societal e exterior aos indivíduos terá afastado a sexualidade da ordem tradicional da procriação, anunciando-se, em sua alternativa, o triunfo de uma nova ordem de prazer e da intimidade.

Indubitavelmente, a perspectiva de Bozon (2001a, 2002) é devedora dos contributos construtivistas de Gagnon e Simon (2009 [1973]) ao definir as condutas sexuais como refractárias de lógicas socialmente derivadas. Em particular, numa lógica argumentativa semelhante à avançada pelos autores da teoria dos scripts sexuais, Bozon (2001a, 2002) vem propor o conceito de *orientações normativas*, como elemento mediador entre a estrutura social e agência individual. Por *orientações normativas* o autor entende os quadros mentais que delimitam o exercício da sexualidade, o seu sentido e a sua significância para a construção da identidade pessoal.

De facto, e como também afirma Policarpo (2011b), o conceito proposto por Bozon é importante na medida em que vem ainda servir o propósito de atribuição de coerência interna à experiência individual - uma condição que o autor considera necessária face a uma tendência, como a actual, de forte diversificação das experiências sexuais¹³. Nas palavras de

¹³ Afinal, como salvaguarda Lahire (2001a, 2005), mesmo em contextos de forte pluralização de repertórios e experiências, o actor não tende a perder a ilusão de unicidade de si. Afirmar que “os actores não são feitos de um só pedaço” mas antes constituídos por uma multiplicidade de disposições (para agir e para crer) “não significa que sejam *sem coerência*, mas sim sem princípio de coerência único” (Lahire, 2005:32).

Bozon (2001a :12) “dans la construction de soi, le difficile effort pour se connaître, se situer vis-à-vis des autres et se comprendre, par la quête individuelle des discours et des savoirs qui permettent de mettre en cohérence des expériences intimes de plus en plus diversifiées (...) l’emporte désormais sur l’ancienne préoccupation éthique de mise en conformité de l’individu avec un idéal moral absolu.”

Desta forma, enquanto formas de dar sentido às experiências sexuais e de integrá-las nas narrativas biográficas, as orientações normativas permitem estabelecer a coerência entre práticas da sexualidade e as representações de si, expressando o papel que a sexualidade desempenha na construção do sujeito (Bozon, 2001a, 2002). Em todo o caso, mesmo num contexto - como o das sociedades contemporâneas actuais - pautado pela desinstitucionalização da vida privada e pela pluralização das trajectórias afectivas e sexuais, tais configurações não existem senão em número limitado, sendo apenas três os modelos de orientações normativas propostos pelo autor: *modelo da rede sexual* (modèle du réseau sexuel); *modelo do desejo individual* (modèle du désir individuel); e *modelo da sexualidade conjugal* (modèle de la sexualité conjugale). No primeiro modelo a representação de si constrói-se pela relação do sujeito com uma rede importante de múltiplos parceiros sexuais, passados e presentes. Aqui a actividade sexual constituiu um aspecto importante das interacções sociais, sendo geradora de laços de interdependência entre o sujeito e a sua rede de relacionamentos. Por seu lado, o segundo modelo caracteriza-se por uma orientação narcísica, onde o sujeito se constrói motivado pelo seu desejo e pela conquista do prazer individual. Neste caso, “c’est avant tout le retour périodique du désir et de son accomplissement qui crée le sentiment de continuité du sujet” (Bozon, 2001a :1). Trata-se, por isso, de uma orientação menos exteriorizada do que a do anterior modelo, menos dependente da relação com os parceiros e mais voltada para o próprio indivíduo enquanto *sujeito desejante*. Finalmente, no modelo da sexualidade conjugal, as aspirações do sujeito são dirigidas para a construção de um ego conjugal. Desta forma, a actividade sexual é concebida dentro do quadro relacional, servindo de elemento significante da relação a dois.

Com efeito, podemos afirmar que tanto o reposicionamento da intimidade no centro dos processos de *individualização* das sociedades contemporâneas como o consequente enfoque no prazer nas relações a dois formam parte de uma *conceptualização* que será também central na nossa pesquisa, vendo-se assim reforçada a afinidade entre os legados teóricos aqui convocados e a análise que faremos dos percursos e representações da intimidade heterossexual.

1.3 A heterossexualidade como objecto

Como referimos na introdução deste capítulo, depois de percorridos os principais tópicos sobre a institucionalização da sexualidade como saber e a sua conceptualização como domínio da individualidade contemporânea, cabe-nos agora, numa linha argumentativa que se aproxima das perspectivas de Jackson (2008), Jackson e Scott (2010) e Beasley *et al.* (2012), reflectir sobre o estatuto analítico concedido aos enquadramentos heterossexuais nas diversas abordagens e conceptualizações da sexualidade.

Para começar, enquanto permaneceu no domínio das noções de normalidade impostas pelas abordagens médicas e terapêuticas, o estudo da sexualidade parece ter-se ocupado sobretudo de catalogar o desviante, rotulando de perversões ou patologias aquilo que seriam, na altura, formas disruptivas da norma de viver e representar a sexualidade. Naturalmente que distinguir normalidade e desvio constituiu (como ainda constitui) um processo marcado por lutas, tendo as fronteiras entre tais classificações vindo a sofrer muitas revisões ao longo do tempo. Quando, em meados do século passado, o interesse político sobre a sexualidade e a acção dos movimentos sociais feministas e LGBT começam a marcar também a agenda dos estudos académicos, a crítica da heterossexualidade torna-se central nas abordagens da sexualidade, remetendo o quadros de interacção sexual entre homens e mulheres para o domínio da reprodução das desigualdades e da dominação masculina. Mesmo as posturas que, na já referida “feminist sex wars”, advogavam por um entendimento do sexo como domínio prazenteiro da vida das pessoas (opondo-se à crítica que o associava invariavelmente à violência sobre as mulheres), na maioria das vezes, tiveram como referência quadros de interacção não-heterossexuais, pelo que nem mesmo essa disputa conseguiu colocar em evidência uma representação positiva ou apelativa da heterossexualidade (Beasley *et al.*, 2012). No fundo, como descreve Jackson (2008), quando questionar a hegemonia heterossexual (ou a heteronormatividade) se converteu no principal desafio das abordagens, trouxe-se à luz tudo o que dela ficava excluído e criaram-se as condições que iriam privilegiar o enfoque analítico sobre as sexualidades plurais e desviantes da *heteronorma*. Em consequência disso, no estudo da sexualidade, diversas áreas disciplinares e teóricas continuam, na actualidade, a revelar uma especial atracção por práticas e estilos de vida sexuais mais subversivos e em detrimento dos enquadramentos sexuais e afectivos mais próximos da norma dominante que, afinal, a maioria das pessoas protagoniza.

Mas se a heterossexualidade tende a estar ausente dos estudos da sexualidade, ou se neles ela é mais comumente assumida enquanto esquema omnipresente mas imutável, nas

abordagens do *mainstream* sociológico sobre o tema¹⁴, este *handicap* analítico não parece ser tão premente. Na sua insistência em situar a sexualidade no contexto de uma realidade mais ampla e em relação directa com outras esferas da vida social, os contributos da sociologia permitem, aliás, reforçar a relatividade das construções sociais da sexualidade, mesmo quando em causa estão as identidades heterossexuais e as experiências mundanas da *vida de todos os dias*. Ao recusar a ideia de que a sexualidade constitui um domínio isolado das demais esferas da vida (e regido por *leis excepcionais*) e ao reforçar, em alternativa, a sua relatividade face aos contextos de onde emerge, os contributos desta disciplina vêm romper com os paradigmas da naturalização da sexualidade e, desta forma, reiterar a variabilidade *socialmente derivada* contida também nas formas da heterossexualidade. Nestes termos, a heterossexualidade, longe de ser uma norma estática e imutável, vai reflectindo mudanças mais amplas e dialogando com outras esferas da vida social. Como exemplo disso mesmo, em *As Transformações da Intimidade*, Giddens (2001) procura estabelecer uma relação entre mudanças sociais típicas da modernidade tardia e os seus impactos sobre a vida íntima dos sujeitos. Para o autor, a revisão dos lugares sociais de género (promovida, por sua vez, por factores como a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, etc.) veio potenciar um novo entendimento das relações interpessoais produzindo uma forte democratização da intimidade heterossexual. Neste quadro, para Giddens (2001), a intimidade entre homens e mulheres tende a ser mais igualitária, negociada e livre, na base daquilo a que o autor define de *relação pura* (um conceito ideal-típico a que ainda teremos oportunidade de voltar mais adiante). E, estabelecendo um entendimento bidirecional da relação entre a intimidade e as demais esferas da vida social, esta perspectiva vem ainda contemplar um enfoque sobre os impactos que as tais transformações da intimidade podem trazer a outras instituições sociais, considerando que as primeiras exercem sobre as segundas uma influência subversiva, ao promoverem prevalência dos valores da realização afectiva sobre os paradigmas clássicos da maximização dos benefícios materiais (Giddens, 2001).

Por outro lado, ao situar a sexualidade no debate dos processos de individualização e ao fazer recair sobre ela uma parte importante dos dilemas contemporâneos do *self* (Giddens, 2001), as perspectivas da sociologia vêm ainda subsidiar a abordagem da agência individual na heterossexualidade e um entendimento da vivência íntima como expressão da

¹⁴ Ousamos denominar as perspectivas acima abordadas de *mainstream* da teorização sociológica sobre sexualidade na medida em que a associação, por elas proposta, da sexualidade contemporânea ao processo de individualização e a uma *nova ordem de prazer* nos parece ser detentora de ampla difusão e generalizada aceitação na disciplina.

individualidade e da comunicação com o outro. Também nesta base, podemos afirmar que a conceptualização dominante na disciplina se opõe a um entendimento monolítico e absoluto da *heteronorma*, contribuindo, aliás, para renovar o interesse analítico do *ordinary sex*.

Para terminar, podemos adiantar que será pela adoção de uma perspectiva de pendor construtivista e afeita aos contributos da sociologia que aqui temos vindo a salientar, que o presente trabalho pretende contribuir para renovar o interesse teórico da vivência heterossexual como algo mais do que uma norma que se constrói contra outras formas de sexualidade (Jackson, 2008). Com isto, não se pretende negar as desigualdades, as tensões e a violência inerentes a estes contextos, mas apenas recusar uma perspectiva monolítica das chamadas sexualidades convencionais e assumir que existe *heterossexualidade* para lá das relações de dominação e da *heteronormatividade* (Beasley *et al.*, 2012). Por outro lado, importante é ainda perceber que a análise da diversidade compreendida na heteronorma não tem de desaguar num estreitamento analítico sobre a continuidade, e em menosprezo dos processos de mudança. Pelo contrário, a sua mais-valia pode precisamente traduzir-se numa desocultação de indícios de transformação social, no sentido em que “only by knowing more about both normative and non-normative sexualities can we judge what is actually novel or subversive, how much is actually changing or remaining the same and thus map in more detail the contours of our changing sexual landscape” (Jackson, 2008:34).

II. METODOLOGIA E MODELO DE ANÁLISE: COMBINAÇÃO E CUMULATIVIDADE NA ESTUDO DA INTIMIDADE

O processo de construção de objecto e o desenho metodológico desta pesquisa de doutoramento foram, em grande medida, desenvolvidos no âmbito do Projecto “Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares” (ICS.UL)¹⁵. Desta forma, este trabalho surge associado à problemática geral e ao modelo de análise traçados para esse projecto de investigação, partilhando com ele opções metodológicas e, conseqüentemente, uma grande parte do material empírico que aqui será analisado.

Partindo das transformações recentes ocorridas em Portugal, o projecto “Género e Gerações” teve como principal objectivo investigar as relações sociais de género, reconstituindo narrativas familiares em linhagem constituídas por três gerações de homens e de mulheres (Avôs/Avós, Pais/Mães, Filhos/Filhas), pertencentes a duas regiões de Portugal com padrões de modernização muito diferenciados: Lisboa e as Terras de Basto¹⁶. Mais concretamente pretendia-se avaliar o impacto do tempo social e das transições biográficas sobre as culturas género nas famílias, adoptando, por um lado, uma perspectiva intergeracional, onde se analisavam as transmissões (materiais e simbólicas) efectuadas entre as várias gerações de homens e de mulheres, e por outro, uma perspectiva intra-geracional, onde se dirigia a atenção para as biografias e experiências dos actores e identificavam diferenças e similitudes entre as trajectórias individuais (Aboim *et al.*, 2009).

Contudo, a história deste trabalho de doutoramento é também a história da sua autonomização face à pesquisa de onde emergiu. Dentro da variedade de tópicos contemplada no projecto “Género e Gerações”¹⁷ para o estudo de mudanças e continuidades nas culturas de género, com o presente trabalho quisemos centrar a atenção sobre as *formas de viver e dar sentido à intimidade e à sexualidade*, fazendo desta dimensão particular das biografias e das transmissões normativas o objecto primordial da nossa investigação. Neste caminho, procuraremos captar a multidimensionalidade da problemática, recorrendo a uma estratégia

¹⁵ O projecto “Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares”, que decorreu no ICS.UL entre 2007 e 2009, foi coordenado pela Doutora Sofia Aboim e financiado pela FCT (Referência do Projecto: PIHM/SOC/63508/2005). De 2007 a 2008 colaborámos neste projecto, beneficiando de uma Bolsa de Investigação (BI) também concedida pela FCT.

¹⁶ Denomina-se de Terras de Basto o conjunto de quatro concelhos situados na bacia do Rio Basto: Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

¹⁷ A saber: socialização e transmissão familiar; trajectórias escolares e profissionais; conjugalidades e afectos; redes sociais; performances e normas de género; corpo, saúde e sexualidade.

analítica atenta a diferentes níveis de análise (macro e micro), para assim estabelecermos um diálogo constante entre as tendências sociais e as experiências dos indivíduos, ou – fazendo uso de uma dualidade clássica da epistemologia sociológica – um diálogo entre os domínios de *estrutura e agência*.

Como diria Silverman (2000), tratar a realidade como construída em diferentes níveis e contextos pressupõe a combinação de métodos e a intercepção de dados cumulativos de distintos âmbitos. Neste sentido, também a nossa pesquisa reclama uma pluralização metodológica, baseada num princípio de adequação dos métodos de investigação à natureza *multinível* da problemática em estudo. Numa análise que será muitas vezes de comparação entre os universos feminino e masculino ou entre gerações, procuraremos atender tanto a diferenças verificadas no plano macro-social como ao nível interno dos sistemas (Ragin, 1989), e, para o efeito, adoptaremos uma estratégia metodológica múltipla, de combinação entre a pesquisa intensiva e extensiva e de recurso a dados de natureza qualitativa e quantitativa.

Mais concretamente, vamos fazer uso de duas fontes de informação empírica principais: por um lado, as entrevistas biográficas e semi-directivas recolhidas, em 2007 e 2008, no âmbito do já mencionado projecto “Género e Gerações” e, por outro, as respostas ao inquérito “Saúde e Sexualidade”, desenvolvido, em 2007, por uma equipa de investigadores no ICS.UL¹⁸ e aplicado a uma amostra representativa da população (de 18 a 65 anos) de Portugal Continental. Todavia, porque as dimensões investigadas em ambas as pesquisas nem sempre são equiparáveis ou porque a natureza das informações geradas pelos instrumentos de pesquisa é muito distinta, a combinação da informação proveniente dessas fontes não será absoluta nem seguirá um procedimento automatizado ou estrito, tal como se explicará mais adiante. Em rigor, a análise dos discursos recolhidos com a pesquisa intensiva assumirá um papel central neste trabalho, atribuindo-se ao dados quantitativos um papel complementar.

Em suma, neste capítulo propomo-nos esboçar o desenho metodológico que preside à nossa pesquisa. Nesse caminho, não nos limitaremos à descrição dos métodos e técnicas de recolha empírica, mas trataremos também de destacar outras questões com relevância teórico-metodológica para o nosso trabalho. No ponto 2.1, começaremos, justamente, por salientar a centralidade do conceito de geração bem como a operacionalidade que, nesta pesquisa, lhe conferiremos. Depois, no ponto 2.2, explicitaremos os principais objectivos e os aspectos de

¹⁸ A equipa do projecto “Saúde e Sexualidade” foi coordenada pelos Professores Doutores Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral, a quem se agradece pela cedência dos dados do inquérito.

cariz metodológico que guiaram o projecto “Género e Gerações” bem como a função que se lhes atribuirá nesta pesquisa de doutoramento. No ponto 2.3, incidiremos sobre o papel da pesquisa extensiva para a nossa análise e, em particular, sobre o uso e o tratamento que faremos dos dados resultantes do inquérito “Saúde e Sexualidade”. Finalmente, a fechar este capítulo, no ponto 2.4 procuraremos ainda resumir os aspectos centrais da construção do nosso objecto e sistematizar o modelo de análise que orientará a nossa pesquisa.

2.1 Geração: um conceito operativo e transversal à análise

Como já referimos, o objectivo geral desta tese consiste na identificação de mudanças ocorridas nas últimas décadas nas formas de experienciar e dar sentido à vida íntima e (hetero)sexual. Na sua persecução, quatro capítulos de natureza teórico-empírica procurarão construir uma análise ecléctica, tratando temas tão diversos como a relação entre os tempos históricos e as normas face ao género e à sexualidade (capítulo 3); as mudanças e continuidades nas biografias afectivas e sexuais de homens e mulheres (capítulo 4); os limites que se impõem à ética libertária da sexualidade (capítulo 5); ou a transmissão, nas linhagens familiares, de normas e modelos de género e da sexualidade (capítulo 6). Como denominador comum - e não obstante a relativa autonomia (conceptual e metodológica) que assistirá cada secção ou capítulo deste trabalho – o mapeamento de transformações e continuidades constituirá um aspecto transversal à pesquisa, surgindo associado a uma *análise geracional* dos processos de mudança. Desta forma, na base do legado herdado do projecto “Género e Gerações”, o conceito de geração adquire uma função operativa na análise das formas de viver e representar a sexualidade, merecendo, por isso, ser aqui aprofundado.

Em virtude do aumento da esperança média de vida, actualmente as relações sociais têm lugar em contextos cada vez mais inter-geracionais (e.g. Attias-Donfut, 1995, Corsten, 1999) e, neste sentido, a questão das gerações parece ser detentora de uma crescente importância no debate sociológico. Geralmente, o termo geração é usado para referir um conjunto de indivíduos, que havendo nascido em períodos próximos uns dos outros, partilham a experiência de um mesmo tempo social. Desta forma, este conceito não é um simples sinónimo de *coorte* ou de grupo etário, constituindo-se pela partilha de uma série de outras características no contexto de uma organização social mais ampla (Motta e Weller, 2010). Com efeito, podemos afirmar que é através da experiência sincrónica de um dado tempo ou acontecimento social que as *coortes* se convertem em gerações dotadas de alguma unidade social (Corsten, 1999).

Para muitos autores, a perspectiva de Mannheim (1952) constitui a mais completa explicação do tema, sendo que a actualidade e a complexidade da sua análise residem num entendimento multidimensional das relações geracionais (Motta e Weller, 2010). Em *The problem of Generations* (1952), Mannheim define o conceito de geração salientando o seu sentido histórico. Nas palavras do autor, “individuals who belong to the same generation, who share the same year of birth, are endowed, to that extent, with a common location in the historical dimension of the social process” (1952: 290).

Apesar de não desvincular as gerações dos grupos etários, Mannheim refere que a relação entre as posições geracionais e os contextos sociais não é linearmente determinada pelo facto de alguém ter nascido, transitado para a juventude, vida adulta e velhice no mesmo período cronológico, mas pela possibilidade (derivada desse facto concreto) de participar dos mesmos acontecimentos em fases da vida próximas. No entanto, a partilha de momentos históricos em idades semelhantes tão-pouco constitui por si só uma condição suficiente para o desenvolvimento da noção de geração. Segundo Mannheim, é necessário existir um *vínculo geracional* entre os indivíduos, resultante de uma prática conjunta e de uma reflexão colectiva em torno dos mesmos acontecimentos. Neste sentido, o que estabelece a relação entre aqueles que partilham uma mesma *unidade geracional* não são os conteúdos em si, mas as tendências que caracterizam o grupo e que são derivadas da apropriação desses conteúdos.

Mas a par do entendimento das gerações enquanto produto e emblema de determinados processos históricos (Glenn, 2003), nas abordagens da sociologia destaca-se também uma perspectiva que associa as gerações às posições genealógicas nas linhagens familiares (Brannen *et al.*, 2004; Favart-Jardon, 2002; Gerson, 2002; Kellerhals, *et al.*, 2002; Trnka, 2002). Esta concepção genealógica da geração - definida em termos do lugar de descendência - permite estabelecer uma ligação entre o tempo histórico e o tempo biográfico, ampliando o potencial reflexivo das análises. Nesse sentido, para Motta e Weller (2010:178), a genealogia alia-se à noção de consciência geracional de que já nos falava Mannheim, “porquanto o tempo vivido por gerações passadas e reunido em forma de histórias, memórias e experiências conecta a geração seguinte com o tempo histórico e social”. No fundo, enquanto representante de uma posição genealógica, o conceito de geração é subsidiário da ideia de que as mudanças biográficas ocorrem num tempo que é também determinado pelo *lugar de descendência* dos sujeitos.

No quadro da nossa pesquisa qualitativa, adoptaremos uma perspectiva que procurou cumprir tanto com a dimensão histórica como genealógica das gerações. De facto, em termos metodológicos, o objectivo do projecto “Género e Gerações” recaiu na selecção de

entrevistados de determinados grupos etários, que partilhassem um mesmo tempo histórico de entrada na vida adulta (Aboim e Vasconcelos, 2009), bem como uma mesma posição genealógica nas linhagens familiares. Desta forma, pretendia-se, através do desenho metodológico, respeitar um entendimento multidimensional das gerações, recusando o simples uso de *coortes* ou grupos etários, de forma isolada ou desconectada face a outras gerações ou aos tempos históricos. Pelo contrário, privilegiou-se o uso de “grupos geracionais”, atribuindo-se-lhes um lugar num contínuo familiar e histórico e procurando fazer coincidir (temporalmente) a geração genealógica com a geração histórica.

Com efeito, também na nossa pesquisa, a análise das formas de viver e de representar a intimidade caminhará a par com a análise da mudança operada em três gerações distintas: representativos de uma Primeira Geração, entrevistaram-se Avôs e Avós que construíram as suas biografias no contexto do Estado Novo, num regime autoritário onde as desigualdades de género estavam decretadas legalmente e consubstanciavam a dominação masculina. Nascida num Portugal mais tradicionalista, esta geração acompanhou as grandes mudanças do processo português de modernização e pode, através da narrativa das suas experiências e memórias, reproduzir a história portuguesa das últimas cinco décadas. Pertences a uma Segunda Geração, entrevistaram-se Pais e Mães nascidos nas décadas de 1950 e 1960, que entraram na idade adulta nos anos pós-revolução, numa altura onde tiveram lugar significativas e rápidas mudanças no país. Finalmente, uma Terceira Geração de entrevistados corresponde aos Filhos e Filhas que enfrentam actualmente a transição para a vida adulta, sendo considerados descendentes directos da modernidade portuguesa no período pós integração europeia (Aboim *et al.*, 2009).

Por seu lado, no uso que faremos dos dados quantitativos provenientes do inquérito “Saúde e Sexualidade”, o recurso a gerações estará, de certa forma, condicionado pela natureza extensiva da pesquisa. É certo que a opção de mobilizar, na nossa análise, informação quantitativa e análise estatística decorre do objectivo de complementar e fortalecer a nossa reflexão sobre determinadas dimensões da mudança nas representações e práticas da intimidade sexual. Ainda assim, consideramos importante estabelecer uma relação entre os grupos geracionais definidos na pesquisa qualitativa e os dados relativos à amostra representativa da população portuguesa¹⁹.

Assim, não obstante as inultrapassáveis limitações inerentes às diferenças de partida dos processos de amostragem, procederemos a uma organização por grupo etário das

¹⁹ Em rigor, população entre os 18 e os 65 anos de Portugal Continental.

respostas ao inquérito por questionário. Sendo a referida amostra compreendida por inquiridos entre os 18 e os 65 anos, a nossa opção será a de distribuir as respostas por cinco grupos etários, procurando estabelecer alguma correspondência (obviamente, não absoluta) entre esses grupos e as gerações dos nossos entrevistados. Com efeito, sempre que nos parecer relevante para a análise e assim os dados o permitam, promoveremos o contraste entre a informação recolhida pelas entrevistas e os dados quantitativos, comparando os discursos da Primeira Geração (dos Avôs e Avós) com as respostas dos inquiridos entre os 60 e 65 anos²⁰; os discursos da Segunda Geração (dos Pais e Mães) com respostas dos inquiridos de 40 a 49 e de 50 a 59 anos; e, finalmente, os discursos da Geração Mais Nova (dos Filhos e Filhas) com as respostas dos inquiridos com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos. Para facilitar a compreensão, no esquema em baixo, identificamos as gerações e os grupos de idade que utilizaremos na pesquisa, bem como as relações que entre eles iremos estabelecer.

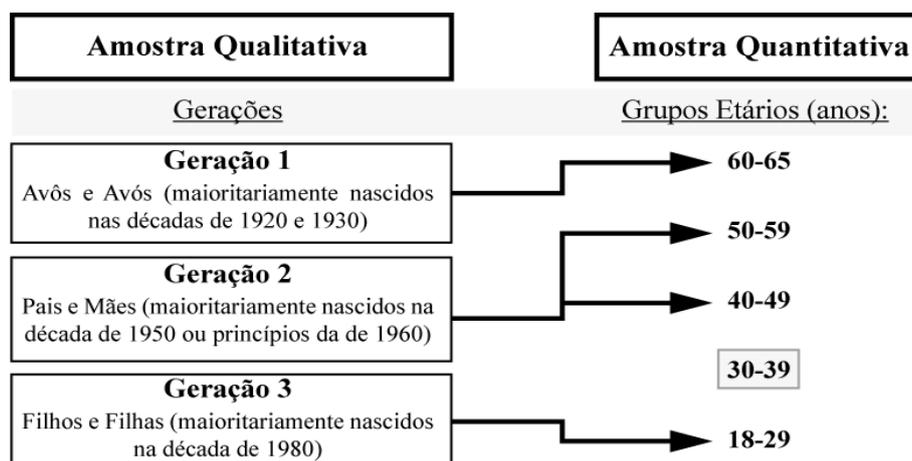


Figura 2.1 Esquema de correspondência entre grupos geracionais da amostra qualitativa e grupos etários da amostra extensiva

²⁰ Esta será, por ventura, a comparação que acarretará maiores limitações do ponto de vista metodológico. Estamos cientes da forçada correspondência entre os Avôs e Avós que entrevistámos (a maioria dos quais nascidos na década de 1930, com idades compreendidas os 70 e os 80 anos no momento da entrevista), e os inquiridos pertencentes ao grupo mais velho, de 60 a 65 anos. E no que concerne especificamente à amostra quantitativa, somos ainda conscientes da diferença que distingue este grupo etário, com um intervalo de idades de cinco (60-65), dos demais grupos etários, construídos com um intervalo de 10 anos. Em todo o caso, reiteramos que tanto a definição dos grupos etários como a sua relação com as gerações em causa foram definidas na medida das possibilidades e atendendo às diferenças inerentes a ambos os processos de amostragem (o da pesquisa intensiva e o da extensiva). Não obstante tais limitações, e assumindo o propósito ilustrativo (que nunca pretendeu ser absoluto ou representativo) da nossa análise, o contraste entre os dados de natureza distinta parecer-nos ainda assim aportar uma mais-valia ao nosso trabalho.

2.2 A Pesquisa Intensiva: os dados de natureza qualitativa no centro da pesquisa

2.2.1 Os contextos regionais

Um dos objectivos definidos para o projecto “Género e Gerações” consistia em contribuir para uma melhor articulação entre os contextos sociais e as diferenças ao nível da condição de género (Aboim *et al.*, 2009). Para o efeito, tal como já referimos, a pesquisa propunha a comparação entre duas regiões com padrões de modernização distintos: de um lado, a região mais qualificada e modernizada do país – Lisboa, e de outro, os municípios semi-industriais e semi-periféricos das Terras de Basto, situados na Região Norte, nos Distritos de Braga (Celorico e Cabeceiras de Basto) e Vila Real (Mondim de Basto e Ribeira de Pena).

Ainda que a pertença regional dos nossos entrevistados não constitua uma variável sempre central na nossa análise, também não podemos dizer que ela passará completamente incólume à nossa atenção. Porque a amostra qualitativa com a qual nos propomos trabalhar foi já constituída (estratificada) com base nesta diferenciação regional, em algumas partes desta tese parecer-nos-á, de facto, importante reforçar essa característica do processo de amostragem e, assim, explorar outros caminhos interpretativos sobre as formas de viver e representar a intimidade. Concretamente, no capítulo 6, teremos a oportunidade de verificar como os territórios geográficos de pertença das linhagens familiares são importantes para a interpretação das narrativas de género e da intimidade, explorando-se a sua significância enquanto factor de mediação entre as experiências familiares/individuais e os tempos sociais.

Aliás, como veremos já no capítulo seguinte (capítulo 3), na segunda metade do século XX, a sociedade portuguesa protagonizou um desenvolvimento acelerado e assimétrico, dando origem a uma forte diferenciação territorial interna. Acompanhado pelos processos de urbanização, terciarização e litoralização, tal desenvolvimento produziu desequilíbrios entre as dinâmicas sociais dos maiores centros urbanos do litoral (particularmente de Lisboa) e as localidades do interior, ruralizadas e crescentemente desertificadas. De facto, se a área metropolitana de Lisboa, apesar das suas diferenças sociais e económicas internas, é considerada centro da dinâmica de modernização do país e apresenta níveis de riqueza e bem-estar mais próximos da média da União Europeia, já as chamadas Terras de Basto podem ser um exemplo paradigmático de ruralidade transformada, da industrialização e dos serviços pouco qualificados, revelando um fraco desempenho em termos profissionais, educacionais assim como noutros indicadores de desenvolvimento humano. Por hipótese, esta assimetria regional pode produzir efeitos sobre as relações de género bem como sobre as normas e as trajectórias face à intimidade sexual dos indivíduos. A análise de dados censitários e de outras

estatísticas demográficas relativas à última década coloca Lisboa e as Terras de Basto em duas posições diferentes também face aos processos de modernização familiar: enquanto Lisboa se caracteriza por um contínuo aumento da individualização nas estruturas familiares, pela informalidade no casamento e na constituição de famílias e por uma mais expressiva igualdade de género na vida familiar, os municípios da Região Norte revelam uma tendência para a centralidade do casamento e a prevalência da estrutura de família nuclear (Aboim *et al.*, 2009). Assim, tal como no projecto “Género e Gerações”, também nesta pesquisa estes dois contextos territoriais servirão, em algum momento, para abordar esta evolução desigual dos sistemas de género e das trajectórias afectivas dos indivíduos, enquanto efeito das diferenças socioeconómicas dos contextos regionais de pertença.

2.2.2 A entrevista biográfica e a construção dos guiões

No projecto “Género e Gerações”, a inquirição feita a três gerações de homens e de mulheres dentro da mesma família seguiu uma metodologia biográfica, a qual procurava reconstruir os percursos individuais de forma detalhada, desvelando continuidades e rupturas intergeracionais. Para o efeito, a entrevista semi-directiva constitui-se como principal instrumento metodológico do projecto, sendo o desenvolvimento e a aplicação desta técnica tarefas de extrema importância também para esta pesquisa de doutoramento.

A entrevista qualitativa é uma metodologia de recolha de dados amplamente usada nas ciências sociais, na qual a interpretação do mundo vivencial partilhado pelos entrevistados é característica fundamental (Bauer e Gaskell, 2002). Nas entrevistas semi-estruturadas, as perguntas estão geralmente pré-definidas pelo guião, mas o entrevistador é livre de explorar outros campos, de solicitar clarificações e de dialogar com o entrevistado. Nas palavras de May (2006: 123), “these types of interviews are said to allow people to answer more on their own terms than the standardized interview permits, but still provide a greater structure for comparability over that of the focused interview”.

Desta forma, a opção metodológica recaiu sobre a produção de narrativas livres, que permitiram aos entrevistados estabelecer ligações entre diferentes esferas e tempos das suas experiências de vida. Os guiões contemplavam os temas a serem explorados, mas deixavam em aberto a possibilidade para a construção individual de narrativas sobre outros assuntos da vida familiar e das trajectórias pessoais. Através desta técnica, pretendeu-se promover o discurso sobre as relações e transmissões intergeracionais assim como as transições biográficas ou os “pontos de viragem” da construção do género nas histórias familiares.

A ênfase nas narrativas biográficas teve como objectivo “agarrar a realidade subjectiva da pessoa e da situação” (Fonseca, 2001:79) e, assim, atribuir “um papel central ao sujeito e um estatuto epistemológico à subjectividade” (Ferrarotti, 1983:51). De facto, segundo Ferrarotti (1983), qualquer narrativa autobiográfica conta uma prática humana, sendo cada prática individual uma actividade sintética e uma totalização activa de todo um contexto social. Para além disso, ao inquirirmos linhagens familiares, o desenho metodológico contemplou também a ênfase no *método genealógico* - um instrumento indispensável ao estudo inter-geracional, que permite organizar num conjunto coerente os dados referentes à filiação e à aliança dos indivíduos (Rivers, 1969 [1910]).

A construção dos guiões de entrevista (um para avôs/avós e pais/mãe e outro para os filhos/filhas) envolveu três fases distintas: a selecção e adequação dos conteúdos às diferentes gerações envolvidas no estudo; o pré-teste; e a reformulação do questionamento biográfico. A reconstrução das biografias de indivíduos pertencentes a três gerações através da combinação metodológica do estímulo narrativo com o pendor mais objectivista da reconstituição temporal de eventos passados terá constituído um dos principais desafios da sua operacionalização (Aboim *et al.*, 2009).

Na sua versão final, os guiões de entrevista foram construídos com base nas seguintes dimensões de análise: infância e relação com os pais, percursos escolares e profissionais, namoros, conjugalidade e afectos, filhos e biografias de fecundidade, configurações relacionais e redes de apoio, atitudes e avaliação das diferenças de género, saúde, corpo e sexualidade. Embora as biografias dos sujeitos e as histórias familiares interessem, na sua globalidade, à nossa análise (o que será especialmente evidente no capítulo 6), naturalmente que, para aferir continuidades e mudanças na vida íntima e sexual, incidiremos sobretudo nos temas de namoros, conjugalidades e afectos, diferenças de género e sexualidade (escolha que, de resto, teremos oportunidade de justificar mais adiante, aquando da explicitação do modelo de análise). Com efeito, tendo sido estas as dimensões biográficas às quais mais nos dedicámos no quadro da nossa colaboração no projecto “Género e Gerações”, elas voltam a constituir-se como objecto de estudo central nesta pesquisa de doutoramento.

Para a selecção da amostra (ver tópico seguinte) e sua posterior inquirição, a equipa do projecto “Género e Gerações” contou com o apoio de uma empresa especializada nessas tarefas, tendo a grande maioria das entrevistas sido assegurada pelos seus profissionais, ainda que sempre assessorados e acompanhados de perto pelos membros projecto. Destaque-se contudo que a realização de algumas entrevistas de pré-teste foi assegurada por nós, no

quadro das nossas funções enquanto integrantes da equipa de investigação²¹. Desta forma, ainda que o presente trabalho beneficie de um legado empírico que não deriva directamente ou em exclusividade dos objectivos específicos traçados para esta pesquisa de doutoramento, parece-nos importante referir a nossa participação activa tanto na definição dos conteúdos dos guiões de entrevista, como na realização do pré-teste ou ainda no acompanhamento do trabalho de campo.

2.2.3 A amostra qualitativa: selecção e caracterização social dos entrevistados

O desenho metodológico do estudo “Género e Gerações” pretendeu seguir uma perspectiva teórica que conceptualizava o género no quadro de outras diferenças sociais como a classe social e o contexto regional. E terá sido com base nesse pressuposto que o processo de amostragem foi definido.

Concretamente, a amostra foi constituída por 18 famílias da região de Lisboa e 4 da região das Terras de Basto, perfazendo, no total dos dois contextos²², 11 linhagens femininas (33 mulheres) e 11 linhagens masculinas (33 homens). Em ambos os territórios de observação, cada grupo de género foi internamente dividido de forma a capturar outras clivagens sociais. Começando pela geração mais nova, a estratégia de constituição da amostra recaiu em entrevistar famílias cujos jovens se encontrassem em diferentes situações na transição da escola para a vida profissional, abrangendo-se desde situações de abandono escolar precoce às de completude dos estudos superiores. Para o efeito, em primeiro lugar, seleccionaram-se então os entrevistados jovens, em fase de transição para a vida adulta, residentes em Lisboa e nas Terras de Basto e com trajectórias escolares universitárias e não universitárias. Encontraram-se, depois, os seus pais/mães e os seus avôs/avós, privilegiando sempre situações em que houvesse contacto regular entre os indivíduos. Para sistematizar, a amostra foi distribuída da seguinte forma:

²¹ Os guiões de entrevista foram pré-testados quer pela empresa, quer pela equipa do projecto através da realização de entrevistas a uma linhagem familiar feminina e a outra masculina.

²² Mais concretamente, da Área Metropolitana de Lisboa entrevistaram-se pessoas residentes nos concelhos de Lisboa (maioritariamente), Almada, Loures, Sintra, Odivelas e Oeiras. Por seu lado, os entrevistados das Terras de Basto pertenciam com maior incidência aos concelhos de Mondim e Celorico de Basto e, em menor número, a Ribeira de Pena.

		Avós/ Avós	Pais/ Mães	Filhos/ Filhas	TOTAL
Terras de Basto	H	2	2	2	6
	M	2	2	2	6
Lisboa	H	9	9	9	27
	M	9	9	9	27
TOTAL		22	22	22	66

Quadro 2.1 – Distribuição da Amostra Qualitativa (“Género e Gerações”)

De resto, o principal objectivo da distribuição da amostra foi o de assegurar a diversidade social dos entrevistados. Embora não houvesse o intuito de formular um estudo representativo, era, de facto, importante garantir a pluralidade de perfis sociais entre os inquiridos, de modo a traçar um retrato vivido e actualizado dos protagonistas das mudanças sociais que percorreram o século XX português.

No que concerne a perfis socioeconómicos da Primeira Geração, verificamos que as Avós da região de Lisboa são, na sua maioria, mulheres de origem social baixa que, não sendo naturais de Lisboa, migraram para esta cidade na busca de melhores condições de vida. Ainda assim, neste grupo podem distinguir-se três perfis principais: o primeiro diz respeito a mulheres com nenhuma ou muito pouca escolaridade e com trajectórias profissionais que, não obstante poderem ter sido caracterizadas pela entrada precoce no mundo do trabalho, acabam por estar profundamente ligadas às actividades domésticas ou a ocupações tradicionalmente femininas, como a costura. Um segundo perfil refere-se a mulheres de perfil operário, que pautando-se igualmente por baixas qualificações escolares, apresentam um percurso profissionalizante. Finalmente, num último perfil, encontramos avós de origens sociais favorecidas que, embora altamente escolarizadas (à época), não possuem experiência profissional, sendo a sua trajectória marcada pela dedicação à família e às actividades caritativas e religiosas. No conjunto das avós de Lisboa, apenas uma das que possuem estudos de nível superior, protagonizou (até ao momento da sua aposentação) uma trajectória profissional activa.

Por seu lado, as duas avós das Terras de Bastos podem encaixar-se no primeiro perfil identificado, no sentido em que se caracterizam pelas origens sociais desfavorecidas, pelos fracos ou inexistentes recursos escolares e pela precocidade na entrada na vida laboral. A distingui-las das mulheres da mesma geração de Lisboa, as suas trajectórias profissionais constituem-se fundamentalmente de ocupações ligadas ao mundo rural e ao trabalho

assalariado/salariado agrícola, ainda que muitas vezes integrado num esquema de economia doméstica.

Também entre os homens desta geração se regista uma considerável diversidade social. Comparativamente às mulheres, os Avôs entrevistados são, regra geral, mais escolarizados e os seus percursos apresentam, em todos os casos, uma maior diversidade de experiências profissionais. Em Lisboa, e independentemente das origens sociais destes homens poderem ser mais ou menos humildes, nenhum dos entrevistados avôs representa situações de grande privação económica ou de completa inexistência de capitais escolares, económicos ou sociais. Em suma, encontramos, nesta amostra masculina com perfis profissionais muito diversificados, operários e técnicos qualificados, assim como quadros dirigentes ou profissionais liberais altamente qualificados, os quais, na sua maioria, já provinham de linhagens familiares com elevados recursos económicos, escolares e profissionais. Por seu lado, os avôs entrevistados nos concelhos das Terras de Basto (e à semelhança do que acontecia nas linhagens femininas) distinguem-se dos homens da mesma geração de Lisboa, pelas suas trajectórias associadas a trabalhos rurais e agrícolas. Desta vez, contudo, estamos perante proprietários agrícolas e não assalariados. O cultivo das terras, os negócios de gado e a produção de leite figuram entre as ocupações referidas, encaixando-se num perfil de campesinato com alguma representação nesta região (Aboim *et al.*, 2009).

Na segunda geração de entrevistados, dos Pais e Mães, a diversidade social mantém-se embora, em virtude das transformações ocorridas na sociedade portuguesa, as distâncias objectivas entre indivíduos parecem encurtar ligeiramente. Entre as mulheres de Lisboa, da primeira para a segunda geração dá-se um aumento significativo dos níveis de escolaridade (só uma das mães não estudou além do ensino primário), embora essa tendência não produza um efeito directo sobre as trajectórias profissionais destas mulheres. Neste contexto, podemos, de resto, identificar três perfis fundamentais: um primeiro que traduz cenários nos quais, não obstante a melhoria generalizada das condições de vida, não parece haver uma mobilidade social muito expressiva da primeira para a segunda geração (sendo neste caso a reprodução social mais efectiva que a mudança); um segundo perfil que é constituído por mães com uma origem social baixa ou média mas que, tendo investido na sua qualificação escolar e profissional, protagonizam situações de clara mobilidade ascendente face aos seus antecedentes familiares (dando origem a processos de relocalização familiar na estrutura social); e um terceiro que retrata percursos femininos de origem social favorecida que – não tendo priorizado as suas carreiras profissionais - acabam por reproduzir o modelo de mulher dedicada à família e às actividades caritativas da geração antecedente. Por seu lado, as

entrevistadas das Terras de Basto podem encaixar-se no primeiro dos perfis apresentados, no sentido em que da primeira para a segunda geração observa-se a reedição de modelos, sendo as trajectórias (escolares, profissionais, familiares) destas mulheres objectivamente muito semelhantes às das suas mães (avós das linhagens).

Entre os homens da segunda geração de Lisboa, identificamos dois perfis socioprofissionais principais, os quais reflectem diferentes lógicas de mobilidade social face às gerações anteriores: um primeiro perfil - de mobilidade relativa - vem traduzir um aumento das qualificações profissionais da primeira face à segunda geração, embora tal tendência nem sempre se reflecta linearmente numa melhoria expressiva do nível socioeconómico do agregado familiar; e um segundo perfil vem ilustrar casos de reedição, da primeira para a segunda geração, de elevados capitais escolares, profissionais e sociais, perpetuando-se assim os privilégios do estatuto social de origem. No caso das famílias das Terras de Basto, por seu lado, verifica-se, em ambas linhagens masculinas, uma ruptura dos perfis socioprofissionais da primeira para a segunda geração. De facto, nenhum dos Pais entrevistados permanece ligado aos negócios agrícolas da família, tendo enveredado por trajectórias profissionais muito diferentes das dos seus progenitores. Num dos casos dá-se mesmo um aumento muito significativo dos capitais escolares que é instigador da mudança geracional na linhagem.

Finalmente, a Terceira Geração vem reflectir uma aproximação entre as trajectórias femininas e masculinas, que é devedora das importantes mudanças sociais das últimas décadas e, em especial, dos seus efeitos sobre a ordem social de género. Com efeito, entre os jovens entrevistados podemos distinguir três perfis que são comuns tanto a rapazes como a raparigas. Num primeiro perfil, agrupam-se os entrevistados mais jovens que, continuando a estudar e praticamente sem possuírem experiência profissional, vão reflectir o modelo socioeconómico dos seus agregados familiares de origem. Naturalmente que, pertencendo a famílias com diferentes perfis sociais, estes jovens acabam por transportar, através dos seus estilos de vida, das suas expectativas face ao futuro e dos seus ideais, as características desses lugares de classe, reflectindo na paisagem social as fronteiras que os aproximam de uns e os afastam de outros. Depois, um segundo perfil é referente aos jovens que tendo já iniciado as suas carreiras profissionais, ainda não concretizaram um processo de autonomização efectiva face às suas famílias. Neste caso, reportamo-nos a jovens que embora tenham terminado o seu percurso escolar e começado a trabalhar (completando o ensino secundário ou superior), continuam a adiar a saída da casa dos seus pais e a beneficiar, de alguma forma, do seu apoio material. Finalmente, um terceiro perfil refere-se aos casos de jovens em situação de independência financeira e residencial face à família de origem. De certa forma, este último

perfil é o único que nos permite estabelecer lógicas de mobilidade social nesta geração, sendo que, regra geral, os primeiros passos destas carreiras sócioeconómicas (que se desenvolverão ao longo da suas vidas) não nos sugerem grandes mudanças (seja de declínio ou de ascendência social) face aos seus progenitores. Só no caso de uma jovem do concelho de Mondim de Basto (25 anos, empregada administrativa, com frequência universitária) a distância face ao perfil social das mulheres da sua família parece ser mais significativa. Em suma, verificamos nesta última geração uma grande diversidade nas fases da transição para a vida adulta, resultando daqui uma acrescida dificuldade em traçar padrões de mudança ou continuidade face aos perfis socioeconómicos das gerações precedentes.

2.3 A Pesquisa Extensiva: a função complementar dos dados quantitativos na pesquisa

2.3.1 O Inquérito “Saúde e Sexualidade”: breve apresentação metodológica

Como já referimos, neste trabalho vamos procurar combinar dados empíricos de naturezas diversas. Embora - como também já temos vindo a salientar - os discursos recolhidos no âmbito das entrevistas biográficas e semi-estruturadas assumam um papel central na nossa reflexão, o objectivo teórico-metodológico de estabelecer um constante diálogo entre as dinâmicas sociais e as experiências e discursos individuais convida-nos a uma estratégia analítica “a diferentes níveis”, na qual a diversificação das fontes de recolha empírica ganha certa pertinência.

Para começar, já no capítulo seguinte (capítulo 3), procuraremos enquadrar a mudança geracional dos modelos normativos face à sexualidade nas dinâmicas mais amplas de mudança social ocorrida nas últimas décadas em Portugal. Para o efeito, iremos conciliar a análise dados provenientes dos Censos e de outras estatísticas demográficas com uma primeira abordagem dos discursos recolhidos no âmbito das entrevistas biográficas. No entanto, será nos capítulos 4 e 5 – dedicados respectivamente aos temas “Sexualidade em três gerações: biografias e discursos na primeira pessoa” e “Representações da Sexualidade: uma revisão crítica do ideário de libertação sexual” – que optaremos por combinar os dados de natureza qualitativa (das entrevistas) com a informação recolhida no âmbito do projecto “Saúde e Sexualidade”. De facto, ao longo desses dois capítulos, por diversas vezes, faremos alusão aos “dados quantitativos”, aos “dados estatísticos” ou à “pesquisa extensiva”, sendo que tais noções servirão para nos referirmos ao material empírico proveniente do inquérito realizado em 2007 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa no âmbito de

um protocolo estabelecido entre este laboratório associado e a Coordenação Nacional para a Infecção do VIH/Sida.

Em termos gerais, o projecto “Saúde e Sexualidade” visou estudar as relações entre comportamentos sexuais e comportamentos preventivos da população portuguesa, procurando explorar hipóteses que contribuíssem para a explicação da situação epidemiológica do país. O campo de inquirição não se limitou, contudo, aos comportamentos associados ao risco, tendo sido indagados outros tópicos relativos a práticas sexuais assim como questões sobre os contextos relacionais e as orientações normativas que configuram o campo da sexualidade. Os principais resultados deste estudo foram apresentados no livro *Sexualidades em Portugal, Comportamentos e Riscos* (Ferreira, Cabral, 2010).

Em termos metodológicos, como já dissemos, o estudo assentou na realização de um inquérito a uma amostra representativa da população de Portugal Continental, tendo o questionário sido estruturado em quatro áreas de inquirição: práticas e valores sexuais (1); relação entre sexualidade e bem-estar individual (2); atitudes e estratégias preventivas (3); e caracterização dos inquiridos (4).

A população-alvo compreendeu indivíduos com idades entre os 18 e os 65 anos residentes em Portugal Continental, sendo a amostra composta por um total 3507 entrevistas válidas²³. Atendendo à extensão dos tópicos a inquirir e ao tempo necessário para cada inquérito, optou-se por usar duas versões do mesmo inquérito, as quais contemplavam uma parte comum (que correspondia à grande maioria das questões) e um conjunto de questões que variava consoante a versão do inquérito. A alternância entre as versões seguiu um critério aleatório sistemático.

Finalmente, cada inquérito terá sido aplicado em duas fases: num primeiro momento, o entrevistador colocava as questões e assinalava no questionário as respostas do inquirido e num segundo momento, era o próprio inquirido que auto-preenchia um conjunto de questões sobre práticas sexuais, por forma a garantir totais condições de confidencialidade e anonimato.

2.3.2 O uso e a função do inquérito “Saúde e Sexualidade”

Neste trabalho, tivemos então acesso à base de dados das respostas obtidas para a amostra de 3507 inquéritos (1749 de homens e 1758 de mulheres). A ideia de recorrer a estes dados prendeu-se com a oportunidade de dispor de um conjunto muito considerável de informação

²³ Para informações mais em detalhe sobre o processo de sondagem e de amostragem da pesquisa, consultar a fonte em Ferreira e Cabral (2010).

sobre práticas e representações da sexualidade recolhido junto de uma amostra representativa da população portuguesa. Considerámos, portanto, que fazer um uso selectivo desses dados extensivos, em função dos objectivos da nossa pesquisa, poderia significar um complemento interessante a uma análise (de eminente pendor *qualitativista*) sobre as mudanças operadas nas últimas décadas em termos relacionados com as vivências e representações da intimidade no contexto da heterossexualidade. Concretamente, como também já fomos sugerindo ao longo deste capítulo metodológico, os dados estatísticos servirão, sobretudo, para contraste com os resultados da pesquisa intensiva, numa estratégia que pretende complementar a riqueza e a diversidade dos dados qualitativos com a extensão e maior representatividade dos dados de natureza quantitativa.

Não obstante o inquérito “Saúde e Sexualidade” ter sido desenvolvido e aplicado de forma prévia e completamente alheia à nossa pesquisa, cada um dos dados que dele apresentaremos será resultado de um tratamento estatístico próprio, realizado de acordo com os objectivos concretos da nossa análise²⁴. Como vimos (ponto 2.1 deste capítulo), a primeira operação que faremos consistirá num agrupamento das respostas de acordo com cinco grupos etários definidos em sede da nossa investigação.

De resto, o tratamento estatístico a realizar dos dados do inquérito não será inferencial mas apenas descritivo. A estatística descritiva, como o próprio nome indica, descreve as características da amostra mas os seus resultados, ainda que derivados a partir de uma amostra representativa (como é o caso), não podem ser extrapolados para o total do universo. Mais concretamente, optaremos por descrever a amostra, calculando frequências e – sempre que nos parecer apropriado – medidas de tendência central (médias, medianas e modas) de variáveis referentes a questões como: virgindade; primeira relação sexual; parceiros sexuais; práticas sexuais; frequência das relações sexuais; problemas e disfunções sexuais; prazer nas relações sexuais; e atitudes face à vida íntima e à sexualidade (opção que será explicada mais adiante). Quer isto dizer que a análise dos dados recolhidos no âmbito do referido inquérito se cingirá a um uso descritivo e selectivo dessa informação em função das dimensões tratadas na nossa pesquisa. Neste contexto, importa ainda referir que, à semelhança da informação qualitativa recolhida no âmbito das entrevistas, a convocação dos dados quantitativos será, tanto quanto possível, guiada por uma perspectiva atenta às diferenças entre géneros e entre as gerações ou grupos etários.

²⁴ Ver, em Anexo, as tabelas de tratamento dos dados quantitativos.

2.4 Modelo de análise e construção do objecto

Chegados aqui e antes de partirmos para a análise da realidade empírica que queremos conhecer, importa ainda definir melhor o nosso objecto de estudo e, sintetizando alguma da informação que foi sendo avançada ao longo deste capítulo, concretizar o modelo analítico que preside a esta pesquisa de doutoramento.

Como afirmámos, este trabalho tem como principal objectivo o estudo de *mudanças nas formas de viver e dar sentido à intimidade sexual no contexto da heteronorma*. Partiremos para a análise dos dados empíricos, ademais, com o intuito de desvendar a diversidade de normas e de percursos em coexistência na paisagem afectiva e (hetero)sexual portuguesa, privilegiando o entendimento da relação entre as mudanças macro-estruturais, as tendências de género e geracionais e a singularidade individual. Em consequência, mais do que uma segmentação da análise por diferentes níveis, procuraremos desenvolver uma abordagem integradora, capaz de traduzir o *vaivém dialógico* que se estabelece entre os diferentes patamares analíticos. Para o efeito, e como já referimos, vamos adoptar um desenho metodológico plural que combina dados de natureza distinta (qualitativa e quantitativa) sobre dimensões biográficas e normativas da vida íntima e sexual de homens e mulheres.

Desta forma, o nosso objecto encontra-se alicerçado noutra diferenciação fundamental: aquela de distingue práticas e representações. Naturalmente que na pesquisa sociológica – como, provavelmente, em muitas outras – o investigador desenvolve o seu trabalho com base em discursos e não em realidades objectivas e “verdades absolutas”. No entanto, para além desta inevitabilidade que podemos considerar transversal ao ofício da disciplina, no estudo da vida privada e da vida íntima e sexual a distinção entre estes níveis discursivos – o das práticas e o das atitudes – parece redobrar a sua importância. Afinal, não será nova a ideia de que a intimidade e a sexualidade, em particular, constituem domínios privilegiados de ocultação da realidade e, nesse sentido, de potencial discordância entre as normas prescritas e as experiências *realmente* vivenciadas (e.g. Scott, 1998).

Conscientes de tal idiosincrasia, tão-pouco é nosso objectivo desenhar uma pesquisa que aspire a uma segregação constante entre *discursos sobre práticas* e *discursos sobre normas*. Uma vez mais, e em alternativa, procuraremos, antes, desenvolver uma análise agregadora de dimensões analíticas - tanto biográficas como normativas - que nos ajudem a reflectir sobre as mudanças operadas no âmbito da intimidade e da (hetero)sexualidade e que sejam capazes reflectir a pluralidade e o potencial transformativo inerentes a este campo. Em

concreto, mobilizando dados provenientes tanto das entrevistas biográficas como da aplicação do inquérito, pretendemos recuperar, por um lado, temas como as socializações de género nas famílias, a iniciação sexual, os repertórios sexuais, o prazer, a satisfação e os problemas sexuais, e o quotidiano em casal, para expressar uma dimensão de análise biográfica e, por outro, temas como o valor simbólico da virgindade, a igualdade de género, a tolerância face a identidades sexuais minoritárias, a aceitação de relações fora da conjugalidade e outras *permissividades sexuais* (Pais, 1998), para captar uma dimensão de análise atitudinal. Para sistematizar, a imagem seguinte procura representar esquematicamente o modelo de análise que norteará este trabalho.

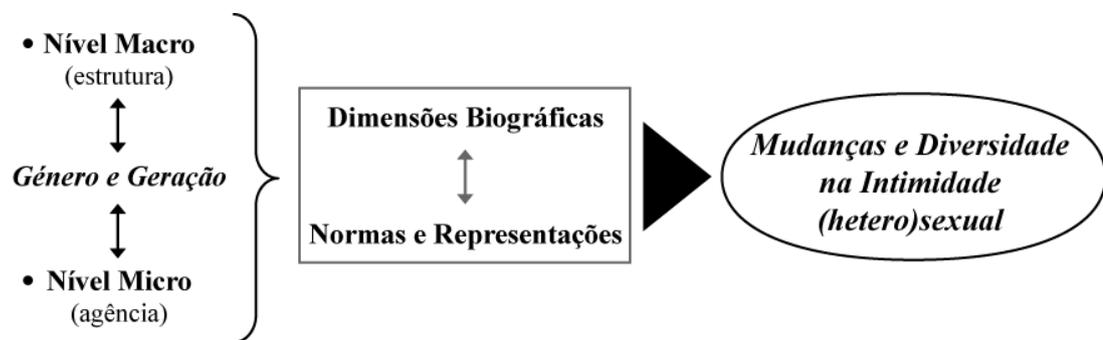


Figura 2.2 Esquemática do modelo de análise

Contudo, e como acabámos de referir, a diferenciação analítica entre dimensões referentes a práticas e experiências biográficas (por um lado) e as representações ou dimensões normativas (por outro) nem sempre se traduzirá, ao longo deste trabalho, numa separação objectiva entre ambas esferas, já que os discursos sobre as práticas são sempre portadores de sentidos normativos, da mesma forma que a expressão de atitudes surge muitas vezes, *discursivamente*, associada à experiência vivida pelos sujeitos. Em rigor, podemos dizer que este trabalho nos aportará secções cujas temáticas, uma vez, recaem de forma mais directa sobre dimensões de índole biográfica (como será o caso do capítulo 4) e outras onde a problemática se centra, com maior evidência, no domínio das normas e dos valores face à vida íntima e sexual (como será o caso do capítulo 5). No entanto, quer nuns casos como noutros, será sobretudo a articulação entre domínios de experiência e de representação que prevalecerá na nossa análise, recaindo sobre ela uma parte fundamental da complexidade inerente ao nosso objecto.

III. SEXUALIDADE E MUDANÇA SOCIAL EM PORTUGAL

As sociedades modernas, em todos os níveis da sua complexidade interna, conhecem incessantes mudanças. Segundo Shils (1981:327), “society is a ‘trans-temporal’ phenomenon. It is not constituted by its existence at a single moment in time. It exists only through time. It is temporally constituted”. Nesta linha, propomo-nos olhar para a sociedade, entendendo-a como um conjunto de processos interligados a muitos níveis, e cuja existência - estando marcada pela componente *transtemporal* de que nos fala Shils (1981) – não se limita a um momento determinado, sendo antes construída *através* do tempo.

Reiterando a pertinência daquele que tem sido, desde sempre, um reverenciado desafio para a disciplina sociológica, este capítulo pretende abordar o tema da mudança social e identificar dinâmicas de mudança e continuidade operadas na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas. Mais concretamente, procuraremos traçar um quadro de transformações nos modelos normativos face à sexualidade, seguindo uma abordagem guiada pelas gerações e por uma perspectiva que integrará alguns discursos recolhidos no âmbito das entrevistas biográficas.

Antes disso, contudo, iremos trilhar um caminho que se encontra a montante deste nosso objecto, mas que é, sem dúvida, indispensável ao seu enquadramento e compreensão. Remetendo a mudança social para a sua expressão no contexto português, começaremos, justamente, por identificar de forma sumária as principais transformações ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas cinco décadas. Em traços gerais, nesta secção, iremos perceber o sentido de mudanças verificadas ao nível político, sociodemográfico, económico e cultural (ponto 3.1). Depois, num ponto seguinte, estreitaremos a nossa análise, evidenciando um conjunto de tendências identificadas especificamente nos campos da família, do género e da conjugalidade e que, como veremos, são expressão da aproximação de Portugal aos perfis de outras sociedades europeias contemporâneas (ponto 3.2). Chegados aqui, e antes de concluirmos, procuraremos então caracterizar os ambientes normativos geracionais que têm vindo a marcar as representações e as práticas face à vida privada e à sexualidade, combinando factos conhecidos da história recente do país (sobretudo dos tópicos relacionados com a vida privada) com algumas ilustrações discursivas dos nossos entrevistados (ponto 3.3). Finalmente, a fechar a análise, apresentaremos uma breve síntese das tendências identificadas ao longo do capítulo (ponto 3.4).

3.1 A Sociedade Portuguesa em mudança: as grandes tendências

Caracterizar a sociedade portuguesa de hoje e, ainda mais especificamente, as normas que rodeiam a vida privada dos indivíduos requer, em nosso entender, três condições essenciais. Por um lado, a análise deve pressupor um esforço retrospectivo, capaz, precisamente, de ilustrar o carácter processual dos contextos sociais. Afinal, já nos relembra o princípio do *historicismo* – tão caro ao pensamento sociológico – que qualquer configuração social presente é sempre resultado de processos passados e históricos de formação. Por outro lado, a identificação de mudanças ocorridas em determinado campo de análise não deve surgir alheada das transformações verificadas noutras áreas da dinâmica social. O mesmo equivale a dizer que a sociedade não consiste numa simples soma de segmentos estanques, sendo antes entendida como um conjunto articulado e complexo de fenómenos. Finalmente, a caracterização de uma realidade social concreta será tanto mais rica se, num esforço dialógico, for capaz de estabelecer relações entre as estruturas sociais e a singularidade dos casos individuais, isto é, se conseguir desvelar os efeitos da mudança a diferentes níveis.

Do ponto de vista das dinâmicas sociais, importa salientar algumas transformações que têm marcado as últimas cinco décadas da sociedade portuguesa, e será disso que nos encarregaremos neste tópico em concreto.

Nos anos 60 do século XX, a população portuguesa era ainda, em grande medida, uma população marcada pelos valores da ruralidade (Wall, 2005) e dedicada a formas de agricultura tradicionais²⁵. Politicamente, o país já havia aderido à EFTA²⁶ e a guerra colonial, desencadeada a partir de 1961 com o surgimento dos movimentos independentistas das colónias, constituía (e constituiu durante os 13 anos que durou) um aspecto incontornável da vida nacional, com efeitos não só ao nível político e da afectação de recursos (Barreto, 2005), mas também a nível da organização familiar.

As taxas de natalidade eram altas e o perfil demográfico revelava uma população jovem ou pouco envelhecida. A emigração portuguesa - não sendo um fenómeno novo –

²⁵ Quer de assalariado precário (sobretudo a Sul) quer de pequeno campesinato proprietário ou rendeiro (predominante nas regiões do Centro e Norte) (Almeida *et al.*, 2007).

²⁶ A “European Free Trade Association” (EFTA) é uma organização europeia fundada em 1960 pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça (países que não tinham ainda aderido à Comunidade Económica Europeia (CEE)) para a criação de uma área de comércio livre. A adesão de Portugal como membro fundador desta organização indicia a emergente (ainda que tímida) abertura do país ao exterior.

conhecia nessa altura uma proporção até aí inatingível, tendo maioritariamente os países europeus (especialmente França) como destino do fluxo migratório²⁷.

A Revolução de 1974, que pressupôs a fundação de um regime democrático e parlamentar, constitui um acontecimento central da história recente do país, sendo simultaneamente culminante e catalisador de profundas e aceleradas mudanças sociais, culturais e económicas. No plano geográfico, intensificaram-se os fenómenos de *desruralização*, desertificação do interior e litoralização, aos quais se associaram importantes mudanças nos modos de vida da população (Almeida *et al.*, 2007).

Também ao nível de outros indicadores demográficos e das tendências de organização familiar se verificaram transformações: a estrutura da população envelheceu, as taxas de nupcialidade, de natalidade e o índice sintético de fecundidade diminuíram, assim como também diminuiu a dimensão média dos grupos domésticos. Aumentaram, por seu lado, a taxa de divórcio, os nascimentos fora do casamento, a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho e os agregados de pessoas sós.²⁸

Ao longo das últimas cinco décadas, também os padrões de escolarização se alteraram radicalmente. Em 1960, 65,6% da população com 15 ou mais anos não alcançava qualquer nível de escolaridade – um indicador que, em 2011, era de 10,39%²⁹, concentrando-se essencialmente nos grupos etários mais velhos (fonte: INE, Censos 2011). A expansão do sistema escolar chegou a todo o território e a toda a população, e a escolaridade obrigatória - desde a década de 1980 fixada em nove anos – tornou-se uma realidade efectiva, não obstante

²⁷ A partir de meados da década de 1960, o saldo migratório anual superava com grande vantagem o saldo fisiológico traduzindo-se esta diferença num decréscimo populacional em termos absolutos (Barreto, 2005)

²⁸ Em 1960, a Taxa Bruta de Nupcialidade era de 7,8‰, tendo diminuído para 3,4‰ em 2011; a taxa Bruta de Natalidade expressa igualmente um decréscimo muito significativo para o mesmo período: passou de 24,1‰, em 1960, para 9,2‰ em 2011; o Índice Sintético de Fecundidade, situado em 1960 nos 3,6, apresentava o valor de 1,35 em 2011. Em 1983 (dados anteriores a essa data não disponíveis) a Dimensão Média dos Grupos Domésticos fixava-se 3,3 contra os 2,6 de 2012. Expressando uma tendência contrária, a Taxa Bruta de Divórcio aumentou de 0,1‰ em 1960 para 2,5‰ em 2011; os nascimentos fora do casamento também aumentaram a sua proporção: em 1960 representavam 9,5% dos nascimentos ocorridos, em 1970 12% e em 2012 correspondiam já a 45,6% dos nascimentos contabilizados (calculado com base nos valores absolutos); finalmente, a proporção dos agregados de pessoas sós que era, em 1992 (dados anteriores a essa data não disponíveis), de 12,5% atingia os 19,1% em 2012 (calculado com base nos valores absolutos). (Fonte INE/PORDATA). Voltaremos a estas tendências familiares e conjugais no ponto seguinte deste capítulo.

²⁹ Um valor que, ainda assim, representa um aumento face aos 9,2% assumidos pelo mesmo indicador em 2001 (Fonte: INE, Censos 2001).

a prevalência dos fenómenos de insucesso e abandono escolar. O número de população com o ensino secundário e superior também cresceu exponencialmente no período observado. Se em 1960 a população estudante a frequentar o ensino superior era de 26.000 (Barreto, 2005), em 2001, o valor atingia os 387.703 e em 2012 os 390.273³⁰ (havendo, contudo, decaído face ao de 2011, que contabilizou um total de 396.268 alunos) (fonte: DGEEC-MEC/PORDATA). Ainda assim, apesar das inegáveis e rápidas mudanças no sentido da universalização da escolaridade, quando comparada com outros países da Europa, a formação média da população portuguesa permanece relativamente baixa nos dias de hoje.

No que toca aos sectores de produção e mão-de-obra, a terciarização da economia foi rápida e evidente. Nas últimas cinco décadas, assistimos à forte redução do sector primário³¹, à estagnação da produção no sector secundário (indústria) e à ascensão do sector dos serviços que, da última posição, passou para o primeiro lugar na ocupação da população activa. Neste período, a composição social e profissional sofreu, portanto, mudanças profundas, não só na distribuição da população activa³² pelos sectores profissionais, como também na condição perante o trabalho³³.

Sem dúvida que no quadro das dinâmicas de escolaridade e socioprofissionais, as mulheres foram as que protagonizaram as maiores mudanças. Fruto disso e associado a uma reviravolta cultural mais alargada, o estatuto social concedido às mulheres e a sua presença no panorama público conheceu profundas alterações, com uma quase triplicação da taxa de actividade profissional feminina, desde 1960 (e.g. Torres, 2001, Barreto, 2005; Wall, 2005; Aboim, 2005; Almeida *et al.*, 2007).

³⁰ Note-se contudo, que este aumento não tem sido sempre constante ao longo do tempo. O ano que, de resto, contabilizou um maior número de alunos matriculados no ensino superior foi 2004, registando um total de 400.831. Desde então, este indicador tem oscilado entre aumentos e diminuições de uns anos para outros. O valor referente a 2012, por exemplo, reflecte uma diminuição face ao ano anterior, contabilizando menos 6000 alunos matriculados que em 2011 (fonte: DGEEC-MEC/PORDATA).

³¹ Se, na década de 1960, o sector primário era ainda maioritário na estrutura produtiva do país, ao longo do tempo o seu peso tem vindo a reduzir-se a uma pequena expressão (inferior a 8% no ano 2000). (Barreto, 2005)

³² Para começar, registou-se um aumento significativo do valor total da população activa que em 2010 totalizava mais de 5,5 milhões de pessoas (fonte: INE, Inquérito ao Emprego)

³³ Em termos gerais, entre 1974 e 2010, a proporção de patrões aumentou muito significativamente, passando de 2,91% para 5,15%; a de trabalhadores por conta própria oscilou pouco, registando um ligeiro aumento de 16,2% para 16,6%; e a de trabalhadores por conta de outrem também aumentou de 65,4% para 77,2%. (proporções calculadas com base em valores absolutos), (fonte: INE/PORDATA).

De facto, em Portugal, a participação das mulheres no mercado de trabalho atinge valores bastante consideráveis³⁴, sobretudo para os períodos etários onde se intensificam as responsabilidades familiares e quando mais se faz sentir o défice de estruturas de apoio à família³⁵. Naturalmente que as variações verificadas nas taxas de natalidade e fecundidade não são indiferentes a esta realidade. No entanto, os dados estatísticos revelam, por um lado, que o emprego feminino se apresentava já elevado em contextos de alta fecundidade e, por outro, que a queda dos nascimentos tanto se observa em mulheres activas como não activas (Almeida *et al.*, 1998).

Terá sido o exponencial aumento de mulheres em todos os escalões de ensino a contribuir, em definitivo, para incrementar a sua actividade profissional e, com isso, a modificar o seu *lugar* na sociedade. Tradicionalmente menos escolarizadas que os homens (Almeida e Guerreiro, 1993), as mulheres são, actualmente, as que atingem uma maior proporção de escolaridade ao nível do ensino secundário e superior – uma tendência pela primeira vez identificada nas estatísticas de 1979, no que diz respeito ao nível de ensino secundário e, em 1986, para o ensino superior (fonte: INE/PORDATA). Todavia, outros aspectos devem ser levados em conta no momento de analisar o protagonismo feminino na sociedade portuguesa. Como referem alguns autores (e.g. Almeida *et al.*, 1995; Torres, 2002), a emigração e o recrutamento militar masculinos, tão pronunciados na década de 1960, propiciaram a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, em funções que, noutras circunstâncias, possivelmente teriam sido ocupadas por homens. Coincidindo ainda com o movimento inaugural de terciarização da economia (Torres, 2001), juntos, estes fenómenos criaram efectivamente condições para produzir a mudança e incrementar a visibilidade social das mulheres³⁶.

³⁴ No que diz respeito a actividade feminina, Portugal destaca-se do conjunto dos países da Europa do SuI, aproximando-se daqueles com maior prevalência de mulheres no mercado de trabalho (Almeida *et al.*, 1998). Também dados do Eurostat de comparação entre os vários países da União Europeia revelam que, em 2010, Portugal apresentava uma taxa de emprego feminina (entre as mulheres de 15 a 64 anos) de 61,1%, sendo superior à média da UE15 (59,5%), UE25 (58,5%) ou UE27 (58,2%).

³⁵ Segundo Almeida *et al.*, (1998), na década de 1960, a faixa etária dos 15 aos 19 anos era aquela que atingia maiores percentagens de actividade feminina (na maioria das vezes, antes do casamento e do nascimento dos filhos). No entanto, já à data do censo da população de 1991, o valor modal da participação feminina no mercado de trabalho recaía sobre o intervalo de 25 a 29 anos, aparentemente indiferente ao matrimónio e à maternidade. De salientar também que, no conjunto das mulheres, a taxa de actividade mantém-se com percentagens elevadas até idades relativamente tardias.

³⁶ De facto esta questão redobra a sua pertinência num contexto, como o actual, onde o aumento da Taxa de Desemprego entre os homens é mais acentuado que nas mulheres. Se tradicionalmente este

Assim, em vários sectores da vida social, o país foi sendo palco de grandes e aceleradas transformações. Na política, na geografia, na demografia, nas dinâmicas de escolaridade e socioprofissionais da população, as transformações são evidentes e, em termos gerais, contribuíram para a aproximação de Portugal ao padrão de desenvolvimento de outros países europeus. No entanto, não será rigoroso pensar que a história recente se fez unicamente de mudanças generalizadas ou que o processo modernização portuguesa teve lugar, de forma definitiva e homogénea, por todo território. Pelo contrário, o desenvolvimento económico e social, acompanhado pelos processos de urbanização, terciarização e litoralização, produziu desequilíbrios entre as dinâmicas sociais dos maiores centros urbanos do litoral e as localidades do interior, eminentemente ruralizadas e desertificadas. Já em 1964, Adérito Sedas Nunes se referia a Portugal como “sociedade dualista em evolução”, constatando a assimetria (ou um desenvolvimento processado a dois ritmos) que, hoje em dia e quase cinco décadas depois, se continua a fazer sentir. Somado a isto, e como sugere Barreto (2005), também a rapidez da mudança social portuguesa³⁷, associada à condição periférica do país e à escassez de recursos, poderá justificar algum *deficit* sentido tanto na estrutura económica do país como nas condições gerais de vida da sua população.

Com efeito, não obstante toda a transformação operada em Portugal e a plasticidade revelada pela sociedade para se adaptar a mudanças tão repentinas, as insuficiências e desequilíbrios na estrutura produtiva, social e de capital humano continuam a distinguir Portugal de outros países com os quais partilha modelos de instituições e de padrões de desenvolvimento (e.g. Barreto, 2005; Estanque, 2009a). De facto, na conjuntura actual de retrocesso económico, Portugal continua a ser um dos países mais desiguais da União Europeia, em indicadores como a distribuição de rendimentos ou nos relacionados com o mercado de trabalho e a protecção social (Carmo, 2011).

indicador tendia a ser sempre mais elevado nas mulheres que nos homens, depois de alguns anos de progressiva aproximação entre ambas Taxas, em 2012 registou-se, pela primeira vez, uma inversão da tendência com a Taxa de Desemprego Masculina (15,7%) a superar, ainda que por uma diferença mínima, a Feminina (15,6%) (fonte: INE/PORDATA).

³⁷ Tal como afirma Maria Filomena Mónica (1997:230), “com a provável excepção da Espanha, nenhum outro país europeu conseguiu liquidar o campesinato, alterar a taxa de fecundidade, mudar os padrões de consumo, diminuir a mortalidade infantil, instaurar o sufrágio universal transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras a pessoas e bens, escolarizar a população, liquidar um Império, à velocidade a que o fez Portugal.”

3.2 Família, Género e Conjugalidade na mira dos processos de mudança

“As famílias são lugares onde se espelham os efeitos dos processos de transformação global, mas também um espaço próprio e dinâmico de construção de mudança”: assim o afirmam Wall *et al.* (2011:4), sugerindo que as grandes tendências de recomposição demográfica e social verificadas nas últimas décadas em Portugal se fazem acompanhar de importantes mudanças nas formas de organização familiar. Das alterações nos padrões demográficos, às mudanças políticas³⁸, passando pela aproximação do país a padrões normativos de outras sociedades ocidentais, vários são os factores que operam na transformação das famílias em Portugal, fazendo deste campo um meio privilegiado para observar os efeitos da modernização sobre os comportamentos privados.

Neste sentido, importa, pois, perceber de que forma estas mudanças têm expressão na vida das famílias portuguesas e de que maneira se consubstancia, afinal, tal modernização. Para começar, a evolução dos agregados domésticos (a que já fizemos breve referência no ponto anterior deste capítulo) parece ser um indicador demográfico relevante: a diminuição do número médio de pessoas por grupo doméstico (3,1 em 1991 e 2,6 em 2011), o incremento das famílias monoparentais (que mais do que duplicaram entre 1992 e 2012), o aumento dos agregados de pessoas sós (que em 2012 correspondiam já 19,1% do total dos agregados domésticos³⁹) e a diminuição dos agregados numerosos (apenas 2% em 2009) reflectem, por si só e com propriedade, a consolidação de modelos familiares que se distanciam dos do passado (fonte: INE/PORDATA).

No que respeita a tendências específicas da conjugalidade, o tipo de agregados domésticos parece confirmar a centralidade da vida a dois na constituição da família, no sentido em que, não obstante as mudanças introduzidas, mais de 60% das famílias continuam por ter na sua génese a formação de um casal. Em particular, e ainda que se denote um aumento da proporção de casais sem filhos (que, de 15% em 1960, passaram a representar 37,1% do total de casais, em 2012) é o casal com filhos que subsiste enquanto formato

³⁸ Não sendo o nosso objectivo aprofundar o tema das políticas de família, é importante reter que o processo de modernização familiar em Portugal não se tem produzido unicamente por via dos efeitos retroactivos das mudanças históricas sobre a vida privada mas que, muitas vezes e até de uma forma mais evidente e linear, as mudanças derivam da implementação políticas públicas concretas, e, nomeadamente, por meio da produção legislativa que regula campos como o casamento, o divórcio ou a parentalidade.

³⁹ Calculado com base nos valores absolutos (fonte: INE/PORDATA).

predominante das famílias portuguesas (Fonte: INE/PORDATA. Proporções calculadas com base nos valores absolutos).

Contudo, nem só de continuidades se revestem as tendências face à conjugalidade na nossa sociedade. Pelo contrário, desde a forma de escolher um parceiro à forma de com ele partilhar uma vida, filhos e projectos são muitas e evidentes as mudanças operadas nesta esfera da vida familiar, nas últimas décadas (Aboim, 2011). Para além de uma quebra bastante expressiva da nupcialidade, os dados estatísticos mostram como o casamento em si tem vindo a sofrer transformações, sendo contraído cada vez mais tarde: se em 1980 a idade média ao primeiro casamento era de 25,4 anos no caso dos homens e 23,3 no das mulheres, em 2011 os valores fixavam-se nos 31 e 29,5 anos, respectivamente (fonte: INE/PORDATA). Por outro lado, vemos como o casamento por “contrato civil” (por oposição à união católica) se instaura como modelo dominante, contrastando, em absoluto, com a tendência do passado: se em 1960 a percentagem de casamentos não católicos se cingia a 9,3% e a 27,5% em 1990, em 2012 essa proporção atingiu 59,9% dos casamentos celebrados (fonte: INE/PORDATA).

Além disso, outras tendências caracterizam o panorama familiar actual indiciando a crescente pluralidade de percursos de conjugalidade: para começar, a coabitação pré-nupcial, que terá duplicado no período intercensitário de 1991 a 2001 e que se consolida como estágio inicial (mais prolongado ou transitório) da vida conjugal; em segundo lugar, o incremento das uniões de facto - uma alternativa ao casamento civil (consagrada na lei, desde 1999, para casais heterossexuais e, desde 2001, também para homossexuais) que vem estabelecer os direitos e deveres de quem vive em conjugalidade sem, no entanto, estar casado; em terceiro, a evolução do divórcio, que não cessa de aumentar desde 1975, colocando Portugal acima da média europeia em matéria de taxa de divorcialidade (Wall *et al.*, 2011), e, finalmente, a consagração na Lei, em 2010, do casamento entre pessoas do mesmo sexo⁴⁰.

Por seu lado, e tal como já foi sugerido anteriormente, também as mudanças operadas ao nível da divisão do trabalho profissional têm vindo a pressupor alterações na organização das relações de género, com efeitos sobre a vida familiar e conjugal. No entanto, a transição acelerada para o modelo dominante de duplo emprego (em que ambos os cônjuges exercem

⁴⁰ Em Maio de 2010 foi publicada em DR a Lei nº 9/2010 que veio permitir o casamento civil entre duas pessoas do mesmo sexo, estipulando a alteração no Artº 1577 do Código Civil, o qual passaria a definir o casamento como “contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código”. Antes desta alteração, o mesmo artigo definia casamento como “contrato celebrado entre *duas pessoas de sexo diferente* que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código”.

profissão) não apagou os traços da desigualdade entre homens e mulheres nas famílias⁴¹, já que continuam a ser as mulheres as mais sobrecarregadas com as responsabilidades domésticas, dedicando, em média, mais 10 horas semanais que os homens a estas tarefas. E embora no que diz respeito a “cuidados com os filhos” vários autores (André, 1993; Torres e Silva, 1998; Guerreiro, Torres e Lobo, 2009) assinalem um maior equilíbrio entre a participação de ambos os cônjuges, a verdade é que a diferença de 7 horas semanais de média de dedicação às crianças (23h das mulheres contra 16h dos homens) é ainda bastante significativa (Wall *et al.* 2012)⁴².

Assim, chegamos a um retrato da mudança na vida familiar que, sendo construído de realidades estatisticamente quantificáveis como as que aqui identificámos, convida também à interpretação dos seus significados implícitos ou das lógicas normativas que estão por detrás destas tendências. Com efeito, do ponto de vista dos valores, vários estudos realizados no âmbito da sociologia da família têm procurado entender de que forma as mudanças objectivas operadas no país potenciaram novas orientações normativas na vida conjugal e familiar dos portugueses. Sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, com a difusão dos ideais democráticos e de liberdade, diferentes análises dão conta de “uma tendência ideal modernista em que ganham relevo orientações normativas legitimadoras da igualdade de género, do primado da afectividade, da democraticidade da vida familiar e da realização pessoal.” (Aboim, 2005:170). Na mesma linha, e no quadro das tendências mais enfáticas e generalizadas na família, destaca-se o movimento de privatização que, derivando de mudanças estruturais na sociedade como a melhoria das condições de vida ou a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, se traduz, como vimos, numa autonomização dos grupos familiares e, conseqüentemente, na passagem de relações familiares formais e hierarquizadas para relações assentes no companheirismo, no centramento na educação dos filhos, no fechamento sobre a família conjugal e numa progressiva igualdade de género.

Assim, a modernização parece chegar às famílias portuguesas pela mão de um movimento tendencial que Burgess, Locke e Thomes (1960) descreveram pela primeira vez como passagem da “instituição” para o “companheirismo”. No entanto, tal como ressalvam alguns autores (Torres, 2002; Aboim, 2005) e como bem espelha a hesitação de alguns indicadores estatísticos, o afrouxamento dos valores tradicionais e institucionalistas não

⁴¹ Em rigor, nem na vida doméstica nem no mercado de emprego já que este continua a reservar para as mulheres posições geralmente mais precárias, mal pagas e menos qualificadas que as dos homens.

⁴² Dados para Portugal do European Quality of Life Survey de 2007 apresentados em Wall *et al.*, 2012.

significa a sua completa erradicação. No que à conjugalidade diz respeito, não podemos falar de uma incorporação generalizada de valores de coesão e de perfis de fusionalidade ou, utilizando a distinção ideal-típica supracitada, numa passagem definitiva da tónica *institucionalista* para os valores do *companheirismo*. Por outro lado, analisar as famílias portuguesas contemporâneas sob uma qualquer perspectiva dicotómica (que, em sentido lato, tenha como finalidade última distinguir o *tradicional* do *moderno*) revela-se algo insuficiente, tendo em conta a pluralidade de modelos normativos em coexistência.

No fundo, se algum traço pode ser caracterizador ou emblemático do panorama de normas face à família e à conjugalidade em Portugal será com certeza a grande diversidade de modelos que o compõem e, conseqüentemente, a sua não redução a tendências de carácter dominante - podendo este traço, em si mesmo, ser interpretado como decorrente da privatização dos afectos e da recusa da ingerência social e institucional sobre a vida a dois e familiar.

3.3 Ambientes normativos e mudanças na sexualidade

No que concerne às formas de representar e viver a sexualidade, as preocupações com a escala e a direcção da mudança parecem ser relevantes. Se é verdade que alguns autores (Foucault, 1994, Plummer, 1995) vêm situar as sementes da história sexual moderna no século XVIII e XIX, é em momentos históricos mais próximos e em contextos sociais particulares que tendem a surgir enraizadas as abordagens contemporâneas neste campo⁴³. Concretamente, a literatura parece convergir na ideia de que algo muito significativo mudou na sexualidade a partir da década de 1960 nas sociedades ocidentais: “More specifically, shifts have been detected in the swings towards a libertarianism (...); towards a feminization of sex; towards a recreational sex; and ultimately towards a democratizations of intimacy” (Plummer, 1995:123).

No mesmo sentido, outros indícios de mudança são desvendados pelos estudos de comparação intergeracional que consecutivamente atribuem às gerações mais velhas uma

⁴³ Naturalmente que esta tendência merece ser devidamente refreada e, como nenhuma outra, não se impõe em termos absolutos. Prova disso, como vimos, a perspectiva de Foucault (1994) – referência central na teorização contemporânea da sexualidade – inscreve-se no domínio das análises macro, propondo-se a explorar os caminhos através dos quais a modernidade tem produzido e regulado discursos sobre o sexo.

moral sexual mais conservadora e defensora do puritanismo sexual, e aos jovens uma ética tendencialmente mais tolerante e experimentalista, consubstanciada em vínculos afectivos menos estáveis, experiências de coabitação pré-maritais (ou em alternativa ao casamento), iniciações sexuais precoces e relações heterogâmicas (Pais, 1998).

Numa primeira análise das entrevistas recolhidas podemos extrair uma paisagem geral das ideologias sexuais que veiculam na sociedade. Neste patamar analítico, damos-nos conta de uma regulação social que opera de forma heterogénea por meio de discursos, activados diferenciadamente em função dos quadros institucionais que os produzem e dos contextos sociais a que se destinam. Entre o incitamento e a contenção sexual, entre a celebração e a ameaça das novas liberdades sexuais, no fundo, entre o conservadorismo e a abertura face à mudança, os indivíduos das diferentes gerações parecem aperceber-se da multiplicidade de discursos coexistentes, aderindo a uns, recusando outros ou, simplesmente, combinando-os nas suas declarações e nas suas práticas. Em suma, da análise transversal ao conjunto de entrevistas resulta um mapa de diferentes tonalidades, onde, a par das clivagens sociais, económicas, geracionais e culturais, sobressaem fronteiras simbólicas entre as éticas perante a vida íntima e a sexualidade em particular.

Todavia, afirmar a multiplicidade de modelos normativos não equivale a retirar relevância às lógicas sociais que actuam na activação e suspensão de determinadas disposições valorativas. Ou, por outras palavras, sugerir que os perfis normativos possam ser heterogéneos na sua composição não significa negligenciar a sua validade analítica, como se os indivíduos fossem sempre e radicalmente diferentes uns dos outros ou como se os actores saltassem a cada instante de um universo social para o outro, sem qualquer sentido de continuidade. De facto, sem deixar de atender à singularidade que marca cada trajectória e cada relato individual, a análise atenta dos discursos dos entrevistados permite também identificar algumas lógicas de aproximação e separação entre as ideologias expressas, estabelecendo um compromisso entre a inteligibilidade do exercício sociológico e a natureza (mais heterogénea que unívoca) do nosso objecto.

Na tentativa, precisamente, de perceber como dialogam as influências da pertença geracional dos actores na activação dos patrimónios normativos e das condutas, algumas questões se colocam: que importância terão afinal as afiliações geracionais na adopção de posturas ideológicas e de comportamentos em relação à sexualidade? Será possível identificar com probidade efeitos geracionais a partir de discursos tão plurais (e tão singulares, ao mesmo tempo)?

Não obstante as diferenças e *nuanças* interpessoais registadas, os testemunhos dos entrevistados não são alheios aos modelos de género e às morais sexuais dos tempos históricos onde se inserem, sendo possível identificar, para cada geração representada, algumas tendências ideológicas, com evidentes efeitos sobre as trajectórias ou práticas dos actores. Neste sentido, parece-nos conveniente traçar o retrato dos ambientes sociais normativos correspondentes a cada geração histórica e familiar.

3.3.1 A geração dos Avós: sexualidade como ameaça à ordem social

A primeira geração em análise compõe-se de avós e avós nascidos maioritariamente nas décadas de 1920 e 1930. As suas biografias construíram-se, em grande parte, no contexto do Estado Novo sob a égide de um regime autoritário que decretava legalmente a subordinação das mulheres e advogava a doutrina tradicional da Igreja assente na família procriadora (Rodrigues, 1983). Foi, portanto, debaixo de uma vigilância cuidada e de regras que impunham fronteiras bem delimitadas entre os universos masculinos e femininos que esta geração foi educada.

Nos anos 50 do século XX – altura em que situamos a passagem para a vida adulta da maioria destes avós - esperava-se da mulher que fosse passiva, respeitadora da autoridade masculina e confinada ao espaço doméstico e à maternidade. A sexualidade feminina, de que publicamente muito pouco se falava, representava uma ameaça à ordem social (Aboim *et al.*, 2011) e, por princípio, deveria estar restringida à relação legítima do casamento. Neste contexto, como refere Freire (2010:21) no livro *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, “muitas mulheres que hoje têm mais de 70 anos foram tornadas reféns de uma lógica de autovigilância e autocensura, reféns de um quotidiano que lhes impunha observância doentia da castidade e da pureza, reféns de uma negação do próprio corpo, enquanto veículo de prazer”.

Fora da esfera privada, a mulher era uma figura estática, sem grande relevo. A sua valorização social dependia da imagem do marido, representante público e político da família. É certo que nos meios mais humildes as mulheres sempre trabalharam fora de casa⁴⁴. Trocar, ainda em criança, os bancos da escola pelo trabalho agrícola, a aprendizagem da costura ou o serviço doméstico em casas de outras famílias é uma realidade que muitas das nossas entrevistadas conhecem. Denunciando uma origem social particularmente desfavorecida,

⁴⁴ Em 1948, Maria Lamas (citado por Aboim, 2011:93) afirmava: “No povo não há, praticamente, mulheres domésticas. Todas trabalham, mais ou menos fora do lar. Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendedeiras, criadas de servir ou mulheres-a-dias”.

Alice (Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Loures), nascida em 1941 numa aldeia da Beira Baixa, revela-nos: *“Os primeiros anos de vida passei na minha terra, até aos seis anos. Depois, como a vida era muito difícil, éramos muitos irmãos e os meus pais eram muito pobres, então puseram-me na casa de uma senhora, portanto, para eu comer... e vestir. (...) E eu fui para lá, pronto, olhe, a fazer o que calhava, passava a ferro, lavava o chão (...). Fazia de tudo.”*

No entanto, e apesar da predominância do trabalho feminino no Estado Novo, o fenómeno não merecia um justo reconhecimento e uma carreira ou o exercício de uma profissão continuavam a ser, simbolicamente, propriedades masculinas⁴⁵. Quanto muito, em meios mais favorecidos e liberais, aceitava-se a dedicação profissional das mulheres, desde que em ocupações adequadas à sua “natural” vocação assistencialista ou educativa.

Nas classes privilegiadas, por seu lado, praticamente todas as famílias contavam com o apoio das empregadas domésticas – uma “instituição” incontornável no retrato social da época. Adriana, de 80 anos (antigo 7º ano, Doméstica, Viúva, Sintra), sempre beneficiou dessa ajuda. Olhando agora em retrospectiva, considera que houve alturas (como quando casou) em que dispor de uma empregada interna talvez não se justificasse. No entanto, estava de tal forma instituída na dinâmica social, que a hipótese de prescindir desse privilégio nem se colocava: *“Eu [estava] sozinha com uma criada, imagine. Para quê que eu queria a criada? (...) Realmente eram outras épocas, porque eu não tinha nada que fazer”*. Dispensadas de um quotidiano submergido em tarefas da casa e no cuidado dos filhos, muitas destas mulheres da média e alta burguesia, como Adriana, ocupavam o seu tempo em actividades caritativas e de convívio social: *“ [Trabalhar] fora não, agora colaborei muito. (...) Primeiro na Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (...) depois na Igreja.”*

Num universo paralelo, o homem era o provedor e agente máximo da autoridade na família. Ao contrário da mulher, nunca era suspeito de delitos morais e, gozando de uma dupla moral, a sua masculinidade dependia tanto do seu papel de honrado chefe de família como de sujeito experiente e viril. Com efeito, no que diz respeito à sexualidade, enquanto se esperava da mulher que chegasse virgem ao casamento, o homem teria, muito antes disso, de

⁴⁵ Neste contexto, há que referir que só em 1967, com a promulgação do Código Civil, se produz uma alteração na lei que vem permitir às mulheres casadas o exercício de profissões liberais ou de funções públicas dispensando a autorização do marido. Ainda assim, essa alteração não pressupôs o fim das desigualdades: algumas profissões (como as da carreira diplomática e da magistratura) continuavam vedadas às mulheres em geral e outras (as de enfermeira ou de hospedeira de bordo) destinavam-se unicamente a mulheres não casadas (Aboim, 2011), considerando-se o seu exercício incompatível com o dever moral associado ao casamento.

dar provas da sua virilidade. A mesma moral puritana que impunha às “mulheres de bem” uma vivência sexual recatada exigia dos homens uma mestria e performance infalíveis.

Assim, a iniciação sexual masculina ocorria, na maioria dos casos, com prostitutas ou com as chamadas “mulheres fáceis”. Apesar de condenada e estigmatizada pelos discursos oficiais do Estado e da medicina, a prostituição não estava proibida por lei até 1962 e o recurso aos serviços de meretrizes acabava por ter uma função tão hedonista quanto pedagógica. Era um rito de passagem para a sexualidade adulta e a confirmação necessária da supremacia masculina. Como recorda Victor (73 anos, Curso complementar de comércio, Gerente Comercial, Casado, Sintra), a sua primeira experiência aconteceu numa casa de prostituição em Lisboa, quando tinha 17 anos: *“Um grupo de amigos mais velhos juntaram 3 ou 4 dos outros mais novos e levaram-nos. Foi natural.”*. Também depois do casamento, as relações extra-conjugais eram comuns e, embora fossem também fonte de angústia para as mulheres, eram tacitamente aceites pela sociedade. Afinal, essa era a natureza poligâmica e aventureira dos homens.

Amparado pela Igreja, o direito canónico e o código civil, o Regime promovia assim os valores da autoridade e inimizabilidade masculinas por oposição à submissão e castidade femininas. Nestes termos (e considerando a indissolubilidade do casamento católico instituída pela Concordata assinada entre o Estado Português e a Santa Sé, em 1940), o divórcio constituía uma grande ameaça à sacralização da família e a imprensa conservadora da época procurava moralizar constantemente as leitoras para a inevitabilidade do sacrifício no matrimónio e para a necessária subserviência ao homem: *“Para a mulher, mesmo para a mãe, o marido deve estar sempre no primeiro plano, no primeiro lugar a seguir a Deus, na ordem das suas preocupações. O matrimónio é um sacrifício.”* (Revista Stella, 1949 citado por Freire, 2010:202). Como revela Alice (67 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Loures), muitas vezes esse sacrifício chegava a pressupor a sujeição a uma violência física, que, em muitos meios, estava “naturalmente” inscrita nos modos de relacionamento e interacção conjugal (Casimiro, 2011): *“A gente antigamente, uma pessoa tinha que se calar, senão os maridos batiam. Agora não há mulher nenhuma que admita uma coisa dessas, acho eu. Antigamente as pessoas tinham que se sujeitar, já no meu tempo ainda era assim. A gente tinha de se sujeitar ao marido e no tempo da minha mãe ainda pior”*.

Da mesma forma, também o aborto era alvo das preocupações morais e considerado, quiçá, o pior dos atentados aos olhos da ideologia *familialista* dominante. Todavia, num

contexto em que a contracepção segura apenas estava acessível a uma minoria das mulheres⁴⁶, a interrupção da gravidez não era prática pouco frequente. Lurdes (77 anos, Ensino Primário Incompleto, Operária Fabril Reformada, Casada, Almada) terá passado por essa experiência 14 vezes: “*na altura, [os métodos contraceptivos] ainda não eram tão falados, não é? E o meu marido não gostava muito disso, por isso o resultado.*”

Também o namoro era um alvo constante da suspeita moral, e do *flirt* dizia-se ser um “mal endémico da sociedade moderna” (Freire, 2010:143). Muitas vezes longos e à distância, os namoros eram alimentados por cartas e regulados por uma série de procedimentos amplamente codificados que visavam, acima de tudo, impedir o contacto íntimo entre os jovens. As mulheres deveriam chegar virgens ao altar e os homens, respeitadores das suas futuras esposas, deveriam saber esperar pelo dia do casamento. Entretanto - é certo - iam tendo oportunidade de ampliar o seu património de experiências recorrendo a outras mulheres de “conduta duvidosa”. Como nos conta Fernando (85 anos, Ensino Primário, Proprietário de Terras, Casado, Ribeira de Pena) “ [Enquanto namorámos] *nunca tive relações com a minha mulher. [Tive com outras]. (...) Antes de casar eu era um homem como outro qualquer.*”

As décadas de 1940 a 1960 foram, portanto, férteis em mensagens reguladoras dos comportamentos. Da medicina, ecoavam discursos higienistas que faziam a apologia à virtude moral⁴⁷ e, na imprensa da época, sobretudo na mais conservadora, apelava-se ao pudor feminino, aos valores puritanos e à modéstia cristã. As publicações e a literatura à volta do *mundus vivendi* feminino eram bastante variadas e transformavam o quotidiano das mulheres num exercício de grande disciplina e auto-controle, onde qualquer mostra de espontaneidade devia ser evitada (Freire, 2010).

Ainda na década de 1950, o cinema, o surgimento de publicações mais liberais e outras influências culturais oriundas dos Estados Unidos e de outras partes da Europa vieram contribuir para incubar algumas mudanças e, nos círculos mais liberais e urbanos, começava-se a reclamar uma revisão dos papéis femininos e masculinos na sociedade e na família. Na

⁴⁶ Note-se que, em Portugal, a pílula contraceptiva começou a ser vendida em farmácias só em 1962 e que, para a sua aquisição, era necessária uma justificação médica que certificava a finalidade de regulação do ciclo menstrual da mulher (Policarpo, 2011a).

⁴⁷ Como refere Policarpo (2011a), a visão que a medicina vinha a desenvolver da sexualidade desde os finais do século XIX ecoava na moral sexual dominante das décadas de 1950 e 1960. Particularmente, em Portugal, essa visão estaria representada na obra *A Vida Sexual* de Egas Moniz (1913), onde a sexualidade era entendida como resposta ao instinto de conservação da espécie e o casamento como meio social e moralmente adequado para regulação dos comportamentos e controlo da disseminação de doenças contagiosas.

mesma linha, também nos meios estudantis e universitários começavam a ecoar vozes de desacordo face à segregação sexual da sociedade. Particularmente polémica terá sido a publicação, em 1961, no jornal da Associação Académica de Coimbra “Via Latina”, da “Carta a uma jovem portuguesa”⁴⁸ - uma mensagem contestatária da desigualdade e da falta de liberdade a que estavam remetidas as relações entre rapazes e raparigas, e um manifesto apelo à insurreição feminina: “Queremos amar-nos e conhecermo-nos e não podemos (...) Tu és a imanência carnal que os jovens insultam e desejam. Mas tens de ser no futuro a jovem ao lado do jovem. A rapariga ao lado do rapaz. (...) Tens de derrubar connosco o muro que nos separa”. Naturalmente que esta “carta”, dirigida genericamente a uma qualquer “rapariga portuguesa”, veio impulsionar debates sobre a condição feminina na sociedade portuguesa e mereceu a indignação dos grupos mais conservadores e, particularmente, da Igreja. Contudo, tais movimentos de contestação acabavam por estar circunscritos a contextos sociais minoritários, sem uma expressão capaz de derrubar o poder hegemónico da moral dominante e dos “bons velhos costumes”.

No entanto, é preciso perceber que uma coisa seria o sistema ideológico vigente e outra as práticas das pessoas. Pese embora o sem-número de convenções sociais que regulavam as condutas em matéria de intimidade e sexualidade, a vivência real não seguia necessariamente este guião, conhecendo-se (tal como hoje em dia) muitas possibilidades de transgressão à regra. Aliás, como afirma José Abreu no prefácio a Freire (2010:12) “tudo era possível desde que não fosse dito nem conhecido”.

Muitas vezes, eram os factores económicos (a pobreza, a entrada precoce no mercado de trabalho, etc.) que obrigavam os actores a afastarem-se do modelo moral preconizado, outras vezes era uma origem familiar desestruturada que acabava por favorecer a adopção de caminhos não conformes, e outras ainda, seriam os próprios ambientes sociais, mais liberais (nos casos das cidades) ou menos regulados (nos contextos rurais), que permitiam aos indivíduos seguir um percurso diferente e contrariar deliberadamente a ordem de género.

3.3.2 A geração dos Pais: contrastes e contradições num contexto de transição

Da segunda geração em análise fazem parte mães e pais nascidos entre as décadas de 1950 e 1960. Acompanhando as profundas mudanças que a Revolução de 1974 viria sedimentar, esta geração viveu a adolescência e a transição para a vida adulta num contexto de amplos

⁴⁸ Originalmente assinada por um anónimo (A.) e posteriormente reivindicada por Artur Marinha de Campos. Para maior contextualização, ver Bebiano e Silva (2004).

contrastes sociais e territoriais, aos quais se associa a acentuação da diversidade normativa face à vida privada.

Os discursos, já diferentes do apego ao tradicionalismo que caracterizava os seus pais, são agora mais tolerantes e plurais, ainda que continuem a distar do igualitarismo individualizado dos seus filhos (Aboim *et al.*, 2011). Como traço distintivo - e quiçá emblemático, por excelência - da mudança geracional, a progressiva adesão a ideais marcadamente modernistas manifesta-se, desde logo, na revisão dos papéis sociais de género e, em concomitância, na crescente expressão da autonomia material e simbólica das mulheres. Naturalmente que a contribuir para esse efeito está, como se referiu, o fenómeno da feminização da população activa: nesta geração e de forma algo acentuada, o trabalho remunerado - cada vez mais estruturador das biografias femininas - torna-se símbolo da emancipação das mulheres, para além de constituir um foco importante para a sua realização pessoal. Isabel (46 anos, Curso Médio, Doméstica, Casada, Sintra) não trabalha fora de casa desde o nascimento do seu segundo filho, no entanto não deixa de relembrar com entusiasmo o início da sua carreira profissional: *“Trabalhava naquilo que queria e super feliz, adorava trabalhar. (...) Vivia para aquilo”*. Com uma origem social e economicamente favorecida e proveniente de um meio social bastante conservador, a decisão de deixar de trabalhar resultou da vontade de se dedicar mais à família que, no seu caso, prevaleceu sobre as vantagens pessoais que a profissão lhe proporcionava.

No entanto, nesta geração, o perfil de mãe trabalhadora é, sem dúvida, preponderante, reflectindo, de resto, a tendência social observada. Beatriz (43 Anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures) personifica, face à sua família de origem, um notório movimento de ascensão social, o qual terá sido conseguido à custa do investimento na escolarização e, depois, na carreira profissional. Directora de Departamento numa empresa, casada e mãe de dois filhos, Beatriz não hesita em valorizar o seu *“sucesso pessoal e profissional”*, nomeadamente quando compara a sua trajectória à de outras mulheres da sua geração: *“Sinto-me bastante melhor que elas, isto não porque elas não tenham feito um esforço mas por escolhas que fizeram. Eu fiz um esforço e (...) acho que a maior parte das mulheres que eu conheço não se sentem tão realizadas como eu.”*

A par do aumento de expectativas socioprofissionais, oportunidades de outra natureza vieram igualmente contribuir para a mudança normativa nesta geração. À queda de um regime onde imperavam a censura e a crença num fechamento do país sobre si próprio, seguiu-se uma natural abertura a produtos culturais outrora proibidos, de entre os quais o cinema. Poucos dias após a Revolução de 1974 estreava em Portugal, sem cortes, *“O último tango em Paris”*,

a polémica obra de Bernardo Bertolucci, cuja trama central e cenas icónicas devastava por completo a moral e os bons costumes a que sociedade portuguesa estava ideologicamente até então confinada⁴⁹. À de Bertolucci, outras obras emblemáticas se seguiram, umas de teor político-revolucionário⁵⁰, e outras ainda que retratavam, com uma naturalidade pouco comum para o que o público estaria habituado, histórias de intimidade entre homens e mulheres⁵¹.

À semelhança do que acontecia com a sétima arte, também na literatura, uma quantidade muito significativa de obras, proibidas durante o estado novo, começava a ser difundida depois da Revolução⁵², marcando o quadro de referências culturais desta geração. Uma vez mais, até então, livros com mensagens políticas que pudessem ser consideradas contrárias à doutrina do Regime eram automaticamente vetados. Da mesma forma, qualquer obra que indiciasse conteúdos de teor sexual⁵³ não fugia ao escrutínio da censura.

Assim, como seria de esperar, com o fim do Regime, o acesso mais generalizado a tais produtos culturais produziu um clima de maior abertura normativa, com repercussões evidentes na forma como alguns representantes desta segunda geração experienciavam a sexualidade. Luísa (50 anos, Doutoramento, Antropóloga, União de Facto, Lisboa) nasceu numa família de meio urbano, escolarizado e, provavelmente, considerado muito liberal para a época. Ainda assim, a sua educação, em matéria de sexualidade, não terá estado isenta de estratégias de controlo familiar, nas quais figuraram tentativas de regulação do acesso a livros – deixando antever o carácter ameaçador que, na época, um livro podia ainda representar: *“Nós tínhamos em casa um quarto que era a biblioteca, onde havia umas áreas proibidas (...). Eu, pura e simplesmente, fui à procura de coisas sobre sexualidade para me informar. Então, pronto, comecei a ler coisas muito cedo, sei lá... estou-me a lembrar, por exemplo, de um livro (...) que não é propriamente um livro didáctico sobre sexualidade, mas que já é um*

⁴⁹ Foi, sem dúvida, um passo de gigante para a abertura de mentalidades, se pensarmos que pouco tempo antes, em Portugal só tinha acesso a filmes de Ingmar Bergman censurados, como nos casos de “Persona” (de 1966, mas estreado em Portugal no ano de 1973) ou “Mónica e o Desejo” (de 1953 e estreado por cá em 1964), em que trechos inteiros que faziam referências a sexo não eram legendados.

⁵⁰ Como “O Couraçado Potemkin”, de Sergei Eisenstein, que chegou a Portugal quase cinquenta anos depois da sua estreia mundial.

⁵¹ Como o filme “La como Maman et la Putain” (1973), de Jean Eustache, cujo enredo gira em torno de um trio amoroso e cujo título não deixa margem para dúvidas quanto à ousadia que representou na sua época.

⁵² De acordo com dados da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1981), durante os governos de Salazar e de Marcelo Caetano foram proibidas cerca de 3300 obras literárias.

⁵³ Como aconteceu com a obra clássica de D.H Lawrence, *O amante de Lady Chatterley* (1928), que descreve o envolvimento sexual entre uma senhora da burguesia e um caseiro.

livro para adultos e que já mete a sexualidade e não sei quê, e portanto comecei a ter alguma curiosidade sobre o assunto e fui ali procurar informação. E pronto (...) muito rapidamente deixei de ler coisinhas para essas idades e passei mais para os livros proibidos.”

Com efeito, depois de tempos de uma censura quase implacável, a liberdade de expressão que começava a atravessar a sociedade portuguesa fazia-se acompanhar de uma manifesta facilidade de acesso a conteúdos eróticos e pornográficos. Logo após a Revolução, revistas, livros e cinemas invadiam as ruas das cidades com ostensivas mensagens erótico-pornográficas. A publicação de revistas como a “Gina”⁵⁴ ou a exibição de filmes como o clássico da pornografia “Garganta Funda” nas salas de cinema portuguesas são referências culturais incontornáveis deste movimento de exposição pública e visual da sexualidade (Barreira, 1996; Vieira, 2009; Policarpo, 2011a).

Por outro lado, estes foram também tempos de intensa politização dos assuntos relativos à vida privada e à sexualidade, em particular. Temas até então considerados tabu, como o aborto, suscitaram inúmeros debates e reivindicações e progressivamente, também do ponto de vista institucional, muitas mudanças foram introduzidas com vista à promoção da saúde sexual e reprodutiva dos portugueses⁵⁵ (Vieira, 2009; Policarpo, 2011a).

A Constituição de 1976 veio, finalmente, reconhecer a igualdade entre marido e mulher, decretando direitos e deveres iguais para ambos os cônjuges (Aboim, 2011) e, no seio familiar e conjugal, muitas alterações tiveram lugar com a Revolução, marcando, em definitivo, os patrimónios normativos desta segunda geração. À medida que a autoridade masculina absoluta foi sendo posta em causa, uma nova ordem de *sentimentalização* das relações começava a edificar-se. Tal como afirma Beatriz (43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures): “[Ele] *não é só o meu marido, é também o meu companheiro, amigo e parceiro, uma pessoa com quem eu quero estar e gosto de estar.*”

⁵⁴ Revista de carácter pornográfico, editada em Portugal durante três décadas, de 1974 a 2005.

⁵⁵ Fazendo a revisão cronológica de alguns acontecimentos: em 1975 surgem as primeiras consultas de Sexologia nos hospitais universitários de Coimbra; em 1976, é promulgado um Despacho do Secretário de Estado da Saúde, Albino Aroso (médico obstetra e co-fundador da Associação para o Planeamento da Família), que vem facilitar o acesso das mulheres ao planeamento familiar nos centros de saúde, por via indirecta das consultas de saúde materna; em 1977, o problema do aborto clandestino começa a ganhar visibilidade levando à entrega na Assembleia da República de uma petição com mais de 5000 assinaturas exigindo a sua descriminalização; em 1982, os projectos-lei sobre planeamento familiar, protecção da maternidade, educação sexual e interrupção voluntária da gravidez alimentam acesos debates parlamentares e as leis posteriormente aprovadas (em Janeiro de 1984) acabam por representar um passo muito significativo na democratização do acesso a tais cuidados de saúde.

Progressivamente, o vínculo amoroso foi-se instituindo como condição fundamental das uniões conjugais, sendo a sua ausência justificativa do aumento das taxas de divórcio e móbil para a legitimação social desse fenómeno (Torres, 2002). Helena (44 anos, Pós-Graduação, Assessora de Administração, Divorciada, Lisboa) conta já com duas experiências de divórcio, estando actualmente numa nova relação afectiva e a viver em coabitação. A sua trajectória amorosa e conjugal reflecte, com expressividade, a mudança geracional descrita: o surgimento de um perfil que não deixa de ser orientado para conjugalidade e para a família, mas onde a vida a dois não mais se concebe sob a forma de fatalidade indissolúvel mas como fruto de um projecto pessoal e de uma escolha sempre revogável e necessariamente recompensadora: *“Acho que andei sempre à procura dos opostos e agora é que cheguei ao equilíbrio, porque, é assim, como o primeiro era muito violento, bruto e terrível, arranjei um muito pacífico (...). Mas não era exactamente aquilo que eu queria. O outro era muito mais novo que eu, tinha menos 8 anos, quer dizer, também tínhamos algumas incompatibilidades do quotidiano mas era porque ele gostava muito de fazer umas coisas que eu não gostava nada e portanto havia sempre muitas guerras, muitos conflitos. E portanto não há nenhuma comparação. A única situação em que eu vejo que há mais equilíbrio e proximidade entre as pessoas, equilíbrio no sentido cultural, das coisas que se gosta, é com a relação que tenho agora. (...) Acho que com esta idade somos um bocadinho mais racionais, analisamos melhor as coisas”*.

A par da *sentimentalização* e do elogio da relação, também a satisfação erótica ganhou relevo no contexto da conjugalidade (Aboim, 2011), sendo sobretudo entre as mulheres que as mudanças mais se fizeram sentir. Com efeito, nesta geração, a sexualidade começa a ser entendida como uma componente importante das identidades femininas e progressivamente assiste-se a uma legitimação do desejo e do prazer sexual das mulheres⁵⁶. Entre alguns discursos de algumas entrevistadas, especialmente entre mulheres de perfil urbano, escolarizadas e profissionalmente activas, observa-se como a orientação para o ideal de conjugalidade fusional e romântica não exonera a valorização da experiência e do prazer sexuais e como, apesar da passagem do tempo, estas mulheres não deixam de se rever como sujeitos activos e inovadores da trama sexual (Neves, 2008): *“Eu acho que nós com os anos*

⁵⁶ Um inquérito aplicado, em 1983, pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (citado por Pais, 1985; Policarpo, 2011a) a jovens entre os 15 e os 24 anos permitiu verificar que, não obstante a persistência de diferenças de género significativas no que concerne a práticas e à opinião face a determinados comportamentos, a maioria dos rapazes e das raparigas reconhecia a importância da sexualidade para as mulheres e o protagonismo sexual feminino.

vamos aprendendo muito e sentimos o sexo de forma diferente. Enquanto somos mais novos para aí 20 e tais, é sexo por sexo, quantidade, paixão. Mas actualmente, para mim, é intimidade, um prazer imenso e portanto é muito mais sentido. Acho que sinto muito mais prazer no sexo actualmente do que sentia há 20 e tal anos” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures).

Também entre os homens, começa a perspectivar-se, nesta geração, uma mudança normativa relativamente à vida íntima. Manuel (56 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Lisboa) representa um perfil já distante dos discursos e das trajectórias da chamada masculinidade tradicional. Com 24 anos, casou com a sua actual mulher, dois anos mais velha, quando esta já tinha dois filhos de uma relação anterior. Sobre a adaptação à vida a dois, as suas palavras remetem, de forma bastante sugestiva, para os já mencionados ideais de igualdade, de companheirismo e de centramento na vida a dois e nos filhos: *“Acho que não havia aquela situação de ‘a mulher faz uma coisa, o marido faz outra’. Eu acho que sempre fomos um casal que partilhámos tarefas da casa, os bons momentos e os maus momentos sempre os dois. E (...) fomos umas pessoas que vivemos sempre para os filhos”*; *“A minha mulher sabe toda a minha vida desde que nasci e contei todos os pequenos pormenores até porque, nesse aspecto, ela sabe tudo. Não contei a mais ninguém.”*

Por outro lado – há que referir - a abertura às influências do exterior num contexto assolado por grandes mudanças potenciou o surgimento, nesta geração, de subculturas juvenis, cujos ideais e estilos de vida procuravam romper em definitivo com a norma. No que às relações afectivas e à sexualidade diz respeito, alguns segmentos da população juvenil no país (em especial nos meios urbanos) viveram contextos particularmente experimentalistas, de celebração das novas liberdades que uma revolução social além-fronteiras fazia ecoar. Reforçando o perfil particularmente liberal do seu meio social, Luísa (50 anos, Doutoramento, Antropóloga, União de Facto, Lisboa) afirma: *“Eu acho que havia pouca informação na minha adolescência mas havia toda uma ideologia do amor livre, que era o trocar de parceiros, lá está, era o ter-se relações sexuais descomprometidas, no sentido de ‘hoje com um, amanhã com outro’ (...). Eu tive essa experiência. Fazia-se. Os jovens experimentavam. Pelo menos os jovens que aderiram a todas essas ideologias e que estavam um bocado espantados com toda esta abertura do mundo. E depois cruzavam-se correntes filosóficas, a literatura, a arte, a música e, de facto, era um borbulhar de utopias que apelava a esse experimentalismo.”*

É certo que, nesta altura, o experimentalismo conheceu limites muito particulares. Afinal, esta é também a geração que, na sua juventude ou passagem para a vida adulta,

assistiu ao aparecimento do VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana) e da Sida (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)⁵⁷. Com efeito, em certa medida, o movimento de liberalização dos costumes e dos comportamentos sexuais terá sido, nesta geração, frenado pelo surgimento deste novo risco que viria reforçar a estigmatização e a discriminação face a grupos e estilos de vida fora da heteronormatividade⁵⁸ (e.g. Vilar 2005; Vieira, 2009; Policarpo, 2011a).

Desta forma, oscilando entre a reedição de normas mais conservadoras da geração anterior e a emergência de uma ética mais igualitária e liberal, também os discursos da sexualidade, nesta geração, parecem particularmente ambivalentes. Em termos de atitudes, representações e comportamentos, esta geração traduz a transição de um modelo repressivo para um outro caracterizado por uma maior individualização e liberdade de expressão, por via das mudanças em curso. Afinal, esta é uma geração que nasce e cresce ainda no Estado Novo, mas que subitamente transita para a vida adulta num contexto radicalmente diferente.

Também nas relações de género – apesar de os discursos serem cada mais igualitários – não desaparecem por completo as atitudes sexistas e uma dupla moral parece continuar a prescrever destinos diferentes para os homens e mulheres. Assim, a transição para o modelo normativo moderno, assente nos princípios da individualização da sexualidade e da liberdade não se faz de uma só vez, livre de contradições ou de impasses. Não obstante todas as mudanças protagonizadas por homens e mulheres desta geração, o enfraquecimento prescritivo dos modelos tradicionais de género ou o surgimento de movimentos particularmente disruptivos para com a norma, continuamos a deparar-nos com a subsistência de modelos tradicionais e, particularmente, com o reforço de um duplo padrão que, tanto em discursos femininos como masculinos, insiste em ditar sentenças diferenciadas no momento de julgar os comportamentos dos homens e das mulheres. Por outro lado, ainda que no plano ideológico os jovens desta geração se declarassem mais disponíveis para suplantar os costumes da geração anterior, a concretização dessa ruptura, em termos práticos, revelou-se e continua a revelar-se um desafio difícil de alcançar (Torres, 2002).

De qualquer modo, são múltiplas e inegáveis as mudanças conhecidas nesta geração. Como pudemos constatar, o *familialismo* e autoritarismo patriarcal deram lugar a formas de companheirismo conjugal, pressupondo uma alteração das formas de viver as relações

⁵⁷ Em Portugal, o primeiro caso diagnosticado de VIH/Sida surgiu em 1983.

⁵⁸ Refira-se que ao longo da década de 1980, o discurso mediático reforçava a associação desta doença à homossexualidade masculina, tendo o VIH/Sida sido denominado na imprensa como “a doença dos homossexuais” (Policarpo, 2011a)

familiares. Nos percursos de vida em geral e nas trajectórias sexuais em particular, tornaram-se indesmentíveis os efeitos do desgaste institucionalista e assistimos, sem dúvida, a uma ampliação dos horizontes de acção ⁵⁹. Também por isso, nesta geração, tornou-se progressivamente menos legítima uma contradição entre normas e práticas, assim como a norma de “vícios privados, públicas virtudes”, tantas vezes presente, mesmo que de modo implícito, nos discursos e biografias da geração antecedente. Com efeito, acompanhando a abertura normativa da sociedade portuguesa, um movimento de maior tolerância e igualdade sexuais começa a ganhar expressão e a incubar a pluralidade de afiliações morais que vai marcar a geração seguinte.

3.3.3 A geração dos Filhos: o primado do individualismo na liberdade sexual

Percorridos 50 anos de história, fita-se finalmente a geração mais nova, aquela onde figuram os jovens de hoje, nascidos e criados num contexto de maior desenvolvimento socioeconómico.

Se a geração anterior é a que melhor traduz o movimento transitório entre duas realidades opostas, esta é aquela que, de forma mais evidente e generalizada, representa o alargamento das oportunidades estruturais conhecido na sociedade portuguesa (Machado e Costa, 1998). No entanto, afirmar que os jovens de hoje em dia beneficiam de um conjunto de mudanças operadas ao longo das últimas décadas não significa considerar que tudo nas trajectórias juvenis actuais se traduz em facilidades. Na realidade, esta é também a geração que, porventura, enfrenta as maiores exigências profissionais e de qualificação, que protagoniza o prolongamento das carreiras escolares e que, em consequência, vai adiando a entrada na idade adulta, acusando dificuldades de sustentação material da sua autonomia. É uma geração que reflecte o investimento social e das famílias portuguesas na educação mas que, agora, com o agravamento das condições sociais e económicas do país e a instabilidade crescente do mercado de trabalho, vê as suas expectativas na transição para a vida adulta redundarem em frustração (Estanque, 2009b).

Do ponto de vista normativo, enquanto descendentes directos da modernidade portuguesa, os jovens desta geração produzem discursos significativamente distantes dos partilhados pelas gerações anteriores, onde a exaltação da liberdade pessoal e a igualdade entre homens e mulheres se assumem como eixos centrais. Como primeiro traço distintivo, a

⁵⁹ Falamos de uma diminuição da necessidade de ocultar “comportamentos não conformes” uma vez que a própria noção do que é legítimo ou lícito se ampliou consideravelmente (Aboim *et al.*, 2011).

individualização das normas nos tempos de hoje torna mais complicado discernir genericamente as matrizes valorativas e comportamentais de rapazes e raparigas. Assim, nesta geração, o género parece, de facto, reduzir a sua significância na distinção das atitudes masculinas e femininas e a aproximação das oportunidades constitui uma expressão importante da mudança geracional. Se até aqui nos era possível identificar, com probidade, um duplo padrão normativo em função do género, neste último grupo de entrevistados, mais jovem, as fronteiras simbólicas e materiais entre homens e mulheres tendem a ser mais ténues.

Em igual medida, também no que ao *lugar da família* diz respeito, a geração mais nova parece alinhar por um novo diapasão de ideais. Malgrado a família e o casamento continuarem na mira dos modelos preconizados, os seus significados vão sendo relativizados à medida que se reforçam os valores do individualismo. Reflexo disso mesmo, em alternativa ao casamento formal, a coabitação assume-se nesta geração como uma prática cada vez mais comum (Santos, 2008). Raquel (27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção, com namorado, Almada) saiu de casa dos pais para ir viver, pela primeira vez, em coabitação quando tinha 22 anos. Um ano e meio depois, essa relação chegaria ao fim, devido a incompatibilidades que, durante os anos que namoraram sem viverem juntos, o casal não conseguiu antecipar: *“Revelou ser uma pessoa diferente e menos interessada do que aquilo que eu estava à espera.”* Actualmente, já numa outra relação sentimental, volta a viver em coabitação - decisão que, afirma, decorreu *naturalmente*: *“A partir de um certo ponto, em que vimos que na relação estava tudo bem, quisemos ter o nosso espaço, foi tudo assim, natural.”*. Também Tiago (30 anos, Mestrado, Professor, União de Facto, Oeiras) a viver em união de facto e pai de uma bebé, parece não se rever no casamento tradicional, tanto na sua componente de instituição, como na de ritual: *“Nunca pensei na instituição do casamento, nunca me vi nesse papel, não tanto do estar casado - porque para mim isso é apenas um estado - mas da preparação de uma cerimónia, do facto de termos um momento de boda, com igreja, sem igreja... nunca me revi nesse papel.”*

De facto, percorridas que estão décadas de mudanças sociais, a cultura afectiva e sexual de hoje em dia é substancialmente diferente da veiculada nas gerações precedentes. Ao nível dos discursos, dois traços parecem preponderantes e caracterizadores da mudança normativa geracional. Em primeiro lugar, a consolidação da igualdade sexual entre homens e mulheres, que – sendo já identificada na geração anterior – nos discursos da geração mais recente se institui de forma menos hesitante. É isso que, a propósito de parceiros sexuais, nos sugerem as palavras de João de 23 anos (Estudante universitário, com namorada, Lisboa), educado já num contexto de maior igualdade entre homens e mulheres, numa família

nitidamente comungante dos valores da conjugalidade e do companheirismo: “*Acho que é igual [um homem ou uma mulher ter vários parceiros sexuais]...acho que em termos de ser homem ou mulher é igual.*” Em segundo lugar, destaca-se uma ética experimentalista que se reforça como princípio de auto-conhecimento e realização (Giddens, 2001). Como afirma Inês (24 anos, Pós-Graduação, Psicóloga, sem namorado, Lisboa): “*As pessoas têm que ter liberdade para fazerem aquilo que sentem que querem fazer.*”

Naturalmente que nem só de alterações discursivas se constrói a ruptura com os modelos anteriores. As práticas também se alteraram, não só porque comportamentos outrora condenados e votados ao obscurantismo se tornaram legítimos, mas também porque à transmutação do lugar ideológico atribuído às práticas corresponde a alteração da sua própria natureza (Aboim *et al.*, 2011). A generalização das uniões de facto, o casamento civil entre homossexuais, a celebração das chamadas “amizades-coloridas” ou as novas minorias sexuais marcam a diferença no panorama afectivo desta última geração.

Convém ainda não esquecer que esta geração está socializada em contextos profundamente marcados pela profusão das novas tecnologias de informação e comunicação. Sem dúvida que o acesso generalizado a um sem fim de novos suportes tecnológicos e comunicacionais veio transformar radicalmente a relação dos jovens uns com os outros, com o conhecimento e com o mundo em geral. Neste sentido, naturalmente que as bases da construção da intimidade se alteram significativamente, beneficiando agora de maior agilidade e da rapidez com que circulam mensagens e se estabelecem vínculos. Neste contexto, a Internet, em particular, parece constituir um importante meio de produção e de disseminação dos códigos da sexualidade, influenciando de forma mais ou menos directa a configuração dos cenários de intimidade nesta geração (Plummer, 1996, Vieira, 2009).

Na mesma linha de abertura normativa, também a iniciativa sexual feminina se legitima, como bem ilustram os testemunhos de várias raparigas sobre as suas próprias experiências ou trajectórias: “*Fui eu que quis, (...) até porque o meu ex-namorado achava que não era a altura certa. (...) As pessoas sentem necessidade então pronto, tive relações. Acho normal. (...) Pensava ‘sinto-me preparada por isso faço!’*” (Carolina, 18 anos, estudante universitária, com namorado, Loures); “*Sempre fui um bocadinho namoradeira, nunca fui uma pessoa muito inibida.*” (Raquel, 27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção, com namorado, Almada); “*Ser eu a conquistar alguém também é uma defesa porque assim não tenho que me deixar conquistar, que é uma coisa me deixa muito vulnerável. (...) Solto as amarras, completamente. Simplesmente faço aquilo que me apetece*” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa).

Mesmo no contexto das relações conjugais (e institucionalizadas pelo casamento), a importância da sexualidade não deixa de ser reiterada, potenciando, nesta geração, discursos valorizadores da reciprocidade do prazer (Braun *et al.*, 2003), da inovação das práticas e, uma vez mais, do protagonismo feminino. É, no fundo, isto que nos revela Carina, 25 anos, casada e mãe de dois filhos (Ensino Secundário, Administrativa, Casada, Celorico de Basto): “[Eu e o meu marido] *falamos muito daquilo que gostamos mais, do que não gostamos, como é que queremos, qual é a posição que queremos, como é que gostamos, o que é que gostamos que nos façam.*”; “*O que eu gostava de praticar era o ‘swing’, era uma coisa que eu gostava. (...) Eu tenho umas ideias muito malucas nesse aspecto, mas pronto.*”

Contudo, da mesma forma que na década de 1950 algumas tendências procuravam afirmar-se fora da doutrina da castidade e da submissão feminina, também actualmente a expressiva orientação para liberalização dos costumes em matéria de sexualidade conhece movimentos que caminham num sentido diametralmente oposto. Nomeadamente, e entre outras dinâmicas de “ruptura com a própria ruptura”, ganham visibilidade pública jovens mulheres que reivindicam o regresso ao modelo conjugal e prescindem da carreira profissional em prol da família e dos filhos; ou adolescentes comprometidos com a recuperação o valor social da virgindade, como veremos mais adiante.

Entre os nossos entrevistados, concretamente entre os adolescentes socializados em contextos familiares de tradição católica arraigada, salta à vista a permanência de perfis muito conservadores, que contrariam a ideia de um hedonismo sexual generalizado nesta geração. Diogo e Duarte são dois jovens, de 18 e 17 anos, respectivamente, residentes em Lisboa. Para além de partilharem origens familiares com consolidados níveis de capitais escolares, profissionais e sociais, estes dois entrevistados professam os valores da igreja católica, sendo ambos membros activos no movimento juvenil apostólico *Schoenstatt*. Apesar de pertencentes a uma geração tendencialmente mais aberta e tolerante, os seus discursos – certamente construídos na base de uma educação particularmente conservadora e tradicional em termos das diferenças de género e dos valores da família – acabam por ilustrar uma postura que desafia o entendimento monolítico da mudança geracional. Nomeadamente, quando questionados acerca da legitimidade dos relacionamentos sexuais fora do casamento⁶⁰, as suas respostas contrariam a tendência normativa de liberalização crescente dos comportamentos e de *desinstitucionalização* da vida privada. “*Do ponto de vista da Igreja (...) as relações sexuais só se devem fazer com uma pessoa e essa pessoa deve ser o marido ou mulher. (...)*

⁶⁰ Um tópico comum para aferir do nível de conservadorismo ou de permissividade face à sexualidade.

Eu também concordo com isso.” (Diogo, 18 anos, estudante do ensino secundário, solteiro, Lisboa); *“Como sou católico, concordo plenamente com a Igreja que só deve [haver relações sexuais] depois do casamento. Claro que antes do casamento nós vimos algum interesse também, mas acho que (...) tanto o homem como a mulher devem esperar pelo casamento”* (Duarte, 17 anos, estudante do Ensino Secundário, solteiro, Lisboa). Tais testemunhos são, pois, sugestivos quanto à forma como as diferentes pertenças sociais dos sujeitos concorrem na produção de discursos normativos. Neste caso, de um lado, temos uma expectativa construída na base da pertença geracional dos indivíduos que nos levaria a esperar destes jovens discursos mais liberais, e do outro, o peso das suas afiliações familiares e religiosas, que sendo neste caso preponderante, leva, pelo menos do ponto de vista retórico, à adopção de critérios de constrição da sexualidade.

No fundo, neste contexto de exponencial diferenciação de contextos e de *bricolage identitária* (Lash, 1999), não podemos conjecturar grande homogeneidade nas apreciações valorativas desta geração. Mais do que a um simples alargamento dos horizontes de acção, parece assistir-se a uma deslinearização mais acentuada entre normas e práticas: actualmente, para os mais jovens, o desafio não residirá tanto na adequação das suas práticas a um quadro normativo uno, mas mais num posicionamento individual entre a pluralidade de escolhas legítimas que os actuais contextos permitem. Talvez por isso, nos perfis de forte pendor para o individualismo, como no caso da Sara (28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa), a urgência em encontrar um lugar para lá do que está estereotipado constitui uma dimensão assinalável da construção dos discursos. A propósito, concretamente, dos estereótipos de género, esta entrevistada afirma: *“Eu acho que as pessoas devem agir de acordo com aquilo que sentem e se algo as impede de agir, que seja por paranóias reais e pessoais... porque se é por esse preconceito imposto de fora de que temos de ficar sossegadinhas no banco de jardim a conversar com a amiga, não. Nem todos gostamos do mesmo e nem todos esperamos o mesmo dos outros, por isso as coisas não são assim. Não gosto nada que apregoe que homens são todos iguais ou que as mulheres são todas iguais. Não é assim.”*

3.4 Notas Finais

Epilogando a incursão aos ambientes normativos e, em particular, aos ideários sexuais que circundam cada geração, parece-nos que a análise admite uma insistência na importância dos

mecanismos de cristalização e alteração dos patrimónios valorativos ao longo das gerações. Desta forma e em traços latos, pudemos constatar como as normatividades geracionais acompanham as tendências de diferenciação ideológica conhecidas na nossa sociedade, reflectindo, na sua generalidade, uma passagem dos valores institucionalistas e conservadores para valores mais modernistas, libertários e individualistas (Pais, 1998).

Paralelamente, do afloramento dos ambientes normativos das diferentes gerações parece sair reforçada a ideia da sexualidade enquanto aspecto central – simultaneamente produto e produtor – de transformações sociais mais abrangentes. A inscrição das normas sexuais nos contextos sociais geracionais, tal como a procurámos fazer aqui, lança pistas que nos convidam ao aprofundamento da relação que se estabelece entre os contextos de pertença dos indivíduos e a agência individual – algo que noutros campos (como na família ou na conjugalidade) já tem vindo a merecer maior atenção por parte da sociologia, mas que, no que à sexualidade diz respeito, continua ainda a carecer de aprofundamento.

Em suma, neste capítulo, começámos por perceber as importantes transformações que marcam as últimas décadas da sociedade portuguesa ao nível da organização da produção, dos indicadores demográficos, das concepções de família e das relações de género, tendo tido, depois, a oportunidade de caracterizar os ambientes normativos que têm servido de cenário à construção da intimidade nas diferentes gerações. Desta forma, completa esta parte da análise, constatamos como a sexualidade expressa, com alguma evidência, a atenuação da regulação social sobre os comportamentos individuais, abrindo margem para o entendimento do *lugar do actor* (Charton, 2005). No próximo capítulo, teremos a oportunidade de explorar, com maior incisão, biografias e discursos na primeira pessoa.

IV. SEXUALIDADE EM TRÊS GERAÇÕES: BIOGRAFIAS E DISCURSOS NA PRIMEIRA PESSOA

Este capítulo pretende ser um lugar, por excelência, de análise do material empírico recolhido. Aqui, propomo-nos assinalar e reflectir sobre mudanças e continuidades nas formas de viver e dar sentido à sexualidade, seguindo uma abordagem geracional guiada por algumas das dimensões de análise que importam a esta pesquisa.

Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente (ver capítulo metodológico), em resultado da combinação de uma metodologia plural, neste capítulo serão mobilizados dados empíricos de naturezas distintas. Para além dos discursos recolhidos no contexto das entrevistas qualitativas, a análise que nos propomos fazer contará igualmente com a descrição de resultados provenientes da aplicação, a uma amostra representativa da população portuguesa, do questionário “Saúde e Sexualidade” (Ferreira e Cabral, 2010). Desta forma, apesar dos discursos recolhidos no âmbito da pesquisa intensiva constituírem o objecto central da nossa análise, sempre que possível e oportuno, a descrição será complementada por dados estatísticos capazes de reflectir, na macro escala, traços da paisagem sexual e íntima de um universo populacional mais alargado⁶¹.

Em termos substantivos, até aqui temos vindo a reforçar a ideia de que as representações e práticas da vida sexual e afectiva constituem uma dimensão de relevo da mudança social das últimas décadas. Neste contexto, sugerimos que, associadas à configuração de novas orientações normativas, novas formas de viver a sexualidade e as relações íntimas se vão cristalizando, revelando como a mudança se processa não só do ponto de vista das representações mas também no domínio das biografias e das práticas dos sujeitos. Por outro lado, também no plano ideológico e político, o carácter transformacional da sexualidade parece irrefutável. Neste contexto, já verificámos estar perante um terreno marcado por lutas e reivindicações, que nos mostram como a democratização da intimidade, mais do que pressupor uma revisão conceptual abstracta, é o resultado de circunstâncias históricas concretas que propiciaram a autodeterminação dos indivíduos.

⁶¹ Ainda sobre esta questão, importa recordar (ver capítulo metodológico) que não obstante a recolha dos dados ter sido feita segundo os critérios e os objectivos definidos em sede própria do projecto “Saúde e Sexualidade”, e, portanto, de forma alheia a esta tese, cada um dos dados aqui apresentados é resultado de um tratamento estatístico próprio, realizado de acordo com os objectivos desta pesquisa de doutoramento.

Contudo, também é certo que nem só de mudanças e de *fluidez* se trata quando nos reportamos à sexualidade. Com efeito, é igualmente comum e admissível pensar que, na maioria sociedades, a sexualidade desempenha um papel importante na legitimação da ordem estabelecida e que as significações mobilizadas para evocar as experiências sexuais contribuem para reforçar diferenças e, em particular, as de género.

Assim, identificar mudanças e continuidades referentes às práticas e representações da sexualidade (e, em concreto, da sexualidade vivida no contexto das relações a dois) é, pois, o grande objectivo deste capítulo. Seguindo a lógica da sucessão geracional, vamos analisar discursos e dados estatísticos sobre dimensões particulares das biografias afectivas e sexuais de homens e mulheres portuguesas. Concretamente, a análise desenvolver-se-á em torno de dois domínios principais: Quadros de iniciação sexual (4.1) e Intimidade e vida a dois (4.2). A ideia de convocar estes dois grandes temas prende-se com o facto de eles poderem congregar, no seu interior, importantes dimensões das trajectórias e das experiências da vida íntima e sexual dos sujeitos. Desta forma, esta abordagem (mesmo quando incidindo sobre valores e representações, como os valores face à virgindade, as motivações, etc.) procurará centrar-se nos aspectos *vivenciais* das narrativas, isto é nas experiências vividas na primeira pessoa e nos sentidos que os actores atribuem a tais experiências. Para o efeito, a análise focar-se-á tanto nos momentos inaugurais dessas trajectórias como na construção, a mais longo prazo, da intimidade conjugal. Mais concretamente, sobre o tema da iniciação sexual, serão analisadas dimensões como o valor simbólico da virgindade (4.1.1), os momentos (idades) de entrada na sexualidade com parceiro (4.1.2), e ainda as motivações e os quadros relacionais subjacentes aos contextos da iniciação sexual dos indivíduos (4.1.3). Na segunda parte da análise serão, posteriormente, tratados temas como a escolha dos parceiros (4.2.1), o número de parceiros sexuais ao longo da vida (4.2.2) e a intimidade quotidiana e sexual na conjugalidade (4.2.3). No final, terminaremos o capítulo com umas breves notas conclusivas (4.3).

4.1 Quadros de iniciação sexual

Nas sociedades contemporâneas, a sexualidade tende a ser entendida como experiência pessoal, fundamental na construção do sujeito. Enquanto “unidade ficcional dependente de um contexto cultural instituído historicamente” (Heilborn, 1999: 41), ela estabelece relações entre estruturas e a agência individual, num processo incessantemente transformacional.

Entre as várias mudanças que têm ocorrido nas últimas décadas no domínio da sexualidade, podemos salientar as que se associam aos contextos de iniciação sexual e que são,

como veremos, bastante sintomáticas de mudanças geracionais mais amplas e, por conseguinte, da revisão do lugar social dos homens e das mulheres.

As primeiras experiências amorosas e sexuais marcam a entrada dos indivíduos na sexualidade adulta (Bozon e Heilborn, 1996; Le Gall *et al.*, 2007) e o facto de a maioria das pessoas ser capaz de recordar a primeira vez em que teve relações sexuais (Marques, 2007; Ferreira, 2011d) revela, desde logo, a importância que este acontecimento adquire nas histórias dos indivíduos.

Assim, a “primeira vez”⁶² ou as primeiras relações sexuais têm constituído um dos *turning points* da trajectória sexual dos indivíduos mais utilizados para analisar os modos de entrada dos jovens na vida sexual activa (Bozon e Heilborn, 1996, Policarpo, 2011b). Não só pela sua importância do ponto de vista biográfico mas também pelo valor simbólico que lhe está associado, a iniciação sexual constitui um elemento privilegiado para compreender os perfis comportamentais e normativos face à sexualidade e dar conta de importantes mudanças geracionais. Afinal, como veremos, não obstante fazer parte da história pessoal de cada um, a primeira relação sexual não escapa aos condicionantes clássicos das pertenças sociais e geracionais (Bozon, 1993).

4.1.1 O valor simbólico da virgindade

Abordar, precisamente, a matriz valorativa dos contextos iniciáticos da sexualidade convida, antes de mais, ao questionamento do valor atribuído pelos indivíduos à virgindade. Porventura mais associada a uma visão tradicional da sexualidade, verificamos como a expressão “perda da virgindade” – tão frequentemente empregue para descrever uma primeira relação – reforça o valor simbólico e irreversível deste *momento inaugural* (Le Gall *et al.*, 2007), ao mesmo tempo que vem estabelecer uma primeira diferença de género muito significativa.

Está amplamente documentado o significado diferencial que, ainda hoje em dia, adquirem a virgindade feminina e a masculina. Segundo Giddens (2001:34), por norma, a primeira relação coital para um rapaz, longe de significar uma perda, representa um ganho, “um emblema da capacidade masculina”. Já para uma rapariga, mais frequentemente, a

⁶² Importa referir, tal como o faz Policarpo (2011b), que a definição de “primeira vez” permanece hegemonicamente ligada a uma visão falocêntrica da sexualidade, em que a penetração é o elemento definidor da relação sexual. Este entendimento – tão frequente na literatura como nos discursos comuns – tende a remeter para a invisibilidade uma série de práticas ou etapas de construção da intimidade sexual que geralmente antecedem as primeiras relações coitais (troca de carícias, exploração dos corpos, relações sexuais sem penetração, etc.).

virgindade tende a acarretar a noção de *perda*, numa concepção essencialista de corporização da pureza feminina no hímen (Pitt-Rivers, 1971; Vieira, 2009).

Entre os nossos entrevistados, é sobretudo (e não estranhamente) entre a *geração mais velha* que encontramos posturas mais conservadoras face à virgindade e, em especial, à diferença entre géneros. No campo masculino, é unânime a valorização da virgindade feminina até ao casamento, que não encontra equivalente para os homens. Vimos anteriormente como os discursos dominantes face à sexualidade se constroem, nesta geração, sobre um claro apelo à castidade feminina por oposição à incitação experimentalista dos homens. Ora, comprovamos nesta análise que, se há tópico onde este duplo padrão opera com especial vigor, é no relativo à virgindade.

A virgindade feminina, depositária da honra e da integridade moral das mulheres, devia ser preservada sob pena de as condenar para sempre a más reputações – uma ideia instituída e partilhada por entrevistados dos mais diversos perfis sociais.

“A rapariga que chegasse ao casamento que não fosse virgem, se calhar tinha um rótulo na testa. (...) Nos rapazes até pelo contrário, era importante ter uma experiência!” (César, 73 anos, Licenciatura, Advogado, Casado, Lisboa).

Assim, num contexto em que a dualidade que separa as raparigas dignas das impuras está na ordem do dia e na base da gramática sentimental (Duret, 1999), a virgindade acaba por converter-se numa prova de particular importância, podendo mesmo condenar a trajectórias marginais as mulheres que, “não sabendo esperar”, “cedem” aos investimentos sexuais masculinos.

“Era importante namorar com uma moça que estivesse virgem. Era mesmo importante. O que é uma estupidez porque eu conheci raparigas da minha geração que não casaram por causa disso.”

“Conheci raparigas lindas, a coisa mais linda que já vi, lindas, lindas, que **deixaram** e [por isso] (...) não casaram”. (Artur, 76 anos, Ensino Primário, Pequeno Empresário Reformado, Casado, Lisboa)

Também entre as mulheres desta geração, a virgindade feminina tende a ser entendida como valor intrínseco no mercado sexual e matrimonial (Neves, 2008). Disso parece exemplificativo o discurso de Odete:

“A virgindade é a melhor coisa que uma senhora tem...uma rapariga perdendo a virgindade perde tudo...não tem já nada que preste no corpo dela...para mim.” (Odete, 84 anos, Sem escolaridade, Doméstica, Viúva, Lisboa)

Verificamos como na primeira geração de entrevistados, em particular, o valor simbólico da virgindade se associa a uma diferenciação corporificada do homem e da mulher. Afinal, como refere Antónia:

“*Sabe que a mulher, depois de perder a virgindade, nunca mais é mulher como era! Um homem fica sempre na mesma...*” (Antónia, 62 anos, Ensino Primário Incompleto, Assalariada Agrícola, Casada, Mondim de Basto)

Sabemos, contudo, que as últimas décadas trouxeram consigo muitas transformações nas formas de pensar e viver a sexualidade. Como vimos anteriormente, a mudança geracional tem reflectido uma crescente liberalização das normas sexuais, nomeadamente no que diz respeito à autonomização da sexualidade face ao casamento e à procriação familiar e, por conseguinte, à progressiva legitimação da sexualidade pré-conjugal, com alteração do valor simbólico da virgindade.

É precisamente na *segunda geração* de entrevistados que, com mais evidência, tais mudanças se fazem sentir, com discursos da sexualidade que não mais se expressam de forma uníssona. No que concerne ao valor da virgindade, é certo que, em alguns casos, ela não se despe totalmente da tradicional sacralização, continuando a merecer opiniões, como a de Vasco, que vêm reforçar a sua importância numa apologia aos valores *familialistas*.

“*Não tenho a mínima dúvida que a virgindade é, na maioria do possível, um factor muito forte de fortalecimento de uma união. (...) Leva-me tudo a pensar que tem um valor enorme do ponto de vista da união do casal para uma constituição de uma família...*” (Vasco, 46 anos, Licenciatura, Advogado, Casado, Lisboa)

No entanto, nesta geração, a norma mais acentuada parece apontar para a perda de importância da virgindade mantida até ao casamento. Com efeito, não obstante as diferenças de género que persistem e que são transversais a diversos assuntos e às várias gerações, alguns testemunhos masculinos desta segunda geração parecem alinhar por uma maior igualdade entre o valor da virgindade masculina e o da feminina, retirando-lhes, a qualquer uma delas, algum do peso diferencial e prescritivo de antanho.

“*[A virgindade feminina e masculina] para mim é igual, a mesma coisa. Eu nem me preocupei, quando me casei, se a minha mulher era virgem ou não, portanto está a ver.*” (Luís, 57 anos, Ensino Básico, Secretário Geral de uma empresa, Casado, Sintra).

Também no campo feminino, apesar das trajectórias sexuais representarem, no geral, uma significativa liberalização face às normas da geração anterior, a mudança não se processa de forma definitiva ou linear e muitas vezes a virgindade continua a ser entendida como “um

bem feminino que se concede ao homem” (Heilborn, 1999:54). Neste sentido, ainda que a sua trajectória venha já reflectir, por comparação à norma geracional anterior, uma maior liberalização dos comportamentos em matéria de sexualidade, as palavras de Beatriz não deixam de ilustrar a subsistência de valores mais tradicionais a respeito da virgindade:

“*Para o meu marido era importante que eu fosse virgem e para mim, naquela altura, a virgindade tinha outro valor*”. (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

Particularmente, no meios mais conservadores da disciplina de género, como aquele de onde provém Isabel, a virgindade mantida até ao casamento continua, nesta geração, a preservar a sua importância, sendo constitutiva de um modelo moral a seguir:

“*Hoje em dia é logo [namoro] de cama. Mas o nosso não, era mesmo um namoro à séria. Tudo à séria. Ele era muito sério. É moda antiga. E foi uma coisa que era muito séria. (...) Casei virgem.*” (Isabel, 46 anos, Curso Médio, Doméstica, Casada, Sintra)

No entanto, ditando uma tendência geracional mais expressiva, no geral, os discursos dos pais e mães entrevistados vêm aligeirar a carga valorativa da virgindade e defender a autonomia sexual das mulheres. Na maioria dos casos, a aceitação das relações sexuais pré-matrimoniais é, de resto, assumida sem se fazer disso tópico indesejado. Neste sentido, as palavras de Cristina são representativas da postura mais comumente identificada nesta geração:

“*Eu acho que a virgindade antes de casar não é importante. Eu também não fui, e acho que ninguém vai [virgem para o casamento]*” (Cristina, 53 anos, Ensino Básico, Funcionária Judicial, Casada, Almada)

Por seu lado, na **geração mais nova**, depositária directa da *modernidade radicalizada* (Giddens, 2001), a sexualidade surge ancorada ao léxico da individualização, sendo a opção de se ser sexualmente activo, por princípio, uma decisão reflexiva de cada um.

A iniciação sexual – liberta da carga moral atribuída pelas gerações anteriores – surge nos discursos dos jovens como uma necessidade inscrita nos corpos e, por conseguinte, como um aspecto *naturalmente* inerente às trajectórias juvenis. Tais processos surgem, nesta geração, como transversais aos discursos de rapazes e raparigas, sendo essa coincidência, em si mesma, resultado da aproximação entre as normas (e práticas) femininas e masculinas.

Do lado dos rapazes, a afirmação de Hugo pode ser ilustrativa desta postura de destituição do valor da virgindade nesta geração:

“Hoje em dia não acredito que haja muita gente que ligue a isso. Para mim, não é [importante].” (Hugo, 24 anos, Licenciatura, Professor, com namorada, Mondim de Basto)

Por seu lado, entre as raparigas, o discurso de Carolina vem reforçar a ideia da sexualidade enquanto necessidade inerente, legitimada também no feminino.

“É natural, as pessoas sentem necessidade” (Carolina, 18 anos, Estudante Universitária, com namorado, Loures).

Assim, salvo, claro está, em meios particularmente conservadores, o valor simbólico da virgindade feminina diminui significativamente, sugerindo uma crescente igualdade de género. Mesmo entre as raparigas que adiaram até mais tarde que a maioria ou que continuam a adiar a sua iniciação sexual, o valor da virgindade enquanto símbolo da honradez ou da respeitabilidade feminina parece ser afastado:

“Eu não procurei perdê-la tão cedo por vários aspectos mas nunca foi por ser um valor ou uma vontade de ser casta.” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

Neste sentido, num contexto em que a virgindade perde parte do seu valor intrínseco e em que sexualidade juvenil – mais do que se legitimar - se institui como norma, resulta oportuno indagar, afinal, as razões ou condições que levam alguns indivíduos a pospor o início das suas trajectórias sexuais com parceiro.

Reportando-nos agora aos dados do inquérito “Saúde e Sexualidade”, verificamos de facto que tanto as razões de ordem moral ou religiosa como os ideais de restrição da sexualidade ao casamento tendem a perder importância face a outro tipo de motivações. Neste sentido, entre a população virgem⁶³, apenas 10,6% dos homens e 12,8% das mulheres afirmam que manter relações sexuais significaria ir contra a sua moral ou religião e, associado a isto, a grande maioria das pessoas virgens (83,6% das mulheres e 91,5% dos homens) descarta a intenção de casar virgem para justificar o facto de ainda não se ter iniciado

⁶³ Analisando os dados do inquérito “Saúde e Sexualidade”, importa não perder de vista que as proporções analisadas neste tópico se reportam ao conjunto de indivíduos que, no momento do inquérito, declararam ainda nunca terem tido uma relação sexual com parceiro. No caso dos homens, foram apenas 3% (52 indivíduos) os que declararam ser virgens, concentrando-se estes casos, na sua quase totalidade, entre os inquiridos mais jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos. No grupo das mulheres, a proporção de pessoas que declaram nunca ter tido relações com parceiro aumenta para os 6,8% (120 indivíduos), e, embora os casos se distribuam pelos diferentes grupos etários, é também entre as inquiridas mais jovens (18-29 anos) que a proporção das que declaram ser virgens é maior.

sexualmente. Ainda assim, apesar destas razões (ir contra a moral/religião e pretender casar virgem) serem mencionadas apenas por uma minoria dos inquiridos, note-se que em ambos os casos elas são mais vezes opções de resposta de mulheres que de homens⁶⁴.

Sintomático das mudanças ocorridas neste campo e, em particular, do predomínio das condicionantes de ordem relacional sobre as de ordem moral, verificamos que o facto de não se ter encontrado a pessoa certa é, afinal, a razão mais frequentemente mencionada (por 56,3% das inquiridas e 46,1% dos inquiridos) para justificar o facto de ainda não se ter tido relações sexuais. Na mesma linha, quando questionados acerca do que significa ser virgem, 49,2% dos homens e 61,2% das mulheres afirmam “uma decisão de cada um”, afastando-se da valorização simbólica mais tradicional da virgindade.

Desta forma, a abordagem geracional à questão da virgindade comporta diferenças muito substantivas sobretudo no domínio feminino: enquanto para as gerações mais velhas de mulheres, a virgindade continua a ser entendida como uma prezada qualidade feminina, para as mais novas ela chega mesmo a ser vista como um “fardo” ou “a problem to be solved” (Kimmel, 2004:249), um pouco à semelhança do que já nas gerações anteriores sucedia com os homens. Esse foi, de resto, o caso de Inês:

“*Eu é que já queria [perder a virgindade]. Sentia-me pressionada pela sociedade porque já tinha 20 anos e ainda não tinha tido uma relação sexual, mas era uma pressão abstracta não era concreta.*” (Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

Assim, num cenário em que a experimentação e o hedonismo se tornam valores dominantes tanto para rapazes como para raparigas, a virgindade, significando a ausência de experiência, pode passar de virtude a lacuna que urge ser corrigida.

Por outro lado, nesta geração, a resistência à norma da virgindade também surge nos discursos associada à norma da igualdade nas relações ou à necessidade de suplantar as clivagens de género tradicionais. É precisamente isso que nos sugerem afirmações como a seguinte:

“*Não vejo qualquer tipo de vantagem nesses fundamentalismos, e como esses, outros, mas esse é um deles. Acho que não tem nenhuma vantagem, acho que a ideia de se guardar para aquele homem mexe um bocadinho com os meus nervos porque, se aquele homem não se guardou para aquela mulher, não faz*”

⁶⁴ E se, no caso de “ir contra a minha moral ou religião”, a diferença entre sexos é pouco expressiva (10,6% de homens para 12,8% de mulheres), no referente à intenção de casar virgem ela já parece mais relevante, com a proporção de mulheres virgens que optam por esta resposta (16,5%) a duplicar a de homens (8,2%).

| *sentido nenhum.* (Marta, 25 anos, Ensino Secundário, Assistente de bordo, Casada, Lisboa)

Ainda assim, apesar de uma inegável aproximação entre os padrões de género, as diferenças simbólicas entre a virgindade feminina e masculina não desaparecem por completo nesta geração. De facto, muitos rapazes ou raparigas coincidem em que a virgindade feminina continua a conservar, nos dias de hoje, uma importância superior à masculina, o que, como veremos em seguida, justifica um controlo diferenciado do ponto de vista das práticas. Percebemos, de resto, que os discursos sobre o valor da virgindade são algo ambíguos, oscilando entre posturas mais igualitárias e a preservação de significados tradicionais:

| “*Acho e não acho [que tenha a mesma importância]. (...) Num homem também [tem importância], só que não tanto como numa mulher.*” (Joana, 24 anos, Curso Técnico-profissional, Administrativa, com namorado, Mondim de Basto)

| “*No casamento não, mas a virgindade é muito importante. Porque acho que é uma partilha, portanto, acho que não se deve perder a virgindade por perder, é uma situação muito importante que nós nunca vamos esquecer na vida, principalmente as mulheres, se bem que há homens que também pensam assim*” (Raquel, 27 anos, Ensino Secundário, Assistente de produção, com namorado, Almada)

| “*Eu vejo [a virgindade feminina e masculina] da mesma forma mas elas, do que sei delas, não vêm da mesma forma por elas, pelo que eu oiço. Para elas é mais importante perder a virgindade do que para nós.*” (Daniel, 25 anos, Licenciatura, Fisioterapeuta, com namorada, Mondim de Basto)

Como reverso da mesma medalha, verificamos igualmente que muitos entrevistados concordam com a ideia segundo a qual a pressão para *não ser virgem* é mais sentida por rapazes que por raparigas, sugerindo assim a persistência de desigualdades normativas e simbólicas nos quadros actuais da iniciação sexual. De facto, e como sugere o discurso de Carina, as representações mais tradicionais da masculinidade parecem continuar activas no momento de assumir a virgindade:

| “*É bastante diferente, o homem sente-se mais envergonhado, não pode dizer que é virgem porque fica mal para um homem dizer que é virgem, um homem é macho [risos], não pode ser virgem.*” (Carina, 25 anos, Ensino Secundário, Empregada administrativa, Casada, Celorico de Basto)

Por seu lado, também os dados extensivos vêm aportar expressão às lógicas identificadas na pesquisa qualitativa. No inquérito realizado, entre as pessoas que se declaram virgens, a grande maioria afirma não se sentir discriminado por nunca ter tido relações

sexuais. Ainda assim, as diferenças de género não deixam de se fazer notar, já que contra os apenas 8,7% das mulheres, 16,7 % dos homens virgens declara, de facto, ter sofrido algum tipo de discriminação.

Associado a isto, quando questionados acerca da opinião dos amigos face à sua virgindade, as mulheres tendem a salientar a não interferência dos outros, nem sequer dos mais próximos, numa decisão que afirmam ser pessoal. Assim, 44,1% das mulheres responde que “o início da vida sexual é uma decisão pessoal” e 31,9% afirma que “não conversa sobre este assunto com os amigos/as”. Por seu lado, entre os homens virgens, a opção mais comum, com 37% das respostas masculinas, é de que os amigos “acham que já devia ter perdido a virgindade”, seguida então das opções de “não conversa sobre este assunto com os amigos/as”, com 32,6% das respostas e de “o início da vida sexual é uma decisão pessoal”, com 26,8%.

4.1.2. Calendários

As narrativas sobre iniciação sexual constituem uma porta de entrada privilegiada para o entendimento de clivagens nos sistemas de representação, trajectórias e cenários de investimento sentimental em diferentes gerações de homens e mulheres.

A desvinculação entre sexualidade e conjugalidade permitiu o desenvolvimento de uma sexualidade pré-conjugal em maiores condições de igualdade e criou novos modelos de iniciação sexual. Fortemente marcadas pelas pertenças de género e geracionais, as práticas e representações associadas aos calendários, às motivações e aos contextos da iniciação sexual têm, ao longo das últimas décadas, sofrido transformações que merecem aqui ser analisadas.

Para começar, a alteração dos marcadores etários da iniciação sexual é, sem sombra de dúvida, um dos aspectos que expressa com maior clareza e objectividade a mudança geracional ocorrida neste campo (e.g. Bozon, 1993, Marques, 2007, Ferreira, 2010d).

Ao longo do século XX, a idade à primeira relação sexual diminuiu para ambos os sexos, embora em diferentes intensidades. Se no caso dos homens, a oscilação foi algo moderada, no caso das mulheres ela terá sido mais abrupta, sugerindo uma aproximação entre trajectórias (masculinas e femininas) conseguida, sobretudo, por via das mudanças ocorridas no universo das mulheres, onde as práticas e as representações face à sexualidade se vão progressivamente assemelhando às dos homens, mais constantes à passagem do tempo (e.g. Giddens, 2001; Kimmel, 2004).

Mais convergentes que no passado, os calendários de iniciação sexual feminina e masculina sugerem, então, uma alteração de condições que se afasta progressivamente daquilo

a que alguns autores assumem como “modelo mediterrânico”⁶⁵, segundo o qual a precocidade masculina contrasta com a renúncia feminina à sexualidade, por princípio, mantida até ao casamento. Neste sentido, a passagem para um clima de maior autonomia em matéria de iniciação sexual parece permitir às mulheres das gerações mais novas uma aproximação aos comportamentos masculinos que se manifesta também no assumir de uma maior precocidade sexual.

No entanto, uma vez mais, esta aproximação não aniquila as diferenças de género, continuando a ser os homens os que, de geração para geração, apresentam médias de idade inferiores no momento da primeira experiência sexual.

Na *primeira geração*, a mais velha, o calendário de iniciação sexual caracteriza-se pela dispersão das idades médias à primeira relação, o que reflecte, com propriedade, os efeitos de outras clivagens sociais e, em particular, das diferenças de género. De facto, se remontarmos às primeiras experiências deste grupo de entrevistados, verificamos que as trajectórias de homens e mulheres se distanciam enormemente, sendo a iniciação sexual masculina bem mais precoce que a feminina (pelo menos ao nível dos discursos).

Nas trajectórias masculinas, as primeiras relações sexuais têm lugar maioritariamente muitos antes da conjugalidade ou até do início do namoro. De acordo com os dados da pesquisa quantitativa, a média de idades à primeira relação sexual dos inquiridos homens com mais 60 anos situa-se nos 17,37 anos – uma tendência que não destoia da realidade encontrada na geração mais velha da nossa amostra qualitativa, embora aqui não sejam infrequentes os casos de iniciação sexual mais precoce:

“Foi aos 15 anos, ou assim. (...) Comecei muito cedo a andar lá com o *mulherio*.” (Fernando, 85 anos, Ensino Primário, Proprietário de Terras, Casado, Ribeira de Pena)

No caso das mulheres, a tendência maioritária nesta geração faz coincidir a primeira relação sexual com o casamento ou, pelo menos, com fases avançadas e consolidadas do relacionamento amoroso. Assim, a entrada das mulheres na sexualidade activa, por comparação aos homens, ocorre mais tardiamente, situando-se em média, de acordo com os dados estatísticos, em torno aos 21 anos.

⁶⁵ Importa referir que a ideia de “modelo cultural mediterrânico”, evocada em obras de referência como a de Peristany (1991), não tem estado isenta de questionamentos ou críticas. Nomeadamente, para Pina Cabral (1991), tais análises vêm reflectir algum etnocentrismo ao pressupor a homogeneização de traços valorativos e comportamentais de culturas que conservam, afinal, muitas diferenças entre si.

“A minha primeira relação sexual foi, casada, com 23 anos. Eu casei virgem se quer saber (...). Nessa altura eu acho que como qualquer uma das minhas irmãs.” (Adriana, 80 anos, Ensino Secundário, Doméstica, Viúva, Sintra).

A *segunda geração* - a dos pais e mães da nossa amostra qualitativa- representa uma aproximação das trajetórias femininas e masculinas, nomeadamente em termos de calendário de iniciação sexual. No caso dos homens, se é verdade, como veremos adiante, que os contextos das primeiras experiências sofreram alguma diversificação, do ponto de vista mais objectivo e, particularmente, no que se refere à idade na primeira relação sexual de facto não se regista um grande distanciamento face à geração antecedente. Com efeito, a primeira relação sexual continua a acontecer, em média, por volta dos 17/18 anos.

Já no caso das mulheres, a mudança geracional no que concerne ao calendário de iniciação sexual parece ser bem mais evidente, registando-se uma diminuição da idade média à primeira relação e uma maior distância temporal entre essa experiência e a passagem para a conjugalidade. De acordo com a pesquisa quantitativa, a média de idades à primeira relação das mulheres situa-se ainda próxima dos 21 anos para mulheres entre os 50 e os 59 anos e decaiu para os 19,27 para mulheres que actualmente têm entre 40 e 49 anos.

Provavelmente devido à pluralidade de trajetórias e perfis sociais encontrados na amostra qualitativa, podemos identificar, em particular nas entrevistadas desta geração, uma maior dispersão na idade de iniciação sexual que, no caso, varia entre os 12 anos – muito antes de se estabelecer sequer um relacionamento afectivo de continuidade com um parceiro – e os 24 anos, à data da celebração do casamento. Representando, precisamente, os limites extremos deste calendário geracional⁶⁶, os testemunhos de Isabel e Luísa, permitem dar conta diversidade contida neste grupo de transição:

“Mesmo naquele tempo não era um namoro normal. (...) Era mesmo um namoro à séria. Tudo à séria. Ele era muito sério. É moda antiga. E foi uma coisa que era muito séria. (...) Casei virgem [depois de 10 anos de namoro].” (Isabel, 46 anos, Curso Médio, Doméstica, Casada, Sintra)

“Eu tinha 12 anos e ele já estava a acabar o secundário ou estava para entrar na universidade, portanto era bastante mais velho. Eu é que era assim toda Lolita. Era um bocado atrevida e, pronto, fui-me meter com ele também.” (Luísa, 50 anos, Doutoramento, Antropóloga, União de Facto, Lisboa)

⁶⁶ Naturalmente que, por serem extremos, estes casos não são propriamente representativos da tendência geracional verificada na nossa amostra qualitativa, a qual situa as primeiras relações das mulheres em torno dos 20 anos, coincidindo, portanto, com a tendência expressada estatisticamente nos dados do inquérito quantitativo.

Se é verdade que as alterações no calendário de iniciação mudaram de forma evidente da primeira para a segunda geração em análise, é na *geração mais nova* que a tendência para a diminuição da idade na primeira relação se intensifica e generaliza.

Hoje em dia, a sexualidade juvenil surge como uma realidade legitimada, exercendo-se em condições de maior liberdade e igualdade que nas décadas anteriores. Alguns estudos sociológicos (e.g. Bozon, 2004; Ferreira, 2010d) indicam que, para além de mais precoces, as primeiras experiências dos jovens de hoje em dia caracterizam-se por uma certa *sincronização temporal* que reflecte a mitigação dos efeitos das clivagens sociais, e particularmente de género, nos calendários de iniciação sexual. Como explica Ferreira (2010d:233), “a influência do grupo de pares na socialização juvenil (...) contribui de forma muito decisiva para que a entrada na sexualidade adulta ocorra hoje num intervalo de tempo bastante mais estreito do que anteriormente, em torno de uma idade média que tem vindo a diminuir ao longo da sucessão geracional.”

Assim, tanto nas trajectórias masculinas como femininas, as primeiras relações sexuais tendem a ocorrer mais cedo que nas gerações anteriores e, na generalidade, ainda sem planos de conjugalidade à vista. Se a diferença entre sexos não é totalmente desfeita, ela é bastante atenuada, estando a idade média de iniciação sexual dos rapazes inscrita, estatisticamente e sem grandes desvios, nos 16,8 anos e a das raparigas nos 17,8.

De qualquer forma, apesar das tendências geracionais desveladas pela análise extensiva, a nossa amostra qualitativa compreende casos singulares que nos levam a matizar tais regularidades, sugerindo que também no que concerne aos calendários de iniciação sexual a mudança não opera de forma unânime e definitiva, continuando a acolher uma grande variedade de percursos sexuais. Entre os entrevistados masculinos da geração mais nova, apenas um caso se distancia da norma geral, inscrevendo a sua primeira relação numa idade mais tardia que a média, por volta dos 23 anos. Mas, uma vez mais, é entre as mulheres que encontramos maior discrepância etária, sugerindo, por comparação ao universo masculino, uma maior permeabilidade das trajectórias femininas aos efeitos de outros condicionantes sociais e biográficos.

Em concreto, entre as nossas entrevistadas mais jovens encontramos desde o caso de Susana que iniciou a sua vida sexual aos 13 anos com um parceiro mais velho, aos casos de Sara, cuja virgindade foi mantida até aos 23 anos, ou de Joana que, com 24 anos e num relacionamento amoroso de alguns meses, afirma nunca ter tido relações sexuais:

“*Eu tinha 13, ele tinha 19.*” (Susana, 29 anos, Curso técnico-profissional, Empregada Administrativa, União de Facto, Lisboa)

“*Eu perdi a virgindade muito tarde. Perdi a virgindade para aí com 23 anos*” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

“*Para ser sincera, ainda não tive a minha primeira relação sexual*” (Joana, 24 anos, Curso técnico-profissional, Empregada Administrativa, com namorado, Celorico de Basto).

4.1.3 Motivações e contextos relacionais

Sabemos que no campo da sexualidade está particularmente difundida e aceite a representação do *automatismo fiscalista masculino* que se constrói por oposição a uma espécie de *domesticação sexual feminina*. Apesar do significado das primeiras relações se distanciar progressivamente da moral tradicional (assente na sua dependência face à conjugalidade e na virgindade como valor intrínseco das mulheres), actualmente os homens e as mulheres tendem ainda a atribuir diferentes sentidos aos contextos da iniciação sexual.

Segundo vários autores (e.g. Bozon, 2002, Heilborn e Bozon, 1996, Marques, 2007, Vieira, 2009), as narrativas masculinas, pouco reverentes aos vínculos sentimentais, valorizam a iniciação sexual, acima de tudo, enquanto um incremento da experiência individual e como forma de satisfazer uma necessidade inadiável e inscrita corporalmente. Por seu lado, as mulheres são as que mais enfatizam o carácter relacional daquele momento, concebendo-o como integrante de um projecto afectivo a dois. Desta forma, as narrativas da iniciação sexual parecem confirmatórias das identidades de género, reforçando a associação da masculinidade a uma disposição activa para o sexo (Heilborn, 1999) e da feminilidade ao primado das relações e da afectividade sobre a individualidade.

Analisar motivações e contextos da entrada na sexualidade activa significa, com efeito, atender aos sentidos atribuídos pelos sujeitos a essas experiências e perceber a natureza dos vínculos que, no momento, uniam os indivíduos aos seus parceiros. Estes dois aspectos estão, naturalmente, associados entre si mas conservam alguma independência. Nesta análise veremos, de resto, como a mudança geracional se produz por uma expressiva aproximação entre experiências masculinas e femininas em termos dos contextos relacionais, sem que, do ponto de vista das motivações, se verifique um movimento equivalente.

A *primeira geração* de entrevistados é a que reflecte uma maior distância entre os modelos femininos e masculinos de entrada na sexualidade activa. A iniciação sexual

masculina, bem mais precoce que a das mulheres, ocorria muito frequentemente⁶⁷ com recurso à prostituição. Esta norma tradicional, que marca os quadros de referência de toda uma geração de homens, está amplamente documentada nos testemunhos da nossa amostra qualitativa, inscrevendo-se, *naturalmente*, nas trajetórias individuais da esmagadora maioria dos nossos entrevistados e independentemente da sua origem ou perfil social.

“*Devia ter uns 17 anos, senão 18, já. (...) [Foi] com prostitutas, em Lisboa. Um grupo de amigos, juntaram 3 ou 4 dos outros mais novos e levaram-nos. (...) Foi natural. Foi paródia. E com vontade de ir.*” (Victor, 73 anos, Curso Complementar de Comércio, Gerente Comercial, Casado, Sintra)

“*Eu ia lá aos sítios convenientes desabafar as minhas coisas, as minhas mágoas. Nunca fui um obsessivo dessas coisas, fiz sempre as coisas naturalmente. Foi um dia na Serra do Pilar. Aconteceu.*” (José, 86 anos, Curso Médio de Engenharia, Engenheiro Técnico Reformado, Viúvo, Oeiras)

Mas a relevância deste modelo de iniciação sexual (o recurso à prostituição feminina) não se faz valer apenas da sua profusão no universo masculino. De facto, trata-se de uma tendência importante também pelas implicações normativas que dele decorrem, nomeadamente por estabelecer clivagens de género muito significativas. Por um lado, este perfil de iniciação sexual vem reforçar a distância entre os percursos legítimos dos homens e das mulheres e, por outro, vem reiterar um duplo padrão de género que se exerce exclusivamente sobre universo feminino, traçando fronteiras bem delineadas entre as “mulheres de virtude” (que, na apologia ao recato sexual, confinavam a sua sexualidade ao vínculo conjugal) e as outras, serviçais do prazer masculino, com quem se experimentava, se aprendia e se cumpriam os requisitos confirmatórios da masculinidade viril (Policarpo, 2011b).

“*Foi com uma mulherzita que lá andava, coitada, não era só comigo. (...) Nós sabíamos muito bem quem ela era. Aquilo que eu fiz fez o António, fez o Manel, que aquilo era uma mulher para lá meia abandonhada. (...) A dúvida que nós tínhamos, e que tínhamos o receio, é que ela não andasse limpa.*” (Fernando, 85 anos, Ensino Primário, Proprietário de Terras, Casado, Ribeira de Pena)

No quadro das motivações para a primeira relação sexual, esta geração de homens tende, justamente, a salientar aspectos relacionados de forma muito directa com a experimentação e a urgência física, reiterando uma concepção essencialista das identidades

⁶⁷ Embora os dados do inquérito atribuam este perfil de iniciação sexual (recurso ao sexo pago) a não mais do que 25,1% dos homens com idades compreendidas entre os 60 e os 65 anos, na pesquisa qualitativa o recurso à prostituição na primeira relação sexual surge como modelo claramente maioritário e praticamente unânime a todos entrevistados da geração mais velha.

sexuais. Por outra parte, a pressão social, exercida entre pares, para dar provas da masculinidade também parece exercer uma influência significativa na justificação das primeiras relações sexuais.

“Foram eles que disseram ‘Vem connosco. Vamos fazer isto e aquilo’. E calhou.” (José, 86 anos, Curso Médio de Engenharia, Engenheiro Técnico Reformado, Viúvo, Oeiras)

No que concerne à iniciação sexual das mulheres desta geração, verificamos como o valor da virgindade feminina estava socialmente instituído, sendo sujeito ao controlo por parte do entorno familiar das raparigas. Particularmente, neste domínio, os testemunhos das nossas entrevistadas salientam o papel dos seus progenitores, descrevendo-os como pródigos na vigilância das suas rotinas e empenhados na regulação, por meio de regras apertadas, dos seus contactos com o sexo oposto, nomeadamente com pretendentes ou namorados.

Assim, por norma, estas mulheres iniciavam-se sexualmente com os maridos ou, aproveitando algum afrouxamento da regulação familiar, em fases já avançadas de um “relacionamento sério”, que tinha já em vista um “casamento para toda a vida”.

“Partia-se do princípio que [a primeira relação sexual] era para ser depois de casar, e seria um caso muito complicado... então o meu pai que era muito austero nessas coisas, meu Deus, se houvesse uma filha a casar já sem ser virgem era o fim.” (Amélia, 67 anos, Ensino Primário, Costureira, Separada, Loures).

Com efeito, também os dados quantitativos provenientes do inquérito “Saúde e Sexualidade” revelam que em mais de 60% dos casos, as mulheres tiveram a sua primeira relação sexual, já casadas, próximas da celebração do casamento ou a viver em coabitação com os parceiros.⁶⁸

Desta forma, os discursos femininos desta geração recolhidos no contexto das entrevistas conferem à iniciação sexual um carácter legitimado pela continuidade da relação sentimental e matrimonial. Muito distantes de uma perspectiva de valorização da sexualidade como fonte de aprendizagem, realização ou prazer individuais, as descrições da maioria das mulheres desta geração fazem depender as primeiras relações de lógicas tradicionais de cedência feminina aos investimentos masculinos, reforçando um duplo padrão de género que

⁶⁸ Relativamente à pesquisa quantitativa, entre as inquiridas com idades compreendidas entre os 60 e os 65 anos, 41,5% afirma ter tido a sua primeira relação sexual quando “já estávamos casados” e 16,4% responde “estávamos para casar”.

entende as mulheres como “objectos a serem possuídos”, e os homens como “sujeitos desejantes independentes” (Bozon, 2003: 153).

Como espelham as descrições de algumas entrevistadas, não raras vezes, as primeiras experiências tiveram lugar em contextos de desigualdade, onde os maridos ou futuros maridos, sempre mais experientes, exerciam funções de comando e complacência (Neves, 2008). Note-se, igualmente, como alguns testemunhos femininos descrevem experiências impregnadas de receio face ao desconhecido.

“Correu bem ...ainda agarrei no lençol e ainda trinquei...ainda lá tenho o lençol de casamento e algumas coisas. (...) Ele tinha muita paciência comigo, muito, muito.” (Odete, 84 anos, Sem Escolaridade, Costureira Reformada, Viúva, Lisboa)

“Na noite do casamento (...) ele disse: ‘Vais ficar aí?’ e eu ‘Vai tu para a cama que eu vou ficar aqui...’. E ele disse: ‘Não, não vais ficar aí, tens de vir para a cama...’ E eu: ‘Não, não vou... vou ficar aqui’. (...) Estive quase para não ir para a cama... Mas depois ele disse: ‘És maluca? Anda para a cama!’. E eu: ‘Não vou! Quando estiveres a dormir depois eu deito-me.’ Depois ele fingiu que estava a dormir e eu fui... (risos). Quando me deitei, ele disse-me: ‘Então porque não te vens deitar? Não te faço mal... Mas sabes como é... eu se me casei, foi para ter relações contigo’. E eu disse: ‘Não, que eu não quero!’ E ele: ‘Não é assim, tu não queres, não. Tem de ser! (...) Depois aconteceu nessa noite. Diz ele: ‘Vai buscar uma toalhinha e põe-se aqui’. Ele explicou-me, mas a minha mãe podia-me ter explicado daquela maneira... Mas não explicou. Mas pronto, olhe, não morri, graças a Deus.” (Antónia, 62 anos, Ensino Primário Incompleto, Assalariada Agrícola, Casada, Mondim de Basto).

No entanto, é certo que muitas vezes as práticas se distanciavam dos discursos, entrando em ruptura com a moral dominante (Almeida *et al*, 2004; Policarpo, 2011b). Com efeito, apesar das prescrições amplamente difundidas e reproduzidas pelos indivíduos, entre as entrevistadas da geração mais velha, verificamos, por exemplo, algumas trajectórias onde, numa linearidade inversa à *desejável*, o casamento se inscreve (apressadamente) após uma gravidez não planeada:

“ [A primeira relação sexual] foi com o meu marido. (...) Tinha dúvidas porque foi antes de casar e há sempre dúvidas (...). Tanto tinha dúvidas que casei grávida, sabe?” (Lurdes, 77 anos, Ensino Primário Incompleto, Operária Fabril reformada, Casada, Almada)

Na mesma linha, contrariando profundamente os modelos normativos mais hegemónicos nesta geração, o testemunho de Teresa distingue-se ainda por justificar a entrada na sexualidade activa como forma de satisfação da sua própria curiosidade e desejo de

experimentação – uma inovação muito substantiva face à ordem de género tradicional e às motivações declaradas pelas demais entrevistadas da sua geração:

“*Eu estava curiosa e queria saber como é que era para contar como foi. Mas pronto, o problema todo foi porque a minha mãe depois pressionou-me imenso e obrigou a que a gente casasse...*” (Teresa, 73 anos, Licenciatura, Técnica Bancária reformada, Viúva, Lisboa)

Seja como for, ainda que as disposições individuais pudessem desafiar os modelos dominantes, parece inegável a pujança com que a norma social se instaurava sobre as trajetórias destas mulheres. Por um lado, percebemos a grandeza dessas condicionantes pela renitência (o pouco à-vontade, as tentativas de ocultação de factos, as hesitações, etc.) de algumas mulheres em partilhar aspectos do seu percurso que consideram menos conformes com a moral sexual preconizada. Por outro lado, é preciso ter em conta que mesmo para quem ousou, em seu momento, contrariar o estabelecido (no caso, ter tido relações sexuais fora da conjugalidade), a retracção não se fez esperar, já que todas estas mulheres terão sido confrontadas com a necessidade imperiosa e urgente de casar, numa tentativa de dissimular o incumprimento e preservar a reputação social.

A distância que separa a primeira da *segunda geração* em análise preenche-se de mudanças sociais significativas com impactos nas formas de viver e experimentar a sexualidade e em particular as primeiras relações sexuais coitais. De facto, só atendendo às transformações sociais e normativas (já referidas anteriormente) se percebe o salto que esta mudança geracional comporta.

Se os contextos e as motivações das primeiras relações sexuais eram, na geração anterior, diametralmente distintos para homens e mulheres, na geração destes Pais e Mães, eles encetam um movimento expressivo de aproximação. Do lado masculino, como traço mais característico da mudança, verificamos que os modelos de iniciação sexual se diversificam. Os dados do inquérito dizem-nos que, no que toca aos contextos das primeiras relações desta geração de homens, o namoro passa a ser o cenário mais comum da iniciação sexual, seguido depois das relações de amizade, e dos encontros ocasionais. Só depois disso, como quarta opção mais respondida, surgem as primeiras relações com prostitutas.⁶⁹

⁶⁹ Segundo os dados do inquérito “Saúde e Sexualidade”, entre os inquiridos com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos, os contextos de iniciação sexual pluralizam-se grandemente. Entre o grupo de 50 a 59, para além de uma diminuição acentuada do recurso à prostituição (que não representa mais do que 10,1% das respostas), verificamos como os contextos relacionais das primeiras experiências se distribuem mais equilibradamente pelas opções de namoro (30,7%), amizade (22,4%)

Também nos relatos dos nossos entrevistados, apesar do contacto com prostitutas continuar a ser relativamente frequente e reflectir a permanência de lógicas tradicionais de entrada na vida sexual adulta, verificamos que as primeiras relações no contexto do namoro ganham expressão, evidenciando a emergência de uma clima de maior igualdade material e simbólica entre homens e mulheres.

A ilustrar a coexistência, nesta geração, de diferentes normas de entrada na sexualidade coital, o testemunho de Dinis, mais tradicional, contrasta com a expressão mais igualitária de Vasco:

“ [Fomos] a umas meninas, fomos ao Porto. (...) Correu [bem], rimo-nos um bocado [uns] com os outros, como é que foi e não foi, se foi rápido, se foi assim. Sei que não foi grande coisa.” (Dinis, 58 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Mondim de Basto)

“Não foi uma má experiência por acaso, porque era um namoro mesmo e não fiquei sequer com aquela sensação de repulsa, e nem foi por isso que passado uns meses ou um ano a coisa terminou, foi por outros motivos.” (Vasco 46 anos, Licenciatura, Advogado, Casado, Lisboa)

Por outro lado, cresce igualmente a proporção de homens que declara ter tido a primeira relação sexual com uma parceira casual, surgindo nos discursos dos nossos entrevistados figuras diversas como as de “amigas”, “empregada” e “conhecidas”.

“Foi aos 15 anos, com a empregada.” (Jaime, 51 anos, Ensino Básico, Empregado Administrativo, Casado, Mondim de Basto)

“Foi lá com uma rapariga que até era a mais velha que eu, era filha de uma cabeleireira onde trabalhava uma tia minha. E ela fez lá umas brincadeiras comigo de maneira que foi a partir daí praticamente que me ensinou.” (Jorge, 52 anos, Ensino Secundário com frequência universitária, Encarregado da Construção Civil, Casado, Lisboa)

Nestes casos, os discursos, ainda longe de assumirem os afectos ou a continuidade de um projecto a dois como impulsionadores dessas experiências, acabam por reincidir na associação entre a masculinidade e o experimentalismo. De facto, apesar da mudança geracional ocorrida em termos dos contextos relacionais da iniciação sexual masculina, verificamos que os discursos sobre os aspectos que motivaram essas experiências sofrem poucas mudanças. Curioso será perceber como, mesmo em casos cujas iniciações tiveram

e encontro ocasional (18, 3%). Já entre os homens um pouco mais novos, de 40 a 49 anos, salienta-se uma clara concentração na opção do namoro, que representa 45,9% das respostas deste grupo, remetendo para um segundo plano as primeiras relações em contextos de amizade (12,1%), de encontros ocasionais (14,7%) e de recurso à prostituição (11,7%).

lugar no contexto de relações amorosas estáveis, o hedonismo, a curiosidade experimentalista e a suposta “natural disposição masculina para o sexo” continuam a ser, nos discursos, os grandes legitimadores das práticas.

Da mesma forma, nesta geração verificamos que a pressão para a conformidade a uma identidade masculina tradicional continua a representar um móbil forte para a entrada na sexualidade activa. Neste sentido, vários dos nossos entrevistados desta geração referem ter sofrido a influência dos seus pares para iniciar a sexualidade activa, nomeadamente através da “convocatória” de visitas colectivas a locais de prostituição.

“Tínhamos que aprender e portanto tivemos que ir” (Dinis, 58 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Mondim de Basto).

Nas mulheres, as mudanças são igualmente evidentes e, antes de mais, traduzem uma progressiva desvinculação da sexualidade ao casamento ou à conjugalidade. A pesquisa quantitativa permite-nos verificar como, entre as mulheres de 50 a 59 anos, o namoro (com 38,6% das respostas) se institui como contexto relacional mais frequente nas primeiras relações sexuais, ultrapassando o casamento (com 33,3% das respostas). Esta distância é claramente ampliada no grupo de mulheres entre os 40 e os 45 anos, onde as primeiras relações com namorados ganham grande vantagem (65%) face ao casamento (15,5%).

Com efeito, também os testemunhos recolhidos nas entrevistas nos permitem identificar, nesta geração de mulheres, a coexistência de diferentes modelos de iniciação sexual, tão característica de contextos normativos em transição. E embora as primeiras relações destas mulheres se insiram, maioritariamente, em relacionamentos sentimentais de continuidade, os discursos (e os percursos) vão-se diversificando e ganhando *nuances* que os distinguem da norma hegemónica e algo monocromática da geração anterior⁷⁰.

Estabelecendo um paralelismo com os modelos femininos de entrada na sexualidade definidos por Almeida *et al.* (2004), verificamos que nesta geração de mulheres, enquanto uma parte considerável das nossas entrevistadas continua a remontar as primeiras relações femininas ao quadro da institucionalização da vida a dois e da maternidade, muitas outras revelam já trajectórias assentes na separação temporal alargada entre a entrada na sexualidade activa e a conjugalidade.

⁷⁰ Falamos de “monocromatismo” referindo-nos aos discursos regulativos da época, sem com isso querer sugerir que as práticas reais das mulheres da geração anterior não pudessem comportar variações – facto que, de resto, já tivemos oportunidade de comprovar.

Associada a esta diferença, podemos afirmar que nesta geração de mulheres existe uma clara coexistência entre as lógicas e significações mais tradicionais (reproduzidas por entrevistadas de perfil popular e pouco escolarizadas) e as atitudes sexuais mais emancipatórias (tendencialmente personificadas por mulheres de perfis sociais mais favorecidos e qualificados):

“*Eu dizia assim ‘o que é que vai ser de mim? Eu não sei nada. O que é que vai ser de mim? Eu não sei como é que vou fazer?’ Era assim que pensava. (...) Tinha essa preocupação. (...) Sabe com quem cheguei a conversar? Com o meu marido. Antes de casar, eu disse-lhe assim ‘eu não sei como é que vai ser porque eu não percebo nada disso’, e ele disse-me ‘não faz mal, depois eu explico-te’. (...) Primeiro teve uma conversa comigo, ‘olha que é assim, assim, assim. Tu não tenhas medo. Porque vai correr tudo bem. Tens que te por apta, porque tu sabes como é, eu não te faço mal’.*” (Belmira, 42 anos, Ensino Primário, Doméstica, Casada, Mondim de Basto)

“*Comecei a ter relações sexuais com ele com 15 anos logo, de tal forma eu gostava dele. (...) Era um desejo.*” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures).

De facto, embora a autonomia sexual seja, também na nossa amostra, uma característica mais comum nos discursos das mulheres de perfil urbano e com maiores capitais escolares e sociais, refira-se que são múltiplos os condicionantes que influem na definição dos contextos e das motivações face à iniciação sexual feminina. Em concreto, e uma vez mais, verificamos que as mulheres provenientes de meios mais conservadores (ainda que economicamente favorecidos, urbanos e qualificados), socializadas sob a égide dos valores católicos e *familialistas*, tendem a reeditar percursos mais tradicionais de entrada na sexualidade activa, reforçando a importância de *saber esperar* pelo momento certo e *guardar-se* para a pessoa certa.

“*Na altura já tinha 24 anos mas nunca tinha tido antes porque nunca quis ter antes porque achava que **aquilo tinha de ser guardado para uma pessoa especial** e achei que o meu marido era a pessoa especial*” (Clara, 45 anos, Ensino Secundário, Doméstica, Casada, Sintra).

Actualmente, para as *gerações mais novas*, a sexualidade surge enquanto processo legitimado nas trajectórias juvenis e reflecte uma orientação normativa para individualidade (Giddens, 2001), ainda que pensada no contexto de um relacionamento afectivo. Assim, a primeira relação sexual acontece, hoje em dia, num contexto bem mais igualitário em que os jovens fazem as suas escolhas mais informados e sem estarem sujeitos a um controlo social tão apertado como o que acontecia nas gerações anteriores.

Reflectindo uma tendência geracional expressiva, a iniciação sexual inscreve-se agora no contexto do namoro, com sentido de um projecto relacional. Segundo dados do referido referido inquérito, 76,8% das raparigas e 50,3% dos rapazes entre os 18 e os 29 anos declaram ter iniciado a sua vida sexual activa com um/a namorado/a. E embora a gramática do investimento sentimental seja particularmente explícita nos discursos femininos, o certo é que, nesta geração, também a maioria dos entrevistados rapazes afirma ter tido a primeira relação com uma namorada, inscrevendo essa experiência no quadro de um projecto definido a dois.

“Já namorávamos há algum tempo, e então não foi uma coisa que aconteceu por acaso... Foi mais ou menos planeado... Era a primeira vez para os dois (...). Falámos os dois, claro, bastante sobre isso, como ia e não ia acontecer. (...) Foi mais ou menos programado, porque andávamos a pensar em começar a fazer aquilo... Então acabou por nos surgir aquela oportunidade naquele dia e aconteceu mesmo...” (Hugo, 24 anos, Licenciatura, Professor, com namorada, Mondim de Basto).

Desta forma, não obstante a valorização do aspecto mais hedonista e experimentalista que esta geração atribui à sexualidade, o afecto e o compromisso amoroso são os contextos predominantes quer da iniciação sexual feminina como masculina, sendo esta constatação particularmente original no que respeita às trajectórias masculinas. Embora tendamos a atribuir o móbil da crescente aproximação entre géneros às mudanças ocorridas no universo feminino, a convergência da iniciação sexual no contexto das relações amorosas parece resultar de uma mudança geracional que é particularmente evidente nos homens, antes iniciados sobretudo com prostitutas ou no quadro de relações ocasionais.

Mas, à semelhança do que já verificávamos na sucessão geracional anterior, mais do que nos contextos relacionais, é no domínio das expectativas e significações da iniciação sexual que as clivagens de género mais se fazem sentir. No que concerne aos motivos que justificam a iniciação sexual masculina e feminina, vários autores (Bozon e Heilborn, 1996; Bozon, 2002; Pais, 1998; Ferreira, 2010d) dizem-nos que, enquanto os rapazes tendem ressaltar motivos como a curiosidade e o desejo, as raparigas declaram orientar as suas práticas com base nos vínculos afectivos ou no sentimento amoroso associado às relações, reiterando assim representações de género mais tradicionais.

Seja como for, fazendo parte de uma geração onde os percursos legítimos se multiplicam (Aboim *et al.*, 2011), os jovens entrevistados descrevem contextos e significados muito plurais associados aos quadros de iniciação sexual. Embora, como acabamos de ver, possamos traçar tendências geracionais assentes numa ética mais experimentalista e igualitária e, paradoxalmente, na manutenção de algumas diferenças de género, a verdade é

que as experiências se individualizam grandemente, ampliando o seu espectro de possibilidades.

É precisamente neste movimento de pluralização normativa que inscrevemos discursos mais singulares sobre iniciação sexual, nomeadamente os de raparigas, como Carolina, que revelam (mais até que os seus parceiros rapazes) uma ética experimentalista associada à primeira relação sexual; os de rapazes, como Francisco, que lamentam não ter cumprido com a expectativa de inscrever a primeira relação sexual num relacionamento estável e duradouro; ou os de jovens, como Diogo e Duarte, que, contrariando a norma geracional mais hedonista, vêm recuperar o valor tradicional da virgindade, fazendo a apologia católica de circunscrição da sexualidade ao casamento. Tais discursos – singulares e portanto pouco representativos de uma tendência geracional – acabam, juntos, por representar um traço importante da paisagem normativa actual face às primeiras relações: a individualização das experiências num contexto normativo mais plural.

“Até fui eu que quis até porque o I. achava que ainda não era a altura certa.”
(Carolina, 18 anos, Estudante do Ensino Superior, com namorado, Loures)

“Já [tive relações sexuais]. Mas isso foi uma estupidez. Foi nos Estados Unidos (...) com a minha namorada de lá. (...) Foi uma estupidez porque é aquela coisa, sei lá... eu quando era mais novo imaginava-me sempre, tipo, com uma namorada já de longa data e não sei quê. Mas não, eu acho que (...) as pessoas acabam por [se] deixar envolver e acaba por acontecer. Tinha namorada lá para aí há um mês.” (Francisco, 20 anos, Estudante Ensino Superior, Solteiro, Sintra)

“Do ponto de vista da Igreja (...) as relações sexuais só se devem fazer com uma pessoa e essa pessoa deve ser o marido ou mulher. (...) Eu também concordo com isso.” (Diogo, 18 anos, Estudante do Ensino Secundário, sem namorada, Lisboa)

“Como sou católico, concordo plenamente com a Igreja que só deve [haver relações sexuais] depois do casamento. Claro que antes do casamento nós vimos algum interesse também, mas acho que (...) tanto o homem como a mulher devem esperar pelo casamento.” (Duarte, 17 anos, Estudante do Ensino Secundário, sem namorada, Lisboa)

4.2 Intimidade e vida a dois: a importância da sexualidade e a formação do casal

No contexto actual de desinstitucionalização das relações, o processo de individualização coloca-se no centro da reflexão sobre a modernidade e, a seu lado, os sentimentos e os afectos redobram importância. Tal como têm procurado demonstrar diversos autores, a

individualização e “fluidez” (Bauman, 2003, 2005) que caracterizam as sociedades contemporâneas, longe de significarem uma depreciação dos vínculos afectivos, sugerem antes mudanças nas formas de viver esses afectos, “de acordo com um modelo de *autenticidade*, em que o indivíduo procura manter-se fiel a si próprio e realizar-se enquanto pessoa” (Policarpo, 2011b:169).

Neste sentido, também a vida a dois parece não escapar à influência das circunstâncias sociais, históricas, económicas e normativas em que se insere (e.g. Torres 2000, Aboim, 2005, Maciel, 2008). Fruto dos processos de modernização social, ela reflecte, na sociedade contemporânea, esta mesma tendência para a individualização e para a sentimentalização das relações pessoais (e.g. Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Singly, 2000; Giddens, 2001; Aboim, 2006).

Segundo Giddens (1994, 2001), na modernidade tardia, os indivíduos - mais reflexivos - parecem dispor de maior capacidade de intervenção na construção da sua própria história e identidade. Neste contexto, também as relações a dois se vão transformando, aproximando-se daquilo a que o autor definiu de *relação pura* - um modelo ideal e autorreferenciado que se consubstancia no facto das relações não mais se pautarem por padrões impostos exteriormente, mas antes por critérios definidos pelos parceiros e de acordo com aquilo que eles mesmos consideram importante na relação⁷¹.

A partir de discursos biográficos, nesta secção do capítulo veremos como os modelos de construção da intimidade se alteram ao longo da sucessão geracional, e como, no quadro de uma maior individualização, os afectos e os sentimentos ganham lugar nas narrativas dos sujeitos. Paralelamente, perceberemos ainda como a mudança geracional vem alterar o *lugar* atribuído à sexualidade nas identidades pessoais e nas relações, indiciando uma tendência para a valorização dessa esfera da vida nos discursos, bem como para a erotização da vida em casal.

4.2.1 Relacionamentos e escolha de parceiros⁷²

Questionar os sujeitos acerca do início das suas trajectórias afectivas e sexuais constitui uma porta de entrada frutífera para aceder não só a discursos sobre os sentimentos e as expectativas que marcaram esses contextos mas também aos condicionalismos sociais que, de

⁷¹ No próximo capítulo teremos a oportunidade de explorar em maior profundidade o conceito ideal-típico de “relação pura” proposto por Giddens (2001), contrapondo-o à realidade desvelada pelos discursos dos entrevistados.

⁷² Nesta descrição apenas é analisado material empírico proveniente da aplicação das entrevistas semi-directivas, uma vez que no inquérito por questionário este tópico não foi contemplado.

forma mais ou menos reconhecida pelos entrevistados, estão incontornavelmente inerentes à escolha dos seus companheiros sentimentais. Afinal, segundo Goode (1959), a análise dos *padrões do amor* é sempre susceptível de ser cruzada com a estrutura social, especialmente, no que se refere aos sistemas de escolhas de parceiros. Nas palavras do autor: “since love is potentially disruptive of lineage and class strata it must be controlled” (Goode, 1959:1).

De facto, como já o demonstraram vários estudos em detrimento dos imaginários mais românticos (Rosa, 2005), a proximidade social entre parceiros (ou cônjuges, em particular) constitui um aspecto revelador da influência exercida pelos determinantes de natureza social nessa aproximação.

Na **primeira geração** (dos Avôs e Avós), a distância simbólica e material que separa os homens e as mulheres é particularmente evidente. Socializados em ambientes de género algo segregativos, as biografias desta geração tendem a decorrer tendo por base guiões que opõem a autonomia e a iniciativa masculina à dependência e passividade femininas – modelos normativos também (ou particularmente) operativos no domínio da sexualidade e da expressão dos afectos.

Sabemos que antes de se relacionarem com aquelas que viriam a ser suas mulheres, os homens da primeira geração em análise (os avôs) já não seriam propriamente indoutos na interacção com o sexo oposto. No entanto, mais do que em qualquer outra das gerações em análise, aqui os contactos que os nossos entrevistados terão mantido com outras mulheres em muito pouco se assemelhariam às relações que construíram com aquelas com que, cumprindo com ideal de feminilidade vigente, escolheram casar.

Regra geral, as festividades e os círculos de convívio social e familiar constituem os ambientes mais propícios ao encontro das suas eleitas. Em alguns casos – sobretudo em meios mais pequenos - estas seriam raparigas que conheciam desde a infância, próximas da família e, num caso em particular, alguém a quem se estaria já unido por laços de parentesco.

“*Já a conhecia porque era minha prima*” (Júlio, 79 anos, Frequência da Escola Agrícola, Proprietário de Terras e Produtor de leite, Casado, Ribeira de Pena)

Entre os discursos masculinos desta geração, “compromisso” parece ser o termo mais comumente usado para reforçar a “seriedade” distintiva dos vínculos que, desde o início, caracterizou os relacionamentos destes homens com as suas mulheres. Com efeito, apesar de diversificadas, as trajectórias afectivas e sexuais dos nossos entrevistados mais velhos não compreendem muitas “relações de compromisso” – algo que ocorria depois ou em paralelo a

uma fase de experimentação da sexualidade, mas que, em sua oposição, pressuporia invariavelmente a ideia de casar e constituir família.

Talvez por isso – e de forma até algo independente do perfil social dos indivíduos - os discursos sobre o início desses relacionamentos mais do que de enamoramento tratam da necessidade de, a partir de certo momento, dar provas de maturidade, autonomia e capacidade para sustentar materialmente o ideal de família procriadora⁷³. Afinal, como demonstra Artur, é também sobre estes pilares que se ergue a masculinidade.

“*Eu estava longe de namorar (...). Ela tinha 18 anos, eu tinha 25, naquele momento não fazia sentido, mas (...) eu também comecei a perceber que era um barco que precisava de porto para encostar e comecei a assimilar aquele fervor.*” (Artur, 76 anos, Ensino Primário, Pequeno Empresário Reformado, Casado, Lisboa)

Do lado feminino, verificamos que o início das relações amorosas com aqueles que viriam a ser seus namorados, prometidos e cônjuges decorre muito em função da sua origem social, podendo adquirir diferentes significados. Nas mulheres de origens populares ou de meios rurais, os bailes, as “festas da aldeia” e os convívios familiares são os contextos mais comuns para travar conhecimento e amizades com potenciais pretendentes. Muitas vezes, o início das relações representa, para estas mulheres, uma oportunidade de independência face a ambientes de origem caracterizados pela destruturação familiar e pela privação económica. Nestes casos, mais do que por sentimentos, desejo ou amor, a união aos seus cônjuges parece, nas palavras destas entrevistadas, ter sido motivada por estratégias de sobrevivência ou como forma de escapar à perpetuação de uma condição de classe muito desfavorecida.

“ [Conheci o meu marido] *em Lisboa, ele ia a casa da minha mãe, mostrava-se interessado em alugar lá um quarto, mas queria era ver-me. (...) Na altura não gostava muito, não era aquele amor. Era mais porque a minha mãe me empurrava.*” (Alice, 66 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Loures)

Nos meios mais favorecidos e urbanos, os círculos familiares e de amizade são onde mais frequentemente as mulheres conhecem os seus pretendentes. Nestes casos, e por contraste com os testemunhos das mulheres de origens mais humildes, começam a ganhar relevância outros espaços de ócio, como sejam os destinos das férias familiares. No entanto,

⁷³ Contrariando esta norma geracional de discursos institucionalistas sobre as relações a dois, um dos entrevistados (Joaquim, 78 anos, 4º ano, Operário Fabril reformado, Casado, Sintra) não hesita em referir que o que sentiu quando conheceu aquela que viria a ser sua mulher foi “*amor à primeira vista*”.

nem por isso os discursos destas entrevistadas sobre o início das relações são fecundos em alusões à afectividade, aos sentimentos ou à atracção que, naquele momento, os seus parceiros poderiam merecer. Ao invés, e tal como ocorre nos discursos masculinos desta geração, a escolha do parceiro parece antes inscrever-se na narrativa biográfica de forma bastante normativa e linear, como momento antecedente à institucionalização das relações através do casamento⁷⁴.

Tive namoro que durou desde os meus 17 anos. Casei-me aos 23 anos e foi um namoro só de companhia. (...) Eu, por acaso, era muito amiga de uma prima direita dele que era minha companheira de colégio. (Adriana, 80 anos, Ensino Secundário, Doméstica, Viúva, Sintra)

Seja como for, não obstante as distâncias determinadas pelas diferenças sociais e económicas das mulheres desta geração, os contextos de escolha de parceiro parecem, nesta geração, ter um denominador comum: a influência da família. Servindo de meio social de encontro entre parceiros ou de autoridade máxima para a aprovação/reprovação das escolhas, as famílias de origem e, em particular, os pais de muitas das nossas entrevistadas desta geração parecem ter tido um papel activo para o avanço dos relações amorosas e, conseqüentemente, para a concretização dos casamentos das suas filhas. Tal como já apontava Max Weber (1995), segundo Bertaux (1978) é nas famílias de perfil de classe mais elevada que o casamento dos filhos tende a ser mais controlado pelos pais. Esta tendência reflecte a preocupação pela perpetuação de uma condição de classe e de um estilo de vida privilegiados. Neste sentido, “para o conúbio de *status*, verifica-se a par com o monopólio sobre a mão das filhas do círculo em questão, um interesse das famílias na monopolização dos potenciais pretendentes inseridos nesse círculo, com o fim de assegurar o sustento precisamente dessas filhas, encontrando-se um e outro pelo menos equiparados em importância” (Weber 1995:747).

Não obstante esta tendência identificada pelos autores, a nossa amostra qualitativa vem revelar como o controlo familiar não é traço exclusivo dos meios privilegiados, sendo o seu efeito igualmente evidente nos contextos de menores capitais culturais e económicos. Aliás, no caso das entrevistadas de maiores recursos, a ter existido este tipo de “pressão familiar”, ela terá sido, no contexto das entrevistas, dissimulada ou desvalorizada.

De qualquer forma, e por hipótese, a menorizar a necessidade de intervenção directa dos pais nas escolhas das suas filhas, sabemos que os meios mais “exclusivos” exercem aquilo a que Parkin (1979) chamou de *fechamento social*, assegurando, logo à partida, uma

⁷⁴ Uma característica que, de resto, pode indiciar uma visão tradicional e linear do ciclo de vida.

triagem eficaz dos candidatos e a garantia de que as relações afectivas se desenrolariam em condições de proximidade de recursos ou de endogamia entre parceiros.

No conjunto de entrevistas, apenas um testemunho de condição social mais favorecida delata reservas na aceitação de um parceiro de estrato social inferior. Neste caso em concreto, a entrevistada não se reporta a qualquer entrave imposto pelos seus progenitores face a um parceiro seu, mas ao seu próprio preconceito em relação à escolha da sua filha:

“*Eu, nessa altura, fui um bocadinho preconceituosa, porque estava à espera que ela [a filha] encontrasse alguém mais do nosso meio e fui um bocado indecente com o meu genro, que era filho de um pescador.*” (Teresa, 73 anos, Licenciatura, Técnica Bancária reformada, Viúva, Lisboa)

Já no caso das mulheres de meios pobres ou bastante pobres, são mais os casos que denunciam - ainda que entre interrogações e dubiedades - os interesses monetários das famílias nos arranjos matrimoniais das suas filhas. De facto, não deixa de ser curioso o facto de serem os testemunhos de meios populares os que, na nossa amostra, mais mencionam o tema do património familiar ou do dinheiro, associando-o aos contextos da escolha de parceiros. Uma vez, como vimos, isso acontece porque o casamento é visto, pela família e pelas próprias protagonistas, como uma oportunidade para a mobilidade social desejada; outras porque a união dos parceiros – simbolizando também a fusão do património das famílias- parece servir, qual reminiscência da tradição do dote (Shorter, 2001), para reiterar a respeitabilidade da proveniência familiar das jovens. Exemplo disso, quando relatava uma desavença pré-matrimonial que teve com o seu então “prometido” (por sinal, motivada pela insistência deste em manter algum tipo de relação íntima ou sexual) Francisca refere:

“*Eu disse ‘vai-te embora, que a minha mãe paga tudo que tem de pagar... paga tudo. Não apareças aqui mais’. E virei a caminho de casa. (...) Ele foi-se embora, foi. Mas ao outro dia já estava lá outra vez. E pronto acabou a conversa nunca mais falou nisso.*” (Francisca, 83 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Celorico de Basto)

Na *segunda geração* – dos Pais e Mães – os discursos sobre escolha de parceiros alteram-se, reflectindo mudanças mais alargadas ocorridas no domínio das relações de género na sociedade portuguesa. Uma vez mais, as experiências tendem a afastar-se de modelos delimitados, pluralizando-se consideravelmente.

Entre os homens, a mudança geracional aponta para uma convergência entre a valorização da experimentação e a *sentimentalização* das relações. Se na geração anterior assistíamos, pelo menos ao nível da retórica, a uma segregação exímia entre as relações

afectivas e os contextos de aprendizagem sexual, nesta geração, as fronteiras parecem relativizar-se um pouco.

Questionados acerca dos primeiros namoros, os homens desta segunda geração remetem os seus discursos para sentidos tão diversos como os da “paixão adolescente”, do *flirt*, da atracção ou da experimentação sexual. Em geral, e em contraste com a primeira geração, nas trajetórias destes entrevistados figuram já “namoradas” que, não correspondendo ainda as mulheres com quem vieram a casar, tão-pouco são parceiras incógnitas ou moralmente desconsideradas com quem estes homens terão tido apenas contactos sexuais ocasionais. Realmente, como já vimos, tais relações – as exclusivamente sexuais, ocasionais e despojadas de valor afectivo - também existem nas biografias desta geração, mas, no que se refere a relacionamentos com o sexo oposto, a inovação parece apontar para uma diversificação do tipo de relações e, particularmente, para a atribuição de novos sentidos ao *namoro*.

“*Dizem que eu era namoradeiro (...). Só me lembro da primeira namorada marcante que foi uma rapariga do Liceu Camões. Até aí não pensava em raparigas. (...) [Deu-se] a tal mudança brusca de não ver uma rapariga sequer durante o dia inteiro a não ser as minhas irmãs, para, de repente, ter um harém delas ali ao dispor quase, está a ver? E (...) naturalmente, as hormonas dispararam nessas alturas e coincidiu com a mudança da adolescência, [e com] a mudança para o Liceu Camões, e aquela namorada foi um namoro mais a sério e inclusivamente cheguei-a a apresentar à minha família e tal, numa circunstância.*” (Vasco, 46 anos, Licenciatura, Advogado, Casado, Lisboa)

“*Tinha aí uns 14 anos [quando comecei a namorar]. Estava apaixonado lá por uma vizinha. E andei anos apaixonado.*” (Jorge, 52 anos, Ensino Secundário, Encarregado da Construção Civil, Casado, Lisboa)

“*[Eram] flirts, nem se pode chamar namoros*” (Nuno, 46 anos, Doutoramento, Professor Universitário, Casado, Lisboa)

Por outro lado, reflectindo um movimento mais amplo de aproximação entre as vivências sociais femininas e masculinas na sociedade portuguesa, verificamos que os ambientes de encontro de parceiras se autonomizam dos meios familiares e de vizinhança, sendo os contextos escolares e amicais os mais referidos pelos entrevistados.

“*Foi naquelas viagens de estudo, de dois ou três dias.(...) Já a conhecia da escola mas começamos a namorar aí.(...) [A relação durou] até ir para a tropa. Uns 3 anos.*” (Dinis, 58 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Mondim de Basto)

“*Conhecemo-nos aqui em Sintra, tínhamos um grupo grande de amigos. Portanto, era uma das raparigas do grupo, praticamente eu já a conhecia há mais tempo. (...) Durou um ano, depois mudei e depois... tive outra.*” (Carlos, 46 anos, Bacharelato, Gestor de Empresa Familiar, Casado, Sintra)

Entre as mulheres da segunda geração (as Mães), o início das trajectórias afectivas parece caracterizar-se pela pluralidade de vivências e significados. Ainda assim, a análise dos testemunhos vem sugerir uma tendência geracional para a sentimentalização dos discursos. Com efeito, mais frequentemente que na geração anterior, os primeiros relacionamentos ou os primeiros namoros são descritos como motivados por paixão ou amor. Se até aqui o começo das carreiras afectivas não parecia motivar discursos passionais, agora, as narrativas fazem mais alusões aos sentimentos e às expectativas que o começo daquelas relações representou para estas mulheres.

“Aquilo era uma loucura (risos), era uma loucura porque o meu marido era super giro. Eu pensava que ele era o homem da minha vida. (...) Eu sentia que era aquele, eu era completamente doida por ele e ele por mim.” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

É certo que o cunho institucionalista e regulador continua a fazer-se sentir. À medida que se romantizam as relações, maior parece ser, aliás, a necessidade de controlo por parte das famílias. Com efeito, verificamos que as famílias continuam a ser agentes interceptantes nestas relações, operando tanto como reguladores dos comportamentos como enquanto autoridade a quem cabe decidir sobre a (in)desejabilidade e a (in)viabilidade dos namoros.

“Ele pediu-me em namoro e eu achava que era muito nova e disse-lhe que ele tinha que ir falar com o meu pai e (...) ele foi falar com o meu pai e o meu pai autorizou. (...) Uma das regras que o meu pai impôs é que não queria namoros pelas ruas, nos cantos, e então onde nós namorávamos era no quarto da minha mãe, eu à janela no lado de dentro e ele lá fora em cima da motoreta e ali namorávamos à janela até que depois, passados uns tempo, começou a ir lá a casa e então estávamos no sofá a ver televisão. Nós na sala e a minha mãe na cozinha e era 2 vezes por semana.” (Fátima, 52 anos, Ensino Primário, Técnica de oficina gráfica, Viúva, Loures)

“Eu ainda andava na escola, e, como disse há pouco, o meu pai [não aprovava o namoro]. Eu namorava um rapaz que, dizendo bem, não era aquilo, não era uma pessoa... Naquela altura a gente não pensa.” (Cristina, 53 anos, Ensino Básico, Funcionária Judicial, Casada, Almada)

Outro aspecto importante prende-se com o facto de os discursos femininos sobre primeiros namoros continuarem a coincidir, na maioria dos casos, com as relações que estas mulheres mantiveram com aqueles que um dia se converteram em seus maridos. Neste sentido, a desvalorização de experiências que possam estar para trás parece assumir-se como

um traço de caracterização geracional. Por norma, quando questionadas sobre outros eventuais relacionamentos, respostas como as de Elisa ou Graça são muito comuns.

“*Em adolescente também tive um namorico qualquer, mas pronto, nada que assumisse uma duração de... com carácter duradouro.*” (Elisa, 54 anos, Pós-graduação, Auditora Bancária, Casada, Lisboa)

“*Eu namorava. (...) Primeiro foram aquelas paixonetas de adolescência, vários namoricos assim.*” (Graça, 48 anos, Licenciatura, Empregada Administrativa, Casada, Loures)

Por outro lado, e à semelhança do que já verificámos no universo masculino, o espaço social para a escolha dos parceiros também se diversifica. O entorno familiar ou os espaços de convívio vicinal deixam, progressivamente, de ser os únicos a proporcionar o contacto das jovens com os potenciais parceiros, ganhando relevância outras instâncias da socialização, como sejam os contextos amicais, escolares e até profissionais.

“*Acabávamos por andar muito tempo juntos, houve uma altura que íamos à mesma turma, fazíamos parte do mesmo grupo de trabalho e digamos que a relação se foi alicerçando assim, através desse haver relacionamento.*” (Graça, 48 anos, Licenciatura, Empregada Administrativa, Casada, Loures)

A **terceira geração** em análise, a dos Filhos e Filhas, está socializada em ambientes, por norma, de menor segregação sexual. Rapazes e raparigas convivem juntos desde a primeira infância, partilhando espaços e experiências sociais. Desta forma, o convívio com o sexo oposto, em lugar de ser assumido como algo delimitado no tempo e no espaço, integra-se de forma adquirida e contínua nas biografias e narrativas dos nossos entrevistados mais novos.

Quando questionados acerca dos primeiros namoros, os discursos dos rapazes – algo difusos ou imprecisos – recuperam da memória os “namoros de escola”, sem lhes atribuir, contudo, muita importância ou valor emocional.

Nesta geração, apesar da flexibilização dos guiões de género e das escolhas pessoais, alguns discursos masculinos continuam a fazer referência à pressão dos pares para o início das trajetórias afectivas. As palavras de Tiago parecem testemunhar isso mesmo.

“*A primeira namorada (...) durou para aí 2 meses. Era uma colega de escola e pronto, eu era um pouco tímido e aquilo acabou por ser quase por pressão externa dos meus colegas para tomar a iniciativa e tal. E foi assim uma coisa muito ligeira.*” (Tiago, 30 anos, Mestrado, Professor, União de Facto, Oeiras)

Por outro lado, reflectindo uma tendência geracional anteriormente já mencionada, verificamos, como, a par do meio escolar e dos grupos de amigos, a Internet se consolida, entre os jovens, como suporte para o despoletar de relações.

“Conhecemo-nos pela net, uma coisa extraordinária, nunca pensei! E depois na verdade também não durou muito, 4 meses. Mas depois namorámos e acabámos, namorámos e acabámos ... mas foi a namorada que tive mais tempo, ao todo namorámos para aí uns sete meses, sempre com discussões.”
(Francisco, 20 anos, Estudante universitário, Solteiro, Sintra)

Entre as jovens entrevistadas, os discursos sobre os primeiros relacionamentos também surgem algo despojados de investimento afectivo. Aliás, se há coisa, neste grupo, que caracteriza as narrativas femininas sobre essas primeiras experiências afectivas é uma certa ausência de expectativas de futuro para a relação. Com efeito, muito mais do que motivadas por sentimentos maiores face ao outro, tais relações são antes assumidas como momentos de experimentação que se inscrevem, à semelhança do que sucede nas narrativas masculinas, com aparente infrutuosidade no decorrer das biografias.

[No início] não gostava assim muito dele, devo dizer. Foi mais uma brincadeira. Estava sem ninguém e pensei ‘vamos ver o que é que isto dá!’. Porque ele era só grandes amores e (...) eu achava isso tudo uma tanga, pronto. E ainda hoje acho que é conversa de... não é de engate mas não é sincera.” (Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

“No início era só mesmo para passar o tempo, que eu não estava interessada nele. Pronto, não gostava mesmo dele. Mas depois, claro, uma pessoa começa a gostar, não é?” (Joana, 24 anos, Curso técnico-profissional, empregada administrativa, com namorado, Celorico de Basto)

No caso das raparigas, a “dessentimentalização” do discurso é particularmente significativa já que contrasta com a tendência verificada na geração anterior (a das Mães). Associada, por hipótese, a este fenómeno, a mudança geracional é igualmente expressa no facto de os discursos sobre os primeiros relacionamentos amorosos deixarem de corresponder aos discursos sobre as relações que, eventualmente, as entrevistadas terão na actualidade. Se na geração precedente, as experiências menos duradouras e anteriores aos chamados “relacionamentos sérios” tendiam a estar ausentes ou votadas à invisibilidade, na geração mais nova, tais relações – ainda que pouco significativas e valorizadas do ponto de vista afectivo - são mais vezes referidas.⁷⁵

⁷⁵ Esta constatação pode estar relacionada com a influência da idade na avaliação das relações e, concretamente, na avaliação da sua duração. Afinal, não será descabido pensar que, para os mais jovens, qualquer relação ainda que curta possa ter um significado diferente e mais acrescido do que aquele que terá entre indivíduos mais velhos e já com uma longa história conjugal.

4.2.2 Parceiros ao longo da vida

O número de parceiros sexuais constitui outro indicador de relevo para o entendimento das dinâmicas da sexualidade. Trata-se de um tópico comum dos estudos sobre práticas e representações sexuais, cujo significado pode ser visto tanto em função das trajetórias de vida, como da geração.

Do ponto de vista individual, Ferreira (2010b) mostra-nos como o número de parceiros se articula a outros aspectos das carreiras afetivas. Concretamente, este indicador tende a associar-se inversamente à longevidade das relações, ainda que esta relação não seja automática nem linear. Afinal, como refere o autor (2010b:57) “é possível imaginar situações em que vários relacionamentos de duração mais ou menos curta são intercalados por longos períodos sem parceiro, ou um período de trocas frequentes de parceiro seguido por um relacionamento permanente”. De qualquer forma, sabemos que é mais difícil conciliar uma intensiva troca de parceiro com os relacionamentos longos, pelo que se admite, como tendência geral, que uma mais acentuada rotatividade de parceiros, para além de significar um repertório de experiências mais alargado, indicia algo mais sobre a natureza dos relacionamentos, sugerindo o predomínio de relações de menor duração (Bozon, 1998; Ferreira, 2010b).

Todavia, mais do que estabelecer pontes entre o número de parceiros e outros aspectos das biografias individuais, interessa-nos, agora, perceber os significados deste indicador para o entendimento da mudança geracional. Neste contexto, tanto na literatura como no julgamento mais comum, impera a ideia de que a mudança expressa um incremento do número de relações ao longo da vida dos indivíduos - uma tendência que, de resto, seria particularmente expressiva no universo feminino. Veremos, então, o que nos sugerem os dados empíricos sobre o número de parceiros que os homens e as mulheres de diferentes gerações declaram ter tido. Para o efeito, contaremos com a análise dos dados provenientes quer das nossas entrevistas qualitativas quer da aplicação do inquérito por questionário “Saúde e Sexualidade”.

Para auferir o número de parceiros sexuais dos inquiridos, o questionário contemplava perguntas objectivas como: “Considerando agora o último ano, com quantas/os mulheres/homens teve relações sexuais?”, “Com quantas pessoas teve relações sexuais nos últimos 5 anos?” e “Pensando agora em todos os/as homens/mulheres com quem teve relações sexuais, com quantos/as homens/mulheres teve relações sexuais ao longo da sua vida?”. Para esta análise, centraremos a nossa atenção nas respostas à última destas questões, já que, mais

do que captar lógicas circunstanciais, interessa-nos perceber as dinâmicas relacionais dos cursos de vida e, assim, estabelecer comparações com os dados da pesquisa qualitativa.

Com efeito, no que concerne às entrevistas, importa referir que o guião não contemplava nenhuma pergunta directa sobre número de parceiros sexuais dos indivíduos. Na realidade, a pesquisa qualitativa nunca preconizou proceder a uma enumeração contabilística das experiências dos sujeitos, privilegiando antes a produção de narrativas e a atribuição não directiva de sentidos às práticas dos sujeitos. Tal como outros aspectos das trajectórias afectivas, a quantidade e rotatividade de parceiros sexuais e/ou sentimentais foram apreendidas, de forma subjectiva, por meio da sua constância nos relatos biográficos. Desta forma, e ainda que sem usufruírem de objectividade numérica, os dados obtidos permitem, como veremos, desvelar tendências gerais de género e geracionais sobre este tópico.

Para começar, na *primeira geração* a distância que separa as trajectórias masculinas das femininas é, como se tem vindo a perceber, muito significativa. Ainda que, independentemente da idade dos sujeitos, o contraste entre o número de parceiros declarado pelos homens e pelas mulheres seja de tal forma evidente que nos permita falar de um duplo padrão de género transgeracional, é certo que é entre os entrevistados mais velhos (os Avôs e as Avós) que esta clivagem se produz com maior intensidade.

De facto, para esta geração tanto os dados empíricos provenientes da pesquisa qualitativa como os da extensiva⁷⁶ são reveladores da diversidade de experiências que marca as biografias masculinas. Se nas entrevistas esta tendência é derivada de forma mais implícita, no caso do inquérito ela é expressa com particular objectividade, com a mediana a centrar-se nas 3 parceiras e com os casos de maior rotatividade de parceiras (5 ou mais) a corresponderem a um total de 36,3% da amostra⁷⁷.

Por seu lado, os discursos recolhidos no âmbito das entrevistas – naturalmente menos quantificáveis - gozam de um potencial hermenêutico que nos permite ir mais além na interpretação dos indicadores. Concretamente, através das narrativas biográficas, verificamos

⁷⁶ Recorde-se que, no caso, os dados da pesquisa extensiva são relativos a indivíduos com idades compreendidas entre os 60 e os 65 anos, já que esse foi o limite etário superior contemplando na amostra.

⁷⁷ Para a análise quantitativa do número de parceiros/as, optámos por usar a mediana em detrimento da média, uma vez que, sendo particularmente afectada pelos valores extremos da distribuição, esta última medida revela-se incapaz de reflectir com rigor a tendência das respostas. Por outro lado, na descrição dos dados estatísticos pareceu-nos elucidativo calcular ainda, dentro de cada grupo, a proporção de indivíduos que declararam ter tido até ao momento do inquérito 5 ou mais parceiros/as, assumindo, *a priori*, esta medida como ilustrativa de repertórios diversificados de parceiros sexuais.

como é possível compreender a pluralidade de parceiras através de um binómio, que separa as experiências lícitas das ilícitas⁷⁸, sendo o casamento entendido como momento-chave, capaz de determinar um antes e um depois nas carreiras sexuais dos homens.

Neste contexto, ainda que, em termos gerais, possamos dizer que as trajectórias masculinas se caracterizam pela diversidade de parceiras ao longo da vida, a análise dos discursos permite-nos ir mais além e identificar lógicas particulares de inscrição dessas relações na biografia dos entrevistados. Assim, enquanto nuns casos a diversidade de relações se constrói maioritariamente em fases prévias ao casamento, noutros o incremento dessas experiências segue uma lógica de continuidade ao longo do tempo e, portanto, também de simultaneidade face à relação conjugal.

“O meu casamento não corria mal mas, sabe como é... Quando a minha mulher veio aqui para Portugal, um gajo tinha de ir a Espanha aos bares de alterne e tal, mas [um amigo] alugou-me um ‘flat’ e eu metia lá uma mulher ou outra, não é?” (Artur, 76 anos, Ensino Primário, Pequeno Empresário reformado, Casado, Lisboa)

“ [Ao logo da vida, a minha trajectória sexual] penso que possa ter sido normal. Depois de casado não houve nada de especial, dois ou três casos que possam ter acontecido, porque eu saí duas ou três vezes ao estrangeiro e posso ter tido algumas relações fora, mas de resto não foi nada assim de especial.” (Victor, 73 anos, Curso complementar do comércio, Gerente Comercial, Casado, Sintra)

“ [Em jovem,] eu ia lá aos sítios convenientes desabafar as minhas coisas, as minhas mágoas. Nunca fui um obsessivo dessas coisas, fiz sempre as coisas naturalmente. (...) [Depois de casado, a minha vida sexual] foi absolutamente normal. Eu não era mais do que os outros, fazia a minha vida normal, a minha mulher correspondia-me e nunca precisei de ir para fora. E foram 48 anos. A determinada altura ela faleceu mas mesmo assim nunca tive outras relações.” (José, 86 anos, Curso Médio, Engenheiro Técnico reformado, Viúvo, Oeiras)

Nas mulheres da geração mais velha, as trajectórias de parceiro único perfilam-se claramente dominantes. Os dados da pesquisa extensiva realçam esta prevalência fazendo corresponder a opção de um único parceiro a 81,9% das respostas das mulheres entre 60 e 65 anos. E de facto, também a mediana das respostas centra-se na opção de 1 parceiro, sendo os casos de maior número de parceiros (5 ou mais) apenas relativos a 6,7% da amostra neste grupo.

Por seu lado, na amostra qualitativa a grande maioria das mulheres pertencentes à primeira geração também declara ter tido apenas um parceiro sexual na vida. Em alguns

⁷⁸ Ainda que, para todos os efeitos, a ilicitude estivesse sobejamente legitimada.

casos, contudo, os discursos dão conta de outros parceiros sentimentais, anteriores aos actuais maridos. E embora as relações sexuais tendam a estar limitadas ao contexto do casamento e, portanto, à lógica de parceiro único, alguns testemunhos (claramente minoritários, é certo) indiciam a ocorrência de algum tipo de experiências íntimas, com parceiros anteriores.

“A minha primeira relação sexual foi quando casei. Embora já houvesse ali antes coisas com o outro namorado, assim umas certas intimidades. Mas nada de sexo propriamente dito.” (Maria, 82 anos, Frequência do Ensino Superior, Doméstica, Viúva, Sintra)

Entre este grupo de entrevistadas, encontramos apenas um caso de completa oposição ao modelo dominante de um só parceiro. Teresa, de 73 anos, encabeça uma linhagem familiar feminina, de perfil urbano e liberal, onde predominam elevados capitais escolares. Sabemos que, nas mulheres, o aumento da escolaridade traz consigo uma maior autonomia que se expressa na recusa da lógica de parceiro único (Ferreira, 2010b). Em larga medida, Teresa parece personificar esta tendência, revelando uma trajectória sexual diversificada, onde, para além de existirem relações sequenciais ou seriais, há constância de parceiros simultâneos, extraconjugais, em várias fases da vida.

“Eu casei muito nova, que não devia ter casado... Estas experiências todas que eu tive fora do casamento, podia ter tido antes! Percebe? Eu não as fiz por gostar de os enganar... é que eu tinha necessidade de ter outras experiências para aprender alguma coisa, para poder comparar. (...) [Com] um deles até foi bastante... pensei seriamente em completar a história e ficar com essa pessoa (...). É que foi mesmo paixão. Porque a primeira vez que eu estive com ele foi de tal ordem que eu fiquei zozza! Porque ele, além de ser uma pessoa muito experiente, era uma pessoa muito nervosa. E todo ele era assim... vibrava, ou lá o que era! Era uma pessoa que, realmente... Foi a pessoa que eu achei mais formidável nesse aspecto. E eu, que já tinha alguma experiência, fiquei parva! (...) Tive outro [amante], por exemplo, que era mais novo que eu oito anos e que tinha todas as mulheres do escritório, embora fosse casado. E nós tínhamos gostos iguaizinhos, iguaizinhos. E foi por aí que acabou! Acabou a ligação, não como amigos porque continuámos sempre amigos... Mas eu achava que éramos tão iguais que não fazia faísca. Tínhamos os mesmos gostos até sexualmente. Eramos iguaizinhos! Não dava faísca. (...) Não renego o que passei, porque acho que foram lições de vida, boas e más. Eu podia ter deixado de passar por muitas situações destas, se eu tivesse acertado. (...) Mas achava também que não era nada de mal, não tinha nada de mal. Para mim, era uma coisa normal. Eu não ia ficar com eles, não ia ter filhos com eles... Calhava, pronto. Não foi nada premeditado. E uma pessoa é sempre sensível. (...) Por isso é que eu fiz essas coisas, não julgue que foi por manias ou... nada disso. Aconteceu porque aconteceu, mas também não estou arrependida. É experiência.” (Teresa, 73 anos, Licenciatura, Técnica Bancária reformada, Viúva, Lisboa).

Sem dúvida que as palavras desta entrevistada representam uma inovação, sobretudo para o contexto geracional e de fase de vida. Segundo dados do inquérito, apesar de continuamente inferior à masculina, a verdade é que a expressão feminina de parceiros simultâneos não deixa de ser assinalável. No entanto, tal como também é identificado em Ferreira (2010b) o mais comum é que ela tenda a diminuir com a transição para a conjugalidade e com a idade, o que faz destas declarações algo excepcionais⁷⁹.

Na *segunda geração* (a dos Pais e Mães), as biografias masculinas continuam a caracterizar-se pela profusão de relacionamentos afectivos ou sexuais. De acordo com os resultados do inquérito aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa (18-65 anos), a mediana diz-nos que é nas 5 parceiras que se concentra metade das respostas dos inquiridos entre os 40 e 49 anos, e nas 4 parceiras as dos indivíduos de idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos. Por outro lado, os casos de maior número de parceiras (5 ou mais) representam 51,6% dos inquiridos de 40 a 49 anos e 46,9% dos de idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos.

Nas entrevistas, os discursos destes homens sugerem, como já referimos, uma pluralização dos tipos de relacionamentos. Assim, embora em termos contabilísticos não se verifiquem grandes alterações de uma geração para a outra, a natureza das relações com o sexo oposto diversifica-se, indiciando mudanças mais gerais nas relações de género. Por outro lado, nesta geração, os entrevistados homens tendem a situar o período de maior experimentação sexual (mais parceiras) em fases anteriores ao casamento, revelando, por comparação com os testemunhos da geração antecedente, uma maior tendência para a fidelização no casamento, pelo menos ao nível dos discursos.

Assim e ainda que os relacionamentos simultâneos continuem a existir nas mais diversas fases de vida dos homens, a transição para conjugalidade parece instituir-se como momento marcante das narrativas afectivas dos sujeitos, representando, por princípio, a entrada dos homens numa lógica de *monoparceira*.

“*Eu sou muito fiel à minha mulher e vejo pessoas da minha idade, oiço histórias que é perfeitamente natural um homem ter uma vida dupla. Eu não*”

⁷⁹ A ilustrar estas tendências, quando questionados acerca da existência de “relações simultâneas nos últimos 5 anos”, 22,5% dos homens responde afirmativamente, contra apenas 5,4% das mulheres. No entanto, no caso das mulheres, a incidência de relações simultâneas parece ser particularmente afectada pela idade das inquiridas. Se no grupo das mais velhas (60-65 anos) 100% das mulheres declara não ter tido relações simultâneas nos últimos 5 anos, entre as inquiridas mais jovens (18-29 anos) os casos de simultaneidade representam já 11,2% das respostas femininas. Em todo o caso, mais adiante, voltaremos a analisar com maior detalhe os dados relativos à simultaneidade de relações.

| *consigo compreender isso (...).*” (Manuel, 56 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Lisboa)

Entre as mulheres da segunda geração, as trajetórias de parceiro sexual único continuam a ser amplamente maioritárias. Segundo os dados do inquérito, nas mulheres com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos o valor modal continua a recair com grande expressão nas trajetórias de monoparceiro. Concretamente, 56,2% das mulheres com idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos declara ter tido, até ao momento, um único parceiro sexual – um valor que aumenta significativamente para os 66,7% em mulheres entre os 50 e os 59 anos. Uma vez mais, a mediana das respostas em ambos os grupos (40-49 e 50-59) volta a centrar-se na opção de 1 parceiro ao longo da vida, correspondendo os casos de maior diversidade de parceiros (5 ou mais) a 10,9% das mulheres entre 40 e 49 anos e apenas a 6,1% das inquiridas com idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos.

Na amostra qualitativa, por seu lado, os testemunhos da segunda geração parecem confirmar estas tendências, com a maioria das entrevistadas a declarar, de facto, apenas um único parceiro ao longo da vida. De qualquer forma, representando uma mudança face aos testemunhos femininos da geração anterior, neste grupo torna-se mais comum a assumpção de relacionamentos (por norma, curtos) com outros parceiros, anteriores aos da conjugalidade.

| *“Depois tive para aí mais 2 namorados antes do meu marido assim mesmo de namoro, fora os amigos.”* (Clara, 45 anos, Ensino Secundário, Doméstica, Casada, Sintra)

Mais distantes deste perfil dominante, apenas duas das entrevistadas (Luísa e Helena) – ambas provenientes de meios urbanos e com elevados recursos escolares – revelam trajetórias mais diversificadas, em termos de parceiros sexuais. Para começar, encontramos o caso de Luísa, cuja diversidade de parceiros parece ter sido característica de uma fase inicial da sua biografia sexual, marcada por ideais de experimentalismo e hedonismo.

| *“Andei aí a experimentar um bocado e (...) tive muitos parceiros naquela altura dos 15, 16 anos (...).*” (Luísa, 50 anos, Doutoramento, Antropóloga, União de Facto, Lisboa)

No fundo, este testemunho parece seguir um modelo de trajetória feminina onde os relacionamentos seriais e simultâneos ocorrem em fases pré-conjugais, representando a entrada na conjugalidade a passagem para uma lógica de parceiro único. Já o testemunho de Helena pode ser representativo de outro tipo de trajetória. Sem dar conta de fases de simultaneidade de parceiros, a narrativa biográfica revela um repertório de relacionamentos

diversos e sequenciais, contando, inclusive, com quatro experiências de coabitação (com maridos ou namorados).

“Eu acho que fiz imensas coisas fora de tempo, entre aspas, porque estive ali aqueles anos todos presa, e depois enfiei-me num casamento e depois só quando me divorciei e que já estava autónoma e independente, é que pude fazer aquilo que quero, viajar, ter namorados e não sei quê. Porque (...) eu lembro-me que tive o meu primeiro namorado 3 anos e, quando acabei o namoro, aquilo foi um problema tremendo porque namora-se 3 anos com uma pessoa e depois acaba-se com ele? Nem pensar! Tinha de ser para casar e ficar até ao fim da vida!” (Helena, 44 anos, Pós-graduação, Assessora de Administração, Divorciada a viver em coabitação, Lisboa)

No que concerne à **geração mais nova** em análise, a literatura faz coincidir a mudança geracional com o incremento do número de parceiros sexuais ao longo da vida. Sabemos que indagar os sujeitos sobre este tema em momentos ainda iniciais das suas carreiras afectivas requer uma matização dos resultados da comparação geracional, sobretudo porque, no caso da geração mais nova, o número de relacionamentos declarados pode ainda vir a sofrer incrementos no decorrer da vida, tornando-se difícil estimar o valor preditivo das respostas.

Do lado masculino, a pesquisa quantitativa volta a situar nas 4, a mediana da distribuição do número de parceiras sexuais, nos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos. Por outro lado, sugerindo a relativa independência deste indicador em relação à variável de idade, também entre os mais novos, quase metade dos inquiridos (48%) declara um número de parceiras sexuais igual ou superior a 5.

Na pesquisa qualitativa, por seu lado, os discursos dos rapazes parecem distanciar-se dos dos seus pais e avôs, revelando – alheios às tendências estatísticas já documentadas (Ferreira, 2010b) – repertórios de experiências e de parceiras aparentemente menores e com clara tendência para a fidelização sexual e afectiva nas relações de namoro ou de conjugalidade. Talvez, precisamente, por serem captados em fases ainda precoces das trajectórias, os testemunhos masculinos da última geração incluem ainda alguns casos de jovens que declaram ser virgens (como vimos no ponto anterior deste capítulo), assim como um outro de trajectória de parceira única.

No caso das raparigas, os dados estatísticos apontam, pela dispersão das respostas, para um incremento no número de parceiros – um facto especialmente significativo se tivermos em conta que se reporta a jovens entre os 18 e os 29 anos e, por isso, em fases iniciais das suas biografias sexuais. Com efeito, a mudança geracional parece traduzir-se na expressão das trajectórias de parceiro único que, apesar de continuarem a ser reposta modal, detêm uma cada vez menor proporção de casos, representando 39,2% das inquiridas – um valor sem

dúvida importante, mas muito inferior ao verificado entre as mulheres de gerações mais velhas. De notar ainda que, se até aqui, o valor mediano da distribuição do número de parceiros se centrava, no caso das mulheres, sempre nas trajectórias de parceiro único, neste grupo etário mais novo, a mediana corresponde já aos 2 parceiros. Igualmente de assinalar é o facto de 16,7% das raparigas inquiridas declarar já um número de parceiros igual ou superior a 5 – uma proporção que continua a ser bastante menor à registada entre os homens do mesmo grupo etário mas que, em todo o caso, não deixa de ser sintomática da mudança geracional ocorrida no campo feminino.

Por seu lado, entre as jovens entrevistadas, predomina a pluralidade de perfis, o que é, só por si, bastante significativo em termos da mudança de género e geracional. Porque as entrevistas são captadas em fases precoces do curso de vida, algumas entrevistadas (sobretudo as mais novas de entre as jovens) revelam não ter tido, até ao momento, qualquer tipo de relacionamento sexual, ainda que possam estar ou já ter estado em relações de namoro. Em maior número, as jovens tendem a revelar trajectórias que, até ao momento, contam com um ou dois parceiros sexuais, aos quais se somam outros relacionamentos afectivos (ainda que sem a ocorrência de relações sexuais coitais).

“A minha vida sexual resume-se a estas duas pessoas, por isso são praticamente estes dois exemplos que tenho. Foi bom, foram duas boas relações.” (Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

Finalmente, outros casos – por sinal, de raparigas com idades superiores a 25 anos, de perfil urbano e profissionalmente activas – revelam trajectórias sexuais mais diversificadas, contando com um reportório de experiências mais alargado, onde constam desde relacionamentos ocasionais a experiências de coabitação mais duradoura e onde a sexualidade é entendida como reflexo da autonomia e emancipação femininas.

“Tive algumas experiências, que não foram extraconjugais, entre outras, mas quando não tinha namorado, que não me disseram nada mas em que me senti à-vontade. Mas claro que é normal, quando tu namoras com alguma pessoa ou tens um relacionamento sério com alguém, sério, assumido, quando tens uma relação, propriamente dita, é normal que te sintas mais à-vontade. Se tiveres uma relação de uma noite só, é natural que não te sintas tão à-vontade, fazes e acabou. (...) Na altura foram [experiências] satisfatórias, mas não me senti realizada nem aprendi nada com essas situações de uma noite só.” (Raquel, 27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção, com namorado, Almada)

“Todas as relações que eu tenho com homens – tirando com o meu ex-namorado – são sempre coisas que não duram muito tempo. São coisas de uma noite, duas noites. E depois há algumas pessoas que... me fazem pensar que não posso continuar a fazer isto porque não me leva a lado nenhum. Depois de acabares um relacionamento é normal que andes aí a mandar foguetes, mas no

meu caso isso começou-se a prolongar por muito mais tempo e eu comecei a interrogar um bocado isso, não me posso continuar a envolver assim com as pessoas. (...) Isso foi o princípio de um ano e meio de loucura. Todos gajos que eu via e que queria ir para a cama com eles, ia, ‘vamos embora!’ Envolveia-me e não estava nada preocupada. (...) Eu solto as amarras, completamente. Não quer dizer que vá levar aquela pessoa para casa... simplesmente faço aquilo que me apetece. E algumas pessoas, eu conheço pouco delas, mas até são pessoas que eu vou encontrando noutros contextos. (...) Lembro-me que numa noite muito fixe [um amigo] foi-me levar a casa assim como um cavalheiro e trocámos uns beijos no meio da rua, e andámos a passear numa onda muito romântica. E eu pensei: ‘Não, eu não o vou levar para casa. Não vou e não vou! Amanhã vamos beber um café e depois vamos ao cinema, depois vamos ao teatro e vamos ver onde é que isto vai’. Eh pá, mas depois cheguei à porta de casa, olhei para ele e disse ‘queres subir?’ (risos). Horrível! Eu não consigo, às vezes não consigo resistir a pensar ‘Já que aqui estás, não vamos perder a viagem’. E pronto, é claro que depois é aquela cena da tesão, é fixe e não sei quê, mas não passa daí.” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

4.2.3 Quotidiano conjugal e intimidade sexual

No contexto actual de desinstitucionalização das relações, a sobrevalorização da intimidade e, particularmente, da afectividade é concebida enquanto produto de uma série de outras transformações da modernidade (e.g. Giddens 2001; Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Desta forma, a vida a dois deixa progressivamente de estar associada a valores tradicionais de instituição e de indissolubilidade de laços e constrói-se, cada vez mais, sobre a valorização dos sentimentos, da intimidade e da descoberta mútua (Maciel, 2008).

Paralelamente, tal como refere Aboim (2011) a erosão das amarras institucionalistas no casamento veio representar uma indelével valorização da vida sexual a dois, assistindo-se a um movimento de “erotização do casal”. Somada a outras mudanças relativas à própria sexualidade, como as associadas à criação daquilo a que Giddens (2001) apelida de “sexualidade plástica”, ela vem tornar transversal na sociedade portuguesa “a ideia de que é necessário manter viva a sexualidade conjugal, para além dos aspectos ligados à procriação” (Aboim, 2011:105).

Nesta secção do capítulo debruçar-nos-emos sobre questões relativas ao quotidiano da intimidade conjugal, reservando uma especial atenção aos efeitos da temporalidade sobre as práticas e as representações da sexualidade. Mais precisamente, num contexto em que as relações íntimas e amorosas tendem a funcionar “como refúgio, lugar de procura e estabilidade, de diálogo interpessoal, procura de reconhecimento e gratificação” (Torres, 2004:33), interessa-nos, primeiro, perceber os significados que homens e mulheres atribuem à

relação conjugal no contexto das suas biografias e identidades. Tal questão foi abordada no âmbito da pesquisa qualitativa, onde os entrevistados das várias gerações puderam discorrer acerca do nível de intimidade e companheirismo que caracteriza as suas relações conjugais e amorosas. Depois, trataremos de perceber o lugar atribuído à intimidade sexual no contexto da relação a dois. Recuperando contributos que nos dão conta da importância da temporalidade na vivência da intimidade (Bozon 2001b, 2002; Policarpo, 2011b), procuraremos perceber de que forma a vida sexual vai sendo afectada pela passagem do tempo. Para isso, recorreremos aos discursos captados no momento das entrevistas biográficas onde, privilegiando uma abordagem sincrónica e diacrónica das trajectórias afectivas e sexuais (Neves, 2008), os indivíduos puderam falar acerca da importância da sexualidade e reflectir sobre eventuais oscilações que, nessa esfera da vida, foram conhecendo.

Também no inquérito foram indagadas questões que nos ajudam a captar o lugar atribuído à sexualidade tanto na vida pessoal como no projecto conjugal dos indivíduos. Concretamente, centraremos a nossa atenção em respostas que pretenderam dar conta da frequência com que os indivíduos mantêm ou gostariam de manter relações sexuais e ainda dos eventuais problemas na sua vida sexual (em especial, os relacionados com desempenho ou desinteresse sexual).

A frequência das relações sexuais é um tema importante porque, como veremos, tende a estar na mira das representações dos sujeitos sobre a qualidade e a “normalidade” das suas relações conjugais. Por outro lado, sendo tendencialmente afectada pela idade dos indivíduos e pelo tempo das conjugalidades, esta questão permite reflectir acerca da mudança e dos efeitos da passagem do tempo sobre vivência em casal da sexualidade. Concretamente, segundo autores como Bozon (2002) e Policarpo (2011b) a longevidade conjugal tende a pressupor a revisão do valor simbólico da sexualidade⁸⁰, com efeitos directos sobre a rotinização das práticas sexuais e a diminuição da sua frequência.

Por outra parte, à medida que a sexualidade se consolida como “experiência pessoal, fundamental para na construção do sujeito” (Vilar, 2010:202) as dificuldades que privam os indivíduos de uma vivência sexual mais positiva e prazenteira tornam-se alvo da atenção e da

⁸⁰ Nas palavras de Policarpo (2011b:176), “à medida que aumenta o número de anos de conjugalidade, o sexo deixa de ser necessário para construir a relação e passa a constituir principalmente um ‘ritual de confirmação’ de que a mesma existe.”

preocupação comuns⁸¹. Concretamente, o desenvolvimento de estudos sobre comportamento sexual na área da medicina e da psicologia clínica veio, claramente, colocar em destaque a existência de problemas e disfunções sexuais. Segundo Vilar (2010), embora a generalidade das pessoas tenda a atribuir importância à sexualidade e a sentir-se satisfeita com a qualidade das suas relações, existem parcelas significativas de homens e mulheres que vivem, por alguma razão, a sexualidade de forma problemática, acusando, nomeadamente, desinteresse pela actividade sexual ou receios ligados ao seu próprio desempenho.

Sem nos determos sobre as causas de origem de tais dificuldades (se fisiológicas ou psicossociais), optámos por centrar a nossa atenção especificamente nos dados estatísticos sobre *desempenho* e *desinteresse* sexuais por serem, em nosso entender, questões paradigmáticas, não só do efeito do tempo na vivência da sexualidade, mas também do discurso comum sobre as diferenças entre a sexualidade feminina e masculina. Afinal, numa reflexão que cruza a adesão às identidades tradicionais de género com as vicissitudes da vida sexual, não será fortuita a investigação das hipóteses do desencantamento feminino com sexo ao longo do tempo (Bozon, 2001), ou da angústia masculina da performance infalível.

No fundo, embora não possamos dizer que os temas analisados nas entrevistas e no inquérito se equivalham, julgamos que eles se complementam e que, juntos, nos aportam um retrato multidimensional de formas de pensar e viver a sexualidade em casal. Jogando com acontecimentos passados e com uma vivência presente e inerentemente transformacional, cremos que a pesquisa qualitativa vem potenciar uma representação do sujeito preso a várias temporalidades e do seu percurso sexual enquanto portador de sentido (Neves, 2008). Por seu lado, os dados quantitativos, na extensão e objectividade numérica que lhes são próprias, vêm permitir a identificação dos estados de vivência sexual de uma população mais alargada. Seja como for, e acima de tudo, porque estamos sempre a lidar com pessoas de diferentes idades, socializadas em tempos sociais distintos, e em diferentes fases das suas vidas conjugais, os testemunhos das entrevistas bem como os resultados do inquérito unem-se na revelação da multiplicidade de experiências e perspectivas em coexistência.

A ***primeira geração*** é aquela onde os discursos sobre as relações com os parceiros conjugais reflectem uma maior influência dos valores tradicionais e institucionalistas. Os homens, por norma, tendem a caracterizar essas relações como sendo de complementaridade no contexto da organização familiar. Desta forma, mais do que intimidade, os discursos

⁸¹ Uma preocupação que, segundo Vilar (2010:203) se reflecte, nas últimas décadas, na “expansão de associações de sexologia clínica, na proliferação de programas de formação de terapeutas sexuais e na oferta de serviços de sexologia.”

masculinos desta geração promovem a institucionalização dos papéis sociais dos homens e das mulheres na família – esta sim, concebida como projecto maior das biografias.

“ [A conjugalidade] *era mais uma etapa que estava marcada e que fazia parte da vida, não é? E portanto tinha dado início a uma, a uma etapa nova que correu bem...acho eu (...). Havia a casa, havia o trabalho, havia os filhos...era uma vida cheia. Ela estava absorvida pela vida dos filhos...os filhos naquela idade davam bastante trabalho...*” (Álvaro, 69 anos, Frequência Universitária, Empresário da Construção Civil, Casado, Lisboa)

Neste quadro, alguns discursos não deixam, no entanto, de representar um elogio aos afectos, caracterizando de grande proximidade e de companheirismo a relação conjugal e fazendo referência às virtudes das suas parceiras.

“*Sou casado, um casamento feliz. Somos duas pessoas que combinam bem e nunca tive qualquer problema com a minha mulher, e já sou casado há 56 anos. (...) Ela é uma mulher extraordinária.*” (Artur, 76 anos, Ensino Primário, Pequeno Empresário reformado, Casado, Lisboa)

Mais comuns, entre este grupo, são as menções às oscilações que a convivência conjugal vai sofrendo o que, em certa medida, acaba por atenuar o pendor institucionalista que, em larga medida, parece transversal a esta geração. Desta forma, a noção de que as relações se constroem e se reconstroem ao longo do tempo começa a ser edificada aqui sem no entanto desafiar a norma da indissolubilidade dos laços matrimoniais. Neste contexto, o testemunho de César é bastante elucidativo:

“*Eu acho que quando se tem 50 anos de casado pode-se descrever um itinerário muito vasto, e que foi marcado por muitas coisas. (...) Não vou entrar em pormenores mas a gente faz sempre um percurso de vida de marido e mulher que tem várias idades e portanto nem sempre tudo é sintonia. Nem sempre tudo são rosas, também são espinhos e há algumas guerras-frias lá pelo meio. É mesmo assim. (...) Se fosse ao estilo de hoje, eu podia ter dito ou ela podia ter dito ‘cada um vai à sua vida’, mas também tínhamos ali um certo sentido de que isto tinha de ser levado até ao fim.*” (César, 73 anos, Licenciatura, Advogado, Casado, Lisboa)

No que à sexualidade diz respeito, os homens da primeira geração referem a sua importância no quadro da afirmação da masculinidade. No geral, os entrevistados fazem um balanço das suas trajectórias sexuais considerando-as “normais”, isto é, em sintonia com a norma geracional. Neste sentido, a abundância de experiências sexuais parece ser comodamente integrada na linearidade desejável das biografias masculinas, sendo, em alguns casos, entendida como fundamental em determinados estádios dessas trajectórias, nomeadamente na transição para a vida adulta.

“*Aquilo que eu tive os outros tiveram. [A vida sexual] decorreu normalmente*” (Júlio, 79 anos, Frequência da Escola Agrícola, Proprietário de Terras e Produtor de Leite, Casado, Ribeira de Pena)

No quadro da conjugalidade, contudo, os entrevistados desta geração acusam um declínio na sua vida sexual, associando-o a questões de idade e de saúde e remetendo as respostas para a qualidade e a frequência das relações sexuais com as suas parceiras.

“*Agora, na minha idade, o que é que quer?!*” (Júlio, 79 anos, Frequência da Escola Agrícola, Proprietário de Terras e Produtor de Leite, Casado, Ribeira de Pena)

“ [Actualmente] *chapéu! Fui operado à próstata há 6 anos atrás. O médico disse-me logo, ‘eh pá isto agora...’, ele disse: ‘quer que lhe receite o Viagra?’. Eu é que disse ‘eh pá, oh ‘sôtor’, o Viagra não faz nada, faz para quem é novo e não tem potencia’. Houve um colega meu que foi operado ao mesmo problema que eu também, pediu ao médico para passar o Viagra, comprou, mas disse ‘eh pá, não dá nada, não faz nada, acabou!’*” (Joaquim, 79 anos, Ensino Primário, Operário Fabril reformado, Casado, Sintra)

“ [Actualmente] *vivo já um pouco das recordações. Já são poucas as vezes que (...) posso ter relações sexuais mas vou vivendo das recordações.*” (Victor, 73 anos, Curso Complementar do Comércio, Gerente Comercial, Casado, Sintra)

Como vimos, mais do que enquanto dado de caracterização numérica, a questão da frequência sexual é importante porque vem remeter para normas associadas à qualidade e à satisfação sexual dos indivíduos, sendo esta relação especialmente vincada no caso dos homens. De acordo com os dados estatísticos, 34% dos homens com idades compreendidas entre os 60 e os 65 anos declara ter relações sexuais “algumas vezes por mês” e 31,8% “algumas vezes por semana”. Não obstante, quando questionados acerca de uma frequência desejável, mais de metade (52,4%) afirma que gostaria de ter relações sexuais “mais frequentemente” ou “muito mais frequentemente”.

No entanto, e como sabemos, outras questões podem interferir na qualidade da vivência sexual dos sujeitos. Analisando os dados do inquérito, verificamos como 34,9% dos inquiridos do grupo etário mais velho (60-65 anos) afirma sentir algum desinteresse pela actividade sexual - um valor que, como veremos, tende a evoluir de forma proporcional à idade dos inquiridos, sendo substancialmente menor entre os homens mais novos. Já no que se

refere ao “medo a ter um mau desempenho sexual”⁸², é um pouco menor a proporção de respostas afirmativas, afectando, ainda assim, 26,7% dos homens entre os 60 e os 65 anos.

Já nas entrevistas femininas da primeira geração constatamos que a palavra “*amizade*” é a que mais se destaca no momento de caracterizar a sua relação conjugal. Quando se reportam ao quotidiano conjugal, estas entrevistadas não hesitam em afirmar que se sentem próximas dos seus maridos, partilhando com eles o dia-a-dia.

“*O marido também me dava muito miminho.(...) [Não fazia nada] sem ele, nem ele sem mim...éramos muito unidos...muito mesmo (...). Éramos muito amiguinhos (...) e havia pessoas que reparavam nisso até.*” (Odete, 84 anos, Sem Escolaridade, Costureira reformada, Viúva, Lisboa)

“*Eu, se não estiver com ele assim umas horas ou sei lá, parece que já não estou bem. Gosto de estar à beira dele.*” (Antónia, 62 anos, Ensino Primário Incompleto, Assalariada Agrícola, Casada, Mondim de Basto)

Ainda assim, também aqui, entre as entrevistadas da primeira geração, as posturas institucionalistas não são incomuns, continuando os discursos a recair sobre a divisão dos papéis dos homens e das mulheres na família e na conjugalidade.

“*A mulher era tudo para casa e para os filhos...e o marido era só para a rua.*” (Odete, 84 anos, Sem Escolaridade, Costureira reformada, Viúva, Lisboa)

À semelhança do que ocorria nos homens, também entre as mulheres desta geração se faz referência a oscilações nos afectos e nos quotidianos conjugais. Precisamente porque as histórias conjugais nesta geração são mais alargadas, a ideia de que as relações se vão moldando às circunstâncias também se constitui como traço da caracterização geracional, sendo que, por norma, as entrevistadas que referem tais oscilações acabam por, mais frequentemente, fazer contrastar uma convivência presente harmoniosa com algumas dificuldades de adaptação no início do casamento ou com outras fases, entretanto superadas, de maior “turbulência” na relação.

“*De vez em quando tínhamos as nossas discussões mas aquilo depois passou. (...) Com a idade cada vez tem sido melhor a nossa relação. (...) Hoje a relação é esplêndida embora às vezes temos as nossas coisas, mas com a idade a gente adapta-se muito bem. Vai-se conhecendo melhor.*” (Lurdes, 77 anos, Ensino Primário Incompleto, Operária Fabril reformada, Casada, Almada)

⁸² Um tópico que, como também teremos oportunidade de verificar mais adiante, se revela menos susceptível à variável da idade dos inquiridos (mantendo-se mais estável nos vários grupos etários considerados), aportando, todavia, importantes clivagens no que ao género diz respeito.

Uma vez mais a distanciar-se da tendência geracional, o testemunho de Teresa volta a representar uma inovação face aos discursos normativos da conjugalidade. Se, do seu primeiro casamento, esta entrevistada destaca as diferenças de personalidade que a distanciavam do parceiro (as quais acabariam por contribuir para a decisão de se divorciar), do segundo ela vem salientar a compreensão mútua e o *vínculo passional* que a unia a ele.

“ [O meu primeiro marido] *tinha um feitio!*... (...) *Em público era sempre a deitar-me abaixo! Eu não podia conversar com ninguém, com amigos dele nem nada, que era sempre a deitar-me abaixo e a mandar-me calar e não sei quê. Para além de ser também uma pessoa violenta.*”

“Eu tive um grande amor por ele [segundo marido]. Ele não exigia de mim nada e sempre me incitava a ter os meus gostos. A única preocupação dele, realmente, era que eu fosse feliz. (...) Tínhamos interesses completamente opostos. Até politicamente: ele era todo direitista e eu era de esquerda. Mas ele era uma pessoa extremamente tolerante, o contrário, precisamente, do meu primeiro marido. Era uma pessoa que me achava o máximo, achava-me muito inteligente (...). Tudo quanto eu fazia ele achava bem.” (Teresa, 73 anos, Licenciatura, Técnica Bancária reformada, Viúva, Lisboa)

Já no que concerne à intimidade sexual, as entrevistadas desta geração (as Avós) tendem a considerá-la uma esfera da vida conjugal que teve, no passado, uma importância superior à que detém actualmente. Paralelamente, a ideia de que na conjugalidade há “*outras coisas mais importantes*” também acaba por acolher alguma adesão neste grupo, tal como bem sugerem as palavras de Adriana.

“A actividade sexual de um casal é muito importante, mas eu acho que não é o mais importante, portanto, que não se pense, porque se dão bem sexualmente, que as coisas estão bem no resto. (...) Eu acho que é mais ao contrário, mas muito mais ao contrário. Porque quando as pessoas se entendem de uma certa maneira, a relação sexual acaba por existir bem, porque há problemas ou não há problemas, mas se um e o outro se entendem intelectualmente, psiquicamente bem, falam um com o outro, trocam impressões - e isso aconteceu-me, eu acho que aconteceu comigo e com o meu marido- [a vida sexual decorre] sem problemas nenhuns” (Adriana, 80 anos, Ensino Secundário, Doméstica, Viúva, Sintra)

Questionadas sobre a evolução da intimidade sexual ao longo do tempo das relações, também entre as mulheres mais velhas a noção de declínio é prevalecente. Mais frequentemente, esta regressão volta a estar, nos discursos, associada a questões de idade e saúde (seja das próprias ou dos seus parceiros), podendo, em casos mais singulares, ser ainda justificada por um declínio na qualidade geral da própria relação a dois.

“ [A vida sexual] *foi muito importante, porque a gente era nova. Também nunca fui assim muito... como é que eu hei-de explicar? Nunca tive assim*

grande, pronto, nunca cheguei ao pé do meu marido e disse ‘olha, vamos fazer amor’. Mas se ele chegasse ao pé de mim, se ele puxasse por mim... Agora já não, porque ele já tem uma certa idade.” (Alice, 66 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Loures)

“Actualmente, não tenho vida sexual. (...) Nos primeiros anos, pode-se dizer [que foi] boa, depois foi rareando e depois... e depois houve o afastamento e depois de um certo afastamento é difícil as coisas retomarem. As coisas só conseguem ser a dois.” (Amélia, 67 anos, Ensino Primário, Costureira, Separada, Loures)

Desta forma, nos discursos femininos, a qualidade da interacção sexual com o parceiro não surge tão exclusivamente vinculada ao tema da frequência ou da regularidade das relações, sendo avaliada também com base na importância simbólica da sexualidade, no desejo, no prazer e no desempenho. É, em suma, sobre estes aspectos que as mulheres edificam o balanço da sua vida sexual e é baseada neles que, nesta geração, vão reiterando a noção de declínio.

De notar ainda que, entre as nossas entrevistadas da primeira geração, casos há em que a sexualidade parece sempre ter sido remetida para as noções de sacrifício, fazendo da postura penitencial algo mais do que uma situação circunscrita à fase presente das suas vidas. Com efeito, em casos como os de Aurora ou Francisca, a passagem para a inactividade sexual motivada por questões de saúde, longe de pressupor uma causa de descontentamento, parece até representar uma situação desejada.

“Foi muito difícil porque eu naquele tempo - não sei se era por ser nova ou porque é que foi - custava-me muito, muito. Mas eu hoje sou velha e tirei tudo⁸³ e custa-me tanto na mesma! Eu hoje é que parei porque o meu marido nunca pensei que ele pensasse em semelhante coisa. (...) Custou-me sempre.” (Aurora, 72 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Loures)

“ [A vida sexual] corria bem, que remédio (...). Isso a gente tinha que pensar que tinha que ser. Senão não se casa, não é?” (Francisca, 83 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Celorico de Basto)

Assim, menos comuns nesta geração são posturas como as de Teresa, para quem a sexualidade parece sempre ter desempenhado um papel muito importante na sua história conjugal, pese embora, e paradoxalmente, afirme que as suas experiências sexuais mais satisfatórias tenham ocorrido fora da conjugalidade, em relações esporádicas e extraconjugais. Apesar de actualmente referir não ter vida sexual com parceiro – e, neste sentido, também personificar a ideia de declínio partilhada pela generalidade dos entrevistados desta geração –

⁸³ Refere-se a uma intervenção cirúrgica de histerectomia.

a verdade é que a intimidade (e, particularmente, a intimidade sexual) é, em definitivo, central na sua narrativa biográfica, deixando antever a importância desta esfera da vida não só na sua relação com os seus parceiros mas - mais inovador ainda - para a sua realização como pessoa. Sem dúvida que este testemunho, pela reflexividade e pela *agencialidade* sexual que sugere, constitui uma clara excepção face à ordem de género e de geração em que se insere. Afinal, como fica explícito nas citações que se seguem, Teresa, de 73 anos, é uma entrevistada que não hesita em falar sobre carências físicas nos períodos de vida a sós; que admite que as suas experiências sexuais mais compensatórias ocorreram fora do casamento (nomeadamente em relações de simultaneidade); e ainda, reforçando a importância da satisfação sexual para a realização pessoal e conjugal, que declara o seu empenho pela continuidade da vida sexual em casal, numa altura em que os problemas de saúde do seu marido se agravavam.

“ [Os períodos de vida sem parceiro] *eram difíceis em termos físicos*”

“As experiências que eu tive nesse aspecto melhores não foram com os meus maridos (...) Tive [uma relação] com um primo meu (...) e foi ele que me ensinou muito, muito, muita coisa, porque ele era uma pessoa muito experiente. Foi quando já estava às avessas com o meu primeiro marido, já havia suspeitas que nos íamos separar e tive essa ligação. E uns anos mais tarde, muito mais tarde, voltámos a ter. (...) Encontrávamo-nos pela amizade, conversávamos muito e a coisa dava para aí. Mas era só por amizade e pelo sexo, mais nada.”

“Um dos grandes problemas que eu tive com o meu segundo marido é que ele já devia ter sintomas anteriores da doença, que não foram vistos, de diabetes e assim, que provocam impotência e ele tinha problemas de impotência. (...) Eu falei com a minha médica e perguntei-lhe ‘Doutora, acha que nós devíamos ter sexo?’ ... porque ele dizia que estava impotente, agora no fim da vida dele, que já não conseguia e já não prestava para nada e não sei quê. E eu achei que, psicologicamente, ele estava a precisar disso, e então perguntei à médica se havia algum inconveniente. E é claro que fui eu mais activa que ele, porque a médica disse que ele não se podia cansar. Mas foi muito importante, porque eu tirei-lhe isso da cabeça e tudo isso fez com que ele lutasse contra a doença. Eu nunca vi uma pessoa lutar tanto e ser tão bom doente. (...) Ele aceitava tudo, porque tinha uma expectativa de futuro e de estar comigo e eu dizia-lhe ‘Não, isso é da doença. Tu vais ficar melhor. Vais ver que a gente vai ter aqui uma lua-de-mel’. Dizia-lhe estas coisas e eu sabia que era mentira, mas era para o animar.” (Teresa, 73 anos, Licenciatura, Técnica Bancária reformada, Viúva, Lisboa)

Remetendo a análise para os dados da pesquisa extensiva, verificamos que, entre as inquiridas com idades compreendidas entre os 60 a 65 anos, são já mais de metade (50,3%) as que declaram não ter tido relações sexuais no último ano – um dado que, nas mulheres, vem associar a inactividade sexual às idades mais avançadas, não deixando no entanto de

contrastar grandemente com as respostas masculinas. Mais ilustrativo ainda desta clivagem de género nos significados da regularidade sexual, quando questionadas acerca da frequência que considerariam desejável para a manutenção de relações sexuais com o parceiro, 65,4% declara que “está bem assim” e 22,2% (segunda opção mais respondida) afirma que preferia mesmo “não ter relações sexuais”. Desta forma, os dados extensivos vêm reforçar uma orientação normativa já identificada na pesquisa qualitativa que remete as mulheres de idades mais avançadas para perfis de redução da actividade sexual e até de desejo de inactividade sexual absoluta com parceiro.

Desta forma, não é pois de estranhar que 52,9% das mulheres deste grupo etário (contra os 34,9% dos equivalentes masculinos) declare sentir-se desinteressada pela actividade sexual. Por seu lado, no que se refere ao “medo de não ter um bom desempenho”, as respostas positivas são menores às verificadas nos homens, afectando não mais que 17% das mulheres entre os 60 e os 65 anos.

É na *segunda geração* em análise – a dos Pais e das Mães - que os discursos sobre as relações conjugais começam a fazer mais referências ao companheirismo e à intimidade conjugal. Por comparação com a geração anterior – e no seguimento do que já temos verificado noutros tópicos desta análise – o pendor institucionalista vai, progressivamente, dando lugar à valorização dos sentimentos na relação. Por outro lado, à medida que a afectividade ganha centralidade, mais críticos e reflexivos se tornam os discursos.

Neste sentido, nesta geração acentuam-se as referências às oscilações das relações que são pensadas em função da maior e menor proximidade (de aspirações, de gostos, de quotidianos) entre os entrevistados e os seus cônjuges.

Assim, os homens tendem a denominar de companheirismo e proximidade as relações com as suas mulheres. Em alguns casos, esse companheirismo é entendido no contexto relação a dois, noutras ele surge como que instigado pelo centramento do casal nas preocupações e nas rotinas com os filhos.

“Não temos muitos amigos mas vamos jantar fora, vamos ao cinema, vamos ao teatro, a exposições.” (Manuel, 56 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Lisboa)

“Eu acho que sempre fomos um casal que partilhámos tarefas da casa, os bons momentos e os maus momentos, sempre os dois. E os nossos filhos. Que fomos umas pessoas que vivemos sempre para os filhos. (...) Ao fim-de-semana íamos às compras os dois, limpávamos a casa os dois, íamos acompanhar os nossos filhos para as actividades desportivas que eles tinham. Sempre os dois com eles. (...) Partilhamos sempre em casa as tarefas de todos os níveis, quer do

nível da educação dos nossos filhos, [quer] das tarefas domésticas.” (Luís, 57 anos, Ensino Básico, Secretário Geral de uma Empresa, Casado, Lisboa)

Por seu lado, as oscilações mais frequentemente mencionadas pelos homens dão conta de um distanciamento afectivo entre cônjuges ao longo do tempo, em virtude do agravamento das incompatibilidades, da necessidade de conservar a individualidade para lá da vida conjugal ou do desgaste progressivo das relações (que é, ainda assim, subjectivamente entendido como “normal” ou “natural”).

“ [Actualmente] existe dificuldades, há problemas. São 26 anos. (...) Há acusações mútuas, aquelas acusações mútuas, de responsabilidade, as coisas não correm bem aos filhos, as coisas não correm bem, ficamos saturados, ‘a culpa é minha, a culpa é tua’... nunca sei de quem é a culpa (risos).” (Dinis, 58 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Mondim de Basto)

“Tínhamos uma vida bastante próxima (...) [que] tentamos manter. (...) Há coisas que eu faço hoje em dia que ela não acha graça, mas eu admito: ter o meu espaço, sem perder as noções, (...) acho que faz falta.” (Miguel, 46 anos, Licenciatura, Director Jurídico de uma empresa, Casado, Lisboa)

No domínio da sexualidade, os homens desta segunda geração continuam a caracterizar as suas trajectórias como satisfatórias e “normais” face àquilo que serão as trajectórias de outros homens da sua geração. No quadro da conjugalidade, identifica-se, contudo, uma tendência emergente para o declínio da actividade sexual, expressa sobretudo em termos da qualidade e da frequência das relações sexuais.

*“ [A minha vida sexual é] **normal** (risos). Mudou em quantidade e qualidade” (Dinis, 58 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Mondim de Basto)*

“ [Actualmente, a minha vida sexual] é, digamos, não é tão... não é com tanta regularidade como eu gostaria mas é estável. (...) Já foi melhor mas não me queixo grandemente.” (Carlos, 47 anos, Bacharelato, Gestor de Empresa Familiar, Casado, Sintra)

*“Eu acho que [a minha vida sexual] é satisfatória. É **normal**. Apesar de neste momento é capaz de haver uma menor actividade sexual, porque é **normal** não só pelo dia-a-dia que a pessoa leva, pela vida profissional... É capaz de haver uma menor actividade mas é **normal**.” (Luís, 57 anos, Ensino Básico, Secretário Geral de uma empresa, Casado, Lisboa)*

Mais ou menos implicitamente, alguns testemunhos masculinos vêm ainda sugerir que as oscilações na vivência da intimidade sexual são devidas a mudanças relacionadas com as parceiras (concretamente, a diminuição do desejo feminino), remetendo as causas de um eventual declínio para factores alheios às suas próprias disposições ou vontades.

“A vida sexual é [satisfatória], embora as coisas mudem ao longo da vida (...) Mais para as mulheres.” (Gonçalo, 45 anos, Licenciatura, Gestor de Empresa, Casado, Lisboa)

Relativamente à questão da frequência das relações sexuais, os dados estatísticos revelam que metade dos inquiridos com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos declara ter relações sexuais “algumas vezes por semana”, sendo a opção de “algumas vezes por mês” a segunda mais respondida neste grupo⁸⁴. No que respeita àquilo que os inquiridos consideram desejável, mais de metade deste grupo parece estar satisfeito com o seu padrão de frequência sexual, considerando que “está bem assim” (opção escolhida por 62,5% dos homens de 40 a 49 anos e por 55,5% no grupo de 50 a 59 anos).

De qualquer forma, os dados não deixam de indiciar a tendência masculina para a valorização de uma actividade sexual mais frequente, dado que a opção de “ter relações sexuais mais frequentemente” é a segunda mais referida tanto entre homens de 40 a 49 anos, como nos de 50 a 59 anos, representando 24,5% das repostas do primeiro grupo, e 30,3% do segundo. Desta forma, são poucos os homens nestes grupos etários que se declaram desinteressados pela actividade sexual (11% no grupo de 40 a 49 anos; 13,2% no grupo de 50 a 59 anos), sendo, contudo, um pouco mais expressiva a proporção dos que têm receios associados ao seu desempenho sexual (20% no grupo de 40 a 49 anos e 18,5% no grupo de 50 a 59 anos).

Voltando agora a atenção para os discursos femininos da segunda geração, verificamos como estes são igualmente profícuos na valorização do companheirismo na conjugalidade. Não obstante a consideração das oscilações que as relações vão conhecendo, de facto, a maioria das entrevistadas não hesita em afirmar que se sente próxima do seu cônjuge, não só em virtude do sentimento amoroso, mas do companheirismo e de uma rotina construída a dois.

“Falamos muito e passeamos muito. Mas falamos muito os quatro, falamos muito eu e ele mas falamos muito os quatro. (...) Eu e o meu marido falamos muito de coisas que estão relacionadas com coisas da nossa vida mais particularmente, o dinheiro, os filhos, projectos do que queremos fazer ao fim-de-semana. (...) Desabafo com ele e ele também faz o mesmo comigo.” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

⁸⁴ Em rigor, a opção “algumas vezes por semana” é a resposta declarada por 57,1% dos homens entre os 40 e os 49 anos, e 48% dos inquiridos com idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos. “Algumas vezes por mês” é a segunda opção mais escolhida em ambos os grupos representando 27% dos casos entre os homens de 40 a 49 anos e 31,8% entre os de 50 a 59 anos.

De resto, entre as mulheres – e exceptuando aqueles casos que acabaram por resultar em divórcio pela impossibilidade de superar as diferenças – a tendência é para se sentirem mais próximas dos seus parceiros com o passar do tempo, fazendo contrastar, tal como verificámos na geração antecedente, fases passadas da relação mais conflituosas com uma maior tolerância e aproximação no presente.

“Durante [uns] anos que foram um bocado turbulentos não havia tanta intimidade e quase não nos podíamos ver um ao outro. Mas neste momento (...) somos íntimos, e agora mais ainda.” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

“Hoje em dia acho que estamos lindamente. Eu acho que, ao longo dos anos, as coisas se vieram a solidificar cada vez mais. Cada vez contamos mais um com o outro, mesmo em momentos difíceis da vida (...). Acho que essas coisas, no fundo, dão um abanão mas vieram aproximar-nos cada vez mais e eu acho que os filhos também contribuíram para isso” (Clara, 45 anos, Ensino Secundário, Doméstica, Casada, Sintra)

Com efeito, continuando a caracterizar-se pela pluralização de experiências e de discursos, entre as mulheres encontramos uma variedade de posturas quanto à comunhão ou separação de rotinas com o cônjuge. De facto, neste grupo, assistimos tanto a uma reedição de perfis mais institucionalistas, com acentuação das diferenças de género, como a uma valorização de normas individualistas, consubstanciada na vontade de preservar uma identidade e um quotidiano individual para além da partilha conjugal. Neste binómio, o contraste entre os testemunhos de Isabel e Helena pode ilustrar esta pluralidade normativa e de rotinas na conjugalidade.

“Vejo um casamento que não é o casamento ideal, não é um casamento de show (...). Saímos, temos o nosso espaço. Ainda a semana passada fomos os dois para Barcelona. Temos a nossa privacidade mas acho que com um grande respeito. (...) O meu marido trabalha que nem um louco. Não tem tempo para nada. (...) Eu sou um bocadinho mandona. Chegar a casa às 22h, acabou! (...) Agora é assim, às 20:30 eu ponho o jantar na mesa. E aí sim, jantamos a família toda, conversamos e caiu-se um bocadinho, se calhar, na rotina que os meus pais tinham antigamente. Isto é, à hora de jantar, estamos todos sem grandes discussões e depois vamos para a sala. E aí pronto, há um filho ou outro que está um bocado no computador, nós estamos na sala, rimos... (...) Todos os sábados de manhã, por exemplo, vamos os dois tomar café.” (Isabel, 46 anos, Curso Médio, Doméstica, Casada, Sintra)

“ [A relação] é boa (...). As dificuldades são inerentes a qualquer casal, há sempre um que gosta mais disto, ou de fazer mais aquilo mas isso é o normal não há nenhuma coisa drástica. (...) Ao café não vou [com o meu marido], à missa, quando vou, vou sozinha porque ele não é católico, vou ao cinema com uma amiga ou outra (...). Ele também tem uns jantares de amigos umas 2 ou 3

vezes por mês” (Helena, 44 anos, Pós-graduação, Assessora de Administração, Divorciada a viver em coabitação, Lisboa)

Embora, nesta geração, os discursos sobre a sexualidade se caracterizem mais pela pluralidade de posturas que pela partilha de orientações normativas, podemos afirmar que, face à geração anterior, estas mulheres vêm reforçar a importância da vida sexual tanto no contexto da relação a dois, como enquanto fonte de realização pessoal.

“ Na nossa relação, a vida sexual é muito, muito [importante].” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

À semelhança do que já verificámos no lado masculino, também os discursos das mulheres sobre as suas trajectórias sexuais recaem muitas vezes na noção de “normalidade”, reforçando a conformação das experiências individuais àquilo que seria expectável.

“ [A vida sexual] corre bem (...). Nunca tive problemas nesse campo. Não fazia parte das minhas incompatibilidades de quotidiano e de outras coisas, correu sempre normalmente.” (Helena, 44 anos, Pós-graduação, Assessora de Administração, Divorciada a viver em coabitação, Lisboa)

“Acho que é normal (risos)... como outra pessoal qualquer.” (Paula, 49 anos, Ensino Primário, Doméstica, Casada, Celorico de Basto)

Por outro lado, é nas mulheres desta segunda geração que mais se intensifica a ideia de flutuações na vivência da intimidade sexual. Assim, verificamos que várias entrevistadas vêm testemunhar a existência de fases e mudanças ao longo do tempo de relação e se é certo que, em casos como o de Beatriz, a passagem do tempo parece ter aportado maior satisfação sexual, mais comumente, os balanços feitos dão conta de um certo declínio na frequência, satisfação ou no desejo sexual.

“Eu acho que nós com os anos vamos aprendendo muito e sentimos o sexo de forma diferente. Enquanto somos mais novos para aí 20 e tais, é sexo por sexo, quantidade, paixão. Mas actualmente, para mim, é intimidade, um prazer imenso e portanto é muito mais sentido. Acho que sinto muito mais prazer no sexo actualmente do que sentia há 20 e tal anos, e sei muito melhor como é que hei-de atingir um orgasmo do que sabia há uns anos atrás.” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

“Tem dias. É assim, como é que eu hei-de dizer? Não há todos os dias aquela disposição. Eu antigamente tinha relações muito mais frequentemente, agora se calhar não tanto. E às vezes não com tanto entusiasmo, porque o dia me correu mal, porque estou cansada, porque não me apetece...” (Graça, 48 anos, Licenciatura, Empregada Administrativa, Casada, Loures)

Em alguns casos, particularmente entre as mulheres de mais baixos níveis de escolaridade e provenientes de meios rurais, note-se como as razões de idade (e saúde) são já as mais invocadas para justificar tais mudanças.

“*Nós já estamos a **ficar velhos**... mas... eu acho que é normal... nunca tive problemas (...). Sei lá, antigamente era mais, claro... mas agora acho que também está bom.*” (Paula, 49 anos, Ensino Primário, Doméstica, Casada, Celorico de Basto)

“*Eu acho que, pronto, agora a gente já está a **ficar velha**, já não temos tanto... pronto, sei lá, tantas relações uns com os outros, não é? Que é mesmo assim. (...) Quando a gente vai para velha também não... pronto não tem tanto aquele coiso de ter a sexualidade um com o outro. (...) Agora [a minha vida sexual] é má. (...) Não tenho aquele prazer como tinha antigamente. (...) [Para o meu marido] continua tudo igual. Eu compreendo-o a ele e ele respeita. (...) Mas tem que ser porque, pronto, (...) tenho que satisfazer o meu marido. Ele bem sabe que não me está a satisfazer a mim, não é?*” (Belmira, 42 anos, Ensino Primário, Doméstica, Casada, Mondim de Basto)

Seja como for, mais do que contrastar um passado e um presente, alguns discursos sugerem uma alternância de disposições e circunstâncias, mostrando que as mudanças nas formas de viver a sexualidade não têm de ser vistas como lineares ou definitivas. Com efeito, descrições como as de Isabel fazem-nos crer que após uma fase de menor satisfação pode suceder-se um novo incremento qualitativo na vida sexual das pessoas. Concretamente, e tal como já tem sido documentado por alguma literatura, não raras vezes, acontecimentos biográficos como o nascimento dos filhos, podem afectar temporariamente a vida sexual dos casais sem, contudo, significarem um decaída irreversível (Fox, 2009; Mendes, 2009).

“ [Ao longo da vida, o sexo] *foi bom, foi bem, foi regular. Com uma regularidade normal. Quando a primeira filha nasceu houve um problema, mas foi da minha parte. Quando a mais velha nasceu foi muito complicado. Estivemos para aí um ano e tal em que foi muito, muito complicado mesmo. Depois, quando nasceu o segundo, voltou tudo ao normal.*” (Isabel, 46 anos, Curso Médio, Doméstica, Casada, Sintra)

Quando olhamos, por outra parte, para os dados do inquérito quantitativo, verificamos que no que toca à frequência das relações sexuais, tanto nas mulheres de 40 a 49 anos como nas de 50 a 59, a resposta modal é a de “algumas vezes por semana”, seguida de “algumas vezes por mês”. No entanto, a distância que vai entre os 40 e os 59 anos parece ser já capaz de produzir algumas diferenças no padrão de frequência sexual, justificando uma análise mais discriminada de ambos os grupos etários. Com efeito, enquanto no grupo de mulheres mais novas (de 40 a 49 anos) a resposta “algumas vezes por semana” representa quase metade dos casos (46,1%), no grupo das mais velhas (de 50 a 59 anos) ela decai para os 31,2% de

respostas. Por outro lado, bastante elucidativa parece ser também a proporção das resposta “não tive relações sexuais no último ano” que, no caso do primeiro grupo não representa mais 10,2% dos casos, mas que, entre as mulheres de 50 a 59 anos, alcança 24,5% das respostas.

Quando questionadas acerca de eventuais problemas na vivência da sua sexualidade, é significativa a proporção de mulheres que refere o “desinteresse pela actividade sexual”, sobretudo se tivermos em linha de conta as proporções masculinas equivalentes (acima analisadas). Uma vez mais, parece digno de referência o aumento desta proporção do grupo etário de 40 a 49 anos para o de 50 a 59 anos. Se no primeiro grupo são 31,2% as mulheres que mencionam o “desinteresse pela actividade sexual”, no segundo, a proporção aumenta consideravelmente para os 43,6%. Mais homogéneo revela ser o padrão de respostas ao tema do desempenho sexual, onde, para ambos os grupos etários (40-49 e 50-59 anos), uma claríssima maioria das inquiridas (84,5% e 88,5%, respectivamente) descarta sentir “medo de não ter um bom desempenho sexual”.

Finalmente, na *geração mais nova*, muitos dos entrevistados não têm uma história conjugal (ou sequer afectiva) que permita identificar, com propriedade, perfis de vida em casal ou oscilações afectivas ao longo do tempo de relação. No entanto, podemos centrar a análise nos discursos dos rapazes e raparigas sobre as relações – mais ou menos duradouras - que vão mantendo com os seus parceiros. Ainda que mais circunstanciais, estes aspectos já nos permitem aferir o quão próximos ou íntimos os entrevistados mais jovens tendem a sentir-se dos seus parceiros sentimentais.

No caso dos rapazes, quando as relações são de compromisso e de continuidade, a tendência é para valorizar o dia-a-dia em casal, considerando a relação afectiva como de proximidade, partilha e companheirismo. Neste sentido, as namoradas tendem a ser pessoas importantes do entorno social mais próximo, com quem se partilha, para além de uma intimidade sexual, rotinas e momentos do dia-a-dia, e em quem mais se confia.

“Já namoro há 1 ano e 2 ou 3 meses... Agora já é uma coisa muito mais séria... Posso dizer que é mesmo algo a sério. (...) Nos outros [namoros] uma pessoa perdia um bocado a chama... Agora com este, não. Todos os dias gostamos de estar um com o outro. Estamos sempre à espera do momento em que vamos estar juntos. (...) À noite saio sempre com ela, raramente fazemos alguma coisa separada.” (Hugo, 24 anos, Licenciatura, Professor, com namorada, Mondim de Basto)

Em alguns casos, no entanto, os discursos apontam para vínculos menos fortes e para uma certa resistência face aos ideais românticos da conjugalidade. Assim, verificamos como,

entre os rapazes, a vida em casal pode ser vista como um entrave à liberdade individual, mantendo actuais as dicotomias entre experimentalismo individual e *conjugalismo*.

“Penso que vou estar com ela enquanto gostar dela e enquanto nos sentirmos bem um com o outro, e isso é que é o objectivo. (...) Não [acredito que seja para sempre], não é não querer, é porque é raro. As pessoas têm é que pensar no dia-a-dia e acho bem que as pessoas fiquem juntas enquanto se deem bem, enquanto se sentem bem umas com as outras. (...) [No início, o que sentia] era mais carinho. (...) [Ao longo do tempo de relação] o sentimento evoluiu. (...) Não me vai conseguir arrancar a palavra amor, isso já é um bocadinho complicado! O amor é uma coisa muito estranha, mas acho que, principalmente, é sentir que queremos estar com outra pessoa, que queremos partilhar a nossa vida com outra pessoa, que gostamos da qualidade de vida com a outra pessoa.” (João, 23 anos, Estudante Universitário, com namorada, Lisboa)

Sobre a vida sexual, os jovens entrevistados tendem a declarar um aumento da satisfação e da qualidade das relações sexuais ao longo do tempo. No presente - referem - a actividade sexual é vivida com uma confiança que difere da insegurança e dos receios que, algumas vezes, caracterizam o início das trajectórias sexuais. Este é, no fundo, um balanço comum entre os jovens rapazes, do qual as palavras de Hugo podem ser ilustrativas:

“O que mudou é mesmo isso, a nível de experiência... No princípio, sempre que surgia uma oportunidade, ficava (...) ansioso, não é?... Porque eram as primeiras vezes, ‘o que irá acontecer?’. E uma pessoa não sabia muito bem reagir a esse tipo de situações (...). Hoje sinto que sei reagir a diferentes situações... [Tenho] mais experiência.” (Ricardo, 19 anos, Estudante do Ensino Secundário, Armazenista, com namorada, Lisboa)

À semelhança do que já verificámos noutras gerações masculinas, também aqui, entre os mais jovens, existe alguma tendência para fazer equivaler a qualidade da actividade sexual à sua frequência. De facto, quando questionados sobre aspectos mais gerais da vivência da sexualidade em casal, alguns entrevistados tendem a concretizar as respostas na regularidade das relações sexuais com parceira. Desta forma, a frequência sexual acaba por ser, para estes entrevistados, assumida como um indicador importante no (bom) diagnóstico da vida sexual. Para exemplificar, quando lhe foi perguntado “*actualmente, como é a tua vida sexual?*”, João respondeu:

“A frequência? Talvez seja de 4 em 4 dias, mais ou menos” (João, 23 anos, Estudante do Ensino Superior, com namorada, Lisboa)

Quanto a este aspecto, os dados estatísticos dizem-nos que a frequência de “algumas vezes por semana” é a mais respondida também pelos jovens rapazes (18-29 anos),

representando 45,6% dos casos. Entre este grupo, 30,7% responde “algumas vezes por mês”, fazendo desta opção a segunda mais respondida. Uma vez mais, o padrão de frequência não satisfaz completamente este grupo de inquiridos, na medida em que mais de metade dos jovens rapazes (52,9%) declara que gostaria de manter relações sexuais “mais frequentemente” (34,1%) ou “muito mais frequentemente” (18,3%).

No que concerne a problemas ou disfunções na prática sexual, este grupo (jovens rapazes, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos) é aquele que em menor proporção declara sentir desinteresse pela actividade sexual. Em rigor, apenas 7% destes inquiridos se considera afectado por este problema. Todavia, se nos reportarmos à questão do desempenho sexual, verificamos que este é um grupo particularmente vulnerável a esta problemática, com 24,9% dos rapazes (18-29 anos) a declarar sentir receio de um mau desempenho na interacção sexual – uma proporção que, como vimos, apenas é superada (em menos de dois pontos percentuais) pelos homens entre 60 e 65 anos.

Revelando a aproximação social mais ampla entre géneros, a pesquisa qualitativa permite verificar como as raparigas personificam as mesmas tendências geracionais identificadas nos rapazes, no que toca a representações da vida a dois. Assim, também aqui, a norma reflecte a generalização da intimidade e da proximidade no contexto da relação afectiva. Porventura mais do que nos rapazes, os discursos de valorização do quotidiano a dois e das virtudes do parceiro fazem-se, mais frequentemente, acompanhar da exaltação de sentimentos e das aspirações de uma vida futura em comum, numa clara afectação romântica do discurso.

“Há dias que quando acordamos parece que nunca gostámos tanto daquela pessoa como naquele dia. (...) [Contamos tudo um ao outro] porque ele é a pessoa em quem mais confio e sei que ele é ótima pessoa e entendemo-nos super bem e damo-nos super bem, se bem que somos muito diferentes e acho que isso é que faz com que nós nos dêmos tão bem. (...) Nós partilhamos tudo, ele passa férias comigo eu passo férias com ele, é quase como se vivêssemos juntos mas em casas separadas.” (Carolina, 18 anos, Estudante do Ensino Superior, com namorado, Loures)

Ainda assim, também mais comumente que no universo masculino desta geração, os discursos das raparigas sobre as suas relações transparecem uma maior reflexividade: apesar de protagonizarem experiências de namoro ou de conjugalidade naturalmente mais curtas que as das gerações precedentes, algumas entrevistadas da última geração deixam já antever o carácter *construtivo* das relações, referindo oscilações ao longo do tempo de relacionamento, devidas à dificuldade de conciliação de posturas, quotidianos e projectos com os parceiros.

“Quando começámos a namorar, nem foi bem namorar, foi logo morar, não foi muito fácil, porque também me apercebi que as relações não são perfeitas e também aprendi alguma coisa, mas também não era aquilo que eu tinha idealizado, pronto. (...) [Tivemos dificuldades] de feitos. Porque os homens estão muito mal habituados, regra geral, têm a mania que nós é que temos de fazer tudo e eu não fui criada com base nisso. Portanto, é complicado de gerir, por causa dos valores que nos são impostos pela educação e a educação que eu levei. Eu sou exactamente igual aos homens e os homens são exactamente iguais a mim (...). Com a relação actual, ainda sinto essas dificuldades, e aprendi que não há ninguém perfeito, mas que não temos que ser sempre nós mulheres (porque todas se queixam do mesmo) a ceder. Eles também têm que ceder e não cedem!” (Raquel, 27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção, com namorado, Almada)

“Foi muito difícil! Porque somos muito diferentes, somos mesmo..., eu lembro-me das primeiras brigas que nós tivemos: era que eu não o abraçava, que eu não dizia ‘amo-te’ porque ele estava constantemente a dizer ‘gosto de ti, eu amo-te’. E para mim as coisas não são assim que têm que ser manifestadas. Ele era uma pessoa muito física e eu não, então nós éramos dois extremos. Eramos duas pessoas muito diferentes e isso fazia com que a nossa convivência não fosse a mais pacífica, e então volta e meia havia discussão, chateávamo-nos. (...) Senti que tive de mudar muito (...) tive de fazer imensas cedências. Tive que abraçar em alturas que não me apetecia nada abraçar, tive de dizer ‘amo-te’ em alturas em que não o sentia, pronto, só para fazer a outra pessoa feliz. (...) [A maior dificuldade] foi sobretudo a nível da personalidade, a nível dos objectivos de vida. Porque depois chegou uma altura que era muito bom, foi na altura em que passámos as dificuldades de personalidade e já estávamos adaptados um ao outro, mas depois vieram as pressões familiares e as pressões dos amigos. (...) A família sabia e dizia: “então como é que é? Vê lá se vale a pena para onde estás a ir”. (Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

Por outro lado, evidenciando a pluralidade de perspectivas e simultaneamente a aproximação entre as experiências femininas e masculinas na sociedade, também entre as raparigas, os indícios de algum desinvestimento nas relações afectivas vêm reforçar a valorização da individualidade e do experimentalismo sobre o projecto conjugal, tornando esta postura característica desta fase da vida dos indivíduos. Desta forma, casos como os de Joana e Sara vêm mostrar como o namoro nem sempre pressupõe um forte e mútuo investimento emocional ou como algumas raparigas também acusam dificuldades de entrega emocional e de partilha de um quotidiano no namoro ou na conjugalidade.

“Embora ele tenha pouca idade (...), ele diz que quer encontrar uma pessoa para, pronto... (...) Mas eu, da minha parte, não sei. (...) Acho que estou a começar a gostar dele. Mas isso lá está, pronto, começa a vir com o tempo.” (Joana, 24 anos, Curso técnico-profissional, Empregada Administrativa, Celorico de Basto)

“Todas as relações que eu tenho com homens – tirando com o meu ex-namorado – são sempre coisas que não duram muito tempo (...) O último gajo com quem eu me envolvi era um gajo muita fixe que até tentou ter algo mais, e dizia-me ‘a nossa história começou ao contrário, mas eu gosto muito de estar contigo e também acho que gostas de estar comigo, portanto vamos lá dar uma oportunidade para que isto seja mais qualquer coisa’. E eu não consegui, porque eu não consigo. (...) Os meus amigos mais próximos continuam a ajudar-me nessa luta comigo própria de ter que confiar mais nos outros. Porque eu, na verdade, não confio nas pessoas. E se às vezes me apetece ir para a cama com alguém, faço-o com uma pessoa em que não tenho que confiar nem desconfiar. Faço o que me apetece naquele momento e ‘ciau’, até amanhã.” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

Nesta geração, quando analisamos os discursos femininos sobre a intimidade sexual, percebemos que a vida sexual é sobejamente valorizada, quer enquanto manifestação de um desejo individual, como no contexto da relação afectiva e da formação do casal. Testemunhos como os de Carina (casada e mãe de dois filhos) vêm mostrar que a sexualidade, ainda que vivida no contexto de uma relação exclusiva e com sentido de continuidade, parece não exonerar o seu carácter erótico-hedonista (Neves, 2008).

“ [A sexualidade é importante] porque no casal, as pessoas ficam mais unidas, mais confiantes. Podemos estar chateados ao final do dia, ralhar e tudo mais mas depois há uma intimidade, há uma união. Acho que é importante.”

“O que eu gostava de praticar era o swing, era uma coisa que eu gostava (...). Ainda não lhe disse nada porque eu já sei que era uma ideia maluca - eu tenho umas ideias muito malucas nesse aspecto, mas pronto. (...) A gente fala sobre tudo porque é que não havemos de falar sobre isso?!” (Carina, 25 anos, Ensino Secundário, Empregada Administrativa, Casada, Celorico de Basto)

No entanto, entre as entrevistadas com repertórios mais alargados de experiências ou com histórias conjugais mais longas, muitas vezes salientam-se já referências a oscilações na vivência da intimidade, nomeadamente alterações no desejo sexual feminino. Desta forma, verificamos que o carácter mais flutuante e adaptativo da sexualidade pode ser captado em temporalidades mais reduzidas, não sendo característica exclusiva e linear de indivíduos mais velhos ou de relações muito longas.

“A minha vida sexual, nas alturas em que eu trabalhava muito, muitas horas, em que estava a trabalhar à noite todos os dias e tinha ainda a escola no dia seguinte (...) piorou. Ou seja, a minha satisfação sexual diminuiu, nessa altura, e depois as coisas melhoraram, graças a Deus! Porque eu achava, ‘pronto, agora vai ser sempre assim daqui para a frente, eu não vou ter vontade, e não vou ter satisfação’. (...) Achei que ia ser assim, mas depois uma das coisas era falta de descanso. E provavelmente também quando a minha relação com o meu outro namorado começou a correr mal, especialmente, acho que para as

| *mulheres isso acaba por influenciar a nossa vontade e a nossa disposição.*”
(Marta, 25 anos, Ensino Secundário, Assistente de Bordo, Casada, Lisboa)

Por outro lado, espelhando a transformação referente aos repertórios sexuais das mulheres, verificamos como, nos discursos femininos, a reflexão sobre a própria vida sexual começa a pressupor uma comparação de várias fases e vários parceiros sexuais, introduzindo novos elementos ao entendimento da mudança geracional.

| *“Foram duas boas relações, uma em que tinha o sentimento muito mais forte que ajuda, porque um dos objectivos é nunca fazer sexo sem amor porque o sentimento é uma coisa muito importante. É completamente diferente como se fazem as coisas, é completamente diferente o tipo de relação que se tem.”*
(Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

Ainda no contexto da pesquisa qualitativa, constatamos que também as jovens entrevistadas tendem a invocar a frequência para dar conta da satisfação ou da qualidade da sua vida sexual. Assim, e tal como já vem sendo identificado noutros grupos de entrevistados, também aqui a regularidade das relações sexuais constitui-se como bom indicador para dar conta da conjuntura íntima e relacional.

| *“ [Actualmente, a minha vida sexual] é activa. É mais ou menos regular”*
(Carolina, 18 anos, Estudante Universitária, com namorado, Loures)

De resto, também os dados estatísticos sobre a frequência sexual traduzem a aproximação das respostas femininas e masculinas dos jovens: entre as raparigas de 18 a 29 anos, a opção de “algumas vezes por semana” constitui-se como resposta modal, representando 47,5% dos casos. Por seu lado, a opção de “algumas vezes por mês” é a segunda mais escolhida pelas raparigas, representando 28,3% das respostas.⁸⁵

Onde, com alguma evidência, se denotam maiores clivagens de género é no referente às representações da frequência sexual desejável. Por comparação com os equivalentes masculinos, entre as jovens inquiridas (18-29 anos) as que se declaram satisfeitas com o seu padrão de regularidade sexual (“está bem assim”) são claramente maioritárias e alcançam os 66,8% dos casos. E se, no caso dos rapazes, mais de metade afirmava que gostaria de manter relações sexuais “mais frequentemente” ou “muito mais frequentemente”, no caso das raparigas esse total decresce consideravelmente para os 31,1%, com 22,2% das inquiridas a

⁸⁵ Recordemos que, entre os rapazes pertencentes ao mesmo grupo etário, a opção “algumas vezes por semana” obteve uma proporção de respostas de 45,6%, sendo que “algumas vezes por mês” foi a resposta escolhida por 30,7% dos inquiridos.

manifestar o desejo de “ter relações sexuais mais frequentemente” e apenas 8,9% “muito mais frequentemente”.

Por fim, no que toca aos factores que podem dificultar a vivência gratificante sexualidade, continua a destacar-se a incidência no feminino dos problemas de “desinteresse pela actividade sexual”, o qual, no grupo etário de 18 a 29 anos, afecta 23,1% das inquiridas – um valor sem dúvida inferior ao verificado nas mulheres de idades mais avançadas, mas, ainda assim, bastante superior ao derivado a partir das respostas masculinas do mesmo grupo etário (7%). Por outra parte, pese embora o “medo de não ter um bom desempenho” não pareça ser um obstáculo declarado por uma grande fatia da população (e menos ainda pelas mulheres), verificamos que, no quadro das respostas femininas, é entre as mais novas (18-29 anos) que este “receio” mais se revela, afectando 19,8% das jovens inquiridas.

Assim, somada esta tendência à já registada no universo masculino, os dados parecem sugerir a vulnerabilidade das fases de iniciação sexual ao carácter mais provatório da sexualidade, sendo efectivamente em idades mais precoces quando os receios ligados ao desempenho sexual mais se fazem sentir.

4.3 Notas Finais

Neste capítulo procurámos analisar algumas dimensões da vida sexual dos sujeitos, traçando um quadro de mudanças e continuidades ao longo da sucessão geracional. Centrando a nossa atenção tanto nos contextos de iniciação sexual como nos quadros de convivência conjugal e afectiva, a análise resgatou domínios da *experiência vivida* dos sujeitos, dando conta de uma progressiva aproximação entre as normas e as experiências femininas e masculinas.

Se é verdade que análise sugere a coexistência de uma grande pluralidade de normatividades e de trajectórias face à intimidade heterossexual, o enfoque no género e na geração vem atribuir inteligibilidade aos fenómenos observados, reiterando a importância destas categorias de pertença na definição desta dimensão da vida dos sujeitos.

No que aos tópicos da iniciação sexual diz respeito pudemos verificar que as mudanças geracionais e, concretamente, a aproximação entre os discursos de homens e mulheres são especialmente significativas nos aspectos mais objectivos das biografias sexuais. Sem embargo, ao nível das normas mais subjectivas (das motivações e dos sentidos atribuídos às experiências) a análise continua a dar conta de consideráveis diferenças entre os discursos masculinos e os femininos.

Por seu lado, no que concerne aos tópicos sobre vida a dois e construção da intimidade conjugal, a análise vem expressar, com alguma evidência, uma mudança geracional que afasta, progressivamente, os discursos sobre convivência conjugal das normas da instituição, remetendo-os para o já referido quadro de sentimentalização, companheirismo e de progressiva igualdade entre parceiros. Neste contexto, verificámos como, cada vez mais reflexivos, os discursos fazem a apologia da erotização da vida a dois, colocando a sexualidade no centro do projecto conjugal.

Em suma, não obstante as muitas persistências de que também procurámos dar conta ao longo deste capítulo, a abordagem (geracional e de género) às dimensões das biografias sexuais vem pressupor uma mudança muito considerável nas formas de viver e dar sentido à sexualidade ao longo da sucessão geracional, fazendo do universo feminino (das suas experiências e das suas normatividades) o centro das transformações mais significativas.

V. REPRESENTAÇÕES DA SEXUALIDADE: UMA REVISÃO CRÍTICA DO IDEÁRIO DE LIBERTAÇÃO SEXUAL

Pós-modernidade (e.g Lyotard, 1989; Harvey, 1989; Baudrillard,1991; Jameson,1995), modernidade tardia (Giddens, 2002) e sociedade pós-paradigmática (Simon, 1996) são alguns dos termos imortalizados pelas ciências sociais para definir a nossa contemporaneidade. Um tempo, segundo os autores, fortemente marcado pelo pluralismo, pelo alargamento das escolhas individuais e pela constante redefinição das noções espaço-temporais: “It is a time when the *Gran Narratives* have come to an end; a period of fragmentation, differentiation, indeterminancies, immances, de-structurings, de-unification, de-centering. The quest for the grand truth, the scientific solution, the correct political position, the linear and progression and the theoretical purity are now all seen as flawed” (Plummer 1996b:xiv).

Para Simon (1996), a modernidade criou as condições para tornar os indivíduos agentes das suas próprias vidas. Se no passado (num tempo em que o autor chama de *paradigmático*), a sociedade se caracterizava por uma maior partilha de significados comuns⁸⁶, nos contextos *pós-paradigmáticos* da actualidade, as normas consensuais tendem a dissolver-se, dando lugar a formas mais plurais de entender e experienciar a vida social. Neste sentido, as narrativas individuais quase nunca se correspondem à narrativa colectiva e a ênfase no afrouxamento da regulação social sobre os comportamentos dos indivíduos - como também nota Scott (1998) - assume-se como qualidade intrínseca da sociedade actual, traduzindo-se numa multiplicação de escolhas legítimas.

Para vários autores, tais mudanças têm um impacto significativo também na forma como vivemos e representamos a sexualidade. Segundo Weeks (1995), o individualismo radical que caracteriza o sistema socioeconómico é o mesmo que transparece ao nível das vivências íntimas e sexuais e, em ambos os campos, as análises sugerem um aumento da resistência às formas tradicionais de dominação e subordinação.

No que à sexualidade e à revisão dos papéis de género diz respeito, a actual conjuntura tende, de resto, a ser entendida como resultado daquilo a que se conhece como “Revolução Sexual” - “a revolution that created a temporal compression such that (...) it becomes difficult to speak of many dominant sexual homogenities” (Simon, 1996:27). Qual metáfora do discurso público (Scott, 1998), a ideia de *revolução* é promovida tanto nos media como no discurso científico para reforçar o impacto de mudanças operadas nas décadas de 1960 e

⁸⁶ E, neste contexto, pelo domínio do patriarcado como norma cultural.

1970⁸⁷, no sentido da liberalização dos costumes e das identidades face à ordem mais institucionalista e tradicional da sociedade.

No entanto, sobre esta suposta “revolução sexual”, Bozon (2002) considera que as sociedades vão produzindo e difundido discursos contraditórios. De um lado, um discurso conservador que condena o nomadismo sexual dos indivíduos, a tirania do prazer e do desejo, a permissividade e a promiscuidade sexual⁸⁸; do outro, uma perspectiva mais positiva face às transformações da contemporaneidade, que entende a revolução sexual como a consagração do direito ao prazer, da liberdade das minorias sexuais e da igualdade entre homens e mulheres, num quadro de acesso generalizado a uma sexualidade independente das questões da reprodução.

Da mesma forma, também a literatura sociológica sobre o tema deixa antever a diversidade de posturas face a tais mudanças e aos seus efeitos mais duradouros. Abordagens mais optimistas, como as de Weeks (1995), vêm defender a revolução sexual como uma realidade, que não só se prolonga até aos dias de hoje, como se vai intensificando cada vez mais. Neste contexto, destacam-se as repercussões positivas do aumento de liberdade e das escolhas individuais contrapondo-as aos contextos de subordinação e intolerância do passado. Outras abordagens, contudo, revelam-se mais hesitantes na celebração das mudanças e circunscrevem os fenómenos de abertura normativa a períodos ou contextos históricos mais delimitados no tempo. Neste flanco, autores como Laumann *et al.* (1994) consideram que, após o indesmentível impulso trazido pelas décadas de 1960 e 1970, a sociedade tem testemunhado um retrocesso nos valores da liberdade e da tolerância sexuais, tendo mesmo vindo a assistir-se, a partir da década de 1980, ao reforço de uma moral menos permissiva no que toca à sexualidade. Para além disso, outras análises (Scott, 1998) demonstram ainda que as mudanças nas atitudes face à sexualidade, registadas nas últimas décadas, não são tão revolucionárias ou dramáticas quanto por vezes se faz supor.

⁸⁷ No entanto, tal como refere Scott (1998), já antes disso, o termo de “revolução sexual” teria sido empregue para descrever outras transformações ocorridas no domínio da sexualidade, na década de 1920. Contudo, a reedição do termo não terá sido aleatória: “*the reasons that are evoked to explain the second revolution of the 1960’s are remarkably reminiscent of those used to explain the first*” (Scott, 1998:815). Note-se que, nos distintos momentos, tais “revoluções” terão comungado de conjunturas semelhantes, nomeadamente, de favorecimento da emancipação social feminina através de uma integração significativa de mulheres no mercado de trabalho em ambos os pós-guerras.

⁸⁸ Segundo o autor, uma postura mais comum em contextos sociais onde a defesa da moral sexual e dos valores tradicionais da família servem de estandarte político e religioso, instigando a reprovacão activa das mudanças verificadas.

Em todo o caso, as abordagens coincidem na evidência de que a emergência da subjectividade moderna se fez acompanhar pela autonomização do domínio da sexualidade, agora desvinculada da ordem tradicional da procriação. Sabemos que as representações e as experiências da sexualidade se diversificam na contemporaneidade, tornando-se fundamento importantes da individualidade. Para concretizar, segundo Bozon (2002), a abertura contemporânea das possibilidades em matéria de sexualidade está relacionada com dois fenómenos gerais: a diversificação e individualização das trajectórias conjugais e afectivas e o declínio da regulação da sexualidade por princípios absolutos.

Assim, não obstante as abordagens pós-modernas formularem uma feroz crítica às narrativas do progresso e aos entendimentos lineares da mudança, nas representações da sexualidade continua a prevalecer um discurso de liberalização progressiva, assumindo-se que as sociedades na modernidade tardia são mais abertas que as precedentes, em matéria de sexualidade. Um pouco por toda a parte (e.g. Plummer, 1996a, 1996b, Simon, 1996, Weeks, 1995, Giddens, 2002), multiplicam-se discursos que corroboram a ideia de que a vida sexual, nos dias de hoje, é cada vez mais reflexiva, plural, variável segundo os contextos, hiperbólica e fundadora de identidades pessoais e colectivas.

Também em Portugal, já vimos que os estudos que se endereçam ao tema dos valores apontam para uma crescente flexibilidade e pluralidade normativas, e para contextos que exigem dos indivíduos maior plasticidade identitária. Em termos geracionais, as maiores mudanças normativas parecem surgir em torno dos valores face à vida íntima (Pais, 1998)⁸⁹, onde éticas mais conservadoras e de cunho puritanista vão *progressivamente* dando lugar a éticas mais individualistas, de valorização da experiência e do prazer nas relações afectivas.

Mas, afinal, o que pressupõe o ideário de *libertação sexual* e porque vale a pena analisá-lo criticamente? Segundo Jackson e Scott (2004), a ideia de uma sociedade onde impera a libertação e diversidade sexuais não só está na ordem do dia como se reflecte na cultura popular das relações íntimas e num ambiente social saturado de imagética sexual. No entanto, para estas autoras, a celebração das liberdades sexuais está, ainda nos dias de hoje, longe de se impor de forma definitiva ou unânime.

Neste capítulo, sem, naturalmente, descurarmos as mudanças verificadas nas últimas décadas – e das quais procurámos dar conta nos capítulos precedentes – pretendemos mostrar que as transformações no sentido da liberalização dos valores e dos comportamentos, longe de

⁸⁹ Um fenómeno que, para Sennett (1986) ou Pais (1998), não estará desligado do facto do culto da vida privada ser uma espécie de utopia individualista, numa altura em que as utopias colectivas entram em regressão.

serem lineares e definitivas, vão conhecendo impasses, retrocessos e oscilações. Com efeito, questionar os limites da ética sexual moderna pressupõe chamar a atenção para as desigualdades e os constrangimentos que, ainda que num contexto claramente mais plural e livre que os do passado, não deixam de se colocar aos indivíduos no momento de viverem e representarem a sua sexualidade actualmente.

E se a mudança se consubstancia, idealmente, em fenómenos como a democratização e celebração do prazer sexual, a igualdade de género, a aceitação das minorias sexuais e a prevalência de relações igualitárias e centradas na satisfação mútua (na base das noções propostas por Giddens (2001) de “relação pura” ou “amor confluyente”), então é justamente sobre estes tópicos que vale a pena reflectir. Para o efeito, neste capítulo propomo-nos analisar dados empíricos provenientes tanto das entrevistas biográficas semi-directivas como da pesquisa extensiva, centrando a atenção em atitudes e discursos que nos permitem pensar mudanças e continuidades nas já referidas dimensões de análise.

Sabemos que a moral sexual é uma vertente da moral geral que regula outras áreas da conduta humana⁹⁰. E sabemos também que é sobre a sexualidade e a intimidade que a sociedade ocidental contemporânea faz recair uma parte importante da reflexão sobre a pessoa moderna (Plummer, 1996a) e da realização pessoal (e.g. Kimmel 2004; Giddens, 2002). Talvez por isso, captar valores e atitudes face à sexualidade revela-se um desafio mais difícil que captar valores e atitudes sobre outros assuntos da vida pessoal e social, sendo a sexualidade muitas vezes entendida como um domínio de “difíceis verdades” ou um campo onde, por comparação a outros, o “julgamento” parece ser comprometedor da identidade e da respeitabilidade social dos indivíduos.

Para Scott (1998), mais do que indicadores de comportamentos, as atitudes são importantes para compreender os ambientes normativos face aos quais os comportamentos são julgados. Dadas as particularidades desta área da conduta humana, haverá ainda que admitir a possibilidade de existir um hiato considerável entre atitudes expressas e as práticas reais dos sujeitos, sendo que entre uma coisa e outra, as relações de causalidade nem sempre são claras ou unidireccionais. Afinal, até que ponto tenderá uma pessoa a agir de acordo com uma norma que, *a priori*, considera adequada? E de que forma a experiência ou o confronto com a realidade poderá gerar uma revisão normativa das atitudes nos sujeitos?

⁹⁰ Em “*Ethics and Sex*”, Primoratz (1999) vem defender a ideia de que a sexualidade não detém uma significância moral particular, sendo as regras morais que guiam o comportamento sexual as mesmas que operam no julgamento de outras áreas da conduta humana.

Partimos para a análise dos dados, conscientes das limitações deste exercício e da distância que separa os quadros normativos que os indivíduos expressam das suas escolhas e trajectórias reais. Naturalmente que é também no confronto entre normas e práticas que reside a complexidade do nosso objecto, mas, independentemente das “verdades de cada um”, os discursos que se produzem sobre sexualidade, género e intimidade são importantes portadores de sentidos e é precisamente disso que aqui pretendemos dar conta.

É nas opiniões atitudes, normas e valores (em suma, nos sistemas de representações sociais) que os indivíduos partilham sobre dimensões concretas da (sua) vida íntima e sexual que procuraremos traçar um retrato da mudança, salientando, contudo, os limites e os impasses que se colocam, na contemporaneidade, à consagração do ideário moderno de libertação sexual.

5.1 Prazer em liberdade: um ideário em revisão

As décadas de 1960 e 1970, comumente definidas como apoteose da modernidade (Simon, 1996), representam a culminação de conquistas importantes, nomeadamente de acesso ao prazer sexual. Cada vez mais flexíveis e adaptativas, as orientações normativas acompanham (ou fundamentam) o processo de individualização dos comportamentos e mesmo as expectativas quanto ao prazer na sexualidade parecem individualizar-se (Bozon, 2002).

Questionar os ideários do prazer é, antes de mais, recusar uma visão naturalista do mesmo. Trata-se de salientar os significados culturais inscritos na satisfação e na realização sexuais e assumir que o prazer, longe de constituir um efeito simples e natural, se trata de um processo complexo, resultante da combinação de diferentes níveis de *scripts* (Simon, 1996, Gagnon e Simon (2009 [1973])). Tendo por base um argumento de pendor claramente construtivista, o objectivo desta análise consiste, em suma, em fazer notar a persistência de constrangimentos no acesso e no júbilo público do prazer sexual.

Para o efeito, a análise procurará endereçar-se a dois níveis de discursos sobre prazer: por um lado, o prazer enquanto súmula abstracta de realização pessoal, obtida através da sexualidade ou da actividade sexual, numa perspectiva longitudinal; e, por outro, o prazer enquanto gratificação mais imediata, derivada e integrada na sequência da interacção sexual. Em ambos os níveis, procuraremos perceber a interferência das categorias de pertença como diferenciadores de discursos, instigando uma crítica aos ideais (mais optimistas) que postulam a liberalização massiva do prazer sexual na contemporaneidade.

Para começar, vale a pena perceber até que ponto o experimentalismo sexual se constitui como meio legítimo para a edificação dos discursos emancipatórios da realização pessoal. Não obstante a ideia de que a sexualidade representa um palco importante da *agência* (pós)moderna, de facto vale a pena perceber que tal fenómeno não ocorre de forma transversal aos diferentes contextos e perfis sociais, conhecendo, na sua real expressão, diversos impasses e interdições.

Com efeito, os dados empíricos - pelo menos, os referentes a contextos caracterizados pela prevalência de identidades e estilos de vida heteronormativos ou pouco disruptivos, como os aqui estudados - vêm revelar que o acesso ao prazer sexual e, em especial, ao seu regozijo continua a ser valorizado mediante condições cuidadosamente reguladas.

Primeiro, e para contribuir com exemplos concretos, verificamos que a importância atribuída ao prazer sexual surge amplamente legitimada quando integrada na valorização do sentimento amoroso e do projecto conjugal. Fora desses termos, ela não deixa de suscitar resistências e desconfianças. Mesmo os homens das gerações mais velhas, cujas trajectórias afectivas e sexuais denunciam (como vimos) uma separação exímia entre a esfera da experiência e a dos afectos, tendem a adoptar um discurso desvirtuador do prazer sexual obtido por meio de relações ocasionais ou fora dos relacionamentos afectivos, retirando-lhe legitimidade e importância, ou considerando-o moralmente condenável.

“*Eu tenho de achar mal, mas também não sou ingénio.*” (Filipe, 77 anos, Licenciatura, Engenheiro e Administrador de Empresas reformado, Casado, Lisboa)

“*Eu já estive, como lhe disse, meia dúzia, uma dúzia de vezes [em relações sexuais sem amor]... não tem sentido nenhum.*” (Victor, 73 anos, Curso Complementar do Comércio, Gerente Comercial, Casado, Sintra)

Também a geração mais nova de entrevistados - depositária, por princípio, da nova ética de libertação do prazer - não supera totalmente a desconfiança face a condutas declaradamente hedonistas e experimentalistas, continuando a lançar suspeitas sobre o valor do prazer sexual despojado de investimento afectivo. Desta forma, se é certo que as normas se flexibilizam enormemente com a mudança geracional, também há que admitir que elas não são tão libertadoras como para se promover massivamente uma representação do prazer sexual livre das amarras dos afectos e do projecto relacional.

“*Acho que sou uma pessoa muito emotiva. E acho que quando uma pessoa é muito emotiva, não vê lógica na coisa. Qual é a lógica? Não vale a pena, é um bocado assim! Mas conheço imensa gente que o faz e... pronto, ‘vocês é que*

| *sabem de vocês'*". (Susana, 29 anos, Curso técnico-profissional, Empregada Administrativa, União de Facto, Lisboa)

Provavelmente como reverso da mesma medalha, também as condutas que reflectem um certo “nomadismo sexual” merecem, por parte da generalidade dos entrevistados, a sua desaprovação. Uma vez mais, e em certa medida, esta inclinação normativa vem sugerir que, só em condições particulares, a satisfação e realização sexuais são amplamente aceites e valorizadas nos discursos. Concretamente, num exigente equilíbrio entre contenção e diversidade de experiências⁹¹, o prazer sexual nunca deve perder o seu carácter de “excepcionalidade”, sob pena de se vulgarizar e perder virtudes.

| *“Se calhar questionava até que ponto essa pessoa, mais tarde ou mais cedo, não se iria sentir insatisfeita, pronto. (...). Não tenho nada contra porque cada um satisfaz-se à sua maneira, mas questiono-me, de alguma maneira, até que ponto uma pessoa pode passar a vida inteira assim [a trocar de parceiro], e se não vai ficar muito triste ao final de algum tempo. Só nesse sentido.”* (Luísa, 50 anos, Doutoramento, Antropóloga, União de Facto, Lisboa)

E uma vez mais, tais “condicionalismos normativos” não são exclusivos de gerações portadoras de uma moral tradicional ou daquelas onde os valores românticos e conjugualistas se intensificam, podendo refrear as aspirações individualistas. Na verdade, eles são igualmente reproduzidos por rapazes e raparigas da geração mais nova, coexistindo pacificamente com ideais mais progressistas face à sexualidade.

| *“Acho que isso não é bom, principalmente para o estado psicológico da pessoa. Eu falo por mim, não era saudável eu ter vários parceiros sexuais, isso só demonstrava que alguma coisa estava mal, que estava á procura de alguma coisa em sítios que não deveria estar, claro que sexo é muito bom... (...) Desde que estas relações sejam duradouras, 2 anos, 3 anos, não vejo problema nenhum agora se forem encontros casuais acho que isso só revela que existe algum problema”* (Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

No que concerne a representações do prazer (físico) auferido da actividade sexual, foi objectivo da pesquisa empírica qualitativa privilegiar a produção de discursos comparativos entre a satisfação masculina e a feminina. E, de facto, se o desejo sexual é uma prática regulada e reguladora das relações de género (Weeks e Holand, 1996), o mesmo se poderá dizer do prazer na sexualidade. Já sabemos que, numa espécie de confirmação da

⁹¹ Um equilíbrio particularmente difícil nos dias de hoje, se pensarmos que a “não-experiência” também não parece ser opção valorizada e a fronteira entre “experiência suficiente” e “demasiada experiência” pode ser bastante ténue.

masculinidade hegemónica (Connell, 1987), os discursos masculinos sobre a sexualidade tendem reforçar as questões do prazer e da experiência, e que, por seu lado, os discursos das mulheres procuram, mais frequentemente, combinar prazer e sentimento amoroso dando sentido a uma feminilidade enfatizada (Connell, 1987) ou a uma identidade social construída em torno dos afectos (Pais, 1998).

Assim, também aqui, as representações (expressas tanto por homens como por mulheres) sobre a gratificação sexual masculina tendem a desvinculá-la do projecto afectivo, reforçando a ideia de prazer enquanto derivado da experiência e da performance individual (“*Os homens conseguem ter uma relação mais centrada no que é físico. Os homens são mais físicos*”). Por seu lado, o prazer físico feminino, tal como o próprio desejo, tende a ser representado de forma mais implícita sendo, inclusivamente, caracterizado de enigmático, quase místico. Neste contexto, a integração da satisfação sexual feminina na narrativa dos afectos volta a constituir uma característica transversal a todos os discursos geracionais, sendo mencionada tanto por homens como por mulheres.

Curioso é notar que, ao longo da sucessão geracional, os discursos sobre o prazer se vão especializando, desvendando, pouco a pouco, a complexidade e a individualização associadas a este tema. Assim, na primeira geração, constatamos que os discursos são menos abundantes em considerações e diferenciações: basicamente, os homens tendem a desvalorizar as diferenças entre a sua satisfação sexual e a das suas parceiras, enquanto, do lado feminino, a norma parece atribuir uma ligeira vantagem aos homens, ainda que as opiniões oscilem entre um ideal de igualdade no prazer e a suspeita de que as relações possam ser mais satisfatórias para os parceiros.

“*O prazer é igual, deve ser igual.*” (Fernando, 85 anos, Ensino Primário, Proprietário de terras, Casado, Ribeira de Pena)

“*Os homens têm mais prazer do que as mulheres. Outras vezes os homens têm [prazer] e as mulheres não.*” (Alice, 66 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Loures)

“*Ah! O homem tem mais prazer que a mulher (...). Comigo dava-se isso... não sei porquê mas era assim.*” (Odete, 84 anos, Sem Escolaridade, Costureira reformada, Viúva, Lisboa)

Na segunda geração, os discursos – incumbidos agora de uma retórica de igualdade – tendem a apontar para uma aproximação em termos de “direito ao prazer” ou de legitimidade no seu acesso. Tal como para os homens, para as mulheres, a actividade sexual quer-se, por princípio, satisfatória e prazenteira.

“Hoje em dia já não há tanto a ideia como havia antigamente de que o homem é que podia ter prazer. Eu acho que hoje em dia a mulher também tem...Hoje em dia com os meios que as mulheres têm ao dispor, também estão mais despertas para (...) o papel de poderem desfrutar mais do sexo e não ser apenas o homem. Como se calhar, aqui há uns anos atrás, se poderia pensar que a mulher tinha um papel mais passivo do que os homens.” (Elisa, 54 anos, Pós-graduação, Auditora Bancária, Casada, Lisboa)

Não obstante, os discursos desta geração não deixam de reforçar diferenças, considerando-se que, ainda que o prazer físico feminino e masculino se equivalham, o desejo, a gratificação mais subjectiva ou a natureza dessa gratificação continuam a distanciar-se, complexificando-se substancialmente no feminino.

“Se me está a falar em termos de orgasmo, acho que não há diferença entre o prazer do homem e o da mulher. Agora, na relação que depois isso vai ter com a parte afectiva acho que sim. Eu acho que a mulher leva o sexo muito a sério.” (Manuel, 56 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Lisboa)

“Nas mulheres acho que o prazer é sempre mais afectivo. Acho que o processo sexual começa até, se calhar, com um bocadinho mais de afectividade necessária para as mulheres do que para os homens.” (Miguel, 46 anos, Licenciatura, Director Jurídico de uma empresa, Casado, Lisboa)

É, finalmente, na geração mais nova que a especialização dos discursos do prazer parece atingir o seu auge. O consenso pela igualdade entre o prazer físico masculino e feminino reforça-se ainda mais, mas, ao mesmo tempo, multiplicam-se as posturas no que toca a diferenças de género em termos de desejo sexual, de entrega emocional, bem como das formas (desempenhos e performances) para alcançar o prazer físico. Sem dúvida, os discursos juvenis revelam-se mais abundantes e individualizados, chegando, em alguns casos, a sugerir a dissociação entre as lógicas inscritas no género e o tema do prazer - este último considerado, acima de tudo, uma experiência individual e irrepitível, variável de pessoa para pessoa, e, por isso, independentemente do facto de se ser homem ou mulher⁹².

“Acho que é igual, acho que o prazer é igual. O desejo não sei, mas o prazer é igual” (Raquel, 25 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção, com namorado, Almada)

“É diferente mas pode ser igual. A questão é que os meios para atingir o clímax podem ser diferentes, mas o clímax pode ser tão intenso no homem como na mulher. Agora a maneira de o atingir pode ser mais prolongado na mulher, pode ser mais difícil de atingir na mulher, e nos homens se calhar é

⁹² Uma postura que podemos considerar mais próxima do ideal moderno (libertário e individualizado) do prazer.

uma coisa mais momentânea, mais fácil, mais palpável.” (Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

“Para já, na mulher, [o prazer] tem de ser muito mais trabalhado, é uma coisa muito mais elaborada, tem que se dar ali muitas voltinhas. E eles são muito mais imediatos, então tem que haver ali um encontro para que consigam mais ou menos acompanhar-se um ao outro. Quanto à intensidade [do prazer], gostava de ser homem para sentir [o que eles sentem], mas não faço ideia [se é diferente].” (Marta, 25 anos, Ensino Secundário, Assistente de Bordo, Casada, Lisboa)

“Acho que varia de pessoa para pessoa, acho que não tem mesmo nada a ver o ser homem ou mulher, varia de pessoa para pessoa.” (João, 23 anos, Estudante Universitário, com namorada, Lisboa)

Na pesquisa extensiva, o prazer nas relações sexuais foi também um tema investigado, e os dados obtidos vêm, uma vez mais, contribuir para aferir diferenças significativas entre homens e mulheres. Desta vez, no lugar de questionar valores e representações sobre o prazer, pedia-se deliberadamente aos inquiridos que, de acordo com a sua experiência pessoal, avaliassem, com base numa escala de frequência⁹³, a sua satisfação sexual.

Entre as respostas masculinas, verificamos que a opção “Tenho sempre prazer nas relações sexuais” é claramente maioritária em todos os grupos etários em análise. De resto, o valor mais baixo verificado nesta opção corresponde ao do grupo de homens com idades compreendidas entre os 60 e os 65 anos, e, ainda assim, contabiliza 55,4% do total de respostas.⁹⁴ E embora possamos associar o avanço da idade dos inquiridos a uma distribuição maior das respostas pelas várias opções, constatamos que aquelas que ilustram os cenários mais pessimistas (“algumas vezes tenho prazer”, “poucas vezes tenho prazer” e “nunca tenho prazer”) permanecem sempre com proporções de respostas reduzidas, reforçando-se, desta forma, a ideia de gratificação sexual como prevalecte entre os homens.

No caso das mulheres, a opção “Na maior parte das vezes tenho prazer” é a mais respondida. Embora esta escolha continue a sugerir uma distribuição de respostas com

⁹³ Tendo por referência a seguinte escala: “Tenho sempre prazer”; “Na maior parte das vezes tenho prazer”; “Algumas vezes tenho prazer”; “Poucas vezes tenho prazer”; “Nunca tenho prazer”.

⁹⁴ Apesar do valor mais baixo verificado ser relativo ao grupo etário mais velho, na verdade, não podemos afirmar que, no caso dos homens, o prazer sexual evolua de forma linear e inversamente proporcional à idade dos inquiridos. Na verdade, e para exemplificar, os homens com idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos apresentam uma percentagem maior (71,9%) de respostas na opção “Tenho sempre prazer”, que o grupo de 18 a 29 anos (64,6%) – o que, em certa medida, pode estar relacionado com outra questão já abordada no capítulo anterior: a vulnerabilidade das fases iniciais das carreiras sexuais dos indivíduos.

tendência otimista face à frequência do prazer, ela é já reveladora de alguma desvantagem por comparação às respostas masculinas. Por outro lado, no caso das mulheres, a associação entre o avance da idade e o declínio da satisfação sexual parece ser mais nítida e efectiva. Se, no grupo dos homens, as proporções de respostas que sugeriam a infrequência ou ausência de prazer permaneciam sempre baixas, no caso das mulheres, elas vão conhecendo aumentos significativos nos grupos etários mais avançados. Concretamente, se somarmos as percentagens registadas nas opções (menos optimistas) de “algumas vezes tenho prazer”, “poucas vezes tenho prazer” e “nunca tenho prazer”, verificamos que elas vão crescendo significativamente, representando 9,9% das respostas femininas no grupo etário de 18-29 anos, 21,4% no de 40-49 anos, 43,2% entre as mulheres de 50 a 59 anos e, atingindo o seu valor máximo de 55,4% das respostas, entre as inquiridas com idades compreendidas entre 60 e 65 anos. Assim, na medida em que são as mulheres quem mais expressa o declínio da satisfação sexual com a passagem do tempo, a análise dos dados extensivos permite não só falar de uma interferência da variável da idade no acesso ao prazer sexual, como vem ainda mostrar que o género, uma vez mais, não sai incólume desta afectação.

Outro tema que nos ajuda a pensar os limites do acesso ao prazer é o da sua reciprocidade no contexto das relações sexuais. E, também aqui, como se verá, as questões de género surgem como um diferenciador por excelência das representações dos sujeitos. É certo que sexualidade constitui uma dimensão da vida social, e que, neste sentido, os discursos produzidos a seu respeito vêm refletir normas e valores culturais mais amplos. É neste contexto que Braun *et al.* (2003) entendem a valorização do princípio da reciprocidade e é sobre ele que se propõem a reflectir criticamente, chamando a atenção para o facto de os discursos sobre sexo serem uma importante janela de acesso às formas como os imperativos culturais podem ser subliminarmente sustentados ou interrompidos.

De facto, como referem estes autores, na relação sexual (e em especial na heterossexual), a reciprocidade tende a adquirir, simbolicamente, um valor muito positivo, evocando esquemas que se opõem aos de controlo, dominação e subordinação entre parceiros. Desta forma, representando um processo de erotização da igualdade de poder e do benefício mútuo na relação (Braun *et al.*, 2003), a reciprocidade integra com distinção o ideário moderno de direito ao prazer.

Também os dados empíricos parecem, de resto, confirmar a centralidade da reciprocidade (e o problema que supõe a sua ausência) na representação das relações (hetero)sexuais. Neste contexto, os discursos são pautados por descrições de dar e receber

prazer (“two people giving and receiving pleasure” (Braun *et al.*, 2003:244)), sendo esta mutualidade um ideal preconizado pelos sujeitos e uma garantia da qualidade das relações.

“Há homens que só estão preocupados é em **ter prazer**. A mulher também quer **dar**. Há homens que é o contrário. Mas acho que a maior parte dos casais tenta que ambos tenham prazer.” (Carolina, 18 anos, Estudante Universitária, com namorado, Loures)

Não obstante, no lugar de entenderem os discursos da reciprocidade como um inegável benefício para a relação e para os sujeitos, alguns autores têm procurado mostrar que a mutualidade não nega, por si só, a assimetria das relações, tratando-se de uma igualdade ilusória e de uma retórica que merece ser questionada. Para começar, ao recair na visão de *dar* e *receber* prazer, a reciprocidade não consegue demitir o princípio gerador da desigualdade. Para além disso, consubstanciando-se o prazer sexual na resposta orgástica, reforçam-se diferenças simbólicas tradicionais entre o feminino e o masculino, as quais pouca afinidade terão com as visões mais libertárias de direito ao prazer.

De facto, segundo Braun *et al.* (2003), quando representada a sequência de eventos que compõem a actividade sexual, o orgasmo feminino tende a ser pensado não só como uma garantia da reciprocidade mas também como um resultado da competência sexual (“sexpertise”) masculina. Por seu lado, o orgasmo masculino tende a determinar o fim dessa sequência sexual, sendo entendido como um derivado linear da própria relação.

No fundo, o que os autores sugerem é que o imperativo da reciprocidade pode actuar como um constrangimento e significar, inclusivamente, o recuo da agência sexual feminina: “It is ironic (...) that the ‘enlightened’ male discourse, in which men take some responsibility for their partner’s pleasure, is yet another example of men abrogating power to themselves, as they take away women’s ability to be an independent sexual agent” (Gilfoyle *et al.*, 1992 citado por Braun *et al.*, 2003:251). Para além disso, o discurso de “dar e receber prazer” parece ainda incutir uma certa obrigatoriedade nas relações, criando constrangimentos face ao medo de falhar, de não ter ou não dar prazer. Sendo que neste vaivém entre o direito ao prazer e a sua obrigatoriedade, a reciprocidade parece estar longe de constituir, por si só, uma libertação.

É certo que a adesão a discursos igualitários reflecte uma mudança social muito significativa à qual ninguém pode estar indiferente. No entanto, também sabemos que os significados sexuais estão longe de serem unitários e lineares, pelo que é necessário adoptar um sentido crítico também na análise de um discurso tão poderoso e consensual como é o da reciprocidade do prazer. Só desta forma, podemos perceber como a ordem tradicional vai

sendo dissimuladamente reeditada e, assim, desvendar a obrigatoriedade e a desigualdade camufladas na libertação.

5.2 O duplo padrão de género: continuidades que resistem à mudança

Entre as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, uma das que sem dúvida mais se destaca é a que afecta a condição da mulher na sociedade e na família. No capítulo sobre mudança social (capítulo 3) verificámos como determinados factores (como a difusão da contracepção, o aumento do nível de instrução feminina ou a participação massiva das mulheres no mercado de trabalho) propiciaram não só a transformação das relações entre géneros na família, mas uma revisão mais ampla do papel social das mulheres.

Documentadas estão também as mudanças no campo da vida íntima e sexual que traduzem a atenuação do *gap* entre atitudes e práticas femininas e masculinas (Kimmel, 2004). No capítulo 4, vimos, de resto, como de geração para geração as biografias afectivas e sexuais reflectem uma evolução no duplo padrão de género, sugerindo a aproximação progressiva entre as experiências de mulheres e homens. E também do ponto de vista das representações, verificámos como homens e mulheres tendem, ao longo da sucessão geracional, a aderir a discursos mais igualitários, fazendo contrastar a ordem tradicional de género das gerações mais velhas com a emergência de um padrão tendencialmente menos diferenciador das normas femininas e masculinas.

De uma maneira geral, a máxima de que as mulheres querem amor e os homens querem sexo deixou de ser efectiva (Giddens, 2001; Allen, 2003). Actualmente, como nos diz Giddens (2001), a experiência sexual tornou-se mais acessível e a identidade sexual constitui uma parte central da narrativa do *self*. Neste contexto, não só os homens mas também as mulheres depositam na sexualidade uma parte importante da sua autonomia e realização.

Todavia, se por um lado as aproximações são evidentes, relevante é também o facto de elas não serem unânimes, transversais a todos os contextos, ou definitivas, continuando a realidade a ser, consideravelmente, segregadora das prescrições e das práticas legítimas de homens e mulheres. Nas palavras de Kimmel (2004: 232): “The evidence of gender conversion does not mean that there are no differences between women and men in their sexual expression. It still means different things to be sexual, but the rules are not enforced with the ferocity and consistency that they were in the past”. E também, como nos sugere Bourdieu (1999), o facto de a dominação masculina já não se impor, em todos os contextos,

com a evidência do óbvio está longe de significar a sua erradicação. Para o autor, os princípios da visão dominante – os da dominação masculina - continuam activos ainda que sejam incorporados “sob forma de esquemas de percepção e apreciação dificilmente acessíveis à consciência” (Bourdieu, 1999:82).⁹⁵

Assim, na sua relação com a sexualidade, o género continua a constituir um forte princípio de organização da realidade (Kimmel, 2004), e, naturalmente, a persistência do duplo padrão assume-se como obstáculo ao ideal de sexualidade liberta de constrangimentos e discriminações.

Quando questionados acerca das mudanças ocorridas no campo da sexualidade, os entrevistados edificam um reconhecimento – generalizado e transversal às diferentes gerações – de que muita coisa se alterou em virtude da revisão dos papéis de género na sociedade. Com efeito, os discursos tendem a atribuir às mulheres o epicentro das transformações, sendo os homens entendidos como *retardatários* de tais mudanças, na linha do que nos sugerem autores como Giddens (2001). Neste sentido, as mudanças verificadas nas trajectórias das mulheres parecem, aos olhos dos entrevistados, ser mais abruptas e significativas sendo as verificadas na vida dos homens, uma consequência necessária de adaptação da masculinidade às novas regras⁹⁶.

“Acho que a mudança do papel do homem se deve à mudança do papel da mulher. Ou seja, o homem não muda por livre vontade, porque quer ir trabalhar e porque lhe apetece cozinhar, mas acho que isso se impõe por uma maior afirmação do papel da mulher.” (Inês, 24 anos, Pós-graduação, Psicóloga, Solteira, Lisboa)

Na primeira geração, as opiniões oscilam entre a apologia dos modelos de género tradicionais e a resignação face às evidências da mudança. Desta forma, como norma geracional (da qual, de resto, já temos vindo a dar conta), enquanto a masculinidade continua a ser associada aos valores do trabalho e da autoridade na família, a mulher é remetida para o

⁹⁵ Em certa medida, o que anteriormente se referiu acerca das representações da reciprocidade no prazer sexual pode, em nossa opinião, ser ilustrativo destes mecanismos de “subtilização” da dominação.

⁹⁶ Nomeadamente das regras da conquista, de acordo com Giddens (2001). Afinal, se a conquista sexual antes se baseava nos pressupostos da retracção feminina e, por conseguinte, da desigualdade, a passagem para contextos de maior igualdade entre homens e mulheres vem tornar obsoletos esses esquemas, podendo gerar nos homens, segundo o autor, a insegurança que está na base da compulsividade sexual.

domínio da maternidade e da vida doméstica, sendo a honestidade e a dedicação afectiva ao outro consideradas as suas maiores virtudes.

“ [O mais importante para] *um homem é não deixar andar a família abandonhada, não deixar os filhos andar para aí a estender a mão à caridade. Deve tentar evitar essas coisas. (...) [A mulher] deve ser honesta, principalmente. É a primeira coisa que eu acho que uma mulher deve ser. Honesta. (...) Ser honesta ao marido, não é? Tratar da vida de casa, que uma mulher, se tratar da vida de casa, já faz muito, tratar dos filhos quem tem filhos...*” (Fernando, 85 anos, Ensino Primário, Proprietário de Terras, Casado, Ribeira de Pena)

Assim, não raras vezes, o contraste entre tais arquétipos e a realidade actual, mais igualitária e livre, resulta em muitas reservas. E mais ainda quando nos reportamos concretamente ao tema da sexualidade. Mesmo aquelas mulheres que testemunham (e lamentam) na primeira pessoa as desigualdades do passado, que criticam a falta de autonomia e a subserviência feminina aos desígnios masculinos, não deixam de erguer desconfianças face ao que consideram ser o actual “excesso de liberdades sexuais”, condenando com particular veemência as condutas femininas mais liberais.

“*Eu acho que [as coisas] mudaram para melhor mas há coisas que exageraram um pouco (...). Acho que a virtude está no meio-termo e que há raparigas desta geração que exageram um bocado: muitos namorados, bebem, fumam demasiado, perdem tempo com coisas supérfluas que não têm interesse nenhum em vez de olharem para outras coisas com mais profundidade (...). [Acho negativo] o abuso da liberdade sem respeito às vezes pelos outros e por elas próprias.*” (Amélia, 67 anos, Ensino Primário, Costureira, Separada, Loures)

“ [Para uma mulher é importante] *ter juízo. Pertence mais a elas ter juízo do que a eles...*” (Francisca, 83 anos, Sem Escolaridade, Doméstica, Casada, Celorico de Basto)

Na segunda geração, a celebração das conquistas femininas está na ordem do dia e, como temos visto, os discursos (tanto de homens como de mulheres) vão sendo investidos pelos valores da igualdade de género. Claro está que, tratando-se de uma geração transitória e, por isso, muito plural em termos de perfis sociais e normativos, as representações da mudança nesta geração não se pautam exactamente pela *unisonoridade* de perspectivas. Ainda assim, no que concerne às mudanças face à sexualidade, algumas tendências podem ser identificadas: se o aumento da informação, a educação sexual e o derrubamento de certos tabus merecem, nesta geração de entrevistados, uma aprovação mais ou menos generalizada, outras transformações continuam a ser reiteradamente encaradas com desconfiança, criticando-se

sobretudo as questões da precocidade sexual dos jovens e a falta de compromisso e respeito entre homens e mulheres ou rapazes e raparigas. Para além disso, não obstante as posturas declaradamente mais liberais e permissivas que vão conquistando território nesta geração, verificamos que os pressupostos da divisão fundamental entre homens e mulheres continuam a ser mobilizados na avaliação das condutas, incorrendo-se frequentemente numa crítica à emancipação sexual feminina, por meio da condenação (mais ou menos sub-reptícia) de algumas condutas.

“ *Hoje em dia, as raparigas acho que são um bocado irresponsáveis, até do tempo das minhas filhas para agora as coisas mudaram muito, até de geração em geração. (...) Até aqui, nesta terreola onde eu vivo que é uma terra pequena, miúdas que eu acho que até têm muita informação, que só não tem quem não quer, e engravidam assim com 15, 16 anos, acho que é uma irresponsabilidade. Um filho não é qualquer coisa, não é? E além disso, outras tantas coisas que (...) eu vejo aí em muitas miúdas, embora depois lá haja uma ou outra que seja mais certinha.*” (Fátima, 52 anos, Ensino Primário, Técnica de oficina gráfica, Viúva, Loures)

Mas porque o que aqui pretendemos é questionar os limites dos discursos emergentes mais liberais, será sobre a geração mais nova onde, porventura, mais sentido fará incidir esta reflexão. De facto, quando analisamos os discursos juvenis sobre mudanças nas relações de género e na sexualidade, damo-nos conta – à semelhança do que já tem sido dito - da prevalência de posturas optimistas, que se consubstanciam na valorização de fenómenos tão diversos como a igualdade de género na vivência da sexualidade, a multiplicação de meios para a construção das experiências, o maior acesso a informação sobre sexualidade, a atenuação do controle (social, familiar...) exercido sobre as práticas de rapazes e raparigas, a pluralização de *scrips* da sexualidade, etc. Todavia, apesar da vastidão dos princípios de liberalização enumerados, quando confrontados com as práticas reais dos sujeitos ou com os seus julgamentos face às condutas concretas de outrem, a construção de um ambiente social efectivamente livre e igualitário parece mais ser um recurso estilístico que uma conquista real e inabalável nesta geração. Neste quadro, os discursos da geração mais nova de entrevistados revelam-se ainda muito ambivalentes, oscilando, no que ao género diz respeito, entre a celebração da igualdade de oportunidades e a reedição (normalmente, pouco consciente) do duplo padrão de género.

Com efeito, uma das tensões normativas que adiam a superação do duplo de padrão tem justamente a ver com o facto de, na sociedade ocidental contemporânea, a informação sobre sexualidade feminina e a diversificação das experiências das mulheres não aniquilarem dilemas relacionados com a respeitabilidade social e a decência moral das mulheres. Exemplo

disso mesmo, na nossa pesquisa verifica-se como, ao longo da sucessão geracional, a autonomia sexual das mulheres vai conhecendo muitos impasses, constituindo um tema periclitante mesmo entre os mais jovens.

Apesar dos discursos amplamente difundidos do prazer sexual feminino e da aproximação dos comportamentos das mulheres aos padrões de diversidade masculinos (mais parceiros e maior actividade sexual), para vários autores, a dupla moral que qualifica as mulheres de “sérias/respeitadas” ou “fáceis” não caiu completamente em desuso, continuando a assistir-se à reprodução de esquemas associados a uma heterossexualidade compulsória (Rich, 1980), isto é, de uma concepção institucionalizada da sexualidade onde a mulher surge como dependente da orientação e da iniciativa masculinas.

Entre os discursos recolhidos nas entrevistas, verificamos que tal dicotomia é muitas vezes apontada pelos indivíduos como injusta e obsoleta, traduzindo uma desigualdade do passado. No entanto, continuamo-nos a deparar com um entendimento moral que associa a sexualidade feminina às noções de cautela e responsabilidade sob pena dos comportamentos serem julgados de provocatórios ou pouco adequados.

“Elas são muito mais promíscuas (...). São muito mais para a ‘frentex’. [Aos 13 anos] já têm relações sexuais e (...) eu vejo nas amigas da minha irmã, elas são muito mais esprevidadas. Muito mais. E eu estou sempre em cima dela, sempre a chateá-la. Tem que se estar.” (Rita, 18 anos, Estudante de curso técnico-profissional, Solteira, Sintra).

No fundo, neste julgamento hegemónico da feminilidade, constatamos que a agência sexual feminina é muitas vezes entendida como um derivado negativo das liberdades sexuais conquistadas (Fonseca e Santos, 2009), sendo a ideia de que “hoje em dia as raparigas são piores do que os rapazes” um juízo comum entre os nossos entrevistados, especialmente (e paradoxalmente) entre mulheres e raparigas.

Por outro lado, refiramos que, para além de este escrutínio operar na produção de avaliação negativas sobre as condutas de outrem (de outras raparigas), também no que toca à auto-avaliação, os testemunhos das entrevistadas são pródigos em defender a sua própria conduta, reclamando para si um “certificado” de respeitabilidade sexual. No entanto, na maioria das vezes, esta salvaguarda assume uma forma mais implícita que explícita, integrando-se numa postura de suposta tolerância face ao outro.

“Não tenho nada a ver com a vida das outras pessoas, **eu não o fazia**, mas...” (Carolina, 18 anos, Estudante Universitária, com namorado, Loures)

“Cada um sabe de si, não é? ***Eu não tenho feitiço para isso, mas tenho amigas minhas que têm...***” (Susana, 29anos, Curso técnico-profissional, Empregada administrativa, União de facto, Lisboa)

Chegados aqui, damos-nos conta que apesar da mudança nas relações de género ser indesmentível e ser até valorizada pela generalidade dos entrevistados das diferentes gerações, a divisão binária da sociedade em homens e mulheres continua muito actual e constitui um refúgio identitário importante, mesmo entre os mais jovens. Já vimos como, de facto, a reconstituição biográfica continua a traduzir diferenças nas trajectórias femininas e masculinas e como, do ponto de vista dos valores, também se vão edificando, por separado, os bastiões da feminilidade e da masculinidade.

Tal como Bozon (2002) refere, em matéria de sexualidade, homens e mulheres continuam a ser entendidos como seres opostos sendo, muitas vezes, esta oposição justificada em termos das diferenças de natureza psicológica de cada género. Em termos gerais, os homens são pensados como agentes “com desejo sexual” (*desirants*) e independentes e as mulheres são entendidas como objectos desse desejo, sendo a sua agência sexual pouco valorizada simbolicamente (como acabamos de ver).

Assim, as representações de género ou os discursos sobre as diferenças, produzidos no contexto das entrevistas, podem ser bastante elucidativos do quão actual e operante se mantém o duplo padrão. Com efeito, verificamos que se entre se mais jovens começam a ganhar visibilidade os apelos retóricos à fluidez das identidades de género (“*Nem todos gostamos do mesmo e nem todos esperamos o mesmo dos outros, por isso as coisas não são assim. Não gosto nada que apregoe que homens são todos iguais ou que as mulheres são todas iguais*”), por norma, a generalidade das pessoas assume as categorias de género como constitutivas da razão simbólica (Heilborn, 2002), fazendo recair sobre elas uma parte importante da sua consciência identitária e dos pressupostos das suas relações.

Para Jackson e Scott (2004), uma das antinomias que melhor caracteriza a dubiedade normativa contemporânea é a que se refere às expectativas que os indivíduos depositam nas relações de género. Segundo as autoras, a relação entre homens e mulheres quer-se de igualdade e, simultaneamente, de diferença – um paradoxo que resulta da tensão entre os ideais igualitários e a ênfase nas diferenças “naturais” entre sexos.

De facto, a análise dos discursos dos entrevistados – e em especial das nossas entrevistadas mais jovens – parece convalidar uma “situação de dualidade normativa entre valores e atitudes emergentes de tendência igualitária e as disposições incorporadas e materializadas em práticas quotidianas que tendem a reproduzir as distinções sociais de

género.” (Coelho, 2008:28). No entanto, afirmar a coexistência entre os significados modernos e os arquétipos tradicionais de género na sociedade não significa apenas assumir que umas pessoas (gerações e grupos sociais) aderem a normas mais permissivas, enquanto outras continuam a protagonizar atitudes mais conservadoras. Trata-se antes de perceber que a pluralidade que ressalta no retrato social pode habitar cada um dos seus indivíduos, relembrando a natureza híbrida das identidades pessoais modernas num mundo repleto de múltiplos e contraditórios significados (Weeks, 1995).

É desta forma que constatamos que mesmo aqueles que mais se involucram na denuncia das desigualdades de género e que adoptam condutas mais liberais acabam, muitas vezes, por também protagonizar a acomodação a um essencialismo renovado e, conseqüentemente, ao reforço do esquema binário ordenado pela natureza. É isto que vemos acontecer, com alguma clareza, em casos como o de Raquel ou de Sara, por sinal, duas jovens cujas trajectórias e reflexividade discursiva as inserem entre os perfis mais emancipatórios e experimentalistas da nossa amostra, mas que, não obstante, também fazem afirmações como as seguintes:

“As mulheres são mais sentimentalistas e dão mais importância a tudo (...) [porque] as mulheres é que geram os filhos”; “Os homens têm muito mais, não é desejo que eu quero dizer, mas talvez impulso”; “Os homens são muito mais carnisais, têm aquelas necessidades que têm que ser mesmo satisfeitas, as mulheres não, são mais emocionais”; “Elas é que têm a criança na barriga [e isso] tem tudo a ver”; “Eles são (...) muito parecidos entre eles, mas isso em conversas com raparigas nota-se que os homens são todos muito parecidos e que nós também somos todas muito parecidas.” (Raquel, 27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção, com namorado, Almada)

“Acho que os homens têm muita razão quando dizem que as mulheres complicam, acho que eles têm razão. Têm muita razão. Nós somos umas chatas, somos muito chatinhas. Eles também são uns totózinhos às vezes. (...) É verdade que homens e mulheres pensam de forma diferente, ou pelo menos acho que os homens e as mulheres pensam as coisas de forma diferente e vêem as coisas de forma diferente.” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

Assim, apesar de aqueles que protagonizam a emergência da ética sexual moderna insistirem numa retórica de condenação do duplo padrão, a verdade é que muitas vezes as suas trajectórias bem como os seus discursos sobre experiências vividas derivam num reforço involuntário e até pouco consciente da lógica binária que diferencia a masculinidade da feminilidade. Concretamente, verificamos que a emancipação sexual feminina (premissa fundamental de um ideário libertário da sexualidade), sendo sobejamente aclamada pelos indivíduos e em especial pelos mais jovens, acaba por significar uma emancipação regrada

dentro dos limites postulados pela reprodução das identidades de género, ou seja, pela ordem das suas desigualdades (Bloss e Frickey, 1994).

5.3 A persistência das discriminações com base na orientação sexual

A crescente visibilidade e aceitação sociais das identidades à margem da *heteronorma* contribuem, segundo Bozon (2002), para redefinir na época contemporânea o horizonte da experiência sexual dos indivíduos, mesmo se, paradoxalmente, tal exteriorização caminha no sentido inverso do processo histórico de reserva das manifestações sexuais à esfera mais íntima e privada dos sujeitos.

Sabemos, por outro lado, que a modernidade reflecte a passagem do entendimento naturalizado da sexualidade para a sua desnaturalização (Simon, 1996) e que, simultaneamente, faz emergir a concepção de uma identidade sexual fluída (Bauman, 2005), liberta da rigidez dos cânones tradicionais. Só na base deste processo é possível reconhecer a pluralidade inerente às identidades sexuais e compreender o processo de *desperiferização* das minorias sexuais (Pais, 1998).

Tal como em muitos países ocidentais (da Europa e América), em Portugal, as mudanças recentes no domínio das identidades sexuais trouxeram consigo algumas conquistas sociais como são exemplo o reconhecimento político da orientação sexual como critério de defesa dos direitos humanos e o entendimento da homofobia como um problema (correlato de outros como o machismo ou a xenofobia) que merece ser combatido através de legislação (Almeida, 2004). Para além disso, apesar dos retrocessos que o surgimento da epidemia do VIH/Sida trouxe ao processo de aceitação social das minorias sexuais (ver capítulo 3), a verdade é que a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo tem, hoje em dia, uma visibilidade social indiscutível, tendo vindo a assistir-se, ao longo das últimas décadas, a uma mudança profunda nos discursos sociais sobre a homossexualidade e ao aumento dos direitos reconhecidos às minorias sexuais.

No entanto, como também salienta Almeida (2004), tais mudanças não têm sido suficientes para produzir uma aceitação social efectiva da homossexualidade como variante da sexualidade humana, por forma a suplantarem as dificuldades e dilemas existenciais, biográficos e psicológicos que decorrem da vivência de uma identidade e modo de vida homossexual.

Como temos vindo a frisar desde o seu início, este trabalho tem como referência os contextos da heterossexualidade e pretende ser um subsídio ao entendimento da pluralidade de perspectivas, valores e práticas compreendidas na *heteronorma*. Neste sentido, a vivência e

os significados da homossexualidade ou de outras identidades sexuais minoritárias não constituem um objecto directo desta pesquisa, baseando-se a nossa análise nos discursos de pessoas que se declaram, de uma maneira geral ou predominantemente, heterossexuais. Com efeito, as representações da homossexualidade (por mais proximidade que até se possa ter com o fenómeno) não podem senão constituir projecções “para o outro” ou “sobre o outro” e discursos de alteridade, muito distantes do que seriam os testemunhos de quem experiencia, na primeira pessoa, uma orientação sexual disruptiva ou à margem da norma heterossexual.

Feita a salvaguarda, consideramos, contudo, que tratar o tema da diversidade sexual não é nem pode ser uma tarefa estranha ao estudo das formas de viver e dar sentido à (hetero) sexualidade. A forma como os indivíduos (aqueles cujas referências e contextos de inserção são os da heteronormatividade) se reportam às identidades sexuais, condutas e estilos de vida minoritários contribuirá, em certa medida, para aprofundar conhecimentos acerca desta *maioria sexual*, das suas orientações normativas e níveis de tolerância e permissividade. Afinal, não será estranha a ideia de que as representações da alteridade constituem uma janela de acesso ao conhecimento de identidades colectivas e pessoais (Vasconcelos, 2004).

Quando analisamos os discursos recolhidos no âmbito da pesquisa qualitativa percebemos que estes vão sofrendo mudanças consideráveis ao longo da sucessão geracional, acompanhando, de resto, a tendência verificada noutros domínios de avaliação normativa. Em traços gerais, entre os entrevistados da primeira geração, prevalece uma atitude pouco tolerante face à diversidade sexual, a qual redundava numa condenação arraigada do comportamento homossexual. Sobretudo nos discursos masculinos, as relações entre pessoas do mesmo sexo são recusadas de forma absoluta (como se de uma repulsa visceral se tratasse), algumas vezes sem que para isso os entrevistados façam uso de grande esforço argumentativo. Comummente, a homossexualidade representa, nas palavras dos entrevistados mais velhos, um comportamento “*inadmissível*”, “*anti natura*”, “*muito mau*”, “*porco*”, “*pecaminoso*”, etc.

“*Acho que isto está feito para ser homem e mulher. Fico muito triste e preocupado quando há um homem que quer ser mulher, ou mulher que quer ser homem. (...) Isto foi feito para ser um homem e uma mulher. Então não é? Se a gente for um bocadinho atrás vê como é que isto foi feito. Quando não é assim, não é normal. Pronto.*” (Henrique, 77 anos, Licenciatura, Militar reformado, Casado, Oeiras)

“*Acho mal, acho que tem de ser homem com mulher e mulher com homem. Agora, dois homens?! Não aceito, não.*” (Joaquim, 79 anos, Ensino Primário, Operário Fabril reformado, Casado, Sintra)

Contudo, num ou noutro caso, apesar de a recusa continuar ser preponderante, verifica-se algum esforço de fundamentação dessa postura, atribuindo-se, nesse caso, a sua razão à pertença geracional (“*aos homens da minha geração faz muita confusão*”) ou remetendo a crítica não directamente para as condutas individuais mas para o uso político de assuntos que *deveriam permanecer* no domínio privado (“*Não gosto do exibicionismo disso. Hoje isso está muito proclamado como bandeira [política]*”). Por outro lado, também é certo que uma trajectória pessoal mais diversa (em termos de contextos de socialização e das redes de sociabilidade) parece contribuir para atenuar a crítica à homossexualidade, levando-nos a considerar que, também aqui, a (con)vivência ou a exposição aos fenómenos podem potenciar uma abertura normativa e, neste caso, a regressão da intolerância face à homossexualidade.

“*Eu aceito um homossexual, falo com eles, passeio com eles e só não me deito é com eles. Mas aceito-os como pessoas, o defeito deles a mim não me diz nada. Já quando era novo, eu [conheci um homossexual]. (...) Um dia ele fez-me uma cantada. (...) Ele começou ‘eh pá, estás bem, estás forte’ e deu-me a cantada, depois (...) e eu disse-lhe [que não que não tinha interesse]... eu estimava-o, tinha-lhe respeito. Ele chorou e pediu-me desculpa...*” (Artur, 76 anos, Ensino Primário, Pequeno Empresário reformado, Casado, Lisboa)

Entre as entrevistadas da primeira geração, encontramos diferentes atitudes face às relações entre pessoas do mesmo sexo. A mais comum continua a ser a de não-aceitação das condutas da homossexualidade, as quais são taxadas de “*contra natura*” e “*incompreensíveis*”. Ainda assim, por comparação com os homens da mesma geração, a recusa nos discursos femininos revela-se menos intransigente ou mais resignada: se por um lado, a homossexualidade, para estas mulheres, continua a ser vista como um fenómeno criticável, indecifrável e que vem desafiar as regras da natureza e da “*decência moral*”, por outro, os discursos acabam muitas vezes por reflectir atitudes de condescendência e conformação perante a crescente visibilidade social das minorias sexuais, revelando, por hipótese, uma maior permeabilidade feminina aos discursos públicos de aceitação da diversidade.

“*Eu acho que é contra natura. (...) O que é que se pode dizer? Aceita-se, aceita-se porque, como pessoas, não devemos nunca voltar a cara a ninguém.*” (Maria, 82 anos, Frequência universitária, Doméstica, Viúva, Sintra)

“*Eles têm a liberdade de fazerem aquilo que quiserem mas para dizer que acho bem, não acho. Faz-me um bocado de confusão.*” (Lurdes, 77 anos, Ensino Primário Incompleto, Operária Fabril reformada, Casada, Almada)

A destacar-se claramente da tendência geracional, Teresa vem revelar uma atitude de aceitação absoluta e militante da diversidade das identidades sexuais. A contribuir para isso está uma trajectória de vida e um perfil normativo, já à partida, pouco comuns à generalidade das mulheres portuguesas da sua geração, mas também a casualidade de uma das suas filhas ter uma orientação sexual não heteronormativa.

“Acho muitíssimo bem, muitíssimo bem. Não me faz impressão nenhuma. O que fazem dentro de portas a mim não me interessa e não acho que as pessoas devam ser discriminadas por causa disso. (...) Acho que é normal e estou muito satisfeita das coisas estarem a evoluir para melhor. Porque não?! Eu parto sempre do mesmo princípio: as pessoas têm é de ser felizes, seja com um homem, seja com uma mulher. Ou não casando, ou não tendo ninguém, ou sendo freira... As pessoas têm que se realizar nesta vida. Não têm outra (risos)! (...) Lá está, eu sou tolerante a tudo!” (Teresa, 73 anos, Licenciatura, Técnica Bancária reformada, Viúva, Lisboa)

Na segunda geração, as declarações dos entrevistados – homens e mulheres – acusam uma certa pressão para a adesão a “discursos politicamente correctos”. Em última análise, não restam grandes dúvidas de que as relações entre pessoas do mesmo sexo continuam a ser muito questionáveis, sendo a ideia de “*contra natura*” a mais prevalecente nas representações deste grupo. Todavia, a diferenciar-se da tendência geracional precedente, verificamos, nesta segunda geração, um maior esforço argumentativo e uma retórica que, apesar de ser ainda muito hesitante na aceitação das condutas da homossexualidade, se esforça em dissimular ou refrear a condenação.

Normalmente, os entrevistados começam por transmitir uma postura de neutralidade face ao tema, mas, prontamente, essa “aceitação genérica e passiva” se converte numa “aceitação” pejada de reservas. Reconhece-se o direito das pessoas viverem livremente uma sexualidade diferente, mas incorre-se constantemente na crítica ao “exibicionismo” e num discurso que não deixa de ser altamente estigmatizante.

“A homossexualidade eu aceito e apoio até porque conheço várias pessoas homossexuais e acho que as pessoas têm o direito de estar com quem querem e, se se apaixonam, eu acho que sim. O que eu não gosto na homossexualidade é o exibicionismo. Porque... se eu estou apaixonada pelo meu marido, ando com ele na rua, somos um casal, eu não ando aos beijos e abraços com ele na rua... sei lá, porque não calha. Já andei, se calhar, mas não de uma forma exibicionista. E nos homossexuais, alguns casais homossexuais, acho que há uma tendência para se exibirem... porquê?! Se querem ser normais como os outros então ajam como normais, não é? (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

Valendo-se da diversidade de opiniões, este grupo integra ainda posturas diametralmente opostas, as quais vão desde uma condenação acérrima (na linha dos discursos mais intolerantes da geração antecedente) até à aceitação absoluta e convicta da diversidade sexual. Para além dos perfis sociais dos indivíduos interferirem na determinação destas atitudes (sendo nos indivíduos com maiores recursos escolares e profissionais, onde a aceitação da pluralidade de identidades sexuais é mais manifesta), verificamos que também a pertença a ambientes sociais e familiares mais liberais ou conservadores influencia de sobremaneira a diferenciação das posturas face à homossexualidade. Por outro lado, testemunhos como os de Luísa vêm novamente sugerir que o contacto cercano com pessoas não heterossexuais pode contribuir activamente para a desmitificação (ou a não diabolização) do fenómeno.

“Não tenho absolutamente nenhuma [reserva]. Até porque, neste momento, tenho duas irmãs com relações gays e lido muito bem com isso, sempre lidei. (...) Era um mundo que eu não conhecia, a verdade é essa. Eu não me lembro de ter tido... nem sequer tinha opinião, a verdade é essa. Eu tomei contacto com esse mundo, quando a minha irmã saiu do armário, entre aspas. (...) É assim, eu já sabia que a minha irmã era gay. Tinha essa noção porque ela não tinha homens na vida dela e vivia com uma amiga e pronto, era difícil não pensar. Mas, enfim... quer dizer, sempre achei que isso é assunto da vida de cada um e que não tinha nada a ver com isso. Mas a minha própria irmã sentiu necessidade de sair do armário, digamos, de assumir-se perante as pessoas. E até achei muita piada porque foi muito bem aceite, inclusivamente pela minha avó. Não houve qualquer problema, nenhum mesmo. Com minha mãe não me surpreende que não tenha havido, mas a minha avó surpreendeu-me, realmente.” (Luísa, 50 anos, Doutoramento, Antropóloga, União de Facto, Lisboa)

Finalmente, os jovens são, por princípio, os mais abertos à mudança e mais valorizadores da autenticidade individual. Como refere Pais (2012:28), “poderia supor-se que os jovens vivem num mundo com pautas culturais muito diferentes das dos seus pais”, o que nos leva a esperar deles normas mais libertárias face à sexualidade e, em particular, aos modelos de orientação sexual.

A análise das entrevistas releva que, de facto, entre os jovens há mais pessoas a declararem-se abertos e tolerantes à diversidade sexual, e há inclusivamente quem, no quadro da sua trajectória de vida, assuma já ter mantido relações com pessoas do mesmo sexo.

“ [Foram duas relações episódicas] mas eu acho que desde sempre que soube que eu era bissexual e não tenho qualquer problema em assumir isso. (...) Se bem que a verdade é que se contam pelos dedos de uma mão as mulheres por quem já me senti atraída e ainda mais aquelas com quem concretizei alguma coisa. Foram duas. Uma quando eu era muito nova e outra há pouco tempo. Portanto não sei, o que eu acho é que o mundo é cheio de possibilidades. (...)”

Não faço qualquer tipo de julgamento. Nada, nada. Cada um é livre de sentir e viver aquilo que quer. Só espero é que também me deixem viver aquilo que eu tenho para viver e quero viver.” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

Ainda assim, impõe-se perceber em que medida poderemos falar de transformações abismais face às atitudes da geração precedente; e questionar até que ponto as posturas tendencialmente mais liberais que encontramos entre os jovens não constituirão uma retórica algo superficial. Na verdade, a análise dos discursos juvenis vem sugerir-nos que a ambivalência continua a ser a pedra de toque nesta geração: assumindo a heteronormatividade como referência, os discursos persistem em fazer da homossexualidade signo de uma alternidade não conforme. Mesmo entre as franjas mais tolerantes e conscientes da diversidade, há como que uma necessidade perene de distinguir o *eu* do *outro*, estabelecendo uma fronteira entre aquilo que se aceita como “legítimo para si mesmo” e “legítimo para os outros”, sendo que nesta diferença, a relação homossexual constitui como condição aceitável nos outros mas exterior a si mesmos.

Desta forma, ainda muito distantes de um ambiente verdadeiramente inclusivo e destigmatizante, as atitudes de tolerância vão-se instaurando com muita hesitação. Sobre si próprios, rapazes e raparigas dizem “aceitar”, “respeitar”, “não discriminar”, “não ter nada contra” a homossexualidade. E, fazendo a apologia do paradigma moderno de sexualidade, partilham concepções e sentidos associados à pluralidade sexual, assumindo a diversidade como norma. No entanto, como sugere Vieira (2009:273), “essa aceitação parece ser mais do nível da razão e da vontade informada pela reflexividade do conhecimento, do que do nível das atitudes”.

A reforçar as fronteiras simbólicas, a homossexualidade, para além de se constituir como um desvio face à norma social, continua, nesta geração, a ser muitas vezes entendida como “contra natura”. Com efeito, a patologização da condição homossexual (qual resquício do entendimento clínico do início do século XX) é ainda relativamente frequente e está na base de afirmações desculpabilizadoras mas bastante discriminadoras como as seguintes:

“Eles que façam o que quiserem, quantos mais melhor. Mas não vejo nenhum problema nisso. Acaba por ser um problema que é uma alteração a nível genético e eles sentem aquilo. Acho que é mesmo a nível genético, não por opção.” (João, 23 anos, Estudante Universitário, com namorada, Lisboa)

“Acho que tem um bocado a ver com uma disfunção cerebral e hormonal qualquer. (...) Não acho mal nenhum, mas ao mesmo tempo acho um bocado anti-natura, senão para que é que existiriam homens e mulheres? Não sei, ou então isto foi uma ideia que a sociedade te impôs, e eu fui criada assim, já

está.” (Raquel, 27 anos, Ensino Secundário, Assistente de Produção, com namorado, Almada)

“Não vou condenar quem o faz porque não têm culpa, coitados, nasceram assim. (...) Tenho mais é que aceitar. É como uma pessoa que nasce com paralisia cerebral. Que culpa é que tem disso?!” (Rita, 18 anos, Estudante de curso técnico-profissional, sem namorado, Sintra)

Por outro lado, ainda que se aceite sem resistência a homossexualidade como identidade colectiva e se valorizem as mudanças conquistadas no domínio dos direitos das minorias sexuais, não raras-vezes não se é capaz de tolerar a visibilidade das práticas homossexuais. Facilmente, sobre o indivíduo homossexual recai a acusação de provocação, como se para a aceitação social da sua homossexualidade se recomendasse manter a discrição ou dissimular essa condição. Em suma, “o homossexual pode sê-lo desde que não se exhiba em público” (Vieira, 2009:274).

“Não julgo as pessoas por o serem. Quer dizer, se tivesse um amigo ou amiga que fossem homossexuais - desde que não fossem as chamadas bichonas que acho horrível - nada contra. Se bem que não acho bem. É aquela coisa, a mulher foi criada para amar o homem e faz-me confusão duas mulheres ou dois homens aos beijos. Faz-me confusão. Eu não me importo desde que as pessoas vivam a sua intimidade na intimidade. Fazia-me impressão se tivesse uma amiga minha que fosse homossexual e vê-la a beijar a namorada. Eu sou aberta, sou jovem compreendo as coisas mas faz-me confusão ver. Mas as pessoas podem dizer ‘tu tens namorado e também o beijas’, mas isso é o normal.” (Carolina, 18 anos, Estudante Universitária, com namorado, Loures)

Outro aspecto importante associado à persistência das discriminações com base na orientação sexual é - como não podia deixar de ser - a sua relação com as categorias de género. Para começar, está amplamente documentado (e.g. Scott, 1996; Pais, 1998), que, comparativamente aos homens, as mulheres tendem a adoptar posições de maior aceitação da homossexualidade, aderindo mais facilmente a discursos tolerantes e de valorização de mudanças sociais como o reconhecimento público dos direitos das minorias sexuais. Na nossa amostra qualitativa, esta maior tolerância nem sempre é muito evidente, mas o que é facto é que, por comparação com os discursos masculinos, constatamos que no grupo das mulheres existe uma maior diversidade de posturas, sendo, por conseguinte, no lado feminino que se encontram as posturas mais liberais face orientações sexuais não heteronormativas⁹⁷.

⁹⁷ Esta constatação vem, de resto, sugerir como influem diferentemente as categorias de caracterização dos indivíduos na sua adesão a determinados valores. Com efeito, também no que toca a níveis de tolerância face à homossexualidade, as diferenças nos perfis sociais parecem afectar mais as atitudes

Neste sentido, é sobretudo na análise dos dados extensivos que as diferenças entre respostas femininas e masculinas sobre este tema mais se fazem notar, observando-se com clareza maiores níveis de concordância nas mulheres face às relações entre pessoas do mesmo sexo. Mais em detalhe, numa escala de respostas que vai de 1 (“discordo totalmente”) a 5 (“concordo totalmente”), as mulheres atribuem uma pontuação média de 2,78 de concordância com “relações sexuais entre dois homens adultos” e de 2,75 com “relações sexuais entre duas mulheres adultas”, contra as respostas médias masculinas de 2,10 e 2,19, respectivamente. De notar ainda que as respostas femininas apresentam médias superiores às masculinas em todos os grupos etários em análise, quer tenhamos por referência a homossexualidade masculina ou a feminina⁹⁸.

Por outro lado, esta análise deixa já a descoberto outro dado interessante sobre a significância da categoria de género na avaliação normativa da homossexualidade. De facto, a análise dos dados vem demonstrar que as “relações entre dois homens” e as “relações entre duas mulheres” tendem a ser avaliadas de forma desigual pelos sujeitos.

No contexto das entrevistas, apercebemo-nos que embora nas mulheres a diferenciação entre homossexualidade feminina e masculina não seja muito acentuada, parece existir uma ligeira tendência, sobretudo nas entrevistadas das duas primeiras gerações, para despreciar com maior veemência o relacionamento sexual entre duas mulheres. Concretamente, a seguinte afirmação é ilustrativa do quão repugnante e inaceitável pode chegar a ser a(s) identidade(s) lésbica(s) aos olhos de algumas mulheres.

“Acho que as mulheres são mais nojentas. Não lhe sei explicar porquê. Sabe o que é? É que acho que os homens são mais dignos. (...) Acho que as mulheres

das mulheres, produzindo uma maior heterogeneidade normativa neste grupo. Por seu lado, as atitudes dos homens parecem reflectir maior constância, sugerindo uma menor permeabilidade face à interferência dos critérios de diferenciação social.

⁹⁸ Para uma análise mais em detalhe das respostas a estas questões, reunimos aqui as médias da concordância feminina e masculina, por grupos etários, em relação à homossexualidade masculina e feminina. Para além de plasmarem diferenças em termos de género, estes dados permitem dar ênfase à ideia de mudança normativa geracional, desvelando (quase sempre) uma relação inversamente proporcional entre as idades dos inquiridos e os níveis de tolerância face à diversidade das identidades sexuais: **“Relações entre dois homens adultos” – Mulheres** (18-29 anos):3,47; M (30-39):2,98; M (40-49):3,03; M (50-59):2,70; M (60-65 anos):1,67. **Homens** (18-29 anos):2,82; H (30-39):2,50; H (40-49):1,97; H (50-59):1,78; H (60-65 anos):1,45. **“Relações entre duas mulheres adultas” – Mulheres** (18-29 anos):3,45; M (30-39):2,96; M (40-49):3,01; M (50-59):2,70; M (60-65 anos):1,64. **Homens** (18-29 anos):3,05; H (30-39):2,65; H (40-49):2,03; H (50-59):1,82; H (60-65 anos):1,41.

são mais...querem logo, têm um ar mais arrapazado. Não sei, não lhe sei explicar. Mas as mulheres fazem-me muito mais confusão” (Isabel, 46 anos, Curso Médio, Doméstica, Casada, Sintra)

No que se refere ao inquérito (ver a última nota de rodapé), verificamos que as respostas femininas ao questionário traduzem estas mesmas tendências extraídas das entrevistas, isto é: uma diferença que é pouco significativa nos termos da apreciação comparativa entre “relações entre mulheres” e “relações entre homens”, mas que ainda assim consegue traduzir numa maior aceitação, por parte das mulheres, da homossexualidade masculina face à feminina.

Por seu lado, tanto na pesquisa qualitativa como na quantitativa, as respostas masculinas vêm reflectir uma mais acentuada diferenciação entre “relações entre dois homens” e “relações entre duas mulheres”, sendo as últimas consideravelmente mais bem aceites. Perante os discursos dos nossos entrevistados, os homens que mantêm relações com outros homens estão sujeitos a um maior estigma social, sendo a sua conduta mais frequentemente catalogada de promíscua e exibicionista. Pelo contrário, as relações entre mulheres, nos discursos masculinos, são por norma representadas de forma menos depreciativa, valorizando-se os aspectos mais sensuais da interacção sexual no feminino.

“Em relação aos dois homens acho que é uma porcaria, que é um nojo que é... não sei. Incrimino uma acção dessas... mas sempre houve, toda a vida. Da mulher, não sei o que é que elas pensam fazer, mas não parece tão nojento quanto o homem.” (Victor, 73 anos, Curso Complementar do Comércio, Gerente Comercial, Casado, Sintra)

“O que vemos na televisão e Internet... se calhar é-nos vendido de uma maneira diferente. Se calhar quando são dois homens, as pessoas já olham e sentem que é um bocado esquisito! Se forem duas mulheres já é diferente. Se calhar, por o corpo da mulher ser mais bonito, duas mulheres juntas, se calhar, uma pessoa olha e já acha engraçado... Se forem dois homens já não se acha tanta piada.” (Hugo, 24 anos, Licenciatura, Professor, com namorada, Mondim de Basto)

Inevitavelmente, esta tendência não deixa de levantar a suspeita de que a aceitação masculina da homossexualidade feminina seja, em muitos casos, mais aparente que real, na medida em que o que parece estar em causa não é a aprovação de um fenómeno identitário em toda a sua complexidade, mas uma representação positiva de “práticas sexuais entre mulheres, retratadas na ideia de jogo erótico ‘voyeurista’ masculino” (Vieira, 2009:256).

No fundo (e sem que para isso seja necessário insistir demasiado na *desconstrução* dos discursos), a análise parece desvelar bastantes indícios de uma discriminação persistente com

base na orientação sexual. Como vimos, o preconceito aflora dos discursos (mesmo dos juvenis) com evidência suficiente para sustentar a ideia de uma “heterossexualidade como regra”, apesar de tais continuidades surgirem matizadas por elogios a uma ética mais igualitária e inclusiva da diversidade.

5.4 Os limites da “Relação Pura”

No tópico “Quotidiano conjugal e intimidade sexual” (4.2.3) do capítulo 4 tivemos já a oportunidade de analisar mudanças verificada nas formas de viver e dar sentido à conjugalidade. Concretamente, vimos como os discursos, ao longo da sucessão geracional, iam reflectindo a erosão do institucionalismo dando, progressivamente, lugar a normas mais igualitárias e destandardizadas face à vida a dois. Assim, – concluímos então - a igualdade de género foi-se convertendo numa condição amplamente valorizada por homens e por mulheres, e, por princípio, as relações conjugais passaram a querer-se de partilha, de companheirismo e de cumplicidade entre parceiros.

Para Giddens (2001), vivemos uma era onde os ideais de amor romântico tendem a fragmentar-se dando origem a um “amor confluyente”: no lugar de serem entendidos como únicos e “para sempre”, os vínculos afectivos são imiscuídos de uma tónica individualista, passando a ser assumidos como activos e contingentes. Como corolário desta mudança normativa, a conjugalidade torna-se, na modernidade tardia, palco daquilo a que o autor chama de “relação pura” – um ideal-tipo de relação assente num modelo de comunicação entre iguais e no desejo de realização emocional plena (Aboim, 2006).

Todavia, tal como também pudemos extrair da referida análise, quando reportados às normas e práticas individuais, os testemunhos dos entrevistados continuam a dar conta de uma realidade desigual, assistindo-se frequentemente, nas relações, a uma segmentação de competências, atributos e expectativas, em função do género. Naturalmente que, sobretudo a partir da segunda geração, essa desigualdade deixa de ser assumida nos termos de uma dominação (masculina), sendo mais frequentemente, entendida como produto de uma “complementaridade de funções” – o que, em todo o caso, nos sugere que a generalidade das pessoas continua a declarar maiores afinidades ao ideário romântico de completude na conjugalidade do que propriamente aos pressupostos de uma “relação pura e confluyente”, na base do que nos propõe Giddens (2001).

Com efeito, assentes na partilha e nessa tal complementaridade, os discursos não deixam de instigar a desigualdade nas relações de género, fazendo supor que a cada um dos flancos (masculino e feminino) lhe correspondem identidades, competências, direitos e deveres próprios – como duas partes de um molde que se interdependem, sem, contudo, chegarem a ser fusionais.

“*As mulheres têm outra maneira de sentir e ver o mundo e portanto as mulheres transmitem metade do conhecimento e nós outra metade. Os homens e as mulheres (...) complementam-se e isso é imprescindível.*” (Manuel, 56 anos, Licenciatura, Professor, Casado, Lisboa)

Sem dúvida que o ideário de “relação pura e amor confluyente” acolhe afinidades junto daqueles que mais valorizam os pressupostos da autonomia individual, da fluidez das identidades de género ou daqueles que têm um entendimento mais contingencial das relações. O discurso de Sara é, em determinados aspectos, exemplo disso mesmo, e também a sua trajectória afectiva - profundamente marcada (segundo a própria) pela incapacidade de “entrega” ao outro e de manutenção de relações sentimentais duradouras - poderia, numa primeira análise, supor um reforço de afinidades face a este ideário *fluido* e libertador do envolvimento amoroso.

“*Solto as amarras completamente, faço aquilo que me apetece. (...) Nunca me senti pressionada. Nunca, nunca... E também nunca pressionei.*” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

Mas ainda assim – e mesmo nos casos, como o de Sara, em que este ideário parece mais próximo de se converter em *realidade* - deparamo-nos com oscilações de discursos e com sentidos que corrompem as aspirações mais libertárias dos sujeitos e que, por conseguinte, embargam a consumação dos pressupostos da *relação pura*. É que, em rigor, a ideia de contingência e confluência no amor implica uma necessidade permanente de construção e negociação, assim como um entendimento da intimidade como algo que carece de investimento emocional constante (Giddens, 2001, Aboim, 2006) – algo que Sara admite ter dificuldade em protagonizar.

“*O meu namorado era uma pessoa com quem eu tinha um relacionamento quotidiano que era muito aberto, sem tabus e muito intuitivo, sobretudo. Porque a minha dificuldade é sempre ter de explicar, é chegar a um ponto em que eu tenha que explicar o que quer que seja. Isso a mim chateia-me muito, porque eu acho que no encontro de duas pessoas há ali uma parte que é muito intuitiva. (...) Não gosto de racionalizar! Porque eu já sou uma pessoa muito racional e se eu vou estar a racionalizar isso também acabo por me afastar do essencial. Aquela relação que eu tive com esse namorado era uma coisa muito intuitiva e muito pouco problemática. E nunca mais voltei a ter isso com*

| *ninguém*” (Sara, 28 anos, Pós-graduação, Assessora de Imprensa, Solteira, Lisboa)

Assim, no discurso de Sara, o ideal preconizado de relação afectiva não parece muito distante de uma expectativa inconsciente de compreensão e encaixe intuitivos entre parceiros. No fundo, ainda que de forma pouco linear, as suas palavras não deixam de retratar uma recusa ao ideal moderno de relação, oscilante e em constante reinvenção, levando-nos a especular sobre o desejo implícito de *simplesmente* encontrar quem a compreenda e complemente, sem que para isso seja necessário o tal reajuste relacional e discursivo que a ideia de *relação pura* também pressupõe. Desta forma, não podemos deixar de verificar que, uma vez mais, o ideal de completude romântica volta a ganhar lugar, mesmo entre aqueles que, na nossa pesquisa, mais se destacam na aproximação a uma ética moderna face às dinâmicas afectivas.

Mas, tal como temos vindo a sugerir, também as transformações nas formas de representar e experimentar a sexualidade constituem um aspecto incontornável nesta interpelação normativa das relações conjugais na contemporaneidade (e.g. Giddens, 2001; Bozon, 2002; Aboim, 2006, 2009; Policarpo, 2011b). Segundo Bozon (2002), a relação de dependência que ligava, não-raras vezes, a sexualidade ao casamento foi alterada: de um cenário em que a instituição matrimonial era a porta de acesso legítimo à vida sexual, passámos para outro, onde a troca sexual constituiu o modelo da conjugalidade. Por outras palavras, a sexualidade que era, por princípio, um atributo do papel social da pessoa casada tornou-se numa experiência interpessoal indispensável à existência do casal, formando a linguagem de base da relação. Neste sentido, podemos afirmar que passámos de um modelo institucionalista da sexualidade para uma definição subjectiva e intersubjectiva da vivência sexual no contexto da conjugalidade: “aujourd’hui, l’activité sexuelle conjugale est considérée comme l’expression même de l’impulsion mutuelle des conjoints l’un vers l’autre. (...) L’inaction sexuelle met en danger la stabilité de la construction conjugale” (Bozon, 2002:37).

Neste contexto, também os modelos de “relação pura” e de “amor confluyente” propostos por Giddens (2001) estão intimamente relacionados com a emergência de uma nova ética face à sexualidade. Afinal, nem só de relações entre parceiros iguais, que investem na transparência relacional e numa comunicação intensa se trata quando nos reportamos às mudanças recentes nas formas de viver e dar sentido à conjugalidade; na verdade, uma parte importante dos novos paradigmas face à conjugalidade consubstancia-se igualmente na

valorização da intimidade e da paixão sexual, numa perspectiva de reciprocidade do prazer (Bozon 2002, Policarpo, 2011b, Braun *et al.*, 2003). Desta forma, a articulação entre aliança e sentimento, característica do ideal romântico, parece ceder lugar à paixão erótica entre iguais, favorecida pela individualização contemporânea.

Com efeito, no que à sexualidade diz respeito, a análise dos dados (ver capítulo 4) já nos permitiu entender a relevância atribuída nos dias de hoje à satisfação sexual, tanto nas narrativas da individualidade como no projecto de relação a dois. No entanto, mais do que uma orientação de pendor fortemente individualista, os dados apontam para uma valorização da dimensão erótico-hedonista da sexualidade que não colide com a sobressaliência da dimensão romântica nos discursos. Verificamos, aliás, como muitos dos que mais celebram o experimentalismo e o maior acesso ao prazer sexual são, muitas vezes, aqueles que também revelam uma orientação *conjugalista* mais incisiva ou expressiva, fazendo da vida em casal um marco estruturante tanto das trajetórias de vida, como das identidades de género.

Em teoria, é plausível assumir-se que a combinação entre desejo sexual e amor vem desafiar dualismos tradicionais como aquele que opõe o compromisso romântico à ética experimentalista. De facto, para autores como Simmel (1835 [2001]) ou, mais recentemente, Bauman (2005), a ligeireza com que a generalidade das pessoas associa o desejo e amor ergue uma ponte falaciosa na paisagem afectiva dos indivíduos. Para estes autores, no lugar de partilharem uma natureza comum, a atracção sexual e o compromisso romântico derivam de propósitos diametralmente opostos: “El amor es una red arrojada sobre la eternidad, el deseo es una estratagemma para evitarse el trabajo de urdir esa red. Fiel a su naturaleza, el amor luchará por perpetuar el deseo. El deseo, por su parte, escapará de los grilletes del amor” (Bauman, 2005: 25).

Deste modo, ainda que esta atitude de conciliação ganhe uma inquestionável expressão nos discursos dos entrevistados, ela não deixa de levantar suspeitas sobre uma irresoluta tensão entre o romantismo e experimentalismo. Concretamente, somos levados a questionar-nos se o romantismo conviverá harmoniosamente com a defesa das liberdades pessoais ou se a ética experimentalista não carecerá de maiores doses liberdade que aquelas que a relação a dois, por norma, pode proporcionar.

Com efeito, e em consequência, verificamos também que embora o conjugalismo romântico encete um novo quadro de oportunidades de acção e de atitudes mais tolerantes no contexto da vida a dois, a verdade é que fora do âmbito da conjugalidade, as atitudes permanecem hesitantes e oscilam entre um conservadorismo resistente e a crescente liberalização.

Quando referentes ao contexto da conjugalidade, é possível, realmente, identificar uma tendência emergente para o experimentalismo sexual e, em concomitância, para uma abertura normativa valorizadora do prazer a dois. É isso, no fundo, que ilustra o testemunho de Carina:

“O que eu gostava de praticar era o ‘swing’, era uma coisa que eu gostava. Ainda não lhe disse nada, porque eu já sei que era uma ideia maluca. Eu tenho umas ideias muito malucas nesse aspecto, mas pronto. (...) Penso [falar sobre isso], a gente fala sobre tudo, porque é que não havemos de falar sobre isso? Eu é que ainda não me lembrei porque (...) vi numa novela e fiquei com aquela ideia mas nunca mais me lembrei, sinceramente. Senão, já tinha falado.”
(Carina, 25 anos, Ensino Secundário, Empregada Administrativa, Casada, Celorico de Basto)

No entanto, a apologia experimentalista que ressalta no contexto da relação a dois não parece ter equivalente quando representada a experiência para lá das fronteiras do vínculo legítimo e conjugal. Neste sentido, as reservas, as antinomias e as hesitações (de que aqui temos vindo a dar conta) face, nomeadamente, à autonomia sexual das mulheres fora da conjugalidade ou às formas sexuais não heteronormativas, podem corroborar isto mesmo: mais do que uma transversal liberalização de condutas, os discursos apontam para uma liberdade circunscrita ao contexto das relações amorosas, estáveis e heterossexuais – uma abertura normativa ainda demasiado criteriosa e, por isso, ainda distante do ideário de liberdade individual na sexualidade e nas relações sentimentais.

Por outra parte, de acordo com Giddens (2001:43), “o amor confluyente (...) pressupõe um modelo de relação pura onde é fundamental conhecer as características do outro. É uma forma de amor em que a sexualidade de um indivíduo não tem de ser negociada como parte da relação”. Acabamos de sugerir que, nestes termos, a realidade aportada pelos dados empíricos coloca este ideal numa meta algo inatingível, sendo a conjugalidade e as relações amorosas um campo ainda fortemente regulado por normas de compromisso face ao outro.

Em termos ideais – e reforçando a ênfase na liberdade individual e na negociação entre parceiros - o amor confluyente edifica um modelo de relação onde até a norma da fidelidade sexual pode ser relativizada e desafiada (Giddens, 2001). Deste modo, poderíamos ser levados a pensar que à medida que nos aproximamos de um ideal mais aberto e libertário face à sexualidade mais liberais se tornam também as regras da exclusividade sexual entre parceiros. No entanto, os estudos sobre atitudes face à sexualidade insistem na ideia de que “attitudes towards extra-marital sex have stayed remarkably constant and sexual fidelity is still very much an ideal” (Scott, 1998:840). De resto, a fidelidade sexual parece ser uma área da conduta onde as opiniões mais tendem a convergir a seu favor.

De facto, também na pesquisa quantitativa a cujos dados nos temos vindo a reportar, as respostas dos inquiridos parecem corroborar esta tendência. Perante a hipótese de “uma pessoa a viver em casal ter relações com outra pessoa”, homens e mulheres de todos os grupos geracionais tendem a expressar a sua desaprovação. Mais especificamente, numa escala que vai de 1 (“discorda muito”) a 5 (“concorda muito”), a média das respostas femininas é de 1,49, sendo a masculina de 1,93⁹⁹.

Na mesma linha, a pesquisa permitiu ainda aferir o nível de adesão dos inquiridos à ideia de que “a fidelidade é essencial para a felicidade do casal”. E uma vez mais a importância da exclusividade sexual volta a ser corroborada, com a média das respostas a traduzir uma concordância feminina de 1,53 e masculina de 1,70 (numa escala, inversa à anterior, onde 1 equivale a “concorda muito” e 5 a “discordo muito”).

Para autores como Scott (1998) ou Jackson e Scott (2004), este é um tema onde a distância entre as práticas dos sujeitos e a suas declarações e atitudes pode ser mais evidente: ainda que a maioria das pessoas tenda a não concordar com a infidelidade sexual, a ocorrência deste fenómeno parece de tal forma frequente que é possível que alguns dos que condenam, por princípio, este comportamento já o tenham praticado em algum momento das suas vidas. Nas palavras de Scott (1998:840) “doubtless ideals do not always translate into practice, but this is nothing new.”

Na nossa amostra qualitativa, são, efectivamente, mais os homens (das duas primeiras gerações) que declaram manter ou ter mantido em algum momento relações sexuais fora do casamento. Mas mesmo em contextos onde tal fenómeno está amplamente difundido e, em certa medida, legitimado socialmente, os sujeitos não deixam de se posicionar ideologicamente a favor da fidelidade sexual.

“Acho que estas coisas [relações fora do casamento] acontecem muitas vezes sem as pessoas quererem. Portanto, deve-se evitar porque é sempre um choque (...) Isso normalmente acaba sempre por acontecer por uma circunstancia de vida qualquer, mas acho que não se deve fazer.” (Filipe, 77 anos, Licenciatura, Gestor de Empresas, Casado, Lisboa)

Em todo o caso – e porque lidamos com uma amostra heterogénea em termos de pertenças geracionais, perfis sociais e *backgrounds* normativos - os discursos a este respeito continuam a revelar diferenças substantivas no nível de permissividade dos sujeitos: enquanto

⁹⁹ O que significa que embora tanto as respostas masculinas como femininas tendam a expressar uma recusa da hipótese explanada, nota-se que a condenação por parte das mulheres é ligeiramente mais expressiva que nos homens.

para uns, a condenação da infidelidade sexual é absoluta, para outros (embora claramente em minoria), as relações fora do casamento podem, em certos contextos, chegar a ser aceites sem resistências.

“Acho muito estúpido ser-se infiel. (...) Deus me livre! Já viu desgraçar assim um lar?! Isso é que eu acho uma estupidez. (...) Então, se a gente tem os nossos maridos e eles vão para a beira de outras mulheres... eu para mim não gostava. Eu não gostava disso. Isso sou contra.” (Belmira, 42 anos, Ensino Primário, Doméstica, Casada, Mondim de Basto)

“Há umas zonas radicais nos Estados Unidos em que a infidelidade é igual a divórcio. Eu acho que a infidelidade, para mim, eu aceito desde que seja naquele sentido de ter sexo sem amor, sexo por sexo. Porque se a infidelidade envolver paixão, e ainda por cima meter cama no meio... Porque uma pessoa pode apaixonar-se por outra, mas conseguir controlar isso, mas aí tem de ponderar muito bem se quer o divórcio. Agora a infidelidade de ‘one night stand’ (...), desde que não afecte o parceiro, não afecte a relação, não tenho nada contra.” (Beatriz, 43 anos, Licenciatura, Directora de Departamento, Casada, Loures)

Sabemos, de resto, que, contrariamente a outras dimensões valorativas da sexualidade, na questão da fidelidade matrimonial ou conjugal nem sempre são os jovens que adoptam as atitudes mais tolerantes face à não-exclusividade sexual (Pais, 1998). Para Bozon (2004), mais do que a idade dos sujeitos, o tempo de relação é um factor determinante para a relativização desta norma. Com o tempo – refere o autor - os indivíduos valorizam mais que o cônjuge lhes seja leal e sincero que seja fiel no sentido de não ter sexo com outras pessoas. Nestes termos, numa relação de maior duração torna-se mais comum tolerar uma aventura extraconjugal do parceiro e superar a eventual crise conjugal daí derivada.

Segundo Giddens (2001:42), entre aqueles que aderem à norma emergente e da confluência relacional, “a exclusividade sexual só desempenha um papel na relação na medida em que ambos a acham desejável e essencial”. Perante esta afirmação, quando analisados os discursos dos nossos entrevistados, não podemos deixar de constatar que são muitos os que continuam a considerar a fidelidade como condição fundamental do relacionamento amoroso o conjugal. No entanto, longe de ser entendida como um retraimento herdado de uma ética sexual e conjugal conservadora, a questão da exclusividade vem, aliás, integrar as narrativas mais liberais, reforçando sentidos como os da liberdade individual e da não perenidade das relações.

“Isso para mim é importante. Sempre foi. Eu não me casei e uma das razões pela qual eu não me casei foi porque eu e o meu companheiro fizemos um acordo um com o outro que foi: ‘eu estou contigo, enquanto estiver bem

contigo, quando não estiver bem contigo, saquinhos do pingo-doce à porta!'. E estar bem contigo inclui a fidelidade sexual, porque no dia em que eu quiser estar com outra pessoa, a partir daí deixo de querer estar com ele. E ele passa a ser um capítulo que passou.” (Luísa, 50 anos, Doutoramento, Antropóloga, União de Facto, Lisboa)

Desta forma, peçados de oscilações e persistências, os discurso recolhidos denegam com persistência a ideia de aceitação transversal das relações extraconjugais e, em última análise, de adesão a uma ética puramente individualista e contingente das relações afectivas. Neste sentido, e para concluir, percebemos que se as mudanças no contexto da conjugalidade são, simultaneamente, catalisadoras e resultantes de outras mudanças verificadas no domínio da sexualidade (concretamente daquelas que traduzem uma liberalização do acesso e do elogio do prazer sexual), também a valorização sexual no contexto da conjugalidade continua a processar-se de fora regrada, reforçando (ao invés da insistência nas liberdades individuais) o sentido de compromisso na relação. Desta forma, como refere Aboim (2011), o movimento de erotização do casal não deixa de impor a regra ideal de fidelização sexual entre cônjuges.

5.5 Notas Finais

Se no capítulo anterior a análise das representações face à vida íntima e sexual surgiu, de forma particularmente evidente, associada às biografias e às experiências vivenciadas pelos sujeitos, neste capítulo optámos por analisar discursos mais amplos sobre a liberalização e a individualização das escolhas individuais, questionando os limites de uma suposta (mas tantas vezes assumida como certa) *revolução sexual*. Para o efeito, fazendo incidir a nossa análise em quatro domínios temáticos específicos, procurámos chamar a atenção para a persistência de algumas desigualdades e tensões que – mesmo no contexto actual de pluralização de escolhas legítimas - continuam a condicionar as condutas individuais, obstando a plena consagração das liberdades sexuais.

Desta forma, numa análise que mobilizou discursos recolhidos no âmbito das entrevistas qualitativas e dados provenientes da aplicação do inquérito “Saúde e Sexualidade”, procurámos traçar um retrato da paisagem moral dos sujeitos que, nuns casos, parecia surgir enraizada na experiência por eles vivida mas que, muitas outras vezes, reflectia atitudes e normas mais abstractas, isto é, julgamentos morais face a cenários hipotéticos ou a comportamentos atribuídos a outrem.

Deste exercício, julgamos ter saído reforçada a ideia de que não obstante os discursos apontarem para uma acentuada individualização dos valores e dos comportamentos e para a celebração discursiva das conquistas sexuais, as mudanças neste sentido não são unívocas nem transversais a todos os temas e contextos, continuando o usufruto das novas liberdades a estar sujeito a uma regulação activa e fortemente associada à ordem de género e aos valores românticos da conjugalidade.

VI. GÉNERO E GENEALOGIA: TRANSMISSÕES E MUDANÇAS NAS LINHAGENS FAMILIARES

Num passado não muito distante, as sociedades ocidentais eram palco de um tradicionalismo que impunha aos indivíduos, desde a sua infância, modelos prescritivos e visões hegemónicas sobre os percursos biográficos femininos e masculinos. Desde então, a mudança social tem vindo a flexibilizar a ordem tradicional de género, questionando e pluralizando as formas legítimas de se ser homem ou mulher na contemporaneidade.

Ainda assim, são “múltiplos e incessantes os processos de aprendizagem e de socialização que, desde o nascimento, constroem os sujeitos sociais enquanto sujeitos gendricados” (Aboim *et al.*, 2011:59). Neste sentido, as famílias - cada vez mais multigeracionais devido à coexistência prolongada entre várias gerações genealógicas (Corsten, 1999) - continuam a ser entendidas como *lugares* privilegiados de interacção entre diferentes semânticas de género e de cristalização da diferença entre masculinidade e feminilidade (Connell, 1987, Bourdieu, 1999).

Neste capítulo vamos resgatar a importância do *parentesco* para explorar os modelos de transmissão de normas face ao género e à intimidade em diferentes linhagens familiares. Se até aqui a análise tem vindo a privilegiar a pertença geracional (no sentido histórico) na identificação de mudanças e continuidades nas formas (masculinas e femininas) de viver e representar a sexualidade, neste capítulo procuraremos dar destaque à pertença familiar dos sujeitos e, em concreto, às ligações que, dentro das linhagens, se estabelecem entre as várias posições genealógicas. Desta forma, propomo-nos explorar a componente linhagística da nossa pesquisa qualitativa, para perceber o impacto da genealogia na matização dos efeitos históricos sobre as biografias dos sujeitos, subsidiando um entendimento multidimensional do nosso objecto de estudo.

Tal como tivemos oportunidade de referir anteriormente (ver capítulo metodológico), a nossa amostra qualitativa está composta por 33 homens e 33 mulheres que, para além de pertencerem a diferentes gerações (no sentido de histórico do termo), representam diferentes posições genealógicas, sendo por isso Avôs, Pais ou Filhos, ou Avós, Mães e Filhas.

Para a análise que se segue, optámos por seleccionar cinco linhagens familiares (três femininas e duas masculinas) que, pela sua diversidade compósita, permitem, em nosso entender, ilustrar diferentes padrões de mudança e continuidade no que se refere tanto a culturas de género como à vivência da intimidade. O desequilíbrio numérico entre linhagens femininas (3) e masculinas (2) justifica-se pela ideia (consentânea com os resultados

avanzados em capítulos anteriores) de que no feminino os padrões de mudança e continuidade nas linhagens possam ser mais diversificados, sugerindo a atribuição de uma maior pluralidade interna ou heterogeneidade de perfis dentro do grupo das mulheres por comparação com os homens, um grupo mais indiferenciado entre si e aparentemente menos afectado pela passagem do tempo.

Para além de garantir a diversidade associada aos perfis sociais e de género, a escolha das linhagens procurou ainda respeitar outros critérios metodológicos da nossa amostra, havendo sido seleccionadas linhagens cujas histórias se erguem em contextos regionais também distintos: Lisboa e as chamadas Terras de Basto¹⁰⁰. Documentado que está o carácter *dual* do processo de modernização português (Nunes, 1964), esta opção vem reforçar a ideia do contexto geográfico das famílias como factor relevante na mediação entre as mudanças sociais mais abrangentes e as biografias individuais, sugerindo que a diferenciação dos territórios de pertença dos sujeitos possa contribuir para a apropriação individualizada dos tempos sociais. Como de resto já referia o Mannheim (1952) em *The problem of generations*, uma geração não é a mesma em diferentes unidades regionais, justamente porque o tempo é uma dimensão filtrada pelo espaço.

Em suma, neste capítulo vamos relatar as histórias biográficas que compõem cada uma dessas linhagens familiares, seguindo uma perspectiva atenta às trocas, socializações e influências recíprocas que vão tendo lugar nas famílias (Elder *et al.*, 2003). Em termos de estruturação do capítulo, a narrativa dos acontecimentos biográficos surgirá, em alguns momentos, mesclada tanto com a caracterização sociográfica dos protagonistas, como com informação relevante acerca das suas normas e valores, em especial no que se refere aos temas do género e da sexualidade. No final de cada história familiar, uma síntese procurará dar conta dos aspectos mais relevantes observados, identificando brevemente o perfil normativo predominante em cada elemento da linhagem assim como algumas lógicas de mudança e transmissão normativa ao longo da sucessão geracional na família. Finalmente, as conclusões identificarão os principais resultados da análise, colocando em destaque aquele que é o grande objectivo deste capítulo: a contraposição entre os efeitos da pertença geracional dos sujeitos e a influência de outros factores de mediação (a socialização familiar, os processos de mobilidade social e os contextos regionais dos sujeitos) na definição de lógicas particulares de reedição e ruptura normativa dentro das linhagens familiares.

¹⁰⁰ Para maior contextualização destes ambientes regionais, ver capítulo metodológico.

6.1 Mudanças e Continuidades no Feminino

Embora não tenhamos a pretensão de esgotar, com esta análise, todos os modelos de mudança e continuidade normativa observados nas linhagens femininas entrevistadas, pretendemos convocar casos que, por alguma razão, possam ser paradigmáticos quanto aos padrões de ruptura e reedição de normas face ao género e à sexualidade, ao longo das sucessões geracionais. Sabemos, por tudo o que até agora temos visto, que os modelos normativos históricos (sobretudo os do passado) parecem reservar às mulheres códigos de género mais estritos e, concomitantemente, normas mais rígidas também no que toca à sexualidade. Talvez precisamente por isso, vamo-nos apercebendo que as biografias das mulheres (mesmo as das gerações mais velhas) não raras-vezes se afastam dos arquétipos de feminilidade prescritos, entrando em contradição com os ideais de feminilidade preconizados (Almeida *et al.* 2004, Freire, 2010). Se nas gerações mais novas, com a pluralização dos caminhos legítimos de se ser mulher, o incumprimento da norma deixou de ser tão premente e tão condicionador das condutas, nas gerações mais velhas - sujeitas à norma hegemónica do patriarcado e a uma disciplina de género mais exigente - tais rupturas não só eram muito frequentes (e quase inevitáveis) como podiam, dependendo do *incumprimento* em causa, condicionar os cursos de vida e comprometer a (boa) imagem social das mulheres.

Assim, para além de cada uma das linhagens familiares aqui convocadas poder constituir, em nosso entender, uma narrativa familiar interessante pelas histórias individuais que a compõem e pelas relações (proximidades e distâncias) que vão estabelecendo entre as diferentes posições genealógicas no que respeita a normas de género e à sexualidade, a escolha destas três linhagens (em detrimento de tantas outras que poderiam ser aqui analisadas), mais do que uma súpula de escolhas avulsas, resulta também da intenção de reflectir processos de tensão ou contradição entre matrizes comportamentais e normas morais, em especial no que se refere a sexualidade. Com efeito, podemos afirmar que, na sua diversidade, todas as linhagens femininas escolhidas são ilustrativas de processos de “fuga ao prescrito”, ainda que, em cada unidade familiar, esse fenómeno seja motivado por diferentes razões e possa emergir com maior significado da narrativa em distintas gerações ou posições genealógicas.

Feita a advertência, e antes de passarmos à descrição de cada história pessoal e familiar, uma breve apresentação das linhagens que analisaremos: a primeira narrativa familiar (6.1.1) é a de uma linhagem feminina de Lisboa, que ilustra bem o efeito das mudanças estruturais (migrações, mobilidades de classe...) nas biografias e normas das

mulheres; a segunda (6.1.2) é referente a uma linhagem que se ergue no contexto das Terras de Basto, num meio onde a regulação familiar e comunitarista se faz sentir de forma mais evidente; e a terceira (6.1.3) vem descrever as histórias de uma linhagem de perfil urbano, que é depositária, desde a primeira geração, de uma orientação normativa eminentemente liberal.

6.1.1 Da aspiração institucionalista ao hedonismo

De origens muito humildes, Alice - Avó desta linhagem familiar - nasceu em 1941 numa aldeia do concelho da Covilhã.

Com apenas 6 anos, começou a servir em casas particulares, sendo, por isso, da sua patroa e do filho desta de quem mais fala quando relata a sua infância. Desse tempo, recorda um dia-a-dia dedicado a tarefas domésticas, sem lugar para brincadeiras ou deveres da escola. Recorda que teria uns 9 anos quando, durante um tempo, lhe foi permitido frequentar a escola, ao fim do dia e depois de cumpridas as tarefas em casa. Alice afirma ter tido muita pena por não ter continuado a estudar.

Ser, tão precocemente, separada dos seus pais e irmãos deixou-lhe, segundo diz, uma “*revolta*” que a tem acompanhado pela vida fora. Foi só aos 13 anos que Alice voltou a reencontrar os seus pais. Na altura, estes já viviam na Grande Lisboa e foi, de resto, para os ajudar que Alice migrou para a capital: pouco tempo antes, tinha tido conhecimento de que o seu pai estava doente e que a sua mãe, para o acompanhar, não podia trabalhar. Em Lisboa, Alice continuou a trabalhar como empregada interna em casas particulares até se juntar com o actual marido, aos 18 anos.

Antes de conhecer aquele que viria a ser o seu marido, Alice terá tido outros dois namorados. O primeiro entre os 15 e os 16 anos, do qual pouco ou nada fala, e um segundo, aos 17 anos, de quem assume ter gostado muito, mas que acusa de ter sido “*falso*”. Refere, com mágoa, que “*só queria abusar e não tinha ideia de casar comigo*”.

Foi antes de completar 18 anos que conheceu o seu actual marido. Apesar de o considerar um “*rapaz sério e respeitador*”, no início não estava apaixonada por ele e terá sido a sua mãe que a convenceu a juntar-se a este homem, separado e 14 anos mais velho, que lhe garantia maior estabilidade económica: “*Eu quando me juntei com o meu marido não gostava dele. (...) [Fui viver com o meu marido] para me sentir mais autónoma e também porque fui empurrada pela minha mãe. Mas depois comecei a gostar dele.*” Terá sido ainda antes de coabitar com o marido que teve, com ele, a primeira relação sexual: “*Correu normalmente, acho eu. (...) Só soube o que era sexo com o meu marido. Até lá nada.*”

No início da vida em casal, o seu marido – tractorista de profissão - era “*muito ciumento*” e nunca permitiu que Alice trabalhasse fora de casa. Apesar disso, afirma que foi sempre seu “*amigo*” e que não a “*tratava mal*”.

Aos 21 anos, teve a sua primeira filha, que, por complicações no parto, nasceu com um elevado nível de incapacidade. Três anos mais tarde, foi mãe pela segunda vez de outra rapariga. Alice considera que a experiência da maternidade é uma “*felicidade muito grande*” mas reconhece que o facto de as suas filhas terem nascido fora do casamento lhe gerou, durante anos, muita angústia. Só aos 32 anos, reconhecido legalmente o divórcio do seu marido, pôde então casar e regularizar, por fim, a união. Enquanto mãe, refere que sempre procurou evitar que as suas filhas conhecessem, na infância, um sofrimento semelhante ao seu. Mais tarde ainda engravidou outras quatro vezes mas optou por abortar devido a constrangimentos económicos.

No que concerne aos seus círculos de convivência, mantém desde jovem relações de grande proximidade com algumas mulheres da sua família, especialmente com a sua madrinha, a sua cunhada (sua maior conselheira), e uma irmã que muito a tem apoiado no cuidado da sua filha mais velha. A sua filha mais nova (Mãe nesta linhagem) e os seus netos são, sem sombra de dúvida, pilares essenciais na gestão do seu dia-a-dia e alvos maiores do seu apoio e admiração.

Alice considera que enquanto foi “*nova*” a vida sexual em casal “*era importante*”, ainda que afirme que, nesse campo, nunca tenha tido muita iniciativa: “*Nunca fui muito entusiasmada*”. Nunca falou de sexo com ninguém e está convencida de que “*nem se falava em sexo naquela altura*”, no entanto, admite que a sua iniciação sexual não esteve livre de receios: “*Não sei se tinha [dúvidas], porque eu era miúda. (...) Tinha era receio de ficar grávida, de a minha mãe saber.*”

Avalia positivamente a aproximação entre os papéis sociais dos homens e das mulheres na sociedade, valorizando a emancipação feminina. Condena a infidelidade sexual no casamento, desvelando, a este respeito, a sua desconfiança face ao próprio marido: “*Houve uma altura em que ele saiu assim fora da linha e nunca me disse a verdade. Mas sabia que andava com outras mulheres já depois de estar casado. (...) Já falei muita vez [sobre isso] e tenho a certeza que ele andou com elas, mas ele nunca disse a verdade*”.

Alice diz não compreender o que pode motivar as relações sexuais ocasionais (“*eu acho muito mal, devia existir pelo menos uma amizade pelo menos um sentimento*”) mas desvaloriza outras questões como virgindade: “*Hoje penso que naquela altura as pessoas não faziam pelo falatório. Mas hoje acho que é uma coisa normal como outra qualquer. Não há*

problema se uma pessoa não for virgem.”. No fundo, avalia as mudanças ocorridas na vida íntima com alguma apreensão, mas também com esperança num contexto mais igualitário e livre de constrangimentos

Beatriz, de 43 anos, representa, nesta linhagem familiar, a posição genealógica de Mãe. Actualmente directora de departamento de uma empresa, Beatriz fez o curso superior já casada e a trabalhar, personificando claramente um movimento de ascensão social na família. O seu marido, cinco anos mais velho, é oficial do exército e, actualmente, exerce funções fora do país.

Afirma que, em criança, tinha consciência de que a família vivia com algumas dificuldades económicas e que, desde cedo, aspirava a uma melhoria da sua condição social: *“Gostava de ter sido médica ou bailarina de ballet clássico ou cantora de ópera (...). Se calhar eu tinha a consciência que a vida que os meus pais tinham não era a melhor e portanto não me queria parecer com eles. Aceitava, gostava, mas queria mais.”*

Os seus pais tinham gosto em que estudasse mas nunca interferiram nas suas escolhas ou exerceram pressão (*“nunca foram muito exigentes”*). Da escola primária Beatriz recorda, sem saudades, as reguadas de uma professora demasiado exigente, e do *“ciclo”*, refere as *“dificuldades de adaptação”* e a *“confusão”* gerada pelas alterações nos programas escolares nos anos pós-revolução. Na adolescência, a experiência escolar terá melhorado significativamente, ainda que a dada altura tenha interrompido os estudos temporariamente, num gesto que define de *“rebeldia”*.

Tendo começado a trabalhar numa empresa de estudos de mercado quando ainda frequentava o ensino secundário, o percurso universitário de Beatriz foi sendo feito ao ritmo possível, acumulando a função de estudante com as obrigações profissionais e familiares. Consciente da sua condição de origem, não tem dúvidas de que a sua trajectória escolar superou expectativas dos seus pais.

No seu percurso profissional destaca-se uma rápida progressão na carreira, consubstanciada na sucessão de cargos cada vez mais altos e mais bem remunerados. Quando, aos 27 anos, terminou o curso de Línguas e Literaturas Modernas, Beatriz não ponderou sequer a hipótese de se candidatar ao ensino, uma vez que, nessa altura, o seu ordenado já era superior ao que auferiria como professora em início de carreira. Para além disso, na empresa onde se encontrava, acreditava que teria maiores perspectivas de progressão, o que, de resto, se veio a confirmar.

No que toca à socialização e convivência familiar, Beatriz viveu toda a infância e juventude com os pais e com a irmã na Póvoa de Santo Adrião. Passava a maior parte do

tempo com a sua mãe (que não trabalhava fora de casa) e convivia muito com a sua tia e a sua prima. Recorda os amigos com quem brincava na rua, afirmando que as raparigas eram mais “recatadas” e os rapazes “mais rebeldes”. Beatriz conversava muito com a mãe mas era pelo pai que sentia “maior admiração”. Afirma que, com a sua irmã, sempre teve uma relação de protecção.

Considera que não teve uma educação rígida e refere que as poucas regras que existiam eram impostas pela sua mãe. Não se lembra de alguma vez ter merecido um castigo dos seus pais embora recorde, de quando era adolescente, alguns desentendimentos com por causa de saídas. Afirma que as regras e o controlo por parte dos pais se intensificaram quando começou a namorar.

Beatriz terá tido um primeiro namorado aos 14 anos, ao qual não atribui grande importância. Aos 15 anos, conheceu e começou a namorar com o seu actual marido (que tinha 20 anos). Teve, nesse ano, a sua primeira relação sexual com ele. Descreve o namoro como uma “grande paixão”, “uma loucura”: “*Eu sentia que era aquele. Eu era completamente doida por ele e ele por mim.*”

Depois de casar, aos 22 anos, a adaptação à vida a dois não foi fácil. No início, Beatriz e o marido tinham muitas discussões e por isso adiaram o nascimento dos filhos (“*não tivemos logo filhos porque andávamos muitas vezes chateados com isto e com aquilo*”). Afirma que o marido tentava controlar a suas rotinas, os seus hábitos e os seus gastos (“*ele sempre achou que mandava em mim, e eu sempre achei que não tinha de mandar.*”) – coisa que muito a desagradava. Depois do nascimento dos filhos, a vida em casal continuou a passar por fases difíceis. Afirma que ambos chegaram a apaixonar-se por outras pessoas fora do casamento, mas que os filhos pesaram na decisão de manter a união: “*Depois de já ter os filhos, apaixonei-me por outra pessoa e ele também se apaixonou por outra pessoa, mas nunca resultou em nada. É difícil uma pessoa namorar 6 anos, estar casada não sei quantos anos e não olhar para o lado.*”

Actualmente, essas dificuldades parecem fazer parte do passado (“*conseguimos ultrapassar essas fases difíceis*”) e a experiência da conjugalidade tornou-se, segundo diz, compensadora. Se, em outras alturas, os conflitos os mantiveram afastados, hoje em dia afirma sentir-se muito próxima e íntima do seu marido: “*Ele hoje não é só o meu marido, é também o meu companheiro, amigo e parceiro, uma pessoa com quem eu quero estar e gosto de estar.*” Ainda assim, Beatriz reforça as diferenças que a distinguem do seu marido, considerando-se bastante mais liberal e progressista que ele: “*O meu marido é uma pessoa*

muito conservadora, muito tradicional, mas sempre muito virado para a família. Muito tradicional nesse aspecto. A família para ele, a mulher e os filhos, é sagrada.”

Também a maternidade e a educação dos seus filhos têm sido experiências muito gratificantes na sua vida. Beatriz foi mãe pela primeira vez aos 25 anos, quando nasceu a sua filha, e repetiu a experiência aos 27, quando teve o seu filho. Reconhece que a conciliação entre a carreira profissional e familiar só tem sido possível graças ao apoio dos seus pais, que sempre se ocuparam muito dos netos. Pelos seus filhos, diz-se disposta a *“sacrificar o que for preciso”*.

Sente-se uma mãe muito próxima e companheira dos seus filhos e afirma manter com eles uma relação de grande abertura e tolerância (*“damo-nos bem e falamos sobre tudo”*). Se, enquanto jovem, com os seus pais era *“completamente impossível”* falar sobre sexo ou sexualidade (*“quando tinha dúvidas conversava com as minhas amigas”*), hoje em dia, como mãe, considera ter, para com os seus filhos, a obrigação de lhes facilitar uma vivência feliz e responsável da sexualidade: *“ [Como mãe] tenho um papel fundamental: comprar todos os meses a pílula à minha filha. E hoje o meu filho vai dormir a casa de uma amiga e perguntei-lhe se ele tem preservativos (...). Eu tenho um papel extremamente importante porque à minha filha, quando teve a primeira relação (...), levei-a ao ginecologista. Não é educá-los, é dar-lhes todo o apoio e ter muito cuidado porque não quero que a minha filha seja mãe antes de ela estar preparada e não está.”*

De resto, avalia positivamente o maior equilíbrio de género na vida privada e profissional. Ainda assim, não deixa de identificar sistemáticas diferenças de personalidade nos homens e nas mulheres, considerando que estas últimas são *“mais emocionais”* e dispõem de uma capacidade especial para resolver diferentes tarefas ao mesmo tempo. Afirma ainda que sempre educou os seus filhos de forma igualitária, concedendo tanta liberdade a um como a outro, mesmo no que se refere à liberdade sexual: *“Quero é que [a minha filha] tenha muitas experiências sexuais, primeiro porque eu não tive, e quero é que ela seja feliz e tenha prazer porque a sexualidade faz parte das nossas vidas. Espero que ela tenha o que quiser.”*

Edificando um perfil normativo manifestamente liberal face à sexualidade, Beatriz desvaloriza a virgindade (*“isso de casar virgem, para mim, não faz sentido nenhum”*); aceita, em certa medida, a infidelidade no casamento (*“a infidelidade de ‘one night stand’ não me parece mal”*); e ainda se manifesta a favor das relações ocasionais sem fazer diferenciações de género. Em relação à homossexualidade, embora se considere uma pessoa tolerante, não deixa de censurar sinais de desocultação deste fenómeno, revelando alguma hesitação face à

diferença: *“Em alguns casais homossexuais... acho que há uma tendência para se exibirem... porquê? Se querem ser normais como os outros então ajam como normais.”*

Finalmente, a Filha desta linhagem feminina é Carolina, uma estudante universitária de 18 anos. Tal como o seu irmão, Carolina tem crescido num ambiente de relativo desafogo financeiro. Reforça a importância dos bens materiais para o seu bem-estar e afirma-se disposta (ainda que hiperbolizando) a fazer qualquer coisa pela manutenção do seu estatuto actual: *“Costumo dizer que vou ser rica nem que tenha de vender droga, porque é ao que estou habituada.”*

Carolina frequentou a pré-primária e a primária numa escola pública perto da sua casa. No 5º ano do ensino básico, foi estudar para um colégio privado em Lisboa. Afirma que a escolha foi muito ponderada pela sua mãe: *“A minha mãe era muito indecisa, ela esteve para nos pôr em todas em todas as escolas que havia em Lisboa, mas sabia que muita gente da minha escola onde eu andava ia para lá e sabia que a escola era muito boa e então resolveu pôr-nos lá.”*. Na nova escola, refere ter tido algumas dificuldades de adaptação: sentia-se sozinha e faltava-lhe método de estudo. Nessa altura, foi acompanhada por uma psicóloga e terá ainda contando com o apoio dos pais.

Superados os problemas, Carolina tem vindo a fazer percurso escolar com sucesso e, actualmente, frequenta o curso superior que escolheu como primeira opção. Afirma que para os seus pais era importante que completasse os estudos superiores, mas que estes não interferem nas suas escolhas.

Carolina viveu sempre com a sua família (pais e irmão) numa localidade do concelho de Loures, onde ainda hoje vive. Na sua infância - refere - passava bastante tempo com o seu irmão (apenas 1 ano e 9 meses mais novo), com quem *“discutia bastante”*. Convivia também muito com as suas primas. Como os pais trabalhavam, ficava muitas vezes ao cuidado dos avós maternos.

Afirma não ter tido uma educação muito exigente e, regra geral, só os conflitos com o seu irmão eram motivo de reprimenda por parte dos seus pais. Ainda assim, considera que o pai é mais *“rígido”* (nomeadamente com a escola) e a mãe mais *“compreensiva”* e *“liberal”*.

No início da adolescência, as mudanças na personalidade terão afectado a sua relação com a família: *“Não tinha paciência com os meus avós, achava-me superior a toda a gente era malcriada, não tinha paciência para nada achava que era o máximo. (...) Dava-me muito mal com a minha avó, era malcriada com toda a gente, tinha as minhas amigas dava-me bem com elas, mas com o meu irmão dava-me mais ou menos e com os meus pais discutíamos*

imensas vezes”. Hoje em dia, considera que essas dificuldades estão superadas. Diz-se mais respeitadora dos seus avós e afirma ter uma relação muito boa com o seu irmão e com os seus pais: *“Nós os quatro somos hiper-amigos e damo-nos optimamente bem.”*

Foi aos 15 anos que Carolina teve, durante sete meses, um primeiro namorado, e foi com ele que teve a sua primeira relação sexual – uma experiência que, segundo diz, partiu de sua própria iniciativa e vontade (*“fui eu que quis. (...) até porque o I. achava que [ainda] não era a altura certa”*). A relação seria algo conflituosa mas Carolina estava muito *“apaixonada”, “iludida”* e *“dependente”* do namorado, pelo que não lhe foi fácil terminar aquele namoro. Com 17anos, começou a namorar com o seu actual namorado. Afirma que a relação é muito gratificante e que gostam muito um do outro. São *“bastante íntimos”* e partilham muitos momentos a dois. Passam férias juntos, e noites em casa um do outro, e os seus pais aprovam sem reservas esta relação.

Apesar de socializada num contexto mais igualitário em termos de género, Carolina diz ser consciente das diferenças que distanciavam os homens e as mulheres nas gerações precedentes. Advogando pela relativização dos papéis e estereótipos de género, afirma, contudo, que na sociedade actual a realização pessoal de um homem ainda se mede, em grande parte, pela aquisição de poder económico enquanto a da mulher permanece muito vinculada à maternidade.

No que concerne a ideais face à sexualidade, desvaloriza completamente a virgindade e diz não criticar as relações ocasionais ou sem amor, ainda que, a este respeito, o seu discurso denuncie algumas reservas: *“É uma coisa muito íntima para estar a partilhar com uma pessoa que não conhecemos de lado nenhum se bem que há pessoas que o fazem por isso mesmo”*. Da infidelidade, afirma ser um sintoma de mal-estar na relação e que por isso deve ser evitado. No entanto, não faz distinção de género: *“Se um homem pode estar tentado a trair uma mulher porque é que uma mulher não pode estar tentada a trair um homem? São tudo pessoas. Eu não acho correcto que se faça mas não se deve culpar mais um que o outro”*. Quanto a *“ter-se um elevado número de parceiros sexuais”* afirma que pessoalmente não seria capaz de partilhar a sua intimidade com muitas pessoas, mas diz não condenar quem o faz. E, também a este respeito, Carolina não faz distinções baseadas no género.

Sobre a homossexualidade, insiste em que nos dias de hoje existe uma maior abertura e tolerância na sociedade para estes comportamentos. No entanto, quando concretizado, o seu discurso vem manifestar o seu preconceito face à maior visibilidade social das identidades sexuais minoritárias: *“É aquela coisa: a mulher foi criada para amar o homem faz-me confusão, duas mulheres ou dois homens aos beijos. Faz-me confusão.”*

Síntese de Tendências da Primeira Linhagem Familiar Feminina

A trajetória da Avó desta linhagem de Lisboa reflecte uma estratégia de sobrevivência desregulada e desenraizada que é consequência de uma condição social desfavorecida, propiciadora, em certa medida, da fuga à prescrição geracional (recordemos por exemplo a experiência de coabitação ou o nascimento das suas filhas antes do casamento). No que à sexualidade diz respeito, o seu discurso é pouco fluido e pouco valorizador da experiência sexual, quer no contexto da identidade pessoal como no da relação conjugal. Neste sentido, nas suas relações sociais (e familiares) a sexualidade tão-pouco surge como tema para a partilha ou transmissão directa de normas e conhecimentos.

Contudo, e apesar da contenção na expressão de disposições e sentidos face à intimidade, a Avó desta linhagem parece entender positivamente a mudança social verificada nas últimas décadas, em especial no que se refere à transformação das relações de género. Neste contexto, é com satisfação que identifica nos percursos da sua filha ou da sua neta uma libertação relativamente a constrangimentos que marcaram a sua própria história de vida.

O discurso da Mãe desta linhagem familiar funda-se sobre uma forte consciência de classe e - mais ainda - no empenho em suplantar os constrangimentos inerentes a essa condição social. Neste sentido, há uma noção evidente de ruptura com a origem, sem que haja, no entanto, um menosprezo ou desrespeito por essa pertença. Interessante é notar também que tal distanciamento material faz-se acompanhar de um igualmente substancial distanciamento normativo entre esta Mãe e os seus progenitores.

Na história de vida desta segunda geração, o ideal romântico e os valores da conjugalidade reforçam-se numa biografia que faz do casamento uma espécie trampolim social, e do cônjuge o principal instigador da ascensão social. Assim, verificamos que a conquista de um novo estatuto socioeconómico na linhagem familiar caminha a par com a adesão aos ideais emergentes de igualdade de género e do companheirismo nas relações e com uma liberalização activa das condutas face à intimidade. Reforçando as diferenças com o perfil da geração anterior, verifica-se igualmente uma grande abertura para educar e comunicar sobre os temas da sexualidade com a geração seguinte. No fundo, esta Mãe apresenta um perfil normativo hedonista face à sexualidade, valorizando o prazer sexual para a sua realização pessoal, ainda que a postura individualista seja matizada por uma trajetória centrada na relação a dois e pelo reforço dos ideais românticos.

Finalmente, no discurso da Filha, o materialismo individualista constitui-se como grande orientação normativa, pondo em evidência o distanciamento material e simbólico desta

geração face à origem fundadora da linhagem familiar (a Avó). Se na geração anterior, observávamos já um distanciamento objectivo face aos progenitores, mas alicerçado a uma forte consciência de classe, no caso do elemento mais jovem desta linhagem, o predomínio de uma perfil hedonista consubstanciado no consumismo e na valorização do bem-estar material (Featherstone, 1991) parece instaurar-se de forma algo alienada face a essa condição de origem.

No que se refere a normatividades face à sexualidade, o discurso desta Filha vem reforçar a crescente abertura, liberalização e diversidade sexuais, valorizando, em particular, a relativização das diferenças de género na sociedade. Ainda assim, e apesar de uma orientação mais liberal e valorizadora da experiência sexual, o discurso continua a revelar alguma ambivalência face a tópicos como homossexualidade ou as relações ocasionais.

Em suma, podemos afirmar que nesta linhagem feminina, o perfil biográfico e normativo da primeira geração (da Avó) distancia-se grandemente das experiências e valores da segunda e terceira gerações (Mãe e Filha), muito mais próximas entre si. A mudança normativa mais significativa no sentido da liberalização dos discursos e das condutas face à sexualidade dá-se na segunda geração que – não surpreendentemente – é a que também protagoniza o salto mais significativo de ascensão social na linhagem. No entanto, se tivermos em conta as normas sociais vigentes em cada geração, verificamos que a biografia individual que se afasta do socialmente prescrito é a da Avó, sendo os percursos da Mãe e da Filha mais representativas das normas dos seus tempos.

6.1.2 Da dependência ao protagonismo feminino

A Avó desta linhagem feminina é Antónia, de 62 anos, que nasceu e viveu toda a sua vida em Terras de Bastos, no seio de uma família numerosa e de poucos recursos económicos.

Da sua infância, Antónia recorda a situação de privação económica em que vivia, mas também os serões passados em família a conversar e a rezar. Afirma que passava muito tempo com os seus irmãos e que pouca relação tinha com pessoas fora da família, já que o seu pai não gostava que convivesse com vizinhos. Refere que era da sua mãe que mais próxima se sentia, considerando-a bem mais permissiva que o seu pai - símbolo da autoridade familiar, a quem todos deviam obediência. Dos seus avós, poucas recordações guarda já que estes terão falecido quando ainda era criança.

Antónia entrou para a escola primária com 7 anos. Como tinha que cuidar dos irmãos mais novos, terminou a 3ª classe quando já tinha 12 anos. Afirma que gostava de ter completado a 4ª classe mas que, devido às dificuldades económicas, os seus pais se opuseram

a isso: “A minha professora chamou lá os meus pais à escola e ela disse que me deixasse fazer a 4ª classe, que eu tinha vontade. E eles disseram: ‘não pode, senhora professora. Não vou ter os meus filhos à fome por causa de ela andar aqui na escola’”. Descreve a sua curta experiência escolar como uma oportunidade que tinha para brincar com os colegas e descansar do cuidado dos seus irmãos e das demais tarefas domésticas a que estava obrigada. Ainda assim, precisamente devido a essas obrigações, recorda o elevado absentismo escolar que terá motivado por diversas vezes a convocação dos seus pais à escola. Enquanto mãe, esforçou-se para que os seus filhos pudessem completar a escolaridade primária.

Antónia começou a fazer ponto-de-cruz e a trabalhar na lavoura aos 14 anos para ajudar os seus pais: “O meu pai dizia-me assim ‘oh minha filha quando vais levar o trabalho para trazes algum dinheirinho para comprar pãozinho para comermos?’ (...) O dinheiro era para o meu pai, sabe? Não era para mim, era dos meus pais.” Recorda que na véspera do seu casamento vendeu alguns bordados e que esse dinheiro ainda foi entregue aos seus pais. Só depois de casar passou a usufruir do que ganhava. Nessa altura, iniciou-se na venda de peixe e continuou a trabalhar também na lavoura.

Quando pensa nas expectativas que tinha para a sua vida, afirma: “Pensei que ia ter uma vida melhor. Imaginava que não ia trabalhar tanto.” Gostava de ter sido costureira mas, uma vez mais, as condições económicas desfavoráveis da família não lhe permitiram cumprir esse desejo, justificando que seus pais nunca tiveram possibilidades de lhe comprar uma máquina de costura.

Refere que quando era nova, a sua mãe não queria que namorasse para poder cuidar dos irmãos. Teve um primeiro namorado aos 15 anos – uma relação que durou cerca meio ano. Por volta dos 16 anos, afirma ter tido outros “namorados”, destacando um em particular, que terá sido “mais sério”: “Tive um rapaz que eu gostei muito, outro rapaz, esse namorei mais tempo.” Aos 17 anos, Antónia conheceu o seu actual marido numa festa da aldeia e começou a namorar com ele. Na altura, ele (8 anos mais velho) já trabalhava como assalariado agrícola, actividade que tem exercido toda a sua vida.

Segundo relata, a primeira relação sexual só aconteceu quando casou. Descreve a conversa que teve com o seu marido, afirmando que foi ele que lhe “explicou tudo” e admitindo o seu total desconhecimento face à sexualidade naquela altura: “Na noite do casamento (...) ele disse: ‘vais ficar aí?’ E eu: ‘vai tu para a cama que eu vou ficar aqui...’. E ele disse: ‘não, não vais ficar aí, tens de vir para a cama...’ E eu: ‘Não, não vou. Vou ficar aqui’. Estive quase para não ir para a cama, mas depois ele disse: ‘És maluca? Anda para a cama!’. E eu respondi: ‘Não vou! Quando estiveres a dormir depois eu deito-me.’ Depois ele

fingiu que estava a dormir e eu fui (risos). Quando me deitei... Ele disse-me: 'então porque não te vens deitar? Não te faço mal, mas sabes como é, eu, se me casei, foi para ter relações contigo'. E eu: 'não, que eu não quero!' E ele: 'não é assim, tu não queres mas tem de ser!' (...) Depois aconteceu nessa noite. Diz ele: 'vai buscar uma toalhinha e põe-se aqui'. Ele explicou-me, mas a minha mãe podia-me ter explicado daquela maneira... mas não explicou. Mas pronto, olhe, não morri, graças a Deus". Inegavelmente, o seu discurso revela, em várias ocasiões, o clima de receio e em que, para muitas mulheres desta geração, decorriam as primeiras experiências sexuais: "Tinha [receios], tinha. (...) Senti-me um bocadinho [pressionada], mas pronto". Por outro lado, as suas palavras são ainda reveladoras do sentimento de vergonha e pudor que a sexualidade podia supor: "Tinha vergonha, não queria dizer nada a ninguém."

Antónia casou-se quando ainda não tinha 18 anos e durante os dois primeiros anos de casamento viveu com o marido em casa dos seus pais. Afirma que o início da vida a dois "*não foi muito boa*", devido a problemas de alcoolismo do seu marido: "*Quando nos casámos, houve um ano que ele bebia muito e foi assim um bocado fraco (...). Depois pronto, acalmou. Eu dizia-lhe que ia embora com os filhos (...). Ele nunca foi mau para mim, só que ele bebia...*"

Actualmente, afirma que se sente íntima do seu marido e que procura partilhar com ele tudo, tanto os segredos como os momentos: "*Eu gosto que ele saiba tudo, porque assim ninguém diz 'olha, ela escondeu isto, escondeu aquilo'. Eu não escondo nada.*"; "*eu, se não estiver com ele assim umas horas ou sei lá, parece que já não estou bem. Gosto de estar à beira dele.*". Antónia não garante, contudo, que esta confiança e total sinceridade sejam recíprocas, admitindo que o seu marido possa omitir-lhe algumas coisas: "*Não sei se ele esconderá alguma coisa de mim, sei lá. Mas eu não, nunca escondi nada dele, tudo o que acontece eu conto-lhe tudo. Ainda há dias até contei uma coisa que nem devia contar, eu conto-lhe tudo.*"

Antónia foi mãe pela primeira vez aos 19 anos. A gravidez terá sido uma surpresa (no sentido em que não foi planeada) que a deixou "*muito contente*". Nesse mesmo ano teve outro filho que viria a falecer com apenas três semanas de vida. Até aos 31 anos, Antónia teve mais cinco filhos, todos eles nascidos em casa. Nunca foi acompanhada por nenhum médico durante as gravidezes nem assistida nos partos.

Sempre quis ser mãe, mas assume que a sua vida teria sido mais fácil se tivesse tido menos filhos: "*Gostei sempre de ter [filhos] (...), escusava de ter tantos, mas gostava de ter dois ou três filhos, sempre gostei. Pronto, Deus deu-mos! E depois a minha sorte foi que*

comecei a tomar a pílula senão ainda tinha mais...”. Recorda algumas dificuldades que sentiu no cuidado dos seus filhos quando estes eram pequenos: “Eu cheguei a ter três pequeninos, tinha um de cada lado e um no colo, e chorei muitas vezes, porque às vezes queria deitá-los e não podia. E depois quando a mais velhinha chegava ela ia deitar um para eu depois ir deitar os outros.” Ainda assim, afirma que a maternidade foi sem-dúvida uma fonte de alegria para si, não concebendo a (sua) vida sem filhos: “Estar aqui no mundo sozinha sem ter os filhos?! Por amor de Deus, [ter filhos] é muito bom! Eu gosto muito de ver as crianças.” Afirma que nunca um filho a tratou mal e que sempre foi muito paciente e disponível para eles.

Quando questionada acerca das relações de género, Antónia revela alguma dificuldade em falar do papel das mulheres na sociedade e das mudanças ocorridas a este nível nas últimas décadas. Ainda assim, no seu discurso prevalece um entendimento essencializador das diferenças entre homens e mulheres, enveredando pelas distinções mais tradicionais: *“Ao homem pertence o ganhar o pão... à mulher pertence-lhe mais cuidar dos seus filhos (...). [Para se sentir realizado] um homem precisa de uma mulher em condições. (...) E acho que [o que a mulher precisa para a sua realização pessoal] também deve ser ter um homem...”*

No que a valores face à sexualidade diz respeito, Antónia assume igualmente uma postura conservadora que prescreve normas muito diferenciadas para os homens e as mulheres. Em última análise, as suas palavras advogam pelos valores do puritanismo feminino corporificado, que contrastam grandemente com uma desculpabilização e condescendência face às condutas masculinas mais experimentalistas. Em particular, esta postura torna-se evidente quando Antónia se refere ao valor da virgindade: *“Eu acho que uma mulher é que deve ser virgem. O homem também devia ser, mas (...) se não for já é... [mais aceitável.] (...) Sabe, é que a mulher, depois de perder a virgindade, nunca mais é mulher como era! Um homem fica sempre na mesma...”*

Também as “relações sexuais sem amor” ou “relações ocasionais” merecem a sua desaprovação, assumindo, contudo, diferentes contornos em função de se tratar da avaliação de um comportamento feminino ou masculino. Nitidamente, Antónia tem dificuldade em projectar uma situação em que seja a mulher a protagonizar tais condutas, atribuindo-lhe sempre o papel de lesada pela injúria masculina: *“Sem existir amor, eu acho que isso é muito complicado (...). Acho mal. Porque sim! Então não tem amor e vai fazer isso? Acho que é mau, porque é uma rapariga que nunca mais... Ele fica bem na vida na mesma... mas a rapariga, já não, você bem sabe! Portanto ele deve ter um bocado de consideração por ela.”*

Para terminar, a Avó desta linhagem feminina condena ainda a infidelidade, o aborto e a homossexualidade e vê com apreensão as mudanças verificadas no campo da sexualidade, criticando, em especial, o ambiente tendencialmente mais liberal e descomprometido em que as relações sexuais ocorrem nos dias de hoje: *“Agora fazem como calha... No meu tempo não era nada assim... dantes a gente tinha mais vergonha. Agora é tudo a torto e a direito.”*

A Mãe desta linhagem familiar é Belmira, de 42 anos, residente desde sempre em Mondim de Basto. No seu relato biográfico, Belmira recorda as brincadeiras de infância com os seus cinco irmãos e as histórias que os pais contavam à noite, à lareira. Afirma que, em família, tinham *“uma vida muito bonita”*, que rezavam o terço e faziam as refeições todos juntos.

Refere que, em crianças, as tarefas em casa eram feitas tanto pelas raparigas como pelos rapazes e que, tal como as irmãs, também os seus irmãos faziam ponto-de-cruz. Só mais tarde os rapazes começaram a recusar determinadas tarefas, ciosos da sua masculinidade: *“Quando eles eram maiorzinhos, eramos nós que fazíamos. (...) Porque depois os rapazes tinham vergonha também de lavar. Porque era lavar no tanque [público] e eles já tinham vergonha (...) Também tinham vergonha de varrer, que eles também varriam o chão, e de limpar.”*

Belmira descreve a sua mãe (Avó nesta linhagem) como uma pessoa muito compreensiva e paciente. Era com ela que mais conversava. O seu pai impunha mais regras e descreve-o como *“mais activo”*. Fazer queixas dos irmãos era motivo de castigo e recorda que era mais o pai que os castigava, batendo-lhes com uma vara de oliveira: *“A mãe também dava. (...) Mas depois tinha pena de nós, a minha mãe. Começava a chorar. (...) Ainda hoje é assim, muito boa”*. De resto, Belmira refere ainda que na infância tinha uma relação boa e de proximidade com os seus avós maternos.

A trajectória escolar de Belmira (tal como a da sua mãe) não foi longa, não tendo ido mais além da 4ª classe. Apesar das dificuldades, recorda que os seus pais se preocupavam com o desempenho escolar dos seus filhos, obrigando-os (a ela e aos seus irmãos) a fazer os trabalhos de casa. Gostaria de ter continuado a estudar para, quiçá, vir a ser enfermeira, mas que os seus pais não dispunham de recursos para isso. Belmira teve, portanto, *“um grande desgosto”* quando a sua filha mais velha decidiu (no segundo ano da faculdade) deixar de estudar. Da filha mais nova, espera que prossiga os estudos e afirma apoiá-la nesse sentido.

Quando tinha 13 anos, a Belmira foi-lhe diagnosticada epilepsia, uma doença que acabaria por condicionar muito a sua vida nas questões da autonomia e do trabalho. Começou desde criança a trabalhar na agricultura e a fazer limpezas, e afirma que os seus pais não

tinham outras expectativas para si que não fosse o trabalho no campo. No entanto, os problemas de saúde incapacitaram-na de trabalhar mais intensivamente. Ainda assim, e apesar de afirmar que quando casou já não trabalhava, percebe-se do seu relato biográfico que Belmira nunca deixou de se ocupar de tarefas agrícolas nas hortas familiares.

Belmira recorda que começou a namorar também por volta dos 13 anos. Afirma que, na sua juventude, teve “*vários namorados*” e que os seus pais só não permitiam que namorasse à noite. No entanto, esclarece que essas relações não seriam demasiado sérias: “*Antigamente era assim, namorava-se com uns poucos. (...) Um domingo vinha um, outro domingo vinha outro! Aquilo não era... pronto, era um namoro mas não tinha amizade àqueles namorados.*”. Só mais tarde teve uma relação mais duradoura que viria a terminar por volta dos 16 anos, quando Belmira conheceu aquele que é hoje o seu marido. Belmira justifica esta mudança (de parceiro), considerando que, por comparação com o seu namorado de então, o seu marido lhe pareceu “*mais activo*” e “*uma pessoa mais desenvolvida*”, salientando ainda as suas virtudes estéticas que continua, ainda hoje, a apreciar bastante: “*Gostei sempre muito deste. Não sei porquê mas só foi um ano que namorei com ele. (...) Ele era muito bonito. Ainda hoje ele é muito bonito.*”

Belmira responde às questões sobre iniciação sexual como se a sua primeira relação tivesse acontecido na noite de núpcias: “*Nunca soube o que era o sexo até à data do casamento. Nunca soube. (...) Eu dizia assim ‘o que é que vai ser de mim? Eu não sei nada. O que é que vai ser de mim? Eu não sei como é que vou fazer?’ Era assim que pensava. Tinha essa preocupação. (...) Antes de casar, eu disse assim ao meu marido ‘eu não sei como é que vai ser porque eu não percebo nada disso’, e ele disse-me ‘não faz mal, depois eu explico-te’*”. No entanto, algumas contradições na sequência temporal dos acontecimentos sugerem-nos que já estaria grávida quando casou, tendo Belmira, no decorrer da entrevista, sido levada a reformular a narrativa dos acontecimentos: “*P: Se a senhora tem 42 anos e a sua filha tem 25 (...), quando ela nasceu tinha 17 anos, não é? R: Pois. Pois foi. P:Então, casou-se antes de ela nascer ou depois de ela nascer? R: Não, eu casei-me... eu quando me casei tive logo a minha filha. P: Logo, logo? R: Logo, logo. P: Portanto, já estava grávida antes de se casar? R: Pois já.*”

Seja como for, para além do seu relato evidenciar uma tentativa de ocultação de factos (num claro intuito de adequação da sua própria trajectória ao ideal de feminilidade casta que valoriza), o seu discurso sobre a iniciativa sexual traduz uma visão de género diferenciada, na qual a função de comando é sempre remetida para o homem, mais experiente e sabedor: “*Primeiro [o meu marido] teve uma conversa comigo: ‘olha que é assim, assim, assim. Tu*

não tenhas medo. Porque vai correr tudo bem. Tens que te por apta, porque tu sabes como é, eu não te faço mal' (...) Depois que ele me explicou fiquei logo à-vontade.”

Belmira casou com o seu marido (operário da construção civil, 3 anos mais velho que ela) aos 17 anos. Afirma que a adaptação à vida a dois foi fácil porque o seu marido foi sempre seu “*amigo*” e porque “*gostava muito das coisas que ele fazia*”. Ainda assim, partilha algumas dificuldades: “*Quando nos casámos houve muitos problemas, porque eu era mais nova mas ele é que não pensava assim muito bem. (...) Fui eu que o levei a caminho porque ele na altura não era assim muito desenrascado [para trabalhar].*”

Pouco tempo depois do nascimento da sua primeira filha, o seu marido emigrou para o Luxemburgo onde esteve entre 10 e 15 anos. Afirma ter sentido muito a sua falta nesse período e que, por causa disso, ainda hoje – vivendo com ele - sente “*muitas saudades dele*”. Contudo, Belmira admite que a emigração do seu marido veio contribuir para uma melhoria substancial da condição socioeconómica da família, tendo possibilitado, nomeadamente, a construção e aquisição da casa onde hoje residem.

Quanto à sua experiência como mãe, Belmira teve a sua primeira filha aos 17 anos (como vimos, já estaria grávida quando casou) e a segunda aos 25. Apesar de nenhuma ter sido planeada, Belmira terá tido acompanhamento médico em ambas as gravidezes tendo dado à luz num hospital público da região. Devido aos seus problemas de saúde refere que os médicos a tinham aconselhado a interromper a última gravidez - recomendação que Belmira recusou liminarmente, alegando razões morais (religiosas) que a levavam a prosseguir com a gravidez em quaisquer condições. Aliás, antes do nascimento da sua segunda filha, quando tinha apenas 22 anos, Belmira terá sofrido um aborto espontâneo, tendo essa experiência sido bastante traumática e justificado que recebesse acompanhamento psicólogo durante algum tempo.

Belmira afirma que sempre quis ser mãe e que, na vida de uma mulher, os filhos são “*a maior alegria do mundo*”. Também no que se refere à parentalidade, o seu discurso vem reforçar as diferenças entre os homens e as mulheres, considerando que o bem-estar das crianças é a maior responsabilidade de uma mãe, enquanto ao pai lhe cabe “*ganhar para eles comerem*”.

No que se refere, uma vez mais, à sexualidade - e reportando-se à sua experiência pessoal - Belmira considera que os homens têm mais prazer sexual que as mulheres (“*para mim é mais o homem que tem mais prazer do que a mulher. (...) Para mim foi sempre assim. Eu com o meu marido é assim.*”). Na generalidade, a vivência da sexualidade não parece ser fonte de grande satisfação pessoal para Belmira, entendendo-a antes como uma obrigação

necessária à harmonia da vida em casal. Das suas palavras depreende-se uma experiência de subjugação feminina ao desejo masculino, reforçando-se os arquétipos tradicionais de género na sexualidade: “Agora [a minha vida sexual] é má. (...) É má porque ... então porque é a tal coisa, como é que hei-de dizer? (...) [Desde que fui operada] não tenho aquele prazer como tinha antigamente. [Para o meu marido] continua tudo igual.”; “Eu compreendo-o a ele e ele respeita. (...) Mas tem que ser porque, pronto, tenho que satisfazer o meu marido. (...) Ele bem sabe que não me está a satisfazer a mim, não é? Ele bem sabe, mas ele também diz ‘olha sabes como é, eu bem sei agora que não tens aquele coiso como tinhas antigamente. Aquele prazer, mas sabes como é!’”. Em concreto, numa lógica sacrificial, a vida sexual ou a manutenção de relações surge como “mal necessário” para impedir que o cônjuge procure experiências fora do casamento: “Continuo a ter [relações sexuais], claro. O meu marido não vai arranjar outra. Não quero!”

No que toca a representações e a valores, apesar de na maioria das vezes adoptar uma atitude conservadora e apesar, também, de no decorrer da sua entrevista ter procurado subverter a sequência de certos factos, o discurso de Belmira surpreende ao retirar importância ao valor da virgindade e ao reconhecer vantagem a quem tem relações sexuais antes do casamento: “Para mim [a virgindade] não é importante, porque isso antigamente eram os meus pais que diziam que era muito importante. Mas agora não! (...) Eu na altura achava, porque ia atrás do que os meus pais diziam! Agora já não. (...) Quando fui não sabia nada! Eu acho que até é bom eles saberem antes. (...) [Terem] alguma experiência! Claro, acho muito bem. Há tantos métodos para isso.”

Não obstante, noutros tópicos, como por exemplo no que se refere a “relações sexuais ocasionais” e “sem amor”, a sua atitude é menos permissiva, espelhando uma atitude mais puritana face à sexualidade, na qual o comportamento sexual fora do contexto tradicional da conjugalidade é visto como impuro ou indecente: “[Sexo] sem amor não. (...) Eu acho isso mal. (...) Ai, Deus me livre. Isso é uma coisa que não presta. (...) Nem para nós nem para eles. Tem que ser com amor, porque sem amor não presta para nada.”

Finalmente, a última representante desta família oriunda das Terras de Basto é Carina, de 25 anos. Carina, que ocupa a posição de Filha nesta linhagem feminina, está casada e é mãe de dois filhos.

Durante grande parte da sua infância e juventude, Carina não teve muito contacto com o seu pai, já que este estava emigrado. Nessa altura, vivia com a sua mãe e a sua irmã (8 anos mais nova), mas passava muito tempo com uma tia solteira, que praticamente a criou. Devido aos problemas de saúde da sua mãe, refere que essa tia ficava todas as noites em sua casa.

Recorda-se de acompanhar a tia no seu trabalho de empregada em casas de famílias abastadas e de se entreter a brincar sozinha. Tem memória ainda dos patrões da sua tia, que lhe faziam algumas ofertas: *“Tinha sempre muitos livritos, que aqueles senhores do Porto traziam para mim, livros e jogos. Tinha muito jogos para jogar com a minha tia, ela jogava muito comigo”*. Para além da sua tia – sua maior referência familiar – Carina recorda ainda outras pessoas da família de quem sempre se sentiu muito próxima, nomeadamente os seus avós, os seus primos e os seus tios.

Da sua infância lamenta apenas não ter tido os seus pais tão presentes quanto gostaria: *“Normalmente as pessoas falavam, na escola, por exemplo: ‘Então o que é que fizeram hoje em casa com os pais?’ E eu dizia sempre: ‘Com o meu pai não fiz nada, [nem] com a minha mãe. O meu pai não está cá’. Ficava assim um bocado triste.”*

Reconhece que, ao acompanhar a sua tia no seu trabalho, acabou por ter uma educação mais regrada: *“Porque a minha tia trabalhava na casa de umas senhoras que tinham muito dinheiro (...) eu tinha que ter a mesma educação que os filhos deles também tinham, e a minha tia estava lá naquele ambiente e eu sempre tive assim hora para tudo: (...) uma hora para brincar, uma hora para fazer os trabalhos de casa, uma hora para comer.”* Por comparação a esses ambientes, Carina afirma que em casa dos seus avós, por exemplo, *“tinha mais liberdade”*.

Mesmo já mais velha, era sobretudo à sua tia que Carina pedia autorização para sair e actualmente é dela que continua a sentir-se mais próxima e a quem telefona todos os dias. Esta proximidade deixa para segundo plano a relação que tem, por exemplo, com a sua mãe, com quem diz não se identificar demasiado: *“ [Com] a minha tia a gente fala, fala, fala e ela não diz nada e ajuda. A minha mãe já é mais de mandar bocas às pessoas e eu não gosto muito do feitio dela.”* Carina parece admirar também muito a sua avó materna, considerando-a uma mulher *“muito calma”, “muito actual” e “muito presente”*.

A trajectória escolar de Carina começou aos 6 anos, quando entrou para a escola primária em Mondim de Basto. Mais tarde, no 3º ciclo do ensino básico (7º ano), foi estudar para uma escola em Celorico de Basto, e completou o Ensino Secundário numa escola de Fafe. Chegou a frequentar a Universidade em Felgueiras, mas desistiu no segundo ano do curso de Literatura Francesa. Afirma que tanto a sua tia como os seus pais (especialmente o pai) gostariam que tivesse prosseguido os estudos, no entanto, Carina alega que se sentia *“cansada da escola”* e que só decidira ingressar na faculdade para satisfazer vontade da família. No seu relato, Carina faz coincidir temporalmente o abandono escolar à decisão de se

casar, mas este facto contradiz os relatos da sua mãe, segundo a qual a filha desistiu de estudar quando fugiu de casa com um ex-namorado.

Carina considera que a sua experiência escolar até ao 12º ano foi positiva pelos colegas e por tudo o que aprendeu. Os pais e a tia estavam ao corrente dos assuntos escolares, mas nunca interferiam nas suas escolhas. Da Universidade, queixa-se da “*confusão*”, do excesso de disciplinas e das revisões de matérias passadas. Com segurança, diz não se arrepende da decisão de abandonar o curso.

No que concerne à trajectória profissional e ao perfil socioeconómico, o percurso de Carina continua a reforçar o seu distanciamento objectivo face às biografias da sua mãe e da sua avó. A partir dos 14 anos, Carina começou a trabalhar pontualmente, nas férias, em actividades de tempos livres (ATL). Quando deixou de estudar, casou-se e foi trabalhar como empregada de escritório, em Coimbra, cidade onde residia com o marido. Ao mudar-se para Celorico de Basto, aos 23 anos, continuou a trabalhar como administrativa na empresa onde ainda hoje se encontra. Por sua parte, o marido de Carina (que tem o 8º ano) é encarregado da construção civil, encontrando-se actualmente a trabalhar em Espanha. A decisão de emigrar derivou da necessidade de melhorar a situação económica da família e assim concretizar o desejo de construir uma casa própria. Carina considera que, no que toca ao apoio financeiro, a família do marido (com mais recursos que a sua) podia, em determinada altura, tê-los ajudado mais. Ao invés disso, refere que tem sido sobretudo dos seus familiares de quem mais apoios tem recebido: “*Os pais dele têm bastante dinheiro e nós queríamos que eles nos dessem algum dinheiro para, em vez de fazer aqui a casa, ele poder começar a construir ele, em Coimbra*”. Neste momento aquilo que pretende é vender a sua casa para voltar para Coimbra, esperando que o seu marido consiga regressar e trabalhar por conta própria como empresário da construção civil.

Carina começou a namorar quando tinha 15 anos, no entanto atribui pouca importância a essas relações (“*normalmente eu não namorava muito tempo, eu enchia-me depressa dos rapazes*”). Para além do actual marido, na sua trajectória amorosa apenas destaca o seu primeiro namoro que durou cerca de dois meses: “*Tive outros pelo meio mas era pouco tempo, 15 dias, 3 semanas, nem me lembro dos nomes, não era muito tempo. Eu estava mais tempo sozinha do que com alguém.*” Ressalte-se, uma vez mais, que esta descrição omite o facto (relatado pela sua mãe) de ter tido um outro namorado com quem Carina teria chegado a fugir.

Carina conta-nos que começou a namorar com o seu actual marido aos 18 anos e que o terá conhecido num bar em Coimbra, durante umas férias. Em comparação com os outros

namorados considera que ele “*era mais atencioso*”: “*Ouvia-me melhor, era meu amigo, era meu namorado e amigo, conselheiro.*” Afirma que foi com ele que teve a sua primeira relação sexual, aos 18 anos. Reproduzindo, em certa medida, o padrão das outras mulheres desta linhagem, Carina refere que, na altura, sentiu alguns receios, mas que o seu parceiro – mais experiente e sempre complacente – foi capaz de dissipar essa tensão.

Carina casou aos 20 anos, depois de dois anos de namoro. Afirma que o casamento significou para si uma maior liberdade: “*Digamos que há mais liberdade, a gente sente-se mais livre. Há pessoas que dizem que é ao contrário mas eu não acho, acho que quando a gente está junto ou casado há mais liberdade, a gente sente-se mais à vontade do que antes. Antes há aquela parte do ciúme, depois não, há outra forma de pensar.*” Refere ainda que não sentiu qualquer dificuldade de adaptação e que, apesar da distância geográfica que a separa do marido, continua neste momento a sentir-se muito próxima e cúmplice dele.

Aos 20 anos, Carina foi mãe pela primeira vez de um rapaz e uma segunda vez, aos 24 de uma rapariga. Afirma que nenhuma das gravidezes foi planeada mas que sempre quis ser mãe. Considera que a experiência da maternidade tem sido muito positiva: “*É bom ter de cuidar das crianças, tornam a pessoa mais madura, mais experiente na vida, a gente sente-se feliz com os filhos, apesar dos problemas, porque eles... um fica doente, outro não dorme de noite, mas é sempre muito bom.*”

Embora diga não fazer distinções no que diz respeito aos seus filhos, admite que do primeiro para o segundo ganhou “*mais experiência*”: “*No primeiro não havia tanta experiência, agora já tenho mais experiência, já sei melhor como hei-de lidar com ela, o que é que hei-de dar de comer, como é que hei-de fazer. É diferente.*” Para além disso, a sua experiência leva-a a crer que os filhos rapazes são “*mais meigos*” enquanto as raparigas são “*mais rebeldes*” e “*choram por tudo e por nada*”. Afirma que com os seus filhos pretende falar de assuntos sobre os quais os seus pais nunca falaram (droga, álcool, sexualidade, etc.), e diz-se empenhada em dar uma “*boa educação*”, não só ao nível escolar como também no que se refere às demais esferas da vida social. Afinal, em seu entender, a maior responsabilidade de uma mãe consiste em “*integrar os filhos na sociedade*”.

No que à vivência sexual diz respeito, podemos afirmar que o discurso de Carina se caracteriza por um à-vontade discursivo, que contrasta grandemente com os das gerações anteriores. Para começar, Carina vem reforçar a importância da sexualidade e da comunicação com o parceiro, valorizando o prazer, a experiência e o protagonismo feminino nesse campo da interação do casal: “*A sexualidade é importante porque, no casal, as pessoas ficam mais unidas, mais confiantes. Podemos estar chateados ao final do dia, ralhar e tudo mais, mas*

depois há uma intimidade, há uma união, acho que é importante.” De resto, refere ainda que é sobretudo com o marido com quem mais fala sobre questões ligadas à sexualidade, partilhando com ele as suas preferências, desejos e fantasias que espera vir a concretizar: “ [Eu e o meu marido] *falamos muito daquilo que gostamos mais, do que não gostamos, como é que queremos, qual é a posição que queremos, como é que gostamos, o que é que gostamos que nos façam.*”

Num discurso que celebra as “novas liberdades” e advoga pelo acesso ao prazer, Carina adopta uma atitude liberal e desinibida no que toca a valores face à sexualidade. Para começar, vem desvalorizar a virgindade considerando que “*qualquer pessoa tem direito a sentir prazer e a ter a sua própria sexualidade*”. No entanto, diz-se consciente do valor desigual que, socialmente, se continua a atribuir à virgindade dos homens e das mulheres. Na sua opinião, “*o homem sente-se mais envergonhado, não pode dizer que é virgem porque fica mal para um homem dizer que é virgem, um homem é macho (risos), não pode ser virgem, enquanto que a mulher não, a mulher virgem até é um elogio para ela como se costuma dizer, quer dizer, hoje em dia se calhar já não, mas no tempo da minha mãe era*”.

Na mesma linha de liberalização do discurso, sobre relações ocasionais, Carina afirma não ter nada contra, reconhecendo até o interesse hedonista de tais condutas (“*para uma aventura acho que deve ser interessante*”). Já no que se refere ao tema da infidelidade sexual, apesar de começar por afirmar que homens e mulheres têm a mesma apetência para a serem infiéis (“*tanto é infiel um homem como uma mulher*”), Carina acaba por atribuir aos homens uma maior tendência para a “traição” sexual, corroborando, em sua justificação, velhos argumentos como o da irracionalidade masculina perante a sedução feminina: “*A mulher leva os homens. Ela pode levá-los até onde ela quiser, digamos assim. E então o homem sente-se seduzido e então é infiel.*”

Síntese de Tendências da Segunda Linhagem Familiar Feminina

Esta linhagem familiar feminina residente em concelhos das Terras de Bastos constitui-se de biografias e quadros normativos que, nuns casos, muito se parecem entre si, e noutros se apresentam completamente díspares. Desta análise às histórias individuais, percebemos que as trajectórias das duas primeiras gerações se assemelham enormemente tanto ao nível dimensões biográficas mais objectivas (escolaridade, percurso residencial, condições materiais de existência, culto religioso...), como em termos dos percursos e estilos de conjugalidade, como ainda no que se refere a normas e valores face às relações de género e à sexualidade. Contrariamente, na última geração, com a Filha desta linhagem, a história

familiar conhece um giro significativo, consubstanciado numa trajetória muito diferente das anteriores, com um perfil escolar e profissional distinto, um modelo de conjugalidade mais moderno e igualitário e uma matriz valorativa face à sexualidade diametralmente oposta às das gerações precedentes e, neste caso, bastante mais aberta e liberal.

Recapitulando os perfis normativos individuais presentes nesta linhagem, verificamos que o discurso da Avó se caracteriza pela tônica na dependência (da mulher face ao homem) e pelo centramento nos valores mais familialistas. No que concerne mais especificamente à sexualidade, impera uma perspectiva fortemente diferenciadora dos homens e das mulheres na sexualidade, associando-se à experiência pessoal a prevalência de sentimentos de passividade, pressão e vergonha. De uma maneira geral, avalia-se com manifesta apreensão as mudanças que se vão produzindo socialmente nesta esfera da vida dos indivíduos.

No discurso da Mãe salienta-se uma clara reprodução do padrão normativo da primeira geração, com persistência da visão tradicional e diferenciada do género e da pouca permissividade sexual. Reportando-se à experiência na primeira pessoa, o discurso desta Mãe vem atribuir pouca importância a realização e ao prazer sexuais, declarando uma conduta marcada pela passividade e sujeição femininas. De salientar, contudo, a tentativa de omissão das experiências sexuais antes do casamento, que nos sugere a desadequação entre práticas (mais plurais e disruptivas) e normas (mais conservadoras). Nesta linhagem, é justamente aqui, nesta segunda geração genealógica, que situamos o maior marco de desafio ao modelo ideológico preconizado, denunciado por esta postura de encobrimento dos acontecimentos biográficos.

Finalmente, com a Filha desta linhagem, o discurso normativo perfila-se bem mais liberal e igualitário que os declarados pela sua Mãe e Avó. Uma orientação conjugalista consubstanciada na valorização da experimentação e da reciprocidade no prazer sexual representa uma inovação substancial face aos quadros normativos da família. Ainda assim, não será inócua a ideia de haver, nesta entrevista, uma eventual ocultação de informações relativas à sua trajetória afectiva e sexual. Recordemos que, anteriormente, a Mãe de Carina havia referido um namorado com quem a filha terá fugido de casa, sendo que essa pessoa e essa situação concreta estão absolutamente ausentes na história biográfica partilhada pela Filha. Ora, apesar de declarar uma trajetória pouco diversificada no que se refere a parceiros sexuais e a relações amorosas antes do casamento, tais indícios levam-nos a suspeitar que, na realidade, a sua experiência seja um pouco mais plural. Esta suspeita, por sua vez, vem sugerir-nos ainda que, não obstante adoptar uma atitude nitidamente desinibida face à experiência sexual (nomeadamente no contexto da conjugalidade), esta entrevistada pode

eventualmente acusar uma certa pressão para a conformidade ao modelo tradicional de feminilidade, forçando a coincidência entre a sua história pessoal e um ideal de maior contenção sexual.

6.1.3 Do experimentalismo improvável à soberania dos afectos

Teresa, Avó desta linhagem familiar, tem 73 anos, nasceu em Lisboa e é viúva. Filha de mãe portuguesa e de pai arménio, a infância de Teresa foi passada na companhia da mãe (secretária administrativa de profissão) e das empregadas domésticas. Teresa foi educada na doutrina católica (embora o seu pai fosse ortodoxo) mas cedo deixou de praticar o culto. Hoje em dia afirma não ter uma religião.

Como presságio de uma trajectória pouco comum para a época, os seus pais nunca viveram juntos. O seu pai – empresário de sucesso e mecenas de arte – sempre a acompanhou e visitava-a com frequência, mas, estando casado com outra pessoa que não a sua mãe, tinha outra família legítima. Da mãe, Teresa refere que era uma pessoa “*rígida*”, “*preconceituosa*” e “*fria*”, acrescentando que “*nunca soube dar um carinho, nunca soube dar um beijo*”. Consigo terá sempre sido muito exigente: “*Ela quis que eu tivesse tudo e mais alguma coisa e não me perdoava nada*”. Já o seu pai, descreve-o como “*uma pessoa muito culta, que sabia tudo*”, embora não mantivesse com ele uma relação de grande proximidade: “*O meu pai trabalhava. Trabalhava e muito. Vinha lá a casa mas era uma hora, ou coisa assim e portanto não falava muito com ele. Ele era bastante mais velho, nasceu em 1894 (...) era um pai-avô, digamos.*”

A sua infância e adolescência foram então passadas entre casa e o colégio onde estudava. Como não mantinha muito contacto com os seus meios-irmãos (filhos do casamento do seu pai), passava muito tempo sozinha, ainda que vigiada pelas empregadas. O convívio com colegas estava estritamente regulado (“*as minhas colegas nem todas tinham acesso à minha casa. A minha mãe é que escolhia quem podia ir. Quando ela metia na cabeça que alguma era mais extrovertida ou isso, já não podia ir.*”), e, naturalmente, que o contacto com o sexo oposto merecia ainda mais restrições: “*O meu pai também sempre foi muito castrador com os rapazes. No liceu não havia esse problema porque era só feminino. Mas no Verão, eu ia para a praia (...) e por isso tinha contacto com amigos. Mas o meu pai nem sonhava que eu me dava com rapazes!*”

Apesar da disciplina, refere que “*havia tentativas de rebeldia*”. No Verão dos seus 15 anos, Teresa foi estudar inglês para um colégio em Londres e, valendo-se da distância, pôde

ter acesso a experiências emancipatórias (tais como sair ou fumar) que, em Portugal e sob a vigilância dos seus pais, lhe estariam completamente interditas.

Relata uma infância e uma juventude economicamente privilegiadas, com acesso a uma “*educação muito completa*” e a bens materiais exclusivos. Ainda assim, afirma só ter tido consciência da sua situação favorecida já tarde: “*Só muito mais tarde me apercebi que o meu pai era rico (...). Para mim era natural ter determinadas coisas*”. Na juventude, Teresa dispunha de uma mesada assegurada pelo seu pai que lhe permitia, entre outras coisas, comprar revistas de cinema e discos. Recorda-se que tinha ainda “*conta aberta*” em muitas livrarias, tendo, por isso, podido comprar “*todos os livros que quis*”.

Teresa fez o ensino básico num colégio privado e o ensino secundário num colégio público da capital. Refere que o seu percurso escolar foi “*muito bom*” e que, chegada aos exames, “*rebetava as escalas*”. Quando teve de eleger um curso universitário, a sua primeira opção era Engenharia, mas – condicionada pelo seu pai que achava que essa não seria uma formação apropriada para mulheres – acabou por escolher um curso de Línguas e Literaturas.

Enquanto estudava, Teresa mantinha a ilusão de que o seu pai lhe “*arranjaria um emprego*” quando terminasse o curso (“*ele tinha muitas amizades e na altura era assim que se arranjavam os empregos*”). No entanto, a sua morte inesperada quando Teresa era ainda estudante, veio alterar os planos: assim que se licenciou, concorreu a uma posição de tradutora na Força Aérea, acabando por ficar com a vaga. Três anos mais tarde, mudou para o sector da banca, onde se manteve até à reforma, desempenhando funções de responsável de um departamento da instituição bancária. Ao longo da sua trajectória profissional nunca terá passado por períodos de desemprego: “*Arranjei sempre logo emprego. E sempre por mérito*”, afirma.

Apesar de uma trajectória profissional estável, a situação financeira de Teresa conheceu altos e baixos. Habituada, desde sempre, a um elevado nível de vida sustentado não só pelos rendimentos do seu trabalho mas também pelos lucros dos negócios herdados do seu pai, a sua vida ressentiu-se grandemente com o decreto de insolvência das suas empresas (“*fiquei sem nada e fiquei só com o ordenado do banco*”). Na tentativa de, ainda assim, manter a qualidade de vida a que Teresa e os seus filhos estavam habituados, foi fazendo manobras financeiras arriscadas, que lhe chegaram a custar a perda de património e uma dívida pela qual ainda hoje está a pagar. Nas suas palavras, “*a partir daí a minha vida começou a ser muito difícil financeiramente e eu comecei a encalacrar-me (...). Encalacrei-me muito.*”

No que concerne à sua trajetória conjugal, foi nas férias de Verão dos antes seus 17 anos, que Teresa conheceu aquele que viria a ser o seu primeiro marido. Alguns meses mais tarde, quando descobriu que haviam mantido relações sexuais, a sua mãe forçou-a a casar. Estava então no primeiro ano da faculdade: *“Nunca teria casado tão cedo. Nem queria!”*

Seguindo a recomendação do seu pai, depois de casarem, Teresa e o seu marido mantiveram-se a viver em casa da sua mãe, para poderem prosseguir os estudos. Só mais tarde, aquando do nascimento da sua segunda filha (Mãe nesta linhagem), o casal se mudou para uma casa própria: *“O meu pai alugou-nos uma casa. Pagava ele a renda e eu saí da casa da minha mãe”*.

Do primeiro marido, refere que esteve inicialmente *“muito apaixonada”*, mas que cedo a relação se tornou conflituosa. Teresa atribui ao carácter misógino (*“tem a mania que só os rapazes são bons!”*) e ao temperamento agressivo do seu marido, a raiz das desavenças: *“Em público era sempre a deitar-me abaixo! Eu não podia conversar com ninguém, com amigos dele, nem nada, que era sempre a deitar-me abaixo e a mandar-me calar. Para além de ser também uma pessoa violenta. (...) Quando estava nervoso, batia e fazia-me essas coisas todas. Amachucava-me”*.

Aos 30 anos e com quatro filhos – depois de algumas tentativas falhadas de reconciliação- Teresa separou-se judicialmente (a separação só seria convertida em divórcio em 1975). Foi nessa altura que conheceu o seu segundo marido, um colega de trabalho, com quem teve mais duas filhas.

Descreve esse segundo casamento como *“um grande amor”*, destacando a *“ligação física muito grande”* que a unia ao marido. Contudo, seria também uma relação muito instável, onde separações e reconciliações se iam intercalando: *“A nossa vida foi uma vida muito esquisita. Eu tive um grande amor por ele, mas ele tão depressa estava em casa, como saía. Entrava e saía, saía e entrava.”* Foi também um casamento marcado por infidelidades sexuais de parte a parte: *“Quando me apercebi que ele me era infiel, comecei também eu a arranjar outros... a dar atenção a outras pessoas, porque na altura eu era muito jeitosa, era bonita, e tinha sempre montes de homens atrás de mim”*.

Quando as suas filhas mais novas eram adolescentes, Teresa e o seu segundo marido separaram-se e estiveram cerca de 10 anos sem se verem. Mais tarde, quando este já se encontrava numa fase avançada de doença, reencontraram-se e voltaram a viver juntos. Teresa dispôs-se a esquecer as incompatibilidades do passado e cuidou dele durante o tempo que lhe restou de vida: *“Foi um ano muito feliz, muito feliz. Nesse ano que ele esteve em casa fomos muito felizes!”*. Afirma que *“conversava muito com ele”* e que puderam conviver como nunca

antes o tinham feito: *“Antes havia uma ligação sexual muito forte entre nós, mas ele descuidava muito a convivência. (...) [Nesse ano] eu conversava muito com ele, punha-o a ver filmes, (...) dei-lhe esperança na vida. (...) E perdoei. Perdoei mesmo! Porque no fundo, apesar de eu ter tido outros amantes e outras coisas assim, de quem eu gostava era dele!”*

Teresa tem cinco filhas. Três do primeiro casamento e duas do segundo. Em relação à sua educação, Teresa afirma que nunca as forçou a nada e que o que fez foi *“cultivar-lhes o desejo de ir mais além”* e esforçar-se para que todas tivessem as mesmas oportunidades. Para além disso, afirma que procurou consciencializá-las para as desigualdades sociais de género: *“Sempre as incentivei a que uma pessoa não pode ser boa, tem de ser muito boa. Sobretudo sendo mulher, porque as mulheres sempre foram desprezadas em termos sociais e portanto tiveram sempre de mostrar o dobro dos outros.”*

Em certa medida, admite, no entanto, ter sido *“demasiado exigente”* com as suas filhas no que toca às suas redes de sociabilidade, um pouco à semelhança da sua própria mãe: *“Embora eu tentasse amenizar um pouco, no fundo, eu também queria que elas conhecessem pessoas... era um bocado exigente com os amigos e essas coisas”*. Assume também que, em determinadas alturas da sua vida, beneficiando então de uma condição económica e social privilegiada, terá delegado bastante o cuidado e a educação das suas filhas (das mais velhas, pelo menos) às empregadas. Nessas alturas – reconhece - terá dado prioridade à sua vida profissional e social, não dedicando às suas filhas a *“atenção devida”*. Numa espécie de compensação retroactiva, declara: *“Reconheço e tenho feito os possíveis para obviar isso nos meus netos. Tento dar a atenção que não dei”*.

Contudo, a experiência da maternidade não terá sido sempre igual. Teresa afirma que as suas filhas mais novas, nascidas numa fase diferente e mais calma da sua vida, terão beneficiado de algumas vantagens por comparação com as mais velhas. Durante a infância das mais novas, Teresa pôde acompanhá-las e dedicar-lhes mais tempo; e, na sua juventude, estas também terão também gozado de maiores doses de liberdade e permissividade: *“Fiz às mais novas coisas que não fiz às mais velhas. Deixei, por exemplo, namorados ficarem lá em casa e essas coisas assim que não tinha deixado às mais velhas”*.

Considera que sempre foi uma mãe liberal no que toca a temas como a sexualidade. Pelo menos, mais do que os seus pais terão sido consigo: *“A minha mãe nunca me explicou nada disso, o que aprendi foi com os livros. (...) Com o meu pai também nem tinha conversas dessas”*. O facto do seu primeiro marido ser formado em medicina, facilitou-lhe o acesso a informação sobre a sexualidade e contraceção e, de resto, tudo o que aprendeu foi *“à custa de experiência própria”* ou *“em conversa com as colegas”*.

Teresa é apologista de uma educação para o prazer sexual no feminino (“*as mulheres não podem estar à espera que os homens saibam tudo*”) e lamenta, em nome próprio, o preconceito que este tema gera: “*Eu acho que essas coisas todas são muito importantes. E acho que isso falhou redondamente na minha educação. Nisso eu não tive educação!*”. Não obstante a sua abertura, admite que as filhas nunca a procuraram para partilhar com ela a suas experiências e dúvidas face à sexualidade: “*As minhas filhas não tiveram essas conversas comigo porque não quiseram, (...) mas se me tivessem procurado eu contava.*”

Com um percurso de vida algo peculiar (“*a minha vida dava uma telenovela, não é?*”) Teresa revela atitudes e valores pouco comuns e, no caso, bem mais permissivos e tolerantes que os da generalidade das mulheres da sua geração. Posicionando-se a favor de questões como a homossexualidade e as relações ocasionais, relativizando as normas da fidelidade conjugal e advogando pelo direito ao prazer numa lógica de igualdade, Teresa rompe com o perfil normativo e biográfico da época e encabeça uma linhagem feminina de perfil liberal.

Luísa, de 50 anos, ocupa a posição genealógica de Mãe nesta linhagem familiar de Lisboa. Doutorada em Antropologia, Luísa vive em união de facto há 34 anos e tem uma filha.

A sua infância foi passada em Lisboa, numa casa cheia: é segunda de cinco irmãs. Desse tempo, e enquanto os seus pais viveram juntos (até aos seus 9 anos), recorda que as crianças faziam uma vida separada da dos adultos: “*Só ao fim-de-semana é que comíamos todos juntos ou havia alguma actividade de lazer em conjunto*”. No resto do tempo, Luísa e as suas irmãs estariam entregues a empregadas.

Apesar de ver a sua mãe diariamente, refere que esta “*não cuidava das filhas, apenas verificava se estávamos a ser bem cuidadas*”. Já o seu pai, descreve-o como “*uma pessoa muito rígida e autoritária*”.

As férias escolares de Verão eram passadas com a avó, numa casa perto da praia. É, de facto, desses meses que guarda as melhores recordações de infância: “*A liberdade de andar pelos campos de bicicleta ou a apanhar caracóis, andar de volta de patos e galinhas com a minha irmã mais velha, andar de burro e ir dentro de um cesto de vindimas (...). Andar a apanhar peixes com um camaroeiro nas poças deixadas pela maré, (...) brincar com alguns amigos e crianças que viviam perto e que nos visitavam e com quem fazíamos um grupo de jogos na praia*”. No entanto, apesar do tempo que passava em sua casa, considera que, tal como a sua mãe, a sua avó também não seria “*uma pessoa muito afectiva*”, sendo os afectos mais frequentemente expressos por via de prendas ou de prémios.

No que toca a percurso escolar e profissional, Luísa completou a escolaridade primária num colégio privado, tendo depois feito o segundo e terceiro ciclos do ensino básico numa

escola pública. Quando terminou o 9º ano, interrompeu os estudos e começou a trabalhar na empresa da família.

Já tinha perto de 30 anos quando a empresa da família abriu falência e fechou. Nessa altura, Luísa decidiu voltar a estudar, completando o ensino secundário. Com 33 anos, inscreveu-se na universidade num curso que viria a terminar aos 39 anos. Durante esse tempo, acumulou as funções de estudante com as de profissional, tendo trabalhado primeiro como secretária em empresas e depois, como comercial e representante de marcas estrangeiras em Portugal.

Dois anos depois de se ter licenciado em Antropologia, Luísa começou a colaborar em centros de investigação, tendo, entretanto, obtido o seu Doutoramento. Refere que o facto de ter seguido pela via da investigação, mais do que uma vocação, surgiu como uma forma possível de conseguir um “*trabalho remunerado*”, denunciando, contudo, a precariedade inerente à sua condição profissional: “*Tenho andado de bolsa em bolsa*”.

Luísa vive com Rui, seu companheiro desde há mais de três décadas e pai da sua filha. Rui (de 55 anos, 4ª classe) é empresário no sector do turismo, mas desde há algum tempo que o seu negócio atravessa uma fase menos próspera. Por essa razão, os rendimentos de Luísa são únicos que, de forma regular, vão assegurando o sustento do agregado. Assim, apesar de ter nascido no seio de uma família com recursos e num contexto de algum desafogo económico, ao longo do seu percurso, Luísa não tem vivido propriamente na abundância, tendo sido afectada em várias etapas da sua vida pela instabilidade económica e pelo agravamento das condições do mercado de trabalho.

Em certa medida, a juventude de Luísa foi marcada pela transgressão e ruptura face a normas sociais e familiares: “*Eu era a que estava sempre a fazer asneiras (...). Os jovens da minha geração, que viveram toda aquela abertura do 25 de Abril, toda a ideologia dos anos 60, eram muito mais malucos*”. O seu percurso juvenil revela uma orientação experimentalista e hedonista, associada, em alguns aspectos, a práticas e consumos de risco. Já a mãe de Luísa (Avó nesta análise linhagística), caracterizava a adolescência da sua filha como “*um descalabro*”, relatando episódios de absentismo escolar, consumo de drogas, uma interrupção voluntária de gravidez, e até uma tentativa de fuga do país aos 15 anos: “*Foi na época hippy e a minha filha tornou-se hippy!*”, dizia-nos Teresa. Ainda assim, Luísa refere que a conquista de liberdade não foi fácil: “*Estar e sair com os amigos foi muito difícil de conseguir, houve muita discussão e negociação, acho que acabei por conseguir [a liberdade] aos poucos, deixando a vida facilitada às minhas irmãs mais novas.*” De qualquer forma, recorda que foi “*muito criticada e humilhada*” pela sua mãe, pelo seu estilo de vida, pela sua

maneira de vestir e pelo seu grupo de amigos: *“Ela dizia-me que eu ‘puxava para o chinelo’, por comparação com a minha irmã mais velha que tinha amigos todos certinhos e era muito boa aluna.”*

No que toca à sexualidade, Luísa considera que, na juventude, a sua geração foi protagonista de uma aspiração e concretização experimentalistas sem precedentes: *“Acho que havia pouca informação na minha adolescência, mas havia toda uma ideologia de amor livre, que era o trocar de parceiros, era o ter-se relações sexuais descomprometidas, no sentido de ‘hoje com um amanhã com outro’”*. Neste contexto, a sua própria experiência é depositária desta vanguarda desafiadora das heranças estabelecidas: tendo tido a sua primeira relação sexual com apenas 12 anos (com alguém seis anos mais velho), Luísa viveu na adolescência relações múltiplas e descomprometidas: *“Tive essa experiência. Fazia-se. Os jovens experimentavam.”*

Foi aos 17 anos que Luísa começou a namorar com Rui. Nessa altura, e uma vez que Rui era proveniente de um meio social menos favorecido, a relação não terá sido bem aceite pela sua mãe, e *“em ruptura”*, Luísa saiu de casa da família para viver em coabitação com o seu namorado, partilhando um apartamento com outros dois casais. Um ano mais tarde, o casal mudou-se para a casa onde ainda hoje reside, em Lisboa.

A sua saída não representou, contudo, uma quebra dos vínculos familiares. Pelo contrário, Luísa manteve-se muito próxima das suas irmãs mais novas, acolhendo-as muitas vezes em sua casa e procurando, de certa forma, providenciar a estabilidade que estas não encontrariam em casa da sua mãe: *“Muito depressa, eu comecei a tentar proteger as minhas irmãs, porque tinha noção daquilo que eu tinha passado e do desequilíbrio da minha mãe. (...) Sempre puxei muito as minhas irmãs para minha casa. (...) Passavam o tempo todo em minha casa. Depois levava-as muito a passar as férias comigo e durante muitos anos eu sempre tentei... porque eu tinha a noção que eu e o Rui tínhamos uma relação equilibrada e que elas precisavam de algum porto seguro e de alguma referência de estabilidade. Tanto que o Rui é uma figura, eu diria mesmo, paterna para elas.”*

Aos 20 anos, Luísa torna-se mãe da sua única filha. Considera que a esta sempre lhe terá proporcionado um ambiente familiar estável, diferente daquele onde cresceu. Destaca a cumplicidade e grande abertura que têm caracterizado a relação com a sua filha, sem nunca menosprezar a importância dos afectos. Para além disso é perentória em caracterizar a parentalidade exercida como um exemplo no que toca à igualdade de género (*“a minha filha foi educada na igualdade, integralmente. E o que ela observou em casa sempre foi isso”*).

De resto, Luísa tende a assumir uma postura liberal face a vivência da intimidade. Afirma-se aberta e tolerante face à diversidade e valoriza a satisfação sexual tanto na realização pessoal como no contexto da conjugalidade. Reportando-se às suas normas pessoais, declara não dissociar a sexualidade dos afectos, considerando que, no seu caso, essa “ponte” é essencial para uma satisfação plena: *“Enquanto eu não percebi isso, havia uma dualidade em mim de insatisfação, porque nem uma coisa nem outra, nem a relação afectiva nem a sexualidade, me satisfiziam completamente. Porque eu não sabia ligá-las.”*

Em grande medida, Luísa atribui à educação inculcada pela sua mãe a razão desta dificuldade inicial em assumir a sexualidade no quadro de uma relação afectiva mais abrangente. Neste sentido, afirma: *“Ao longo da minha vida, a minha mãe deu-me, a mim às minhas irmãs uma imagem da relação homem - mulher muito baseada na ideia de que o que é importante é o sexo: ‘se tu não és boa no sexo, o homem não te quer, larga-te!’ E eu levei algum tempo a perceber que, ok, o sexo é muito importante, mas não é só o sexo que é importante. (...) A minha mãe via assim a relação homem – mulher, percebes? Toda a parte de companheirismo e afectividade, para ela [não interessava] ”*. Desta forma, apesar de em termos abstractos, se posicionar a favor de uma liberalização das normas face à sexualidade, a sua trajectória e socialização levam-na a adoptar para si mesma uma visão da sexualidade subordinada à relação sentimental e aos afectos, afastando-se assim dos valores mais individualistas e experimentalistas da sexualidade: *“Acho que os seres humanos também vivem de afectos, e de facto, reconheço que ligo muito a sexualidade aos afectos. Ligo! Mas, se calhar, isso tem muito a ver com o meu percurso de vida, também.”*

Finalmente, Susana, que ocupa a posição de Filha nesta linhagem, tem 29 anos, vive em Lisboa em coabitação com um namorado de há seis anos.

Esta entrevistada diz-nos que sempre se sentiu muito próxima dos seus pais. Em pequena, refere que o seu pai estava mais ausente por questões de trabalho e que, portanto, era com a sua mãe que passava mais tempo. No entanto, a situação ter-se-á invertido por volta dos seus 11 anos e foi nessa altura que a relação com o seu pai se estreitou podendo, finalmente, descobrir facetas suas que desconhecia até então: *“Havia certas coisas que eu não conhecia do meu pai... o sentir que ele era engraçado, que dizia piadas e que eu conseguia rir de coisas que ele dizia... foi tudo coisas que eu percebi mais velha e não tão pequenina”*.

Desses tempos recorda ainda as brincadeiras com as “amigas do prédio”, os passeios de Domingo que culminavam na visita aos avós, e o convívio muito cercano com duas das suas tias com quem brincava e que cuidavam de si nas férias.

Quando avalia o seu percurso escolar, Susana conclui que foi “*uma aluna mediana*”, empenhada nas matérias de que gostava, mas pouco aplicada naquilo que não lhe despertava interesse (“*sempre fui de ‘se gosto, esforço-me. Se não gosto, não quero!’*”). Fez a escola primária em colégios privados e o ensino preparatório e secundário num liceu público e afirma que os seus pais sempre acompanharam a sua vida escolar ajudando-a a estudar e a superar as dificuldades. Ainda assim, admite que houve alturas em que receou defraudar as suas expectativas: “*Houve fases da minha vida em que achava que eu não conseguia atingir os objectivos que eles queriam para mim, mas depois ficava tão frustrada com o facto de não conseguir que acabava por transparecer e eles acabavam por dizer ‘não faz mal’ ou ‘está tudo bem, não tens de ser a melhor do mundo de maneira nenhuma’.* (...) *Acabei por ser um pouco acompanhada nesse sentido.*” Quando terminou o ensino secundário, optou por um curso técnico-profissional de joalheria - uma área que sempre lhe suscitou interesse. Terá concluído o curso com cerca de 22 anos e sente-se satisfeita e realizada com a sua escolha.

A partir dos 17 anos, Susana começou a ter alguns trabalhos remunerados, que desempenhava a tempo parcial, conciliando-os com as obrigações escolares. Mais tarde, coincidindo também com finalização do seu curso, teve a oportunidade de trabalhar durante um ano num atelier de joalheria: “*Essa foi a única vez que trabalhei na área em que me formei*”. Desde então, tem exercido funções de administrativa, encontrando-se actualmente a trabalhar numa empresa do sector editorial. Apesar de satisfeita com a sua condição laboral, Susana alimenta a esperança de um dia voltar a trabalhar na área da sua formação.

Susana considera que não foi “*uma adolescente fácil*” e que a conquista da sua autonomia terá dado aso a alguns conflitos familiares: “*Sempre fui um bocadinho rebelde e muitas vezes houve conflitos, guerras, porque eu dizia que a minha mãe era má e depois insistia com o meu pai e tentava fazer ali um remoinho, mas sem sucesso*”. Como contrapartida a uma maior liberdade, os seus pais exigiam-lhe que cumprisse com as suas responsabilidades escolares assim como com as normas que lhe iam impondo (nomeadamente quanto a horários). Quando incumpria de alguma forma, Susana afirma que “*voltava à estaca zero!*”. Apesar de na altura se insurgir contra os seus pais, hoje reconhece que a estavam a educar para uma liberdade responsável. Em todo o caso, admite que gozaria de maior permissividade que a maioria dos colegas da escola, tendo começado a sair à noite mais precocemente que eles.

Susana caracteriza a relação que tem com os seus pais como sendo franca e aberta. De uma maneira geral, considera que a sua mãe se esforçou por lhe transmitir uma educação diferente daquela que recebeu: “*Acho que a minha mãe comigo tentou fazer exactamente o*

contrário daquilo que se passou com ela e com a mãe. (...) A minha mãe tentou não reproduzir tudo aquilo com que não concordava e que lhe foi feito a ela... pela falta de tempo da minha avó, pelo facto de ela ter não sei quantos filhos... (...) Acho que eu sou um pouco o espelho do que ela me transmitiu a mim e dos ideais e dos valores em que ela acreditou.”

O sentimento de proximidade e de identificação normativa de Susana em relação aos seus pais é evidente. Corroborando o testemunho da sua mãe, afirma que foi educada num ambiente de plena igualdade de género, que agora reproduz na sua relação conjugal (“*nem conseguia viver de outra forma! Para mim isso é uma coisa absolutamente impensável!*”). No entanto, em relação aos seus pais, tem consciência de que o seu exemplo não seria representativo das normas geracionais da altura.

A sua mãe terá ainda sido uma fonte importante de saber em relação às mudanças na puberdade. E também, no que concerne a sexualidade, afirma que não teria tido problemas em esclarecer alguma dúvida com os seus pais, caso tivesse sido necessário. No entanto, refere que as “*conversas com os colegas*” e a educação sexual na escola foram suficientes e cumpriram com os objectivos: “*Tive uma professora (...) que nos explicou tudo e eu não tive necessidade de vir para casa perguntar*”.

Susana teve o seu primeiro “*namorado a sério*” aos 13 anos – uma relação que viria a durar 5 anos. Foi com esse namorado (seis anos mais velho) que teve a sua primeira relação sexual, também aos 13 anos. Na altura, não comentou directamente o assunto com a sua mãe mas tê-la-á advertido da necessidade de ir a uma consulta de ginecologia. A sua mãe aceitou, sem problemas nem questionamentos, a sua decisão.

Aos 18 anos, Susana teve outra relação da qual, apesar de ter durado 5 anos, pouco fala, referindo apenas que a separação foi “*muito sofrida*”. Aos 23 anos, terminado esse segundo namoro, iniciou uma relação com a pessoa com que hoje vive em coabitação. O seu companheiro, cinco anos mais velho, é pai de uma criança de 11 anos. Susana refere que na adaptação à vida a dois foi “*tudo muito pacífico, com muito calma*”, tendo procurado evitar “*grandes pressas*” e “*erros do passado*”. Afirma que, de início, não foi facilmente aceite pelo seu enteado mas que, entretanto, essas dificuldades foram sendo superadas.

Para além de se posicionar definitivamente a favor dos ideais de igualdade de género (como vimos), Susana revela um perfil normativo liberal e tolerante face a questões tão diversas como as relações ocasionais, o uso de objectos eróticos, as identidades sexuais minoritárias ou a diversidade dos repertórios sexuais. No que concerne a normas pessoais, admite contudo a incapacidade de dissociar a experiência sexual do sentimento afectivo, refreando, em certa medida, os valores experimentalistas: “*Não me considero uma pessoa*

conservadora, embora tenha muito aquela coisa do sentimento. Mas isso tem a ver comigo, tem a ver com a minha forma de sentir as coisas. As pessoas não são todas iguais e nem toda a gente tem de ser como eu ou ver as coisas da mesma forma que eu. Em todo o caso, acho que me considero uma pessoa liberal.”

Síntese de Tendências da Terceira Linhagem Familiar Feminina

A Avó desta linhagem familiar feminina residente em Lisboa parte de uma condição social privilegiada com acesso a educação, a bens materiais e a viagens pouco acessíveis às massas daquela época. Estuda, investe na carreira profissional e, a dada altura, partilha com outros (com as empregadas) o cuidado das suas filhas. Desta forma - rompendo com o modelo de classe e género da época - dedica-se à profissão, à vida social, e às relações a dois (de casal), para lá da sua condição de mãe. Em última análise, empenha-se na sua realização pessoal e na manutenção de um estatuto social. Mas, apesar de tudo, é ainda nesta geração que esta linhagem conhece um movimento descendente no que toca à condição económica. Em rigor, esta Avó herdou uma posição social que foi incapaz, na sua geração, de conservar e passar às gerações seguintes.

Em termos de valores e condutas face ao género e à intimidade, a Avó desta linhagem corta com os cânones disciplinadores em que foi socializada, rompendo com a *mise en scene* da feminilidade da época e com a visão de pudor e recato da vida íntima. Na sua biografia, ressent-se de um primeiro casamento pouco (ou nada) gratificante, mas do qual se “liberta” a tempo de refazer o seu caminho e recuperar a independência e a agência da sua própria vida. Neste sentido, podemos dizer que inova não só ao dismantelar o seu primeiro casamento, mas sobretudo ao refazer a sua vida junto de um novo companheiro e ao alcançar com ele uma maior igualdade de género. Inova também ao educar as suas filhas nos valores da igualdade de género e no exemplo da emancipação feminina.

Da mesma forma, o seu discurso afasta-se grandemente da norma geracional ao fazer das relações sexuais o barómetro de qualidade dos relacionamentos conjugais: tem e assume sem resistências várias relações extraconjugais e é prolixa na valorização do prazer sexual feminino. Adere a discursos libertadores e tolerantes, nomeadamente a favor das minorias sexuais, das relações ocasionais, do experimentalismo sexual juvenil, etc. Admitindo não ter estado imune a alguns preconceitos na educação das suas filhas (em particular, aos preconceitos de classe), acredita que, no que toca a temas da sexualidade, lhes proporcionou, para a época, um ambiente de grande tolerância e abertura.

Na segunda geração, a Mãe é socializada num entorno familiar algo instável, que propiciou (pelo relaxamento da regulação e controlo sobre as condutas) o experimentalismo na sua juventude e o desafio das normas sociais. No entanto, a sua fase mais experimentalista e disruptiva não terá sido muito prolongada no tempo. Na verdade, a emancipação precoce face à sua família de origem (a independência residencial e a coabitação com o parceiro aos 18 anos) – longe de representar uma libertação face a um meio opressivo ou restritivo das liberdades individuais – é antes descrito por esta Mãe como uma tentativa de estabilização das relações familiares. Por outro lado, as normas transmitidas pela geração precedente face à sexualidade (no sentido de uma liberalização da conduta e do prazer) embora podendo ser vistas como legitimadoras da conduta experimentalista protagonizada por esta Mãe em determinada fase da sua juventude, mereceram posteriormente o seu questionamento, tendo vindo a ser substituídas por discursos valorizadores, em primeiro lugar, do envolvimento emocional entre parceiros. Na verdade, a harmonização da vida familiar e a sentimentalização da relação conjugal passaram a ser os grandes princípios normativos da vivência da intimidade nesta entrevistada, em detrimento do legado mais liberal e individualista herdado da geração anterior.

Por fim, na terceira geração, o discurso da Filha desta linhagem põe em evidência uma grande afinidade face às normas transmitidas pela Mãe, e um maior distanciamento face às da primeira geração (da Avó). Em todo o caso, por comparação com o percurso desta entrevistada, podemos considerar que as histórias de vida das duas gerações precedentes foram mais desafiadoras das normas geracionais. Com efeito, a biografia afectiva e sexual protagonizada pela Filha é menos experimentalista que a da geração anterior embora coincidam em algumas questões como na iniciação sexual precoce (aos 12 anos a mãe e aos 13 a filha). De resto, não se verifica no discurso desta última geração uma disposição para romper com a herança normativa adquirida da geração anterior, assistindo-se, pelo contrário, à reedição de valores como o da igualdade de género, a sentimentalização da vida privada, o reforço do afectos na vivência da sexualidade, etc.

Em suma, de uma maneira geral, esta linhagem familiar perfila-se liberal e aberta no que toca a discursos e práticas relacionadas com a sexualidade. Todas as mulheres se manifestam disponíveis para falar (e educar a descendência) sobre estes temas, ainda que a experiência individual de cada uma delas nos sugira que esse conhecimento tenha sido adquirido mais por outras vias (livros, escola) do que propriamente pela transmissão directa de informação dentro da família.

Por outro lado, esta linhagem destaca-se por um movimento que quase podemos considerar contrário ao da tendência geracional observada a nível social: é na primeira geração que identificamos uma atitude mais libertária e valorizadora da sexualidade (e do sexo) na identidade pessoal, enquanto nas gerações mais novas (a Mãe e Filha) assistimos a uma atenuação da postura individualista e à consagração, em sua alternativa, dos valores da afectividade e da sentimentalização das relações. Podemos inclusivamente afirmar que a experiência e os ideários da Avó desta linhagem são os que mais desafiam as normas geracionais, sendo os da Neta os mais conformes às prescrições da sua geração.

6.2 Mudanças e Continuidades no Masculino

Tal como no feminino, também aqui, quando procuramos analisar a culturas de género e transmissão de normas face à sexualidade nas linhagens masculinas, somos levados a convocar narrativas familiares que, de alguma forma, possam reflectir distintos padrões de continuidades e mudanças ao longo da sucessão genealógica, assim como a influência dos chamados factores de mediação na apropriação dos modelos de género.

Como temos visto, são vários os autores (e.g. Giddens, 2001; Kimmel, 2004) que coincidem na ideia de que as transformações ocorridas nas vidas dos homens não têm sido tão aceleradas ou intensas quanto as verificadas nas últimas décadas no campo feminino, atribuindo-se sobretudo às mulheres o ónus da aproximação (material e simbólica) de género na contemporaneidade. Em termos práticos, e como também já temos vindo a referir, verificamos que os homens parecem constituir um grupo internamente mais coeso, no sentido de as *matrizes comportamentais e valorativas* (Vasconcelos, 1998) masculinas serem menos variáveis em função do perfil social dos sujeitos e do tempo social.

Naturalmente que tais constatações não surgem desligadas do carácter assimétrico das identidades de género na sociedade. De facto, como refere Amâncio (1994), enquanto o modelo feminino se baseia numa concepção unidimensional da mulher, a masculinidade tende a ser socialmente construída como pluridimensional e de forma mais independente face a contextos específicos. Para a autora, se a concepção do feminino é diluidora da distintividade no seio desta categoria social (no sentido em que uma mulher é sempre um referente exclusivo para outras mulheres) a categorização social do masculino, por seu lado, não acarreta tais limitações, já que se funda numa diversidade de competências que a tornam um símbolo da individualidade liberta dos constrangimentos contextuais.

Assim, também quando nos reportamos às mudanças geracionais nas normas e práticas face à sexualidade, percebemos que as condutas masculinas parecem gozar de maior autonomia e liberdade, sendo os seus quadros normativos mais flexíveis, desde a primeira geração. Aliás, não será inédita a ideia de que a masculinidade tradicional se pauta por uma espécie de duplicidade normativa, que permite conciliar, mais ou menos harmoniosamente, os valores conservadores da instituição e da família com os do experimentalismo viril, sendo as narrativas biográficas masculinas (em especial as da primeira geração) fecundas em indícios disso mesmo. Em suma, percebemos que se os modelos de feminilidade estavam concebidos numa lógica unívoca e altamente disciplinadora da conduta das mulheres (sobretudo no que se refere à sexualidade), os dos homens pareciam beneficiar de uma maior flexibilidade normativa que, em última análise, lhes ia concedendo maiores margens de liberdade para agir *legitimamente*.

Precisamente por isso, no momento em que nos incumbe seleccionar linhagens masculinas para, através delas, identificarmos mudanças e continuidades na masculinidade, mais do que centrar a análise em casos que possam ilustrar, em algum momento, um incumprimento normativo ou moral (como fizemos aquando da escolha das linhagens femininas), parece-nos mais interessante e revelador convocar linhagens familiares que, não obstante a particularidade dos perfis sociais e das histórias biográficas nelas contidas, espelhem a lógica dominante de transformação da masculinidade na nossa sociedade. Para este efeito, começaremos por apresentar uma linhagem masculina (6.2.1) que, sendo oriunda de um território transitório como o das Terras de Basto, vem representar com grande clareza as mudanças geracionais ocorridas no campo masculino em termos de valores e trajectórias face à intimidade. Depois, com a segunda linhagem (6.2.2), traremos à luz uma narrativa familiar que, erguendo-se num meio social muito conservador, vem introduzir algumas *nuances* aos padrões identificados (ainda que sem os obstar), lembrando-nos que qualquer tendência, por muito expressiva que seja, é sempre apropriada em função dos contextos de pertença e das contingências pessoais dos sujeitos.

6.2.1 Da masculinidade tradicional ao conjugalismo

Oriundo de uma família de proprietários camponeses, Fernando - Avô nesta linhagem familiar - nasceu há 85 anos em Vila Marim (concelho de Vila Real), tendo-se mudado com a família, aos 2 anos de idade, para uma aldeia de Ribeira de Pena.

Quando apenas tinha 8 anos, o seu pai faleceu. Nessa altura, o seu avô materno deixou a sua casa (onde viviam a sua mulher e os seus filhos) para ajudar a filha na gestão das terras

e na educação dos netos. Descreve a sua mãe como uma “mulher de excepção”, muito dedicada à família e respeitada por todos os filhos: “Era uma mulher fora do vulgar, (...) muita gente admirava-se por nós sermos criados sem pai e termos o respeito que tínhamos pela mãe.”

Na sua infância, o tempo era passado com os familiares (irmãos, em especial) e com empregados. Em sua casa, a homens e mulheres correspondiam quotidianos diferentes: a sua mãe e a sua irmã ocupavam-se das tarefas dentro da casa (quando não estava em casa, a sua irmã estava na companhia das tias-avós que a ensinavam a bordar e costurar), enquanto os rapazes gozavam de maior liberdade e passavam mais tempo fora de casa

As ocupações no campo (o cuidado com o gado, o acompanhamento dos caseiros, etc.) fizeram desde muito cedo parte do seu dia-a-dia. Fernando completou a 4ª classe aos 12 anos e aos 13 já negociava gado em feiras, contribuindo para o orçamento familiar. A ideia de prosseguir os estudos não parece ter feito parte das ambições da família: mais do que dedicação à escola, era importante assegurar a continuidade do ganha-pão da família. A gestão da casa estava a cargo da sua mãe, enquanto a gestão do trabalho nas terras era uma tarefa do seu avô que haveria de herdar.

Fernando começou a namorar com aquela que veio a ser a sua mulher por volta dos 14 anos. Durante o namoro de mais de 10 anos, foi tendo relacionamentos com outras mulheres, tendo a sua primeira relação sexual ocorrido aos 15 anos, com uma mulher de “reputação duvidosa”: “Aquilo que eu fiz fez o António, fez o Manel, que aquilo era uma mulher para lá meia abandonhada”. O relato desta trajectória evidencia o duplo padrão que distingue as mulheres honestas, com quem se casa e constitui família, das não honestas, com quem se experimenta e assim se asseguram outros requisitos essenciais à masculinidade tradicional: “Quem era o homem que ia casar com uma mulher que andasse com este e com aquele? Acho que não. A mulher ou era honesta ou não era honesta.”

Declara que “as amantes quase todas existiram na vida de um rapaz”, sugerindo ainda que a experimentação sexual constituía um tópico frequente nas conversas entre amigos. Refere que na juventude sempre gozou de liberdade para experimentar esses relacionamentos e que só o envolvimento com as empregadas da casa merecia a preocupação da sua mãe.

Entre os 22 e os 25 anos, Fernando cumpriu o serviço militar obrigatório em África, tendo sido esse o único período em que viveu longe da sua aldeia. Quando regressou, casou-se e, em virtude disso, o seu dia-a-dia conheceu algumas mudanças, com efeitos sobre a sua liberdade e autonomia: se por um lado, a vida a dois pressupôs o fim de determinados hábitos (“eu gostava de sair para os serões e depois isso acabou”), o casamento não deixou de ser

entendido como um passo importante na conquista de independência (material e simbólica) em relação à sua família de origem e, particularmente, à sua mãe, ainda que a sua ligação a esta tenha permanecido sempre muito estreita.

A partir dos 26 anos, os nascimentos dos filhos foram-se sucedendo, com pouco tempo de distância entre si. Fernando afirma que sempre ambicionou ser pai e que procurou proporcionar condições para os seus filhos estudarem: *“Tive de me mexer e de lutar para que (...) os meus filhos fossem mais do que eu. (...) E nunca quis que os meus filhos ficassem talvez atrás dos meus sobrinhos.”*

A sua mulher, também filha de proprietários de terras, tem sido toda a vida doméstica. Com a ajuda de uma empregada, sempre se ocupou do cuidado da casa e da educação dos nove filhos. Sobre diferenças no exercício da maternidade e da paternidade, Fernando reproduz as distinções tradicionais e é taxativo na afirmação de que é ao pai que compete garantir o sustento da família: *“A mãe, claro está, que não é aquela que vai ganhar o dinheiro para criar um filho, o pai é que tem a obrigação de se mexer.”*

O Pai desta linhagem masculina, Dinis, de 58 anos, nasceu na aldeia de Cerva e aí viveu com os seus pais, irmãos e avó até aos 9 anos. Desse tempo, recorda sobretudo a companhia da avó e da sua mãe, assim como as brincadeiras com os irmãos e com os primos. Em sua casa, as tarefas domésticas eram realizadas pelas três empregadas, pela sua mãe e também, a partir de determinada idade, pelas suas irmãs. Os rapazes estavam dispensados de qualquer obrigação deste tipo.

Entre os 9 e os 11 anos, para estar mais próximo da escola, Dinis foi viver para casa de uma tia. Nessa altura, o seu dia-a-dia era passado na companhia de alguns irmãos e primos (que também lá viviam e estudavam) e a sua educação obedecia a regras rígidas, nomeadamente no que dizia respeito ao cumprimento das obrigações religiosas.

Aos 11 anos, cumprindo a aspiração familiar, Dinis foi estudar para o seminário em Vila Real. Deste período, relembra episódios em que procurava escapar ao controle da Instituição. Desistiu do seminário aos 14 anos e refere que, apesar das expectativas defraudadas, a família aceitou relativamente bem a sua decisão, transferindo o desejo de vir a *“ter um padre na família”* para um dos seus irmãos. Dinis completou depois o actual 9º ano em Vila Real, continuando a residir com a sua tia que acompanhava de perto a sua vida escolar.

Por volta dos 17 anos, o pai desta linhagem das Terras de Basto foi viver para casa de uns tios no Porto, ingressando no ensino secundário. Foi também aí que permaneceu durante a

frequência do curso superior de Educação Física – escolha, aliás, que não terá sido facilmente aceite numa altura em que o desporto “*era qualquer coisa de marginal*”.

Durante a sua estadia no Porto, a sua liberdade e autonomia aumentaram, com efeitos sobre a diversificação da sua trajectória afectiva e sexual. Aos 17 anos, Dinis começou a namorar com alguém com quem iria manter uma relação de alguns anos. Foi também com essa idade que teve a sua primeira relação sexual, a qual ocorreu no contexto de uma visita de amigos a uma casa de prostituição.

Entre os 21 e os 23 anos interrompeu os estudos, para cumprir o serviço militar na Guiné, voltando depois para o Porto e, por alguns períodos, também Lisboa. Aos 24 anos começou a trabalhar como professor de Educação Física, vindo a efectivar numa escola do Porto.

Os anos pós-Revolução de 1974 foram marcados pela diversidade de encontros sexuais, que se foram sucedendo até aos 30 anos – altura em que se instala em Mondim de Basto e começa a namorar com aquela que viria a ser a sua mulher, também ela professora. O casamento, aos 32 anos, é assumido como uma marco importante de passagem para a idade adulta que vem romper com a inconstância da sua vida de solteiro, pressupondo o assumir de novas responsabilidades: “*Decidi parar com aquela vida [porque] ninguém admitia malucos!*”.

A adaptação à vida a dois foi positiva, tendo os primeiros anos de vida em conjunto sido marcados pela companhia constante de outros colegas de profissão: “*Nunca estávamos sozinhos, era difícil. Eramos poucos os que tínhamos casa e os professores como vinham de outros locais (...) moravam aqui em quartos e então os jantares eram quase sempre lá em casa*”.

Dinis teve o seu primeiro filho aos 33 anos e o segundo aos 41. Mantém uma relação de grande proximidade com eles, acompanhando-os dedicadamente no gosto que partilham pelas actividades desportivas.

Finalmente, Hugo, que ocupa a posição genealógica de Filho nesta linhagem, tem 24 anos e nasceu no Porto. Nessa altura, os seus pais já estavam instalados em Mondim de Basto, onde passou toda a sua infância e grande parte da sua juventude.

Dos tempos de criança recorda sobretudo os momentos passados na companhia do seu irmão e a proximidade ao seu pai que sempre o acompanhou com entusiasmo nas actividades desportivas. Neste domínio, o seu pai foi sempre uma referência para si.

Em sua casa, Hugo passava também muito tempo com uma empregada e relembra os amigos dos seus pais que frequentavam a sua casa, as visitas frequentes aos avós maternos, os passeios de jipe com o pai e a companhia da mãe nas manhãs dos fins-de-semana.

Quando a empregada não estava em casa, era a sua mãe que fazia a maior parte das tarefas domésticas mas todos colaboravam de alguma forma. Era também a sua mãe que mais regras impunha, sendo o seu pai chamado a intervir nas situações de conflito mais críticas. A proximidade aos seus pais ia além das paredes da casa: ambos eram professores na escola que Hugo frequentou até completar o ensino secundário.

Hugo começou a namorar aos 15 anos – uma relação que iria durar cerca de um ano e onde *“não havia controlo da parte de um sobre o outro, essas coisas normais de um casal”*. Aos 17 anos (e durante cerca de dois anos) teve uma segunda namorada com quem teve a sua primeira relação sexual. Desse episódio destaca *“a falta de experiência dos dois”* que terá impedido a sua plena satisfação.

Com 18 anos, Hugo foi viver para o Porto onde ingressou no ensino superior, no curso de Educação Física. Uma vez mais, o seu pai (também ele com essa mesma formação) terá sido determinante para a escolha do curso. Durante os tempos da universidade, enquanto esteve alguns meses fora ao abrigo do programa Erasmus, teve outro namoro com uma colega: *“Era praticamente como se vivêssemos juntos”*.

Terminado o curso, Hugo regressou para a casa dos pais em Mondim de Basto, onde iniciou o estágio como professor de Educação Física. Por essa altura, conheceu a sua actual namorada num bar, tendo a relação se desenvolvido através de contactos via Internet e de programas a dois. A distinguir este dos outros namoros que viveu, Hugo afirma que o sentimento que os une não parece perder intensidade com a passagem do tempo: *“Todos os dias gostamos de estar um com o outro. Estamos sempre à espera do momento em que vamos estar juntos”*.

Actualmente, Hugo tem duas ocupações profissionais. Para além de professor numa escola é treinador de uma equipa de futebol de infantis. Para o futuro, aspira progredir na carreira de treinador de futebol, iniciar uma experiência de coabitação com a sua namorada e, num plano a mais longo prazo, ser pai.

Síntese de Tendências da Primeira Linhagem Familiar Masculina

Esta linhagem familiar masculina, residente em Terras de Basto, é constituída por elementos cujas vidas podem bem ser ilustrativas das mudanças geracionais ocorridas no campo masculino, em termos de normas face à intimidade. Mais precisamente, a história familiar

demonstra a passagem dos valores institucionalistas (coadjuvados por uma identidade masculina tradicional) para a adesão ao companheirismo conjugalista na segunda e terceiras gerações.

No caso do Avô, identificamos um perfil normativo tradicional, que combina uma orientação institucional e *familialista* com o reforço da dominação masculina. No que à sexualidade diz respeito, verificamos um duplo padrão activo na avaliação da conduta sexual feminina que contrasta com a permissividade constante da avaliação dos percursos masculinos. Em suma, a trajectória pessoal segue as pautas comuns dos homens desta geração, tanto no que se refere ao perfil social como à trajectória familiar, sexual e afectiva.

Na segunda geração, com o Pai, o casamento e a autonomia face à família de origem instituem-se como marcas importantes da adultícia masculina. A socialização sexual combina traços de uma masculinidade tradicional (por exemplo, no recurso à prostituição), com *nuances* mais modernistas (contando, nomeadamente, com namoros e relacionamentos afectivos mais igualitários). Trata-se de um percurso que reflecte o movimento de maior abertura face à sexualidade da década de 1970, e onde começa a incubar-se um modelo de conjugalidade assente no companheirismo entre parceiros.

Finalmente, o discurso do elemento mais novo desta linhagem, o Filho, vem reforçar o valor da aproximação social entre homens e mulheres. No plano das atitudes face à sexualidade, verifica-se uma adesão a posturas mais tolerantes, ainda que com níveis de permissividade oscilante no que se refere à aceitação de condutas mais experimentalistas e individualistas. Na verdade, o perfil normativo nesta última geração, mais do que espelhar uma atitude individualista no que toca à experiência afectiva e sexual, surge sobretudo engajado na adequação entre normas e práticas e no reforço do modelo de companheirismo conjugal já presente na geração precedente.

6.2.2 Do conservadorismo de dupla moral ao conservadorismo purista

César, que ocupa a posição genealógica de Avô nesta linhagem, tem 73 anos e toda a sua vida viveu num contexto social e economicamente favorecido. Embora afirme que não houvesse “*dinheiro em abundância*”, caracteriza a sua origem como de “*classe média*”, “*com raízes*”.

Afirma que, devido à sua formação militar, o seu pai era muito exigente e as regras em casa estavam bem definidas. Da infância, recorda as brincadeiras com amigos na rua onde não havia “*distinções de classes*”. Refere que, por ser bastante mais novo que os irmãos, beneficiou de mais atenção ou tolerância por parte dos seus pais: “*Direi que eu era mimado, eu era quase um neto, mas um mimado muito ouvido. Sempre fui muito ouvido pelos meus*

pais. Às vezes havia quase um conflito de gerações, mas entre irmãos. (...) Às vezes era mais posto na ordem por eles do que pelos meus pais.”

César recorda ainda desse tempo as refeições feitas em família e a presença constante de duas empregadas “*com muita afinidade*” à sua mãe. Refere também as férias e passeios em família, assim como as diferenças que sempre distinguiram a educação familiar das raparigas e dos rapazes. Nestes termos, das suas irmãs diz que eram “*meninas de casa*”.

Quanto às pessoas que mais o terão marcado, César não hesita em nomear o seu pai: “*Era uma referência, sem dúvida nenhuma. Porque era um homem de grande rigor, de grande seriedade.*”

No que respeita ao percurso escolar, César iniciou a escolarização aos seis anos e frequentou sempre colégios privados. Refere que os seus pais estavam algo distantes do seu quotidiano escolar, embora se preocupassem com os resultados. Formou-se em Direito na Universidade de Lisboa, com cerca de 24 anos: “*Fiz o curso e tive uma das mais altas classificações do curso. Correu bem.*” Sobre o curso, César afirma com orgulho que aquele terá sido “*um dos melhores cursos da Faculdade de Direito nessa época. (...) Até o Dr. Marcelo Caetano, que era um dos professores mais significativos que nós tivemos, dizia sempre que tinha sido um dos cursos que ele tinha assinalado, (...) portanto isso na altura era um padrão de qualidade.*”

Depois de se licenciar, cumpriu o serviço militar obrigatório e, após a recruta, teve a oportunidade de começar a desenvolver tarefas num departamento jurídico do Ministério da Defesa. Com o início da guerra colonial, César terá sido impedido de “*passar à disponibilidade*”, cumprindo um total de seis anos de tropa.

Depois disso e até ao fim do que ficou conhecido por PREC (Processo Revolucionário em Curso, de 1974 a 1976), César esteve contratado como consultor jurídico das Forças Armadas – actividade que mantinha em simultâneo com a de advogado no seu escritório particular. Sobre a sua trajectória profissional, afirma: “*Fiz o estágio bem acompanhado por advogados de referência, tive essa sorte, que me ajudavam, fui muito ajudado nesta vida, profissionalmente, eu correspondi muito. Eu pus sempre o meu trabalho como a minha primeira obrigação, sem negar à minha família.*”. Considera ainda que, embora tenha sido advogado de personalidades “*de alguma referência*” nunca procurou ser “*um advogado mediático*” e nunca exibiu publicamente a sua “*carteira de clientes*”. Por outro lado, destaca que exerceu a profissão em nome individual sem se associar a outros advogados: “*Fiz o culto da minha advocacia individualista e muito liberal.*”

César conheceu a sua mulher aos 17 anos, através de amigos, numa festa. Antes deste namoro refere que teve *“para aí três namoricos de liceu, e de cinema”*. Foi aos 14 anos que teve a sua primeira relação sexual. Apesar de não o afirmar explicitamente, deduz-se das suas palavras que esta experiência tenha ocorrido com uma prostituta: *“Nos rapazes (...) era importante ter uma experiência e era uma experiência que se tinha muito a nível da prostituição.”*

Quando se casou, aos 24 anos, foi viver para casa dos seus sogros. Sobre a vida em casal, César reforça a ideia de que existem *“várias fases”* e *“crises típicas”*: *“A gente faz sempre um percurso de vida de marido e mulher que tem várias idades e portanto nem sempre tudo é sintonia. Nem sempre tudo são rosas, também são espinhos e há algumas guerras-frias lá pelo meio. É mesmo assim.”*

Foi pai pela primeira vez aos 25 anos e teve, no total, seis filhos, cujos nascimentos se seguiram, em média, de dois em dois anos. César admite que a ideia de ser pai lhe suscitava algumas dúvidas: *“Eu admirava muito, mas ao mesmo tempo via que tinha muitos inconvenientes ter muitos filhos, era muito difícil e até do ponto de vista de educação e de estrutura mental ... e portanto nunca fiz assim uma ideia de planear ou de programar.”* Fala das dificuldades em criar seis filhos, mas considera que hoje em dia as condições se agravam ainda mais: *“Eu acho que é muito mais difícil hoje uma senhora ter dois filhos do que eu ter tido seis. E acho que foi muito mais difícil eu ter tido seis do que a minha sogra ter tido dezassete.”*

Afirma que, dentro de alguns limites, procurou não interferir nas escolhas dos seus filhos: *“ [Para] disciplinar seis dentro de um baú, também tem que haver regras. Mas [procurei] que tivessem também os seus valores, que a escolha fosse deles. Acho que saíram mais ou menos escorregados, cada um fez a sua opção profissional e nunca influenciei casamentos, nunca influenciei nada.”*

Ao longo da sua vida, César integrou movimentos católicos como a *“Acção Católica”* e as *“Equipes de Nossa Senhora”*. Mais tarde, fez também parte do movimento *“O Tempo e o Modo”*: *“Depois veio o Maio de 68, depois veio o Concílio e liguei-me muito aos movimentos mais contestatários e liguei-me a um movimento que se chamava o Tempo e o Modo. O primeiro movimento político contestatário”*.

No que concerne a valores, considera muito positivas as mudanças ocorridas nas vidas das mulheres nas últimas décadas embora não seja a favor de estratégias de discriminação positiva como os sistemas de quotas (*“as pessoas têm de ocupar o seu lugar na concorrência e na oportunidade segundo os méritos que têm”*). Afirma que, não obstante os valores

católicos que a família sempre seguiu, depois do sexto filho, a sua mulher começou a tomar a pílula, entrando em ruptura com os valores da Igreja: *“Fomos inovadores nalgumas coisas. (...) Não quer dizer que [a minha mulher] tenha sido precursora, não terá sido, mas fizemos nitidamente uma opção politicamente correcta de assumir que a minha mulher tomava a pílula. E nessa época, de facto, a pílula era quase inovadora, para mais para quem tinha valores católicos, muito formatados. Houve um período da vida que, em consciência, pensámos que teria de ser assim e superámos isso muito bem, sem nenhum problema.”*

César tem consciência de que actualmente os jovens dispõem de muito mais informação sobre sexualidade. Na sua geração, aprendia-se mais através da *“auto-cultura”* e das experiências dos pares, no entanto, não considera que a sociedade fosse linearmente mais retrógrada que a de hoje em dia: os contextos seriam diferentes, mas existiam *“outras facilidades”* e *“outras solicitações”*. Inegavelmente, admite que haveria mais tabus e constrangimentos: *“Nas raparigas não se podia tocar, se desse um passo um bocadinho mais à frente aquilo não caía bem. Penso que era um bocadinho assim em termos generalistas qualquer que fosse a classe. A prevaricação não era fácil”*. Considera que na sexualidade *“o jogo tem de ser jogado com armas iguais”* entre homens e mulheres (*“não é só o homem que resolve e a mulher que é passiva.”*), no entanto, reconhece que não lhe seria fácil aceitar uma eventual gravidez de uma neta adolescente.

Admite uma atitude conservadora face ao casamento, afirmando que teria muito gosto que os seus netos valorizassem o matrimónio. Apesar de, enquanto advogado, ter divorciado muitas pessoas (nomeadamente católicas com casamentos canónicos), César não se considera muito afeito ao divórcio.

César observa com alguma circunspeção as mudanças ocorridas na vida sexual das pessoas, considerando que agora se vive a sexualidade de forma libertina e algo perversa, no sentido de uma sobre-exposição da intimidade: *“Hoje há muito mais facilidades. Os tais tabus que eu dizia estão ultrapassados e já ninguém os tem, fazem isso um bocadinho libertinamente. Se fizessem isso num processo de (...) realização e mais-valia para o próprio, ou criando ali uma empatia especial, (...) [seria aceitável], agora eu acho é que usam e descartam com muita facilidade.”*

O Pai desta linhagem é Vasco, de 46 anos, também advogado de profissão. Vasco está casado com P., economista e professora universitária.

Vasco recorda a infância feliz que teve, passada no seio de uma família *“bem na vida, com certeza”*, mas *“sem grande dinheiro”*. Afirma que não teve uma *“infância material”*, tendo a educação que recebeu dos seus pais privilegiado, acima de tudo, os valores da família:

“Vivia com os meus pais e com os meus irmãos, um ambiente familiar fantástico, com uma forte componente matriarcal e patriarcal, está a ver? Famílias tradicionais portuguesas, muito centradas nesse factor da família. Também ao nível da geração acima dos meus pais, dos meus avós, [havia] esse factor fortíssimo de união, que sempre foi cultivado. E pronto, tive uma infância normalíssima, felicíssima, com tudo o que se pode desejar.” Lembra os serões em família, de estudar francês com a mãe e de jogar xadrez com o pai; recorda o jantar semanal em casa da sua avó paterna, no qual, só a partir de determinada idade, as crianças estariam autorizadas a participar; e relata ainda as temporadas passadas numa casa da família, no Ribatejo.

Afirma que em sua casa eram mais as raparigas que colaboravam nas tarefas domésticas e que participavam *“nas coisas da cozinha”*. Por outro lado, nas saídas, os rapazes gozavam de maior liberdade e independência face aos pais. Era dos irmãos rapazes de quem se sentia mais próximo e com quem partilhava o gosto pelas *“saídas, as discotecas, as cervejarias, as boîtes, o futebol, o râguebi...”*

Vasco considera que o seu pai era mais *“aberto”* e *“claramente mais avançado”* que a sua mãe. Afirma que havia regras e horários bem definidos, e era o seu pai quem os estipulava. Por seu lado, os castigos eram, geralmente, *“ónus da mãe”*. O seu pai, mais distante, só seria chamado a intervir *“na altura dos castigos mais sérios”*.

A trajectória escolar deste entrevistado foi feita entre escolas privadas e públicas. Frequentou a pré-primária, primária e parte do segundo ciclo em colégios privados mas, com o 25 de Abril, a economia familiar ressentiu-se e os seus pais deixaram de ter possibilidades de assegurar todas as mensalidades dos colégios privados. Assim, aos 14 anos, Vasco passou a frequentar um liceu público em Lisboa.

Afirma que os pais sempre fizeram questão que os filhos estudassem, embora nem sempre o seu desempenho e o dos seus irmãos tivessem sido exemplares: *“Era uma questão muito complicada, os estudos lá em casa. Nem todos éramos bons estudantes, pelo contrário, éramos uns medianos estudantes.”* Tendo optado pelo mesmo curso universitário que o seu pai, recorda, contudo, que essa escolha *“não foi muito incentivada por ele”*. Em todo o caso, salvaguarda que nunca deixou de se sentir *“acompanhado”* nas suas decisões.

O início da carreira profissional de Vasco terá sido muito marcado pela influência do seu pai. Foi no escritório deste que Vasco fez o estágio de advocacia e é a ele que, ainda hoje, se mantém profissionalmente ligado. Ainda assim, apesar do efeito facilitador que o vínculo ao seu pai proporcionou à sua carreira, é perentório em afirmar que a relação familiar nem sempre o beneficiou: *“O meu pai não era capaz de me ver a mim como advogado, eu era*

filho em primeiro lugar e isso prejudicou-me. (...) Tinha mais vontade de me ir autonomizando, o que consegui em determinada altura.”

Durante alguns anos, após concluído o estágio, Vasco esteve a exercer a sua profissão noutra capital europeia. Quando regressou a Portugal, propôs ao seu pai assumir “*a gestão*” do seu escritório, continuando a beneficiar “*do seu bom nome e dos seus clientes*”. O seu pai terá sido aceite a proposta e hoje Vasco assume-se satisfeito com o seu percurso e realizado profissionalmente: “*Tenho tido clientes que me pagam o meu escritório que é meu, (...) que me dá para sustentar quatro filhos, ter uma boa casa. Mas não (...) ambiciono ter muito mais...ambiciono é poder conservar isto. Isso é que é importante para mim*”

No que à experiência afectiva e conjugal diz respeito, foi no Liceu, quando tinha 15 anos, que Vasco conheceu a primeira namorada que apresentou à sua família. Entre essa primeira relação e até conhecer aquela que é hoje sua mulher, contabiliza outros 3 namoros, um dos quais mais duradouro e “*com uma rapariga bem séria*”.

Foi com 26 anos, que conheceu aquela com quem viria a casar um ano e meio depois. Após o casamento, Vasco e a sua mulher foram viver para perto dos seus pais. Apesar de considerar que se trata de um “*casamento muito sólido*”, afirma que a relação é por vezes “*conturbada*”, devido aos “*feitios difíceis*” de ambos: “*É uma herança que eu aprendi dos meus pais. Os meus pais também tinham uma relação um bocadinho conturbada.*” Afirma que, na vida a dois, sempre procurou preservar uma certa independência e, à semelhança do que se sucedia com o seu pai em relação à sua mãe, considera-se mais “*adaptado aos tempos modernos*” que a sua mulher.

O nascimento do primeiro filho do casal aconteceu dois anos após o casamento. Nessa altura, aos seus 30 anos, ser pai “*era algo que já sentia necessidade*”. Actualmente, tem quatro filhos e, apesar de nem todos terem sido planeados, afirma que foram “*filhos muito desejados*”: “*Eu sempre fui apegado às ideias tradicionais familiares, eu gostava de ter tido [filhos] muito seguidos porque uma das coisas que a mim me marcou foi a minha infância com os meus irmãos: (...) muita briga, muitas coisas, mas [fomos] muito amigos e também muito solidários uns com os outros.*”

No quotidiano familiar, Vasco admite que para os seus filhos rapazes tem expectativas diferentes das que tem para a suas filhas e assume ser, com os rapazes, um pai mais exigente: “*Deles exijo mais, se calhar injustamente, mas exijo porque é rapaz, porque espero que os rapazes tenham determinada conduta que as raparigas não têm.*” Da mesma forma, o seu discurso vem também naturalizar as diferenças entre as figuras paterna e materna na educação e no cuidado dos filhos: “*Há uma tendência natural das mulheres para fazerem determinadas*

tarefas e determinadas coisas...os homens a mesma coisa. Eu acho que isso depois se reflecte nas relações com os filhos”.

Assim, não obstante o reconhecimento de uma mudança social de tendência mais igualitária, Vasco assume-se “*conservador em relação a determinados assuntos*” e o seu discurso não deixa de acentuar as diferenças entre os papéis dos homens e das mulheres na sociedade e na família.

Diogo tem 18 anos e representa a posição genealógica de Filho nesta linhagem familiar masculina. Actualmente a terminar o ensino secundário, Diogo aspira à frequência de um curso superior na área da Gestão, que o habilita, no futuro, a criar com sucesso a sua própria empresa. Até ao momento, nunca exerceu um trabalho remunerado mas destaca a sua participação regular em campanhas de voluntariado de instituições de solidariedade social.

Quando recorda a sua infância, refere o acompanhamento diário de empregadas domésticas, com as quais passaria algum tempo, e relembra ainda os passeios em família aos fins-de-semana.

Diogo afirma que em sua casa todos são “*muito próximos*” e que, apesar de ambos trabalharem fora de casa, os seus pais sempre estiveram “*muito presentes*”. Tem uma família bastante numerosa e relata com entusiasmo as ocasiões em que toda a família se reúne: “*nas férias da Páscoa vamos para uma casa no Ribatejo da família dos avós paternos em que sempre [se junta] lá a família toda. (...) Desse lado somos vinte primos. Do lado da minha mãe somos vinte e dois.*” Dos seus avós paternos afirma que estes “*adoram os netos*” e considera-os pessoas muito importantes na sua vida.

Educado sob a égide de valores *familialistas*, é precisamente nos seus familiares mais próximos que Diogo encontra referências para as várias esferas da sua vida: a sua mãe para a escola, o pai para o rãguebi e os avós para a religião. De resto, o culto religioso (em concreto, a ida a missa) constitui outra actividade regular feita em família.

Diogo afirma que os resultados escolares pesam na negociação da sua liberdade individual (saídas à noite, horários...) com os seus pais. No entanto, o seu discurso deixa antever que também outras questões, como as diferenças de género, intervêm na hora de os seus pais facilitarem ou não essas conquistas. Concretamente, em relação à sua irmã afirma que “*por ser rapariga*”, os seus pais “*não querem que ela saia tão cedo*”.

Para este jovem, os progenitores são, de facto, uma espécie de “*modelos a seguir*”. Recorrentemente, quando perspectiva o seu futuro, idealiza-o à imagem e semelhança da vida dos seus pais: “*Acho que a vida deles também inspira o meu caso, (...) imagino-me também com filhinhos, não sei também com quantos mas gostava de ter uma vida semelhante à que*

eles têm agora...com um bom emprego e também uma boa casa, um grupo de amigos bons para se fazer uns jantares.”

No seu dia-a-dia, o desporto e a religião são espaços privilegiados para convivência com outros jovens: Diogo tem muitos amigos que, como ele, também jogam rãguebi e integram o grupo juvenil católico *Schoenstatt*. Para além disso, esta rede de sociabilidades beneficia ainda da proximidade residencial (já que a maioria destes amigos vive no mesmo bairro residencial que Diogo) e do facto de muitos frequentarem também a mesma instituição de ensino.

No que concerne a experiências afectivas, Diogo menciona “*alguns namoros*” (o primeiro dos quais terá sido no seu 8º ano) ainda que, em jeito de advertência, venha posteriormente retirar seriedade ou importância a essas experiências: “*Namoro a sério não tive, mas já tive um ou outro caso com uma rapariga...*”. Em rigor, prefere definir estas experiências como “*pré-namoros*” ou “*amizades*”.

Até ao momento, Diogo ainda não teve nenhuma relação sexual e admite, nesta altura, não ter uma opinião bem definida acerca da iniciação sexual. Por princípio (religioso), tende a posicionar-se a favor do adiamento das relações sexuais até ao casamento, mas considera que essa decisão merece ir sendo ponderada, ao longo dos acontecimentos e das experiências: “*Ainda estou a tentar perceber melhor o ponto de vista da Igreja. (...) Isso é uma vertente que eu vou ter que ir, ao longo do tempo, explorando.*”

Síntese de Tendências da Segunda Linhagem Familiar Masculina

Esta linhagem familiar masculina de Lisboa é representativa de um meio social conservador e economicamente privilegiado. Trata-se de um quadro familiar interessante que permitir reflectir, por um lado, sobre a manutenção de um estatuto social e, por outro, sobre a reedição de um perfil de conservadorismo familialista (e muito diferenciador quanto ao género) ao longo da sucessão geracional.

Verificamos como, ao longo do tempo, as condutas individuais vão sendo contrastadas com as normas da Igreja Católica, fazendo da pertença religiosa um mediador importante na vida pessoal e familiar dos sujeitos: se a seu tempo, o avô se dispôs a contrariar os valores tradicionais da Igreja recorrendo ao uso de contracepção; hoje em dia também é à luz dos cânones religiosos que o neto se dispõe a questionar o valor da virgindade mantida até ao casamento.

Ao mesmo tempo que os discursos individuais se demonstram empenhados na manutenção de um estatuto social elevado, há do ponto de vista normativo também uma

coesão familiar em torno dos valores mais conservadores face à família, ao género e à intimidade. Com efeito, verificamos como os entrevistados prestam uma constante homenagem aos valores herdados das gerações precedentes, ao mesmo tempo que manifestam a vontade em fazer perdurar esse quadro ideológico, passando-os às gerações seguintes.

O Avô desta linhagem apresenta um perfil de conservadorismo que não deixa de ser altamente desculpabilizador das “fraquezas da masculinidade”. Desta forma, nesta geração conciliam-se dois mundos que só aparentemente podem ser entendidos como antagónicos: por um lado o da devoção aos valores familiares e, por outro, o do experimentalismo masculino, plasmado, no caso deste entrevistado, em factos biográficos como a iniciação sexual através da prostituição. No seu perfil normativo destaca-se também a visão tradicional dos papéis de género (na sociedade, na família, na sexualidade...) não obstante a valorização de algumas mudanças ocorridas na vida das mulheres. Desta forma, podemos afirmar que um discurso mais igualitário em termos abstractos coexiste com a persistência de sistemas de distinção tradicionais a níveis mais situados ou concretos do discurso.

Na entrevista do Pai desta linhagem, sobressaem também os valores da coesão familiar. Desta vez, contudo, vemos que a tónica *familialista* vai sendo combinada com um discurso igualmente valorizador da independência pessoal (face à conjugalidade ou à família) e do sucesso individual. À semelhança do que sucedia na geração anterior, também aqui se acentuam as diferenças de género nos mais variados âmbitos da vida social e familiar, não obstante o reconhecimento de uma tendência social mais igualitarista. Considerando-se a si mesmo como “conservador” em matéria de sexualidade e sem descurar, por exemplo, o valor da virgindade, o Pai desta linhagem assume sem problemas um percurso biográfico mais diversificado e experimentalista do que aquele que defende como ideal.

Colidindo, em certa medida, com as normas da sua geração, o Filho desta linhagem familiar, tende a aderir aos valores tradicionais mais conservadores. O seu discurso é essencializador das desigualdades entre homens e mulheres, legitimando a ordem de género e a dominação masculina em concreto. Tratando-se de alguém bastante jovem, o contraste entre os ideais preconizados e a prática resulta num exercício indefinido já que, na maioria das vezes, o discurso expressa ideais sobre experiências ainda não vividas pelo sujeito. Em todo o caso, o conservadorismo - instigado por uma socialização sob a égide dos valores religiosos - é notório e distancia-se grandemente das normatividades juvenis contemporâneas, tendencialmente mais liberais e igualitárias. Curioso é ainda notar que, por comparação com os outros elementos masculinos da família, nesta geração existe um sentido de incompatibilidade entre duplas morais. Se os testemunhos do seu avô ou do seu pai validavam,

como acabamos de ver, a combinação dos ideais *familialistas* e católicos com normas (e práticas) mais individualistas e experimentalistas (uma duplicidade querida à masculinidade hegemónica), no caso do filho, tais normatividades passam a ser entendidas como inconciliáveis e o discurso, nitidamente mais purista, reflecte a pressão normativa contemporânea pela unicidade e autenticidade do modelo moral (Sayers, 1999). Na realidade (e na ausência de um reportório de experiências para comprová-lo), o que deriva do discurso deste Filho é um perfil conservador e nada permissivo, consubstanciado na não-aceitação da diversidade sexual, no reforço das diferenças entre homens e mulheres, na condenação daquilo que considera ser a banalização actual da sexualidade e na apreensão face às mudanças sociais ocorridas neste campo.

6.3 Notas Finais

Afirmámos anteriormente que os casos empíricos mobilizados para esta análise linhagística foram escolhidos tendo em conta o objectivo de privilegiar, no feminino, narrativas de fuga às normas tradicionais e, no masculino, indícios de uma maior maleabilidade normativa. No fundo, a escolha das linhagens familiares assentou sobre o argumento de que a fuga ao prescrito nas mulheres tende a ser vivido e representado sob forma de um incumprimento ou de uma lacuna face a um modelo unívoco, enquanto as condutas masculinas parecem ser avaliadas à luz de um modelo normativo mais flexível, legitimador de “ambiguidades”.

Naturalmente que no contexto actual, num cenário em que a fragmentação identitária e a pluralização dos percursos se legitimam e convertem em norma geracional, estas diferenças nos regimes de género vão-se dissipando. Todavia, quando nos reportamos aos ambientes normativos e, por conseguinte, às narrativas biográficas das gerações mais velhas verificamos, de forma indelével, a vigência de um duplo padrão activo. A este respeito, pudemos constatar que, nas linhagens femininas, o desvio face aos ditames de género é transversal às três narrativas familiares, ainda que o fenómeno adquira diferentes contornos e possa estar patente em diferentes patamares genealógicos. Nas linhagens de Lisboa, ele é especialmente evidente nas gerações das Avós. Na primeira linhagem, a trajectória da Avó Alice foge ao moralmente esperado (ao viver em coabitação com um homem separado mais velho, ao manter com ele relações sexuais antes de com ele viver, ao ter as filhas fora do casamento), apesar de ela não deixar de preconizar valores mais conservadores e institucionalistas. No fundo, o percurso de Alice não rompe com o modelo legítimo de uma forma militante ou convicta, mas *incumpre*

com a norma devido a constrangimentos de ordem material e a um meio social que é propiciador de trajectórias femininas mais desreguladas¹⁰¹. Por seu lado, na linhagem de perfil liberal e urbano encabeçada por Teresa, a discordância face ao modelo de género dominante (em particular no que se refere ao percurso e às normas da sexualidade) exerce-se de maneira diferente e bem mais manifesta. A fuga ao prescrito, no caso de Teresa, é, como vimos, assumida de forma consciente e surge associada a um projecto reflexivo de recusa da ordem de género dominante.

Finalmente, na linhagem feminina das Terras de Basto, constatamos que a antinomia entre biografia e ideais é mais sugestiva não na primeira, mas na segunda geração, estando patente na narrativa biográfica da mãe Belmira. Desta vez, e em rigor, o desvio face à norma não reside tanto numa desadequação linear das práticas individuais face a um modelo geracional mais amplo, mas antes na inconformidade de alguns factos biográficos (como a iniciação sexual e a gravidez antes do casamento) face a um modelo de feminilidade tradicional, pelo qual, e por princípio, se advoga activamente. Se o discurso desta Mãe parece já demasiado conservador quando comparado com os das entrevistadas da mesma geração de contexto urbano, a sua trajectória não deixa de ser, contudo, demasiado ousada para os ideais de pureza e castidade feminina por si proclamados.

Quanto às linhagens masculinas, mais do que rupturas face à ordem de género, a análise procurou, como dissemos, ilustrar diferentes apropriações dos modelos da masculinidade ao logo da sucessão geracional. Tal como nas linhagens femininas, centramos a atenção nas primeiras e segundas gerações¹⁰², dos Avôs e dos Pais, para percebermos como, não obstante a diversidade de perfis sociais, dos territórios de pertença e dos legados normativos familiares, as trajectórias dos sujeitos continuam a partilhar experiências e normas

¹⁰¹ Este caso reflecte, de resto, a propriedade dos meios populares em escapar a dispositivos de controlo da sexualidade (Foucault, 1994) e assim potenciar quadros de incumprimento face à ordem tradicional de género (Shorter, 2001).

¹⁰² A opção de não convocar para esta secção das conclusões do capítulo os elementos mais novos das linhagens familiares prende-se a duas ordens de razão principais. Primeiro, porque, como já dissemos, sendo os ambientes onde os jovens constroem os seus percursos e identidades cada vez mais flexíveis e plurais, consideramos que poderá ser limitador avaliar a adequação das narrativas individuais a modelos gerais de género ou vivência da intimidade. E segundo, porque se é verdade que todo e qualquer percurso biográfico é sempre um percurso em construção, nos jovens esta afirmação é ainda mais clarividente dada a (menor) idade dos sujeitos. Com efeito, partimos do pressuposto que, ao contrário dos filhos e filhas, os cursos de vida das gerações dos avôs/avós e dos pais/mães compreendem uma temporalidade suficiente para a experiência de acontecimentos (e de fases de vida) que é, sem dúvida, conveniente a esta análise.

em comum, reforçando os modelos geracionais da masculinidade. Se no caso da linhagem das Terras de Basto, a mudança geracional expressa de forma muito aberta e expressiva as transformações mais amplas identificadas para a sociedade portuguesa, na linhagem masculina de Lisboa os modelos da masculinidade (não sendo, de modo algum, objetadas) são, em certa medida, “polidos” por uma retórica conservadora, procurando-se frequentemente desvincular os discursos das experiências pessoais dos sujeitos para os situar num plano normativo mais abstracto (e menos comprometedor de si-mesmos).

No entanto, importa não perder de vista outros objectivos que identificámos na introdução neste capítulo e sobre os quais pretendemos agora reflectir à luz do conjunto de histórias familiares e biográficas narradas. Quando nos propusemos a analisar os padrões de mudança e continuidade normativa nas linhagens familiares, assumimos que os patrimónios familiares, mais do que meros legados materiais transmitidos de geração em geração, são constituídos por valores e disposições normativas¹⁰³, que vão sendo mobilizados pelos sujeitos na sua construção identitária (Guillaume, 2003; Pappamikail, 2013). Neste sentido, perceber de que forma os “antecedentes normativos” familiares são importantes para definir as normas individuais face ao género e à intimidade implicou a adopção de uma abordagem atenta aos mecanismos que, ao longo da sucessão geracional, contribuem para a cristalização ou para o abandono das heranças familiares valorativas.

Se é verdade que a ligação intergeracional nas famílias pressupõe a interacção e a coexistência de diferentes códigos de leitura dos fenómenos, também não é menos certo que a análise das trajectórias e das normatividades individuais (em especial no que se refere ao género e à sexualidade) nos mostra que relação entre a continuidade e a mudança, nem sempre linear ou padronizada, parece resultar de múltiplas condições pessoais e contextuais (Neves, 2008). Ainda assim, se contrapusermos os efeitos da pertença geracional dos sujeitos à influência que podem exercer os ambientes familiares mais próximos onde estes são socializados, verificamos que, de uma maneira geral, os discursos dos sujeitos (nas suas diferentes posições genealógicas) reflectem as tendências geracionais de diferenciação ideológica conhecidas na nossa sociedade, revelando a passagem de valores institucionalistas e conservadores para valores individualistas e mais libertários (Pais, 1998, Aboim *et al.*, 2011).

¹⁰³ No que concerne especificamente ao género, também Lahire (2001b) refere que a herança sexuada, transmitida no processo de socialização, consiste num legado essencialmente imaterial, constituído por maneiras de se exprimir, de sentir, categorias de percepção, interesses, etc.

No entanto, e como também já temos vindo a salientar, na contraposição entre tempos sociais há que evitar explicações simplistas que opõem liminarmente o passado do presente. Se é verdade que o conservadorismo é mais comum nos Avôs e Avós, ele nem sempre se impõe de forma unívoca nessa geração, para além de que muitas vezes os ideários nem sempre se consubstanciam numa prática condizente, havendo margens de tensão e contradição (Cutileiro, 1977, Sobral, 1999). Da mesma forma, a análise dos eventos biográficos permite-nos igualmente perceber que os valores libertários e de igualdade de género conotados, de uma maneira geral, com as gerações mais novas, mais do que reflectidos em trajectórias de grande diversidade experimentalista, parecem sobretudo operar a um nível retórico, sem excluir a permanência de constrangimentos e de “antigos preconceitos” sobre género, vida íntima e sexualidade. Não sendo generalizável a todas as histórias familiares, não deixa de ser curioso verificar, em duas das linhagens aqui analisadas, que os ideais experimentalistas e hedonistas surjam mais concretizados em biografias da geração dos Pais e Mães do que propriamente nos representantes mais novos destas linhagens familiares. Concretamente, a aspiração libertária consubstanciada numa prática sexual diversa e descomprometida (repertórios alargados, experiências ocasionais fora das relações de namoro ou conjugalidade, etc.) parece, em rigor, ser mais distintiva de determinadas fases da vida de Luísa e de Dinis do que propriamente das trajectórias sexuais e afectivas vividas (até ao momento) pelos seus respectivos filhos.

De resto, a narrativa da terceira linhagem feminina constitui, toda ela, um convite à relativização dos efeitos da mudança geracional ao nível dos regimes de género e da sexualidade. Como vimos, neste quadro familiar particularmente liberal, a mudança (em termos de normas individuais) processa-se numa direcção quase oposta à registada na grande escala e, neste sentido, não será inócuo o facto de a apologia aos valores experimentalista e de realização sexual estar sobretudo enraizada no testemunho da Avó Teresa, surgindo, nas seguintes gerações, francamente mais mitigada e substituída pela tónica nos afectos e pelos valores da conjugalidade. Ou, na mesma linha de matização das normas geracionais, que dizer ainda do padrão normativo da segunda linhagem familiar masculina observada? De facto, só num quadro de pluralização normativa e identitária dentro de cada geração, se entenderá um cenário onde, sob os efeitos de uma socialização conservadora, o jovem Diogo, de 18 anos, seja o depositário do perfil menos permissivo e mais puritano de toda a linhagem familiar.

Uma questão importante a reter desta análise é, precisamente, a dos factores que influem tanto na diversidade de casos dentro de cada geração, como no distanciamento entre posições genealógicas dentro das linhagens familiares. Se no interior de cada geração existem

diferentes apropriações do modelo dominante, estas dependerão em grande parte de socializações que têm lugar nas famílias e dos legados normativos transmitidos entre as gerações. Em rigor, isto equivale a dizer que os ambientes familiares parecem, pelo menos nos casos aqui apresentados, influenciar as vidas e as normas dos sujeitos, deslinearizando percursos e matizando os efeitos das tendências geracionais. No entanto, e como vimos, também é certo que outros factores operam na determinação das continuidades e das mudanças nas identidades de género dentro das linhagens. Em especial, os processos de mobilidade social (como aquele que identificámos na primeira linhagem feminina, protagonizado pela Mãe Beatriz, ou na linhagem feminina das Terras de Basto, protagonizado pela Filha Carina) parecem ser catalisadores de rupturas com os modelos normativos herdados, sugerindo que quanto mais distantes estão as gerações genealógicas em termos de posições de classe, mais distanciados estarão também os seus regimes de valores, e nomeadamente os de género. Pelo contrário, e como pudemos ilustrar com os testemunhos da segunda linhagem masculina, a aliança inter-geracional das histórias biográficas pela manutenção do estatuto socioeconómico da linhagem (neste caso, privilegiado e de difícil acesso), parece potenciar a coesão familiar em torno dos valores e das normatividades (neste caso, conservadores e institucionalistas), sugerindo a hipótese de um reforço mútuo entre legados ideológicos e posições de classe.

Finalmente, uma última nota para destacar os efeitos dos contextos territoriais onde as histórias familiares e individuais se vão construindo: sabemos que o desenvolvimento que começou a ter lugar em Portugal na segunda metade do século XX não se fez sentir com a mesma intensidade nem ao mesmo ritmo por todo o território originando um cenário de forte assimetria interna. Na tentativa de somar a dimensão regional à equação da relação entre os contextos sociais de pertença e as narrativas individuais, convocámos para a análise não só linhagens familiares residentes na região de Lisboa (capital do país e símbolo da modernidade portuguesa), mas também uma linhagem feminina e uma linhagem masculina provenientes do contexto transitório e semi-periférico das chamadas Terras de Basto.

No caso da linhagem masculina, representada, em primeira linha, por um proprietário de terras de origem abastada, verificamos que, longe de se opor ao padrão de diferenciação geracional e ideológica conhecido na sociedade, ela vem antes representá-lo de uma forma quase ideal-típica, reflectindo, com propriedade, as mudanças documentadas na masculinidade em Portugal. Desta forma, a condição de interioridade e semi-ruralidade não parece produzir, nesta linhagem, efeitos muito singulares na cultura de género nem nas

formas de viver e representar a sexualidade¹⁰⁴, admitindo a hipótese – anteriormente já avançada – de os modelos da masculinidade (comparativamente à feminilidade) gozarem de maior uniformidade e coesão internas, sendo as trajectórias e as normatividades masculinas menos afectadas pelas diferenças das categorias de pertença dos sujeitos.

Já na linhagem feminina das Terras de Basto – de origem francamente mais humilde- a pertença regional da família parece produzir efeitos mais significativos ao longo da sucessão geracional¹⁰⁵. Para atestar melhor tais efeitos, comparemos os padrões de transformação normativa desta linhagem com os da primeira linhagem feminina de Lisboa¹⁰⁶: numa perspectiva intergeracional, podemos afirmar que na linhagem da capital os fenómenos de descontinuidade parecem dar-se sobretudo entre a Avó Alice e a Mãe Beatriz, reflectindo, de resto, a diferença que separa as trajectórias objectivas (familiares, escolares, profissionais...) destas mulheres. Entre a Mãe Beatriz e a sua Filha Carolina, os discursos apontam, por sua vez, para uma certa reedição dos padrões valorativos. Por seu lado, na linhagem familiar das Terras de Basto, o esquema de mudanças e reproduções entre as gerações perfila-se diferente, sendo a continuidade, como vimos, mais acentuada nas duas primeiras gerações de mulheres (Avó e Mãe) e a descontinuidade mais evidente da segunda para a terceira geração (entre Mãe e Filha). Com efeito, numa perspectiva intrageracional, podemos concluir que é na segunda geração – a das Mães, nascidas ambas na década de 1960 – que as matrizes comportamentais e sobretudo valorativas são mais contraditórias, remetendo-nos, então, para a assimetria dos padrões e dos ritmos da mudança social em Portugal. Neste sentido percebemos que o tempo é uma dimensão privilegiada no entendimento dos processos de mudança e continuidade entre

¹⁰⁴ Saliente-se que com esta ideia não pretendemos desconsiderar a importância da pertença geográfica em muitos outros domínios das vidas destes homens. Em particular, este aspecto é determinante na narrativa biográfica do Avô, membro do campesinato proprietário, cuja vida tem estado sempre ligada ao mundo rural e agrícola.

¹⁰⁵ Naturalmente que entendemos que esta desigualdade na “afecção regional” das linhagens feminina e masculina não se ficará a dever apenas a diferenças nos modelos sociais de género. De facto, estamos a lidar com duas linhagens que, não obstante pertencerem ao mesmo contexto regional, apresentam perfis de classe social muito distintos, podendo esse factor contribuir para uma apropriação diferenciada das tendências de mudança social.

¹⁰⁶ Optamos por comparar estas duas linhagens familiares por considerarmos que ambas partilham uma origem social semelhante que favorece a análise comparativa ou identificação de similitudes e desvios entre elas. Por conseguinte, deixamos de fora desta comparação a terceira linhagem feminina (de Lisboa) uma vez que esta se ergue num contexto muito distante do das restantes, apresentando, desde a sua origem (a Avó), um perfil social e normativo que - sendo urbano, economicamente privilegiado e muito liberal para a época – dificilmente poderá ser tomado como referência.

as gerações, mas que, sendo apropriado e vivido de forma diferente de indivíduo para indivíduo (nomeadamente, em função das oportunidades que os contextos sociais e regionais lhes proporcionam), ele opera também a um nível pessoal e é expressão da singularidade de cada um.

CONCLUSÃO

Esta tese pretendeu abordar o tema das práticas e representações face à vida íntima e sexual, seguindo uma abordagem particularmente atenta às diferenças de género e às mudanças geracionais.

Em termos de ancoragem teórica a pesquisa privilegiou a mobilização de contributos que permitem pensar a sexualidade enquanto fenómeno historicamente derivado e em constante diálogo com outras dimensões da vida social. Assumindo como referência os enquadramentos normativos e biográficos associados à heterossexualidade, tivemos ainda como objectivo teórico chamar a atenção para o relativo desinvestimento analítico a que têm estado votadas as chamadas sexualidades convencionais na teorização da(s) sexualidade(s), advogando, em alternativa a esta tendência, pela restituição do interesse teórico do “*ordinary sex*” (Jackson, 2008). Neste caminho, e na esteira de importantes contributos teóricos da sociologia, a análise veio destacar as afinidades entre a sexualidade e as demais esferas da vida social, colocando as vivências e as normas da heterossexualidade no centro da discussão sobre a individualidade e a “nova ordem do prazer”.

O modelo analítico da pesquisa partiu da distinção entre tendências gerais associadas aos tempos sociais e a singularidade das narrativas individuais. Contudo, no lugar de segregar ambos os níveis, a análise procurou articulá-los, incidindo sobre as formas individualizadas de apropriação do tempo social. Neste sentido, tanto a operacionalização do conceito de geração como a mobilização de uma metodologia plural (de combinação entre as entrevistas qualitativas, os dados do inquérito por questionário e, ainda, a informação histórica e sociográfica sobre a sociedade portuguesa) resultaram ser opções fundamentais para traduzir a multidimensionalidade do nosso objecto.

Em termos substantivos, ao longo dos capítulos foram sendo analisados discursos de homens e mulheres de diferentes gerações (históricas e genealógicas) sobre dimensões das biografias e das normas face à intimidade sexual. Todavia, também neste contexto e de forma consentânea com o modelo analítico traçado, a abordagem não pretendeu operar uma separação rígida entre estas dimensões dos discursos, destacando-se, em diversas circunstâncias, a sua interpenetração: da mesma forma que a partilha dos acontecimentos biográficos serviu, muitas vezes, de mote à interpretação de crenças e de sentidos associados a essas vivências, também a expressão de atitudes face à intimidade constituiu, em diversas ocasiões, uma porta de acesso às experiências vividas pelos sujeitos.

A abordagem das formas de viver e dar sentido à intimidade (hetero)sexual pretendeu, assim, ser eclética tanto no que se refere à forma como aos conteúdos tratados em cada capítulo. Sintetizando: o capítulo 3 começou por identificar importantes transformações que marcaram as últimas décadas da sociedade portuguesa, oferecendo uma caracterização dos ambientes normativos que têm servido de cenário para a construção da intimidade nas diferentes gerações. Desta análise, a par de importantes mudanças operadas na ordem social de género, pudemos destacar a atenuação da regulação social sobre os comportamentos individuais abrindo margem para o entendimento dos processos de *deslinearização* dos percursos individuais e do *lugar do actor* (Charton, 2005), em especial no que diz respeito à intimidade e vida sexual.

No capítulo 4, abordámos questões relativas às trajectórias afectivas e sexuais de homens e mulheres, dando ênfase às mudanças e continuidades verificadas nos quadros inaugurais da sexualidade com parceiro bem como aos processos de construção da intimidade conjugal. Tal como a dado momento constatámos, se é certo que a análise veio sugerir uma grande pluralidade de normatividades e de trajectórias em coexistência, também é verdade que, sendo guiada pelo género e pelas gerações, a abordagem permitiu revelar importantes regularidades nos fenómenos observados, reforçando assim a pertinência destas categorias de pertença na compreensão das vivências da intimidade heterossexual. Nos tópicos da iniciação sexual pudemos, ademais, verificar que as mudanças geracionais e, concretamente, a aproximação entre os discursos de homens e mulheres são especialmente significativas nos aspectos mais objectivos das biografias sexuais, persistindo as maiores diferenças nas normas mais subjectivas (como, aliás, explicaremos mais adiante). Por seu lado, nos tópicos relativos à vida a dois e à construção da intimidade conjugal, a análise geracional veio reforçar a passagem de discursos assentes na instituição para os quadros de sentimentalização, companheirismo e de igualdade entre parceiros, constatando-se ainda como, cada vez mais reflexivos, os discursos das gerações mais novas inovam ao atribuir à sexualidade um lugar de destaque (e de investimento discursivo) no projecto conjugal.

No capítulo 5, por seu lado, propúnhamo-nos analisar criticamente o ideário moderno da liberalização sexual, explorando contradições e impasses inerentes a tais discursos. Começando por questionar os limites de uma suposta (mas tantas vezes mencionada) “revolução sexual”, a análise apostou na *desconstrução* de pressupostos que, frequentemente, estão na base do argumento liberalizador do prazer e da realização sexuais. Sem negar a crescente flexibilização das normas e a conseqüente *deslinearização* dos percursos afectivos e

sexuais dos indivíduos¹⁰⁷, neste capítulo quisemos revelar como a vivência da (hetero) sexualidade não deixa de reflectir um movimento de liberalização das condutas “apenas nos limites do prescrito”, estando tais interdições ainda muito associadas a diferenças de género e ao império dos valores românticos sobre o hedonismo individual.

Se até ao capítulo 6, a análise da mudança nas formas de viver e representar a sexualidade foi sendo guiada pelas gerações no sentido histórico do termo, no último capítulo introduzimos uma inovação de perspectiva ao destacar o carácter linhagístico da amostra qualitativa e ao dirigir a atenção para as narrativas biográficas e para as transmissões normativas intergeracionais que vão tendo lugar nas famílias. Através deste exercício pudemos ilustrar diferentes formas de apropriação dos modelos de género geracionais, dando relevo não só à singularidade de cada percurso biográfico mas também aos efeitos de outros factores de mediação - como sejam as socializações familiares, os perfis de classe ou os contextos regionais - na definição de atitudes e de percursos individuais face ao género e à sexualidade.

Em suma, com esta pesquisa quisemos, pois, revelar mudanças e a pluralidade das formas de viver e pensar a intimidade heterossexual. No entanto, tal como anunciámos na introdução da tese, esperávamos com este trabalho poder ainda lançar pistas sobre questões mais específicas que, desde o início, foram constituintes da nossa problemática e que agora - percorrido o trajecto da pesquisa- pretendemos recuperar:

- **A relação entre tempos históricos e os ambientes normativos face à vida íntima e sexual**

Como afirmámos anteriormente, o retrato da mudança que traçámos para a sociedade portuguesa procurou estabelecer uma relação entre as transformações macroestruturais e a emergência de novas orientações normativas face à vida familiar, conjugal e sexual dos portugueses. Para ilustrar esta relação, constatámos, na generalidade, que a primeira geração em análise (representada pelos avôs e avós da nossa amostra qualitativa) construiu as suas biografias no contexto do Estado Novo, sob a égide de um regime autoritário e da doutrina tradicional da Igreja sendo, em geral, portadora de percursos e de discursos mais conservadores e diferenciadores em termos de género. Por seu lado, acompanhando as importantes mudanças trazidas pela Revolução de 1974, os testemunhos da segunda geração

¹⁰⁷Fenómenos, aliás, centrais na problemática desta tese e dos quais procurámos dar conta ao longo da análise.

(dos pais e mães) afastam-se já do tradicionalismo da geração precedente e são ilustrativos da forma como a difusão dos ideais democráticos e de liberdade que marcaram as décadas de 1970 e 1980 se repercutiu, de maneira particularmente evidente, nas normas em torno da vida familiar e da intimidade, promovendo a adesão aos ideais da igualdade de género, ao primado da afectividade e à democraticidade nas relações conjugais. Tratando-se de uma geração de “transição” que personifica de forma evidente o movimento de abertura normativa da sociedade portuguesa, esta é também a geração que começa a incubar a diversidade de disposições que se vai consolidar na geração seguinte. Com efeito, a geração mais nova (a dos filhos e filhas) é aquela que de forma mais manifesta e generalizada reflecte o alargamento de oportunidades conhecido na sociedade portuguesa. Do ponto de vista normativo, verificámos que os jovens desta geração partilham discursos marcadamente valorizadores da liberdade individual e da igualdade entre homens e mulheres, sendo a convergência entre as atitudes e as biografias afectivas e sexuais dos rapazes e raparigas um aspecto assinalável da mudança geracional. Construindo as suas biografias num ambiente social mais permissivo, igualitário e marcado pela mediatização da sexualidade, esta geração é aquela que adere a discursos tendencialmente mais tolerantes e valorizadores da experiência e da diversidade sexuais.

Assim, na tentativa de perceber como dialogam as influências de pertença geracional dos indivíduos na activação dos perfis normativos e de condutas face à intimidade sexual, concluímos que os testemunhos e os percursos dos nossos entrevistados não são, de modo algum, alheios aos modelos de género e às normas sexuais dos tempos históricos onde se inserem, os quais, por sua vez, podem ser entendidos como refractários de valores sociais mais amplos. Não obstante as ambivalências normativas encontradas em cada geração e a singularidade de cada história familiar e pessoal, a análise vem, de facto, revelar mecanismos de cristalização e de mudança normativa ao longo da sucessão geracional, reflectindo, na generalidade, a passagem de valores institucionalistas e mais conservadores para valores mais modernistas e individualistas (Pais, 1998).

- **A aproximação entre normas e trajectórias sexuais dos homens e das mulheres**

Outro dos desafios que, desde o início, atravessou esta pesquisa teve justamente a ver com as mudanças nas relações de género e, mais concretamente, com a ideia de aproximação progressiva entre trajectórias e normas femininas e masculinas face à vida íntima e sexual. O retrato que fizemos dos ambientes normativos geracionais (em especial no capítulo 3), veio efectivamente sugerir que uma parte importante da mudança social conhecida em Portugal nas últimas décadas tem vindo a consubstanciar-se na revisão dos papéis dos homens e das

mulheres na sociedade e na vida privada. Neste contexto, destacámos factores como o aumento da escolaridade feminina ou a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho e documentámos, por outro lado, a atenuação do *gap* entre as atitudes e as trajectórias afectivas femininas e masculinas (Kimmel, 2004).

Quando analisámos indicadores relativos às biografias afectivas e sexuais e à construção da intimidade conjugal, este trabalho veio sugerir que as mulheres constituem o principal foco das transformações operadas, sendo portanto – e não obstante as importantes mudanças também identificadas nos percursos da masculinidade - as grandes protagonistas do movimento de aproximação social entre géneros. Contudo, se as aproximações são inegáveis, a persistência de desigualdades não deixa de ser, também ela, bastante assinalável em muitos campos, nomeadamente no que concerne aos sentidos mais subjectivos da construção da intimidade. Para exemplificar, recordemos que se a mudança geracional verificada nos quadros de iniciação sexual sugeria uma aproximação expressiva entre as experiências masculinas e femininas ao nível dos *contextos* e *calendários*, já no que concerne às *motivações*, as distâncias continuavam operantes e reiteravam as diferenças tradicionais entre a masculinidade e a feminilidade. Da mesma forma, também na análise das trajectórias sexuais, se é verdade que no que toca a *reportórios de parceiros/as* os testemunhos femininos e masculinos pareciam encetar um movimento de progressiva aproximação, em questões como a das *dificuldades na vivência da sexualidade*, por exemplo, os discursos continuavam a instigar as associações mais tradicionais entre género e sexualidade, mantendo actuais as hipóteses do *desencantamento* sexual feminino (Bozon, 2001) e da inquietude masculina para com a performance e o desempenho sexuais.

Assim, e ainda que a máxima de que “as mulheres querem amor e os homens querem sexo” não corresponda completamente à verdade (Giddens, 2001; Alen, 2003), a pesquisa veio reforçar a ideia de que o género constitui uma variável de diferenciação central que traça, com nitidez, clivagens nas formas de viver e representar a sexualidade. Para além disso, a análise permitiu-nos ainda verificar como homens e mulheres conservam, internamente, padrões importantes, nomeadamente na sua relação com outras variáveis de pertença. Neste sentido, e para concluir, uma questão importante a reter é, sem dúvida, a ideia de que os homens representam um grupo aparentemente menos diferenciado no que respeita a discursos e a trajectórias da sexualidade, sendo as biografias e normatividades femininas mais variáveis em função dos tempos (sociais e biográficos) e de outros critérios de diferenciação social como a escolaridade ou a classe social.

- **A pluralidade normativa e vivencial inscrita na *heteronorma***

Outro dos grandes objetivos desta pesquisa consistiu no reconhecimento da pluralidade normativa que, na contemporaneidade, assiste os discursos sobre a heterossexualidade. Neste sentido, a análise propôs-se não só a mapear processos de continuidade e mudança, mas também a compreender os impasses resultantes da coexistência entre uma maior pluralidade de discursos e condutas legítimas face à sexualidade e a persistência de constrangimentos sexuais.

Destacando os efeitos geracionais sobre as orientações normativas dos sujeitos, a pesquisa veio, realmente, mostrar como as disposições duráveis dos tempos históricos e das existências sociais actuam como matrizes de apreciação simbólica do mundo social (Vasconcelos, 1998). No entanto, se a comparação geracional nos permite identificar mudanças no sentido de uma maior tolerância, igualdade e liberdade sexuais, a análise não deixa, contudo, de revelar que qualquer tendência, por mais expressiva que seja, continua a acolher internamente contradições e cenários de pluralidade ideológica. Vimos, aliás, que segundo Pais (1998) é justamente nos valores relativos à intimidade que encontramos posturas normativas mais divergentes, destacando-se a significância das diferenças geracionais na produção de uma paisagem moral ambígua que balanceia entre a postura romântica e a postura erótico-hedonista. Quer isto dizer que a coexistência de diferentes gerações, com inclinações normativas distintas, num mesmo tempo histórico representa, para o autor, uma das condições, a par naturalmente de outras diferenças sociais, para explicar os cenários de pluralidade nas representações e prática da sexualidade.

Também para Weeks (1995), as sociedades contemporâneas vivem tempos de “confusão moral” onde a procura de uma moralidade consensual (onde uma maioria se reveja) constitui um desafio tão difícil quanto improfícuo. Neste caso, a diversidade de posturas não é apenas entendida como um resultado derivado da coexistência de diferentes grupos sociais num mesmo contexto histórico, mas assume-se como característica intrínseca a cada indivíduo, numa perspectiva que vem reconhecer a natureza híbrida das identidades pessoais na contemporaneidade.

Deste modo, apesar da pujança inegável dos mecanismos de reprodução social, a pesquisa procurou ainda reiterar a pertinência das análises centradas nas variações intra-individuais (e.g. Lahire 2001a, 2004, 2005; Thévenot, 2007). Considerando a multiplicidade de disposições, contextos e processos cognitivos a que se enfrentam os indivíduos, a análise veio desvelar alguns indícios de ambiguidade e/ou contradição que ressaltam das biografias e discursos da heterossexualidade. A título de exemplificativo, pudemos demonstrar que, em

contextos de maior restrição social normativa, como os de antigamente, as identidades nem sempre reproduziam a unicidade veiculada ao nível social. Pelo contrário, através de uma “contradição” maior entre discursos e práticas, as gerações mais velhas personificavam, muitas vezes, processos de hibridismo moral e de elasticidade identitária. Por seu lado, concluímos também que o facto de hoje em dia os jovens se confrontarem com um aumento de possibilidades ou com a atenuação da regulação exterior sobre os comportamentos não equivale a retirar a importância aos princípios de coerência interna nesta geração. Neste sentido, a pesquisa veio insistir na ideia de que quando se faz da diversidade normativa a própria norma, ela tende transformar-se num reduto de autenticidade do *self*, estando longe de significar a destituição das identidades.

- **O efeito de outras pertenças sociais dos indivíduos para além dos tempos geracionais**

Não obstante a mudança nas famílias traduzir, na maioria das vezes, os sentidos gerais de diferenciação ideológica conhecida na sociedade portuguesa, era também objectivo desta pesquisa explorar outros factores que pudessem mediar a apropriação das normas geracionais dominantes, evidenciando a irredutibilidade de cada história familiar e pessoal aos modelos (históricos) de construção do género e da intimidade sexual.

Nesse sentido, propusemo-nos analisar narrativas biográficas sobre as socializações familiares, a origem de classe ou as pertenças regionais dos indivíduos, explorando os efeitos de tais factores sobre a definição dos perfis e dos percursos de género e da sexualidade.

Num exercício a que chamámos de “matização das normas geracionais” e que procurou reflectir sobre a influência de tais pertenças para o incremento da diversidade tanto ao nível intrageracional como entre as distintas posições genealógicas nas linhagens familiares, a análise veio então sugerir que as diferentes apropriações dos modelos dominantes não são alheias às socializações familiares, sendo os legados transmitidos entre as gerações compostos também de disposições normativas face ao género e à sexualidade. Mais concretamente, pudemos verificar que os “antecedentes” normativos familiares e, em especial, as origens particularmente conservadoras ou particularmente liberais exercem uma função importante na deslinearização dos percursos e na relativização das tendências geracionais.

Por outro lado, também os processos de mobilidade social pareceram ser potenciadores de rupturas com os modelos normativos geracionais ou familiares, sugerindo que quanto mais distantes em termos de posições de classe estão as diferentes posições genealógicas nas famílias, mais divergentes são também os seus regimes de valores, e

nomeadamente os de género. Num sentido oposto, pudemos igualmente constatar uma clara tendência para a reedição dos modelos normativos familiares naquelas linhagens que personificam mecanismos de reprodução em termos de classe social ao longo da sucessão geracional.

Em suma, sem negar a importância do tempo social como dimensão privilegiada para o entendimento dos processos de mudança e continuidade entre as gerações, a pesquisa veio sugerir que ele pode realmente ser vivido de forma muito diferente de indivíduo para indivíduo, nomeadamente em função das oportunidades e dos constrangimentos proporcionados pelos contextos familiares e sociais.

Começámos por dizer que a nossa análise privilegiou o estabelecimento de pontes entre as dimensões normativas e biográficas dos discursos sobre género e sexualidade. No entanto, a terminar esta tese, ocorre-nos reforçar que é também no confronto entre os *discursos sobre normas* e os *discursos sobre práticas* que reside a complexidade do nosso objecto de estudo, resultando daqui uma importante conclusão a destacar. Vimos, ao longo deste trabalho, como a ideia de uma progressiva liberalização da sexualidade tem vindo a predominar nas representações da mudança e como, por comparação com as gerações precedentes, os jovens de hoje parecem gozar de maior legitimidade para construir reflexivamente os seus percursos afectivos e sexuais. Somados estes aspectos à exposição mediática da sexualidade que invade a cultura popular, poderia supor-se que sexualidade é vivida pelos mais jovens de forma mais descomplexada e hedonista (Pais, 2012). Contudo, precisamente quando confrontamos os discursos normativos dominantes e as práticas declaradas pelos sujeitos, somos levados a crer que a mudança no campo da sexualidade se processa a “dois níveis” e a “ritmos distintos”, sendo a liberdade sexual uma evidência maior no plano discursivo que um reflexo directo e transversal às experiências dos mais jovens. Da mesma forma que na geração dos avôs e das avós, as práticas não estavam confinadas à restrição de uma moral puritana e hegemónica, também hoje em dia, nem sempre as trajectórias dos mais jovens reflectem o experimentalismo e a liberdade que se apregoa, devendo, por isso, evitar-se explicações simplistas que tomem os discursos pelas práticas ou que excluam da equação a permanência dos constrangimentos que continuam a marcar a sexualidade contemporânea.

Esta constatação – ilustrativa da ambivalência e dos impasses que caracterizam o nosso objecto – conduz-nos, por sua vez, a uma última e central questão: afinal o que terá mudado na heterossexualidade? Não nos cansamos de referir que quisemos com este trabalho mostrar que a heterossexualidade deve ser entendida como algo mais do que uma norma que se constrói contra outras formas de sexualidade (Jackson, 2008, Beasley *et al.*, 2012) e que julgamos, com esta pesquisa, ter contribuído para isso. No entanto, como também afirmámos, nunca foi nossa intenção subestimar ou ignorar o quadro de desigualdade nem a persistência das discriminações que continuam a povoar os enquadramentos normativos dominantes.

Neste sentido, um dos tópicos analisados foi, precisamente, o das atitudes dominantes face às identidades e às condutas não heterossexuais. De facto, destacamos aqui esta dimensão particular da análise na medida em que ela nos surpreendeu pela persistência e pela profusão das visões naturalizadas do comportamento sexual, e pelo seu “enraizamento” nos argumentos mais *essencialistas* e resistentes a uma efectiva inclusão da diversidade. Se na reprodução do duplo padrão de género isso já ficava claro, no relativo à aceitação das minorias sexuais tais “obstáculos” tornam-se ainda mais evidentes, dificultando, de facto, um entendimento da heterossexualidade para lá das amarras heteronormatividade.

Deste modo, o entendimento actual da *mudança* enquanto fenómeno simultaneamente social e nem sempre coerente ou linear (e.g. Boudon, 1979; Touraine, 1984; Giddens, 1989; Szotmpka, 1995) parece constituir uma construção conceptual útil à interpretação dos resultados desta pesquisa. O retrato das formas de viver e dar sentido à heterossexualidade veio contribuir para o seu entendimento enquanto reflexo importante de transformações sociais mais amplas e, neste sentido, consideramos que a mudança na heterossexualidade não pode ser entendida desligada da transformação social das relações de género. Com efeito, reforçamos, como proposta fundamental desta pesquisa, que as interacções afectivas e sexuais entre homens e mulheres sejam entendidas como reflexo(s) à microescala de revisões mais amplas nos papéis sociais dos homens e das mulheres que têm lugar na macroescala da sociedade.

Bibliografia

- Aboim, Sofia (2005), “As Orientações Normativas da Conjugalidade”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Relações Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, ICS.
- Aboim, Sofia. (2009), “Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº24 (70), pp.107-122.
- Aboim, Sofia (2010), *Plural Masculinities. The remaking of the self in private life*, Farnham, Ashgate.
- Aboim, Sofia (2011), “Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação”, em Ana Nunes de Almeida (org.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Aboim, Sofia (2013), *A Sexualidade dos Portugueses*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Aboim, Sofia, Mónica Truninger e Pedro Vasconcelos (1996), “Notas sobre as Representações Sociais e o Habitus: Esboço de uma Análise Comparada”, *Psicologia* Vol. XI, 2/3, pp.139-158.
- Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos (2009), “Differential and Cumulative Effects of Life Course Events in an Intergenerational Perspective: Social Trajectories of Three-Generation Family Lineages”, *Swiss Journal of Sociology*, Vol. 35, 2, pp. 297-319.
- Aboim, Sofia et al. (2009), *Relatório Final do Projecto Género e Gerações: continuidade e mudança nas narrativas familiares*, (Projecto FCT com a referência nº PIHM/SOC/63508/2005), Lisboa, ICS.UL.
- Aboim, Sofia, Pedro Vasconcelos e Dulce Morgado Neves (2011), “Género e adultícia: continuidade e mudança em três gerações”, em José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), *Jovens e rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Abreu, José L.P (2010), “Prefácio”, em Isabel Freire, (2010), *Amor e Sexo no tempo de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Alferes, Valentim R. (1997), *Encenações e comportamentos sexuais. Para uma psicologia social da sexualidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Allen, Louisa (2003), “Girls want sex, boys want love: resisting dominant discourses of (hetero) sexuality”, *Sexualities*, Vol.6 (2), pp. 215-236.
- Allen, Sheila e Diana Leonard (1996), “From sexual divisions to sexualities: changing sociological agendas”, em Jeffrey Week e Janet Holland (orgs), *Sexual Cultures. Communities, Values and Intimacy*, London, British Sociological Association.
- Almeida, João Ferreira de (1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Almeida, Ana Nunes de e Maria das Dores Guerreiro (1993), “A Família” em Luís de França (org.), *Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Almeida, Ana Nunes, Karin Wall (1995), “A Família”, em E. Sousa Ferreira (org.), *Portugal Hoje*, Lisboa, INA.

- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Lisboa, Celta Editora.
- Almeida, Ana Nunes de *et al.* (2004), *Fecundidade e Contraceção*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, João Ferreira *et al.* (2007), “A sociedade”, em António Reis (org.), *Retratos de Portugal: factos e acontecimentos*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.
- Almeida, Miguel Vale de (2000), *Senhores de Si – Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.
- Almeida, Miguel Vale de (2004), “Cidadania Sexual: Direitos humanos, Homofobia e Orientação Sexual”, *A Comuna*, nº5, pp 50-55.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Afrontamento.
- André, Isabel (1993), *O Falso neutro em geografia humana. Género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- André, Jacques (1994), *La Sexualité Féminine*, Paris, Puf.
- Archer, Margaret (1995), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Attias-Donfut, Claudine (1995), “Le double circuit des transmissions”, em Claudine Attias-Donfut (org.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris, Nathan.
- Badinter, Elisabeth (2005), *Caminho Errado*, Edições ASA, Porto.
- Barreira, Cecília (1996), “Os estilos de vida e convívio quotidiano”, em António Reis (org.), *Portugal 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Barreto, António. (2000), *A situação social em Portugal 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, António (2005), “Mudança Social em Portugal, 1960 – 2000”, em António Costa Pinto (org.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Battagliola, Françoise (2001), “Les modes sexués d’entrée dans la vie adulte”, em Thierry Bloss (org.), *La dialectique des rapports hommes – femmes*, Paris, PUF.
- Bauer, Martin e George Gaskell, (2002), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Baudrillard, Jean (1991), *Simulacros e Simulação*, Lisboa, Relógio d’Água.
- Bauman, Zigmunt (2003), *Modernidade Líquida*, Fondo de Cultura Económica, México D.F.
- Bauman, Zigmunt (2005), *Amor Líquido. Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*, El Salvador, Fondo de Cultura Económica.
- Beasley, Chris (2005), *Gender & Sexuality – Critical Theories, Critical Thinkers*, London, Sage Publications.
- Beasley, Chris, Header Brook e Mary Holmes (2012), *Heterosexuality in Theory and Practice*, New York, Routledge.
- Beauvoir, Simone (2003 [1949]), *O segundo sexo*, Lisboa, Dom Quixote.
- Bebiano, Rui e Alexandra Silva (2004), “A reidentificação do feminino e a polémica sobre a ‘Carta a uma Jovem Portuguesa’”, *Revista de História das Ideias*, nº25, pp.423-454.

- Beck, Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- Benincá, Ciomara e William Gomes (1998), “Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações”, *Estudos de Psicologia*, Vol.3, nº 2, pp.177-205.
- Berger, Peter e Thomas Luckman (2004), *A construção social da realidade*, Lisboa, Dinalivro.
- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.
- Bloss, Thierry (org.) (2001), *La dialectique des rapports hommes-femmes*, Paris, PUF.
- Bloss, Thierry e Alain Frickey (1994), *La femme dans la société française*, Paris, PUF.
- Boswell, John (1980), *Christianity, Social Tolerance and Homosexuality*, Chicago, University of Chicago Press.
- Boudon, Raymond (1981), *La lógica de lo social: introducción al análisis sociológico*, Madrid, Ediciones RIALP, S.A.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A dominação masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2002[1972]), *Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (2000), *Reproduction in Education, Society and Culture*, London, Sage Publications.
- Bozon, Michel (1993), “L'entrée dans la sexualité adulte : le premier rapport et ses suites”, *Population*, nº5, pp. 1317-1352.
- Bozon, Michel (1999), “Les significations sociales des actes sexuels”, *Actes de la Recherche des Sciences Sociales*, nº 128, pp. 3-23.
- Bozon, Michel (2001a), “Orientations intimes et constructions de soi”, *Sociétés Contemporaines. Les cadres sociaux de la sexualité*, Nº 41/42, pp. 11-40.
- Bozon, Michel (2001b) “Sexualité et Conjugalité”, em Thierry Bloss (org.), *La dialectique des rapports hommes – femmes*, Paris, PUF.
- Bozon, Michel (2002), *Sociologie de la sexualité*, Paris, Nathan Université.
- Bozon, Michel (2003), “Sexualidade e conjugalidade: A redefinição das relações de gênero na França contemporânea”, *Cadernos Pagu*, nº20, pp. 131-156
- Bozon, Michel, M^a Luiza Heilborn (1996), “Les caresses et les mots. Initiations amoureuses à Rio de Janeiro et à Paris”, *Terrain*, nº 27, pp.37-58.
- Brandão, Ana Maria *et al.* (2004), “Nota Introdutória. Formas identitárias e modernidade tardia” em Ana M^a Brandão, Ana Paula Marques e Emília Rodrigues Araújo (orgs.), *Formas identitárias e modernidade tardia. Actas de encontros em sociologia*, Braga, Universidade do Minho.
- Brandão, Ana Maria (2010), “Da sodomita à lésbica: A centralidade do gênero nas representações do homo-erotismo feminino”, *Análise Social*, vol. XLV (2.º), nº 195, pp. 307-327.
- Branner, Julia, Peter Moss e Ann Mooney (2004), *Working and Caring over the Twentieth century: Change and continuity in four-generation families*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- Braun, Virginia, Nicola Gavey e Kathryn McPhilips (2003), “The ‘Fair Deal? Unpacking Accounts of Reciprocity in heterosex”, *Sexualities*, Vol. 6 (2), pp.237-261.

- Bullough, Vern L. (1976), *Sexual Variance in Society and History*, New York, John Wiley & Sons.
- Burguess, Ernest, Harvey James Locke e Mary Margareth Thomes (1960), *The Family from Institution to Companionship*, New York, American Book.
- Burke, Kenneth (1969 [1950]), *A Rhetoric of Motives*, Berkley, University of California Press.
- Butler, Judit (2008 [1990]), *Gender Trouble*, New York, Routledge.
- Cabral, João Pina (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- Cabral, Manuel Villaverde *et al.* (2012), “Sexual behaviour and HIV/Aids infection in Portugal”, *Estudos e Relatórios*, 2, Lisboa, ICS.UL.
- Carmo, Renato Miguel do (org.) (2011), *Desigualdades em Portugal: Problemas e Propostas*, Edições 70, Lisboa.
- Casimiro, Cláudia (2011), “Tensões, tiranias e violência familiar”, em Ana Nunes de Almeida (org), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Charton, Laurence (2005), “Diversité des parcours familiaux et rapport au temps”, *Lien Social et Politiques*, nº54, pp.65-73.
- Coelho, Bernardo (2008), “De Johnny Guitar à incerteza implícita no novo. A vida de todos os dias como compasso da mudança das relações de género na família”, *CIES e-Working Paper*, 44, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1981), *Livros Proibidos no Regime Fascista*, Lisboa, CLNSRF.
- Connel, Robert W. (1987), *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press.
- Connell, Robert W. (1995), *Masculinities*, Cambridge, Polity Press.
- Connell, Robert W (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Corsten, Michael (1999), “The Time of Generations”, *Time & Society*, vol.8 (2), pp. 249-272.
- Costa, António Firmino da e Fernando Luís Machado (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, em José M. L. Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Crozier, Michel e Erhard Fierdberg (1977), *L'Acteur et le Système*, Paris, Editions du Seuil.
- Cunha, Vanessa (2005), “A Fecundidade das Famílias”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, práticas e significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cutileiro, José (2004 [1971]), *Ricos e Pobres no Alentejo (uma sociedade rural portuguesa)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Deutsch, Francine (2007), “Undoing Gender”, *Gender & Society*, Vol.21, nº1, pp.106-127.
- Doise, Willem (1991), “L’identité comme représentation sociale”, em Verena Aebischer, Jean-Pierre Deconchy e Edmond Lipiansky (orgs.), *Ideologies et Representations Sociales*, Fribourg, Deval.
- Dover, Kenneth (1978), *Greek Homosexuality*, Cambridge, Harvard University.
- Duncombe, Jean e Dennis Marsden (1996), “Whose orgasm is this anyway? Sex Work in long-term heterosexual couple relationships”, em Jeffrey Weeks e Janet Holland (orgs), *Sexual Cultures. Communities, Values and Intimacy*, London, British Sociological Association.

- Dulac, Germain (2003), “Masculinité et intimate”, *Sociologie et Sociétés*, Vol.32, nº2, pp.9-34.
- Duret, Pascal (1999), *Les jeunes et l'identité masculine*, Paris, Presses Universitaires en France.
- Dworkin, Andrea (1987), *Intercourse*, London, Secker & Warburg.
- Eisenstadt, Shmuel Noah (1973), *Tradition, Change, and Modernity*, Krieger: Publishing Company.
- Eisenstadt, Shmuel Noah (2001), Modernidades Múltiplas, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº35, pp.139-167.
- Elder, Glen H, Robert Crosnoe, Monica Johnson (2003) “The emergence and development of the life course”, em J. T. Mortimer e M. J. Shanahan (orgs), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer.
- Elias, Norbert (2004 [1987]) *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Estanque, Elísio (2009a), “Diferenças sociais de classe e conflitualidade social”, em Mário Lages e Matos, Artur Teodoro Matos (org.), *Portugal Intercultural: Razão e Projecto*, Lisboa, CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa/ ACID.
- Estanque, Elísio (2009b), "A Crise Mundial e os Dilemas do Trabalho", *Estudos do Trabalho – Revista da RET*, Ano III, 5, pp.1-19.
- Favart-Jardon, Evelyne (2002), “Women’s ‘Family Speech’. A tri-generational study of family memory”, *Current Sociology*, vol. 50(2), pp.309-319.
- Featherstone, Mike (1991), *Consumer Culture and Postmodernism*, London, Thousand Oaks, New Deli, Sage Publications.
- Featherstone, Mike (1999), “An Introduction”, em Mike Featherstone (org.), *Love & Eroticism*, London, Thousand Oaks, New Deli, Sage Publications.
- Ferreira, Pedro Moura e Manuel Villaverde Cabral (orgs.) (2010), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos*, Lisboa, Bizâncio.
- Ferreira, Pedro Moura (2010a), “A Actividade Sexual: Frequência, Regularidade e Inactividade”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (orgs), *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio.
- Ferreira, Pedro Moura (2010b), “Parceiros, Relacionamentos e Trajectórias Sexuais”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (orgs), *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio.
- Ferreira, Pedro Moura (2010c), “Práticas Sexuais, Auto-Erotismo e Actividade com Parceiro”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (orgs), *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio.
- Ferreira, Pedro Moura (2010d), “Contextos da Iniciação Sexual - Idade, Relacionamentos e Geração”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (orgs), *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos*, Lisboa, Bizâncio.
- Ferreira, Vítor Sérgio (1998), “Atitudes perante a sociedade”, em José Machado Pais (org), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS.
- Ferrarotti, Franco (1983), *Historie et histories de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Méridiens Klincksieck.

- Figueiredo, Eurico (1985), “Mudança, valores e conflito de geração em Portugal”, *Análise Social*, (21), pp. 1005-1020.
- Fisher, William *et al* (1988), “Erotophobia – Erotophilia as a dimension of personality”, *The Journal of Sex Research*, (25), pp.123-151.
- Fonseca, Laura Pereira da (2001), *Culturas juvenis, percursos femininos: experiências e subjectividades na educação das raparigas*, Oeiras, Celta Editora.
- Fonseca, Laura e Sofia Santos (2011), *Relatório Final do Projecto Sexualidades, Juventudes, Gravidez Adolescente a Noroeste de Portugal* (Projecto FCT com referência nº PTDC.SDE.67931.2006), Porto, CIIE- FPCE/UP.
- Foucault, Michel (1994 [1976]), *A história da Sexualidade I - A vontade de saber*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Fox, Bonnie (2009), *When couples become parents. The creation of gender in the transition to parenthood*, Toronto, University of Toronto Press.
- Freire, Isabel (2010), *Amor e Sexo no tempo de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Freud, Sigmund (1987 [1905]), *Trois Essais sur la Théorie Sexuelle*, Paris, Éditions Gallimard.
- Friedan, Betty (1971 [1963]), *Mística Feminina*, Petrópolis, Editora Vozes Lda.
- Gagnon, John e William Simon (2009 [1973]), *Sexual Conduct: The social sources of human sexuality*, Chicago, Aldine Transactions.
- Gerson, Kathleen (2002), “Moral dilemmas, moral strategies and the transformation of gender. Lessons from two generations of work and family change”, *Gender & Society*, nº1, pp. 8-28.
- Giddens, Anthony (1984), "Elements of the theory of structuration", em Anthony Giddens, *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2001), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2002), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Goffman, Erving (1973 [1959]), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio de Água.
- Goffman, Erving (2004), “Le déploiement du genre”, *Terrain*, nº 42, pp.109-128.
- Gomes, Francisco Allen (2004), *Paixão Amor e Sexo*, Lisboa, Dom Quixote.
- Goode, William (1959), “The theoretical importance of Love”, *American Sociological Review*, vol. 24, nº1, pp.38-47.
- Goodich, Michael (1979), *The Unmentionable Vice: homosexuality in later medieval period*, California, Ross-Erickson.
- Guerreiro, Maria das Dores (1993), “Parâmetros sociais da actividade empresarial”, em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, actas do II Congresso Portugues de Sociologia, Vol.1.
- Guerreiro, Maria das Dores, Anália Torres, Cristina Lobo (2009), “Changing families: configurations, values and recomposition processes”, em Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha (orgs), *Welfare and Everyday Life* (Portugal in the European Context, vol. III), Oeiras, Celta Editora.

- Guillaume, Jean-François (2003), “Des jeunes belges entre le désir de reconnaissance et l'exigence d'autonomie”, em Emmanuelle Maunaye e Marc Molgat (orgs), *Les jeunes adultes et leur parents. Autonomie, liens familiaux et modes de vie*, Saint-Nicolas, Les Presses de l'Université du Laval.
- Hamlin, C. Lins (2002), *Beyond Relativism. Raymond Boudon, cognitive rationality and critical realism*, Routledge, London and New York.
- Harvey, David (1989), *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*, Cambridge, Blackwell.
- Hayes, Bernadette, Ian McAllister e Donley Studlar (2000), “Gender, Postmaterialism, and Feminism in Comparative Perspectives”, *International Political Science Review*, Vol.21, Nº4, pp.425-439.
- Heilborn, Maria Luiza (1992), “Usos e Abusos da Categoria de Gênero”, em H. Buarque de Holanda (org.), *Y nosotras latinoamericanas? Estudios sobre género e raça*, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina.
- Heilborn, Maria Luiza (org.) (1999), *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Heilborn, Maria Luiza (1999), “Construção de si, gênero e sexualidade”, em Maria Luiza Heilborn (org.), *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Heilborn, Maria Luiza e Elaine Reis Brandão (1999), “Introdução. Ciências Sociais e Sexualidade”, em Maria Luiza Heilborn (org.), *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Heinz, Walter e Helga Kugler (2001), “Life Course: innovations and challenges for social research”, *Current Sociology*, Vol.49 (2), pp.29-45.
- Héritier, Françoise (1996), *Maculin/Féminin: La pensée de la différence*, Paris, Odile Jacob.
- Hite, Shere (1982 [1976]), *O Relatório Hite sobre Sexualidade Feminina*, São Paulo, Difel.
- Hoof, Jenny Van (2013), *Modern Couples? Continuity and change in heterosexual relationships*, Farnham, Ashgate.
- Inglehart, Ronald e Pippa Norris (2003), *Rising Tide: gender equality and cultural change around the world*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Inglehart, Ronald e Christian Welzel, C. (2005), *Modernization, Cultural Change and Democracy: The human development sequence*, New York, Cambridge University Press.
- Jackson, Stevi (2008), “Ordinary Sex”, *Sexualities* 11 (1/2), pp. 33-37.
- Jackson, Stevi e Susan Scott (2004), “Sexual Antinomies in Late Modernity”, *Sexualities*, 7(2), pp.233-248.
- Jackson, Stevi e Susan Scott (2010), *Theorizing Sexuality*, Berkshire, Open University Press.
- Jameson, Fredric (1995), *Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press.
- Jaspard, Maryse (2005), *Sociologie des Comportements sexuels*, Paris, Éditions La Découverte.
- Jiménez, Rafael (2002), “Prólogo”, em Rafael M. Jiménez (org.), *Sexualidades Transgresoras. Una antología de estudios queer*, Barcelona, Icaria Editorial.
- Jodelet, Denise (1999), *Les représentations sociales*, Paris, Presses universitaires de France.

- Jones, James Howard (1997), *Alfred C. Kinsey: a public/private life*, New York, Norton.
- Jupp, Victor (org.), *The Sage Dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Kellerhals, Jean, Cristina Ferreira e David Perrenoud (2002), “Kinship cultures and identity transmissions”, *Current Sociology*, vol. 50(2), pp. 213-228.
- Kimmel, Michael (2004), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Kinsey, Alfred *et al.* (1975 [1948], *Sexual Behaviour in the Human Male*, Bloomington, Indiana University Press.
- Kinsey, Alfred *et al.* (1970 [1953]), *O Comportamento Sexual da Mulher*, Lisboa, Meridiano.
- Kaufmann, Jean-Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris, PUF.
- Kaufmann, Jean-Claude (1995), *Corps de femmes, regards d’hommes. Sociologie de seins nus*, Paris, Nathan.
- Kaufmann, Jean-Claude (1996), *L’Entretien Compréhensive*, Paris, Nathan Université.
- Lahire, Bernard (2001a), *O Homem Plural. As Molas da Acção*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Lahire, Bernard (2001b), “Héritages sexués: incorporation des habitudes et des croyances”, em Thierry Bloss (org.), *La dialectique des rapports hommes – femmes*, Paris, PUF.
- Lahire, Bernard (2004), *Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais*, Porto Alegre, Artmed Editora.
- Lahire, Bernard (2005), “Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, pp.11-42.
- Lahire, Bernard (2007), “Indivíduo e mistura de géneros: dissonâncias culturais e distinção de si”, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol.50, nº4, pp.795-825.
- Lash, Scott (1999), *Another Modernity: A Different Rationality*, Oxford, Blackwell.
- Lash, Scott (2003), “Reflexivity as Non-linearity”, *Theory, Culture & Society*, Vol. 20(2), pp. 49-57.
- Laumann, Edward *et al.* (1994) *The Social Organization of Sexuality*, Chicago, University of Chicago Press.
- López, Felix e António Fuertes (1999), *Para compreender a sexualidade*, Lisboa, Associação para o Planeamento da Família.
- Loyola, M^a Andréa (1999), “A sexualidade como objecto de estudo das ciências humanas”, em Maria Luiza Heiborn (org.), *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Lytard, Jean-François (1989), *A Condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.
- Maciel, Diana (2008), “Viver em amor...ou sentir-se sufocado? Diferenças de classe social, região e género”, *CIES e-Working Paper*, N.º 41/2008, Lisboa, CIES-ISCTE.
- MacKinnon, Catharine (1979), *Sexual Harassment of Working Women*, New Haven e London, Yale University Press.
- Malinowski, Bronislau (1973 [1927]), *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Malinowski, Bronislau (1983 [1929]), *The sexual life of savages in north-western Melanesia: an ethnographic account of courtship, marriage, and family life among the natives of the Trobriand Islands, British New Guinea*, London, Routledge.
- Mannheim, Karl (1952), “The problem of generations”, em Paul Kecskemeti (org.), *Essays on the sociology of knowledge*, London, Routledge & Kegan Paul.

- Marinho, Sofia (2011), *Paternalidades de Hoje: Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais (especialidade em Sociologia Geral), Lisboa, ICS.UL.
- Marini, Margaret M. (2000), “Social Values and Norms” em Edgar Borgatta e Rhonda Montgomery, (orgs.), *Encyclopedia of Sociology*, New York, Macmillan.
- Marques, Ana Cristina (2007), “A primeira relação sexual: contextos e significados”, *CIES e-Working Paper*, N°32/2007, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Marx, Karl e Frederich Engels (1995), “A Ideologia Alemã” em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Masters, William e Virginia Johnson (1976 [1966]), *A Incompetência Sexual: suas causas seu tratamento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Masters, William e Virginia Johnson (1984 [1970]), *A Resposta Sexual Humana*, São Paulo, Roca.
- May, Tim (2006), *Social Research. Issues, methods and process*, Berkshire, Open University Press.
- McElhinny, Bonnie (2002), “Language, Sexuality and Political Economy” em Campbell-Kibler *et al.* (org.), *Language and Sexuality: Contesting meaning in theory and practice*, Stanford, CSLI Publications.
- Mead, Herbert (1982 [1934]), *Mind, self, and society: from the standpoint of a social, behaviorist*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Mead, Margaret (2001 [1935]), *Sex and temperament in three primitive societies*, New York, Harper Collins.
- Mendes, Isabel Margarida (2009), *Ajustamento materno e paterno: experiências vivenciadas pelos pais no pós-parto*, Coimbra, Mar da Palavra – Edições Lda.
- Mónica, Maria Filomena (1997), “A evolução dos costumes em Portugal 1960-1995” em António Barreto (org.), *A situação social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Motta, Alda Brito e Wiviane Weller (2010), “Apresentação: A atualidade do conceito de geração na pesquisa sociológica”, *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 25, n° 2, pp. 175-184.
- Mottier, Véronique (2008), *Sexuality: a very short introduction*, New York, Oxford University Press.
- Neves, Dulce Morgado (2008), “Experiências e ideários de Intimidade nos Discursos Femininos”, *Revista Filosófica de Coimbra*, n°34, pp.565-586.
- Nico, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada: Transições para a vida adulta em Portugal e na Europa na perspectiva do curso de vida*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.IUL.
- Nodin, Nuno (2001), *Os jovens portugueses e a sexualidade em finais do século XX*, Lisboa, Associação para o Planeamento da Família.
- Nunes, Adérito Sedas (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise social*, N°7-8, pp. 407-462.
- Le Gall, Didier e Charlotte Le Van (2007), *La première fois. Le passage à la sexualité adulte*, Paris, Payot.

- López, Félix (2009) *Amores y desamores: Procesos de vinculación y desvinculación sexuales y afectivos*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- López, Félix e António Fuertes (1999), *Para compreender a sexualidade*, Lisboa, APF.
- Pacheco, José (2000), *O Sexo por Cá*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pais, José Machado (1985), “Família, sexualidade e religião”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXI (86), pp. 345-389.
- Pais, José Machado (1998), “Vida Amorosa e Sexual”, em José Machado Pais (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS-SEJ.
- Pais, José Machado (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (2012), *Sexualidades e afectos juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pappamikail, Lia (2013), *Adolescência e Autonomia: negociações familiares e construção de si*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Parker, John (2000a), "The structurationists", em John Parker, *Structuration*, Buckingham, Open University Press.
- Parker, John (2000b), “Beyond the ‘structurationists’: back to reality”, em John Parker, *Structuration*, Buckingham, Open University Press.
- Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*, London, Tavistock.
- Parson, Talcott (1964), *The Social System*, New York, Mmacmillan Publishing.
- Peristiany, Jean G. (1991 [1965]) (org.), *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, Pedro, Maria da Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (2010), “Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização”, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Vol.23, nº2, pp. 374-383.
- Pitt-Rivers, Julian (1971), “Honra e posição social”, em Jean G. Peristiany (org.), *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Plummer, Ken (1995), *Telling Sexual Stories. Power, change and social worlds*, London, Routledge.
- Plummer, Ken (1996a), “Intimate Citizenship and the culture of sexual story telling”, em Jeffrey Weeks e Janet Holland, J. (orgs), *Sexual Cultures. Communities, Values and Intimacy*, London: British Sociological Association.
- Plummer, Ken (1996b), “Foreword: Symbols of Change”, em William Simon, *Postmodern Sexualities*, London, Routledge.
- Plummer, Ken (1995), *Telling Sexual Stories. Power, change and social worlds*, London, Routledge.
- Policarpo, Verónica (2011a), “Sexualidades em Construção, entre o privado e o público”, em Ana Nunes de Almeida (org.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Policarpo, Verónica (2011b), *Indivíduo e Sexualidade: a construção social da experiência sexual*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais (especialidade em Sociologia Geral), Lisboa, ICS.UL.
- Primoratz, Igor (1999), *Ethics and Sex*, New York, Routledge.

- Rachels, James (2004), *Elementos de Filosofia Moral*, Lisboa, Gradiva.
- Ragin, Charles (1989), *The Comparative Method – Moving beyond qualitative and quantitative strategies*, London, University of California Press.
- Ragin, Charles (1994), *Constructing Social Research. The Unity and Diversity of Method*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
- Reich, Wilhelm (1973 [1932]), *La Irrupción de la Moral Sexual*, Buenos Aires, Homo Sapiens.
- Reis, José Carlos (2003), *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Rich, Adrienne (1980), “Compulsory heterosexuality and lesbian existence”, *Journal of women in culture and society*, 5(4), pp.631-660.
- Rival, Laura, Don Slater e Daniel Miller (1999), “Sex and Sociality. Comparative Ethnographies of sexual objectification”, em Mike Featherstone (org.), *Love & Eroticism*, London, Sage Publications.
- Rivers, William H. R. (1969 [1910]) “O método genealógico de pesquisa antropológica” em Roque de Barros Laraia, *Organização Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Rodrigues, Julieta de Almeida (1983), “Continuidade e Mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesa: emergência de novas estruturas familiares”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp.909:938.
- Rosa, Rodrigo (2005), “A escolha do cônjuge” em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 117-165.
- Roseneil, Sasha (2006), “Viver e amar para lá da heteronorma: uma análise queer das relações pessoais no século XXI”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 33-51.
- Rowse, Alfred (1977), *Homosexuals in History: ambivalence in society, literature and the arts*, New York, MacMillan.
- Rubin, Gayle (1984), “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”, em Carole S. Vance (org.), *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*, Boston, Routledge & Kegan Paul.
- Rubin, Gayle e Judith Butler (2003), “Tráfico sexual: entrevista”, *Cadernos Pagu*, (21), pp.157-209.
- Santos, Ana Cristina (2005) *A lei do desejo: direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Filomena (2008), "Perfis de Coabitação no Portugal Contemporâneo", comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Universidade Nova de Lisboa , 25 a 28 de Junho de 2008, Lisboa.
- Sayes, Sean (1999), “The concept of authenticity”. Artigo disponível em <http://www.kent.ac.uk/secl/philosophy/articles/sayers/authenticity.pdf>, consultado em 04.03.2013.
- Scott, Jacqueline (1998), “Changing Attitudes to Sexual Morality: a cross-national comparison”, *Sociology*, Vol.32, nº4, pp.815-845.
- Scott, John (1995a), "Rational choice and social exchange", em John Scott, *Sociological Theory. Contemporary Debates*, Cheltenham, Edward Elgar.

- Scott, John (1995b), “Structure, function and system”, em John Scott, *Sociological Theory. Contemporary Debates*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Schutz, Alfred (1972 [1967]), *The phenomenology of the Social World*, London, Heinemann Educational Books.
- Sennett, Richard (1986), *The Fall of Public Man*, London, Faber.
- Silverman, David (2000), *Doing Qualitative Research: A Practical Handbook*, London, Sage.
- Shils, Edward (1981), *Tradition*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Shorter, Edward (2001), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.
- Simmel, George (2001[1831]), *El Individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura*, Barcelona, Ediciones de la Península.
- Simmel, George (1999 [1895]), “On the sociology of family”, em Mike Featherstone (org.), *Love & Eroticism*, London, Thousand Oaks, New Deli, Sage Publications.
- Simon, William (1996), *Postmodern Sexualities*, London, Routledge.
- Singly, François de (2000), *O Eu, o Casal e a Família*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Smith, Adam (2004 [1759]), *La Teoría de los sentimientos morales*, Madrid, Alianza Editorial.
- Sztompka, Piotr (2005), *Sociología del Cambio Social*, Madrid, Alianza Editorial.
- Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal — Décadas de 70 e 80*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Thévenot, Laurent (2007), “The plurality of cognitive formats and engagements: moving between the familiar and the public”, *European Journal of Social Theory*, nº 10(3), pp.409-423.
- Tonkiss, Fran (1998), “Continuity/Change”, em Chris Jenks (org.), *Core Sociological Dichotomies*, London, Sage Publications.
- Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento: a família e a questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2002), “Conversa a duas vozes e três andamentos”, *Análise Social*, Vol.163, pp:569-602.
- Torres, Anália (2004), “Amor e Ciências Sociais”, *Travessias, Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, nº4/5, pp. 15-45.
- Torres, Anália e Francisco Vieira da Silva (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, pp. 9-65.
- Touraine, Alain (1984), *Le Retour de l'Acteur : essai de sociologie*, Paris, Fayard.
- Trnka, Sylvia (org.) (2000), *Family issues between gender and generations. Seminar Report, European Observatory on Family Matters*, EC, Belgium.
- Vance, Carol (org.) (1984), *Pleasure and Danger*, London, Routledge.
- Vasconcelos, Pedro (1998), “Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses”, em Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens portugueses de hoje*, Oeiras, Celta Editora.
- Vasconcelos, Pedro (2004), “Categorização, Identidade e Sexualidade: notas sobre a dominação”, em Ana Maria Brandão *et al.* (orgs.), *Formas identitárias e modernidade tardia. Actas de Encontros em Sociologia*, Braga, Universidade do Minho.

- Vieira, Cristina (2009), *Sexualidades juvenis: continuidades e mudanças, tese de doutoramento. Um estudo qualitativo no distrito do Porto*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Saúde, Lisboa, Universidade Aberta.
- Vilar, Duarte (2002), *Falar Disso. A Educação Sexual na Família dos Adolescentes*, Porto, Afrontamento.
- Vilar, Duarte (2010), “Desempenho Sexual – satisfação e problemas”, em Pedro Moura Ferreira e Manuel Villaverde Cabral (orgs), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Villardón, Purificación Galindo (org.) (no prelo), *Introducción a la Estadística*, Salamanca, USAL.
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin *et al.* (2011), Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2010, Lisboa, ICS.UL/CIES.IUL.
- Wall, Karin *et al.* (2012), Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2011, Lisboa, ICS.UL/CIES.IUL.
- Weber (1995), “Classes, Status e Partidos”, em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas I: Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Weeks, Jeffrey (1995), *Invented Moralities: Sexual values in an age of uncertainty*, Cambridge, Polity Press.
- Weeks, Jeffrey e Janet Holland (1996), “Introduction”, em Jeffrey Weeks e Janet Holland (orgs.), *Sexual Cultures. Communities, Values and Intimacy*, London, British Sociological Association.
- West, Candace e Don Zimmerman (1987), “Doing Gender”, *Gender & Society*, 1, nº 2, pp. 125-151.
- Wiedemer, Michael (2001), “Gender Differences in Sexuality: perceptions, myths, and realities”, *The Family Journal: counseling and therapy for couples and families*, Vol.9, nº4, pp.468-471.
- Willis, Ellen (1992), “Feminism, Moralism, and Pornography”, em Ellen Willis, *Beginning to See the Light: Sex, Hope, and Rock-and-Roll*, Middletown, Wesleyan University Press.
- Wouters, Cas (1999), “Balancing Sex and Love since the 1960’s Sexual Revolution”, em Mike Featherstone (org.), *Love & Eroticism*, London, Thousand Oaks, New Deli, Sage Publications.

ANEXO A

TABELAS: TRATAMENTO DOS DADOS ESTATÍSTICOS PROVENIENTES DO INQUÉRITO “SAÚDE E SEXUALIDADE”

I. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO E GRUPOS ETÁRIOS (N= 3507; homens= 1749; mulheres= 1758)

Grupos Etários	Homens %	Mulheres %
18-29	26,0	25,1
30-39	25,9	25,3
40-49	20,5	22,3
50-59	17,3	18,2
60-65	10,3	9,2
Total	100	100

II. PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL

2.1 Idade à Primeira Relação Sexual

Grupo Etário	Homens		Mulheres	
	Média	DP	Média	DP
18-29	16,8	2,4	17,8	2,7
30-39	17,1	2,8	19,0	3,2
40-49	17,5	3,4	19,3	3,5
50-59	17,4	3,2	20,9	4,3
60-65	17,4	3,3	21,2	3,9

2.2 Contextos da Primeira Relação Sexual

	Homens %			
	18-19	40-49	50-59	60-65
Ela era uma prostituta(o)	3,8	11,7	10,1	25,1
Foi um encontro ocasional	9,5	14,7	18,3	17,4
Éramos apenas amigos nessa altura	23,5	12,1	22,4	18,7
Conhecíamos-nos há algum tempo mas não éramos próximos	10,0	7,1	7,0	1,3
Eramos namorados na altura	50,3	45,9	30,7	16,9
Estávamos a viver juntos	,2	1,7	,0	1,3
Estávamos para casar	,8	2,7	5,7	10,3
Estávamos casados nessa altura	1,0	3,0	4,8	4,5
Outra	,9	1,0	,9	4,5

	Mulheres %			
	18-29	40-49	50-59	60-65
Foi um encontro ocasional	2,6	2,0	4,8	1,4
Éramos apenas amigos nessa altura	8,9	5,0	4,2	0
Conhecíamos-nos há algum tempo mas não eramos próximos	2,3	5,8	4,5	4,7
Eramos namorados na altura	76,8	65,0	38,6	27,9
Estávamos a viver juntos	2,8	,4	,0	3,3
Estávamos para casar	4,1	5,9	13,2	16,4
Estávamos casados nessa altura	1,1	15,5	33,3	41,5
Outra	1,4	,4	1,3	4,7

III. PARCEIROS E RELAÇÕES

3.1 Número de Parceiros ao longo da vida

Homens			
Grupos Etários	Média	Mediana	% 5 ou + parceiras
18-29	10,64	4	48,0
40-49	10,30	5	51,6
50-59	9,82	4	46,9
60-65	10,35	3	36,3

Mulheres			
Grupos Etários	Média	Mediana	% 5 ou + parceiros
18-29	2,88	2	16,7
40-49	2,42	1	10,9
50-59	1,70	1	6,1
60-65	2,61	1	6,7

3.2 Relações Simultâneas nos últimos 5 anos (proporções (%) por sexo e grupo etário)

Grupo Etário	18-29	40-49	50-59	60-65
Homens	25,2	19,4	20,8	20,3
Mulheres	11,2	3,2	4,4	,0

3.3 Relações com pessoas do mesmo sexo (proporções (%) por Sexo e grupo etário)

Grupo Etário	18-29	40-49	50-59	60-65
Homens	3,1	3,0	5,3	3,3
Mulheres	8,7	4,4	2,3	5,0

IV. FREQUÊNCIA DAS RELAÇÕES SEXUAIS

4.1 Frequência das relações sexuais no último ano

	Homens (%)			
	18-29	40-49	50-59	60-65
Todos ou quase todos os dias	9,9	10,1	5,6	3,4
Algumas vezes por semana	45,6	57,1	48,0	31,8
Algumas vezes por mês	30,7	27,0	31,8	34,0
Algumas vezes por ano	9,8	2,1	9,9	14,6
Não tive relações sexuais no último ano	3,9	3,6	4,8	16,2

	Mulheres (%)			
	18-29	40-49	50-59	60-65
Todos ou quase todos os dias	8,8	5,2	2,7	1,5
Algumas vezes por semana	47,5	46,1	31,2	20,3
Algumas vezes por mês	28,3	33,0	28,5	15,7
Algumas vezes por ano	9,0	5,5	13,2	12,2
Não tive relações sexuais no último ano	6,4	10,2	24,5	50,3

4.2 Frequência Desejada

	Homens (%)			
	18-29	40-49	50-59	60-65
Ter relações sexuais muito mais frequentemente	18,3	8,6	13,4	3,7
Ter relações sexuais mais frequentemente	34,1	24,5	30,3	31,3
Está bem assim	46,6	62,5	55,5	65,0
Ter relações sexuais menos frequentemente	,5	1,9	,8	,0
Ter relações sexuais muito menos frequentemente	,3	1,5		
Não ter relações sexuais	,2	1,0	0	0

	Mulheres (%)			
	18-29	40-49	50-59	60-65
Ter relações sexuais muito mais frequentemente	8,9	4,4	2,9	,0
Ter relações sexuais mais frequentemente	22,2	13,8	16,7	5,6
Está bem assim	66,8	75,6	66,6	65,4
Ter relações sexuais menos frequentemente	,5	2,7	5,7	3,4
Ter relações sexuais muito menos frequentemente	,4	,4	1,1	3,4
Não ter relações sexuais	1,2	3,2	7,1	22,2

V. PRAZER NAS RELAÇÕES SEXUAIS

	Homens (%)			
	18-29	40-49	50-59	60-65
Tenho sempre prazer	64,6	71,9	64,7	55,4
Na maior parte das vezes tenho prazer	32,2	25,0	26,3	35,0
Algumas vezes tenho prazer	3,0	1,9	7,5	7,4
Poucas vezes tenho prazer	,2	,8	0	0
Nunca tenho prazer	,0	,3	1,5	2,1

	Mulheres (%)			
	18-29	40-49	50-59	60-65
Tenho sempre prazer	42,7	34,4	19,0	23,2
Na maior parte das vezes tenho prazer	47,4	44,1	37,9	21,4
Algumas vezes tenho prazer	8,7	16,0	30,0	20,0
Poucas vezes tenho prazer	1,0	3,1	9,1	22,1
Nunca tenho prazer	,2	2,3	4,1	13,3

VI. PROBLEMAS SEXUAIS

6.1 Desinteresse pela actividade sexual

Grupos Etários	Homens (%)	Mulheres (%)
18-29	7,0	23,1
40-49	11,0	31,2
50-59	13,2	43,6
60-65	34,9	52,9

6.2 Medo de não ter um bom desempenho

Grupos Etários	Homens (%)	Mulheres (%)
18-29	24,9	19,8
40-49	20,0	15,1
50-59	18,5	11,5
60-65	26,7	17,0

VIII. ATITUDES

	Grupos Etários	Homens	Mulheres
		Média*	Média*
Uma mulher solteira ter um filho	18-29	3,82	3,91
	30-39	3,95	3,93
	40-49	3,53	4,13
	50-59	3,63	3,98
	60-65	3,35	3,63
Uma pessoa a viver em casal ter relações sexuais com outra pessoa	18-29	1,88	1,64
	30-39	1,98	1,52
	40-49	2,07	1,44
	50-59	1,93	1,44
	60-65	1,80	1,42
Dois jovens de 16 anos terem relações sexuais	18-29	3,98	3,53
	30-39	3,79	3,35
	40-49	3,33	2,99
	50-59	3,42	3,01
	60-65	3,05	2,16
Relações sexuais entre dois homens adultos	18-29	2,82	3,47
	30-39	2,50	2,98
	40-49	1,97	3,03
	50-59	1,78	2,70
	60-65	1,45	1,76
Relações sexuais entre duas mulheres adultas	18-29	3,05	3,45
	30-39	2,65	2,96
	40-49	2,03	3,01
	50-59	1,82	2,70
	60-65	1,42	1,64
Relações sexuais ocasionais (uma noite só)	18-29	3,42	2,58
	30-39	3,00	2,35
	40-49	2,96	2,36
	50-59	2,72	1,94
	60-65	2,51	1,60
Fazer um aborto	18-29	2,70	2,72
	30-39	2,68	2,70
	40-49	2,59	2,81
	50-59	2,66	2,77
	60-65	2,05	2,08

Escala: de 1 (discorda muito) a 5 (concorda muito)

	Grupos Etários	Homens	Mulheres
		Média*	Média*
O companheirismo e o afecto são mais importantes do que o sexo num casamento ou numa relação duradoura	18-29	2,10	1,97
	30-39	2,11	2,02
	40-49	2,17	1,99
	50-59	2,12	1,64
	60-65	2,09	1,78
A fidelidade é essencial para a felicidade do casal	18-29	1,73	1,64
	30-39	1,74	1,57
	40-49	1,78	1,71
	50-59	1,74	1,39
	60-65	1,53	1,35
Pode ter-se relações sexuais com outra pessoa sem a amar	18-29	2,43	3,08
	30-39	2,53	3,29
	40-49	2,61	3,37
	50-59	2,79	3,53
	60-65	3,15	3,72
Sexo sem orgasmo não é satisfatório para um homem	18-29	2,42	2,63
	30-39	2,58	2,64
	40-49	2,31	2,60
	50-59	2,36	2,51
	60-65	2,55	2,27
Sexo sem orgasmo não é satisfatório para uma mulher	18-29	2,52	2,77
	30-39	2,58	2,76
	40-49	2,46	2,76
	50-59	2,41	2,53
	60-65	2,82	2,34
Num casal o amor pode existir sem desejo sexual	18-29	3,04	2,96
	30-39	2,97	2,79
	40-49	2,91	2,72
	50-59	2,39	2,34
	60-65	2,71	2,22
Ter muita experiência sexual é importante para um homem	18-29	2,82	2,99
	30-39	3,00	3,05
	40-49	2,65	2,93
	50-59	2,45	2,98
	60-65	2,49	2,78
Ter muita experiência sexual é importante para uma mulher	18-29	2,95	3,23
	30-39	3,11	3,29
	40-49	2,79	3,19
	50-59	2,67	3,26
	60-65	2,65	2,98

O sexo é a parte mais importante de qualquer casamento ou relação	18-29	3,48	3,80
	30-39	3,43	3,69
	40-49	3,28	3,81
	50-59	3,39	3,71
	60-65	3,43	3,57
A venda de pornografia devia ser proibida mesmo a adultos	18-29	3,78	3,32
	30-39	3,63	3,20
	40-49	3,53	3,06
	50-59	3,26	2,83
	60-65	2,64	2,05

Escala: 1 (concordo muito) a 5 (discordo muito)

VIII. VIRGINDADE (N= 172; homens =52; mulheres= 120)

8.1 Razões para se ser virgem

A) “É contra a minha religião ou moral”

	Homens %	Mulheres %
Não	89,4	87,2
Sim	10,6	12,8

B) “Pretendo casar virgem”

	Homens %	Mulheres %
Não	91,8	83,5
Sim	8,2	16,5

C) “Ainda não encontrei a pessoa certa”

	Homens %	Mulheres %
Não	53,9	43,7
Sim	46,1	56,3

8.2 Sentimento de Estigma / Discriminação por se ser virgem

	Homens %	Mulheres %
Não	16,7	8,7
Sim	83,3	91,3

8.3 Opinião dos amigos face à virgindade (do próprio)

<i>Os amigos consideram....</i>	Homens %	Mulheres %
Que já deveria ter tido relações sexuais	37,8	15,0
Que o início da vida sexual é uma decisão pessoal	26,8	44,1
Não conversa sobre este assunto com os amigos/as	32,6	31,9
Que ainda é cedo para ter relações sexuais	,0	1,5
Outra	2,8	7,4

8.4 Ser Virgem é...?

	Homens %	Mulheres %
Um motivo de orgulho	8,6	12,0
Um motivo de vergonha	4,0	0
Uma decisão de cada um	49,2	61,2
Uma coisa que acontece	35,5	21,2
Outra	2,7	5,6